

**PAULO EDUARDO CASTELLO PARUCKER**

**Praças em pé de guerra.**

**O movimento político dos subalternos militares  
no Brasil, 1961-1964**

Diseertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em História à Comissão Julgadora da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do Professor Doutor Daniel Aarão Reis Filho.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF

Niterói, RJ - 1992

(1ª reimpressão, Brasília, 2006)

Comissão Julgadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ângela de Castro Gomes

Prof. Dr. René Armand Dreifuss

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho

## AGRADECIMENTOS

Registro aqui minha gratidão para com as pessoas e instituições que, ao longo de quase cinco anos, contribuíram para que o presente trabalho chegasse ao seu final.

À CAPES, pela bolsa de estudos entre março de 1988 e agosto de 1990; ao Serviço de Documentação Geral da Marinha/SDGM (RJ), ao Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica/INCAER (RJ) e ao Centro de Documentação do Exército/CDocEX (DF), pelo franqueamento de seus serviços à pesquisa e pela simpática acolhida; à Biblioteca Nacional, à Biblioteca do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPERJ, e ao Arquivo Edgard Leuenroth/AEL (Unicamp), pela possibilidade de utilização de seus valiosos serviços mesmo à distancia.

Aos colegas e professores da UFF, particularmente ao grupo de orientandos do professor Daniel Aarão Reis Filho, pela oportunidade do debate franco e frutífero. Ao professor Daniel, pelo estímulo, as orientações, os contatos e material para a pesquisa.

A Dalton Almeida, que articulou-me o acesso direto aos processos judiciais pesquisados, e a Sílvia Roncador e Édison e Carla Almeida, pela transcrição dos depoimentos gravados.

A Ronaldo Pereira de Jesus, Carla Maria Carvalho de Almeida, Jurandir Malerba, Duncan Semple, Francisco Carlos Palomanes Martinho e Denise Rollemberg, sempre portos seguros. A Córa e Nelson Parucker, Edi e Walter Gomes, pelo fundamental ‘apoio logístico’. À Márcia Gomes Parucker, por **toda** a jornada e muito mais.

## RESUMO

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Orientador: Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho. Niterói, 1992. 332 p. .  
(1ª reimpressão, 2006. 238 p.) (\*)

A partir do objetivo de suprir a lacuna historiográfica sobre a mobilização dos baixos escalões das Forças Armadas no Brasil de 1961-64, o trabalho investiga a construção histórica desse fenômeno privilegiando um de seus aspectos principais, o chamado Movimento dos Sargentos. Recorrendo a fontes ricas em informações, e ainda não devidamente exploradas, como depoimentos de participantes e principalmente processos que tramitaram na esfera da Justiça Militar, a pesquisa avança por um terreno complexo, onde afloram questões referentes ao resgate factual do tema e à discussão mesma das relações de poder que envolvem a Instituição Militar na nossa sociedade.

Ao cobrir o período do Governo João Goulart, em que a ascensão dos movimentos populares e do reformismo chocou-se com a resistência conservadora das classes dominantes, elas mesmas fracionadas por dissensões internas, o trabalho recupera uma dimensão importante da memória das lutas sociais no Brasil. A análise histórica associa-se, assim, à perspectiva do debate acerca dos limites da cidadania naquela conjuntura particular e, por extensão, lança alguma luz também sobre as condições do seu desdobramento na atualidade.

\* \* \* \* \*

(\*)OBS: A presente versão (chamada aqui de 1ª reimpressão) apresenta-se divergente da versão original quanto à numeração das páginas, em virtude da conversão do texto digitado em 1992 para arquivo eletrônico digitalizado e posteriormente impresso em 2006. Exceto por pequenas correções de digitação, a dissertação foi preservada na forma em que foi defendida e aprovada.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO I – Forças Armadas & Sociedade.....	17
CAPÍTULO II – A conjuntura: Brasil, 1961-1964.....	26
CAPÍTULO III – O Movimento dos Sargentos e a Revolta dos Sargentos de Brasília ..	33
1. Introdução.....	34
2. Breve Histórico.....	34
3. Momentos, I: 1961-1963.....	38
3.1. Sobe o pano.....	38
3.2. Surge o “Movimento dos Sargentos”.....	43
3.3. Rota de colisão.....	49
4. Duas Radiografias.....	53
4.1. A Questão da Elegibilidade.....	53
4.2. Olhando o próprio Movimento.....	58
4.2.1. Influências, tendências e ligações políticas.....	59
4.2.2. Situações e reivindicações.....	69
4.2.2.a) Reivindicações “internas”.....	70
4.2.2.b) Reivindicações “externas”.....	79
4.2.3. As formas e o nível de organização.....	84
4.2.4. O discurso da ‘novidade’.....	95
4.2.5. A reação da Instituição.....	97
5. Retomando a marcha dos acontecimentos: a Revolta dos Sargentos de Brasília (12 de setembro de 1963).....	103
5.1. O cenário.....	103
5.2. Praças em armas.....	109
5.3. Rendição ou resistência.....	124
5.4. Ressonâncias no meio militar.....	131
5.5. A repressão ao levante.....	139
5.6. Questões suscitadas.....	150
5.7. Levante, levantes: tentativas de interpretação.....	161
6. Momentos, II: 1963-1964.....	172
6.1. Cai o pano: pés de barro?.....	172
6.1.1. A crítica dos pares e as conseqüências para o Movimento dos Sargentos.....	172
6.1.2. A solidariedade e a cobertura ao levante. A luta pela anistia. A situação dos presos.....	176
6.1.3. Cai o pano: 31 de março, 1º de abril.....	178
6.2. A Ordem e o “Saneamento”.....	181
CONCLUSÃO.....	186
Anexos.....	204
Anexo I – “Plano de Ação Subversiva”.....	205
Anexo II – Os “Comunicados” dos revoltosos de Brasília (12.09.1963).....	219
Anexo III – Quadro dos postos e graduações das Forças Armadas do Brasil.....	222
Bibliografia.....	223

## **INTRODUÇÃO**

## .I.

Brasília, 12 de setembro de 1963. Seis e trinta, sete horas da manhã. Cortando o Eixo Monumental, um grupo de blindados do Exército seguia em direção à Praça dos Três Poderes até atingir o estacionamento entre o Ministério da Guerra e o da Marinha. Não se tratava de um exercício de instrução. Pouco antes, no gramado próximo dali, tombara morto um jovem fuzileiro naval, atingido em cheio por uma rajada de metralhadora partida de um dos prédios ocupados pelos ministérios militares. Muitos oficiais já teriam visto, naquele nebuloso evento que se desdobrava, motivo suficiente para a derrubada do Presidente João Goulart, o que, no entanto, só aconteceria cerca de seis meses depois.

Transcorria ali um dos episódios dramáticos que marcaram os anos iniciais da década de 60 no Brasil. A cena foi pinçada dentre muitas outras igualmente insólitas que compuseram a chamada Revolta dos Sargentos de Brasília. O que a teria possibilitado? Como se deu? Qual seu significado no quadro político-institucional?

Essas e outras perguntas até hoje têm sido apenas incidentalmente enfrentadas pela crônica política e mesmo pela historiografia acadêmica. Pouco se sabe, em termos de conhecimentos sistematizados, embasados em pesquisas empíricas, a respeito da crescente mobilização política que sacudiu os baixos escalões militares – e, com eles, a própria Instituição Militar – naquela conjuntura crítica de 1961-1964 no Brasil.

Eis aí, em poucas palavras, o objeto do presente estudo: o movimento político dos subalternos militares no Brasil, de 1961 a 1964.

O objeto apontado não teve contornos totalmente precisos. Mas três de suas características básicas permitem avaliá-lo como tal, ou seja, como ‘movimento político’: a) uma intensa politização das questões que afluíam, vistas cada vez mais de uma perspectiva desenhada em função das relações de poder; b) a organização dos subalternos, em bases relativamente autônomas, em torno de reivindicações objetivas; e c) a participação em manifestações e eventos de caráter claramente político, como forma de pressão para o atendimento de suas demandas. Se a idéia inicial era estudar aquela mobilização dos subalternos como um todo, algumas limitações materiais da pesquisa levaram-me a optar por restringi-la apenas a um de seus eixos, o chamado Movimento dos Sargentos. O estudo desse movimento, se aponta para algumas especificidades daquela

graduação hierárquica, pode, não obstante, revelar muito da realidade de toda a mobilização mais ampla. Os marinheiros, sem embargo, terão aqui alguma presença, justificada até em função da rica experiência da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil - AMFNB; foram eles, inclusive, protagonistas dos acontecimentos da Semana Santa de 1964, que teriam precipitado a deposição de Goulart.

De sua parte, o tratamento aprofundado da Revolta dos Sargentos de Brasília proporciona um importante substrato factual com base no qual se pode refletir acerca das articulações políticas do movimento. Permite também que se avance na discussão mesma do caráter daquelas manifestações e do seu significado para o processo histórico brasileiro. Além disso, o levante, ao constituir-se em ruptura dos padrões normais de subordinação, mostrou-se um campo fértil para considerações sobre a própria vivência militar e suas contradições.

A definição dos marcos temporais da pesquisa acompanha a própria dinâmica do Movimento dos Sargentos naquela conjuntura. Este surgiu à cena nacional em agosto/setembro de 1961, no bojo da Crise da Renúncia e da Campanha da Legalidade. Em março/abril de 1964, com a vitória da nova Ordem, o movimento organizativo e reivindicatório dos sargentos e marinheiros foi completamente dizimado. Alguns de seus integrantes, já expulsos das fileiras das corporações, ainda ingressariam no processo da luta armada que marcou os anos 60 e parte dos 70, não mais cabendo, porém, falar aí de um ‘movimento dos subalternos militares’.<sup>1</sup>

O movimento dos subalternos militares entre 1961 e 1964 é, do ponto de vista histórico, bastante instigante. Seu resgate integra-se à perspectiva da construção da memória de luta das camadas populares, fato que, por si só, já confere relevância ao estudo. De outro lado, como foi anteriormente aventado, presta-se ao desenvolvimento de reflexões mais aprofundadas em vários planos: sobre o conturbado período do governo Goulart e, evidentemente, sobre o próprio evento do 31 de Março de 1964; acerca das Forças Armadas como instituição intrinsecamente vinculada à questão da Ordem na sociedade; e até mesmo quanto à discussão envolvendo a noção e o estatuto de cidadania na nossa formação social.

---

<sup>1</sup> Atualmente há indícios de uma pálida retomada das atividades ‘políticas’ de setores dos baixos escalões, sobretudo na esfera das Polícias Militares. Ver, por exemplo, Raimundo E. PEREIRA (1985: 222), e *Jornal do Brasil* 12-9-90, p.14.



## .II.

Existe uma vasta bibliografia sobre os militares em geral, seja na Ciência Política, na Sociologia ou na História (cf., num exemplo sintético, a discussão bibliográfica procedida por CASTRO, 1990: 13-14). A despeito da profusão de títulos, percebe-se um claro predomínio de aspectos particulares dentro de tão ampla temática, como as relações civis/militares, a ideologia e o comportamento político da Instituição Militar (vistos sobretudo a partir da ótica da oficialidade) e, menos freqüentemente, mas não menos importantes, as abordagens ditas ‘organizacionais’.

Pouco há, porém, em termos de estudos dirigidos aos escalões militares inferiores propriamente ditos. Nesse campo, registram-se as valiosas contribuições de José Murilo de Carvalho (1983) – que, se não tratou especificamente dos subalternos, ao menos dedicou-lhes detida atenção – e Vanda Maria Ribeiro Costa (1984). Ambos, no entanto, restringem sua abordagem às décadas de 1930 e 40. Para a conjuntura em questão, os anos 1961-1964, a mobilização política dos subalternos recebeu da literatura especializada um tratamento apenas incidental. São freqüentes as referências à politização das praças, mas sempre de modo indireto, relacionando-a secundariamente a outros temas, como os efeitos sobre as Forças Armadas e, daí, ao próprio golpe militar de 1964.

Sobre os subalternos militares como *objeto histórico* só mais recentemente voltou-se o interesse acadêmico. Data do final da década passada a tese de doutoramento de Marcelo Ridenti (1989) sobre as ‘raízes sociais das esquerdas armadas’, entre 1964 e 1974. Essa obra foi de grande valia para o trabalho aqui desenvolvido: acompanhou a trajetória de muitas das ex-praças punidas pela participação nas mobilizações da conjuntura pré-64, e forneceu dados sistemáticos sobre o próprio processo de “saneamento” imposto pelas Forças Armadas em suas fileiras. Até onde me foi possível acompanhar, afora o texto de Ridenti apenas uma dissertação de mestrado avança por entre a temática dos subalternos: trata-se da pesquisa de Esther Kuperman, “A Guerrilha de Caparaó (1966-67) - Um ensaio de Resistência”, à qual infelizmente não recorri – foi defendida em julho do corrente ano na Universidade Federal Fluminense - UFF (Jornal do Brasil, 19-7-92, p.13).

Se as referências historiográficas diretas sobre as mobilizações dos escalões militares inferiores na conjuntura 1961-64 são quantitativamente reduzidas, há ainda outros

problemas a sanar. De um lado, existem alguns erros ou versões deformadas — intencionalmente ou não — que uma pesquisa mais aprofundada pode superar. É o caso, por exemplo, da cobertura que Glauco Carneiro faz da Revolta dos Sargentos, onde, a certa altura, afirma que a reivindicação da elegibilidade dos sargentos fora “atendida pela Revolução Democrática [de 1964]” (CARNEIRO, 1965: 545). Pelo contrário, entre as primeiras medidas tomadas pelos vencedores de 64 — não há aspas suficientes para o rótulo ‘democratas’ — constaria a Emenda Constitucional nº 9, ampliando na prática a inelegibilidade a todo militar da ativa.<sup>2</sup>

Um ponto que se revelou da maior importância no levantamento factual sistemático aqui procedido foi a possibilidade de esclarecer, com documentos, algumas informações duvidosas. O exemplo marcante disso foi o que os serviços de informação e segurança do Exército denominaram “Plano de Ação Subversiva”, constante em um dos processos judiciais pesquisados. Tanto a imprensa da época quanto o próprio Glauco Carneiro (1965: 546) de fato mencionaram a existência de tal ‘plano sedicioso’; mas desde uma perspectiva, no mínimo, matizada por forte carga ideológica, o suficiente para estimular certa reserva. O citado documento, trabalhado na medida do possível de acordo com critérios heurísticos, ocupa na presente pesquisa um papel de relevo.

### .III.

Diante do exposto, pode-se sintetizar os objetivos aqui visados em duas linhas de força.

Uma primeira preocupação resulta da constatação da carência ou mesmo deformação dos dados disponíveis e da possibilidade que ora se abre de investigar uma documentação relativamente inédita e rica em informações, como se verá mais adiante. Busco, assim, suprir a lacuna historiográfica sobre o tema.

A segunda preocupação diz respeito ao enfrentamento de questões suscitadas pela abordagem do objeto escolhido, o movimento político dos subalternos militares entre 1961 e 1964. Trata-se, em linhas gerais, da discussão acerca das vinculações entre as

---

<sup>2</sup> Em todo o caso, justiça seja feita: os passos iniciais da presente pesquisa foram em boa parte balizados pelas informações apresentadas pelo citado autor, algumas mesmo minuciosas.

Forças Armadas e a ordem social, considerando-se aí a relevância da mobilização das praças como fator de instabilidade nessa equação. Trata-se, também, de situar as questões envolvendo a cidadania e seu caráter ‘subversivo’ frente à estrutura de poder, às relações de dominação e subordinação historicamente traçadas na sociedade.

#### .IV.

A pesquisa foi realizada, em larga medida, sobre um substrato material de considerável riqueza de informações. Cabem aqui, portanto, algumas palavras acerca das fontes e sua utilização.

O fenômeno que se tornou objeto do presente estudo, vale lembrar, transcorreu a cerca de 30 anos atrás. Assim, um dos trunfos com que contei foi a possibilidade de recorrer a depoimentos de participantes daquelas jornadas.

É bem verdade que o tratamento por mim dispensado às entrevistas realizadas não seguiu à risca os ditames metodológicos da História Oral. Mas desde logo deve ficar claro que respeitei, tanto quanto possível, as normas gerais que presidem qualquer investida sobre as fontes, como um mínimo de objetividade ou a preocupação de ouvir o que a “fonte” falava, mais do que pretender colocar em sua fala o que eu desejasse ouvir. De todo modo, na ausência (ou melhor, na deficiência) daquele aparato ‘técnico’, procurei não me ater exclusivamente a essas fontes, buscando cruzar ao máximo as informações aí coletadas com as de outras origens.

Ao todo, foram realizadas cinco entrevistas, três delas com lideranças, uma com um militante e uma com um participante civil.

Na primeira categoria, foram ouvidos o ex-sargento Antônio Garcia Filho (Rio de Janeiro, 1991), único deputado federal eleito pelos sargentos; o ex-marinheiro José Duarte dos Santos (Goiânia, 1991), que pertenceu à 2ª diretoria (1963-4) da AMFNB; e o ex-sargento Antônio Prestes de Paula (por telefone, Salvador, 1992), que presidiu, em 1963, o ‘Clube dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares’ e liderou em Brasília o levante dos sargentos em setembro de 63.

Outro entrevistado foi um ex-sargento (Rio de Janeiro, 1991) que, em razão de ainda pertencer ao Exército (na Reserva) e, portanto, submetido ao seu regulamento

disciplinar, pediu o anonimato quanto a citações no corpo da pesquisa; era um militante ‘intermediário’, ou seja, fazia a ligação do núcleo mais articulado do movimento com a sua Unidade, a Escola de Educação Física do Exército (RJ) até 1964.

Por fim, entrevistei também um civil, à época jornalista e funcionário da Câmara dos Deputados, Deodato Rivera (Brasília, 1992); ele participou, ao lado de Prestes de Paula, das ações do levante na madrugada de 12 de setembro de 1963, pelo quê foi também processado e condenado pela Justiça Militar (mas partiu para o exílio antes da captura).

Além das entrevistas, recorri também a alguns processos que tramitaram na esfera da Justiça Militar. Seja pelo volume, pela natureza ou pela minudência das informações, tais processos foram a principal fonte da pesquisa.

A possibilidade da utilização desse ‘corpus’ documental adveio do corajoso e gigantesco esforço empreendido pela equipe do Projeto ‘Brasil: Nunca Mais’. Graças a tal empreendimento, centenas e centenas de processos de cunho político que tramitaram na Justiça Militar entre 1964 e 1979 puderam ser clandestinamente copiados e armazenados, e tiveram seus dados consideravelmente trabalhados.<sup>3</sup> Disso resultou a monumental massa de informações ‘brutas’ agora à disposição de quantos se interessarem em pesquisá-las, e também uma série de sistematizações igualmente disponíveis, ambas aos cuidados do Arquivo Edgard Leuenroth AEL, na Universidade de Campinas (Unicamp).

Pelos processos consultados, pude aproximar-me do movimento dos subalternos militares por vários caminhos. Lá constavam panfletos, jornais, manifestos do movimento dos subalternos anexados aos autos pelos Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), centenas de depoimentos de indiciados e testemunhas, informes dos serviços de segurança (militares e do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS), Relatórios dos IPMs, enfim, uma vasta gama de fontes potenciais de informação. Em se tratando de um tema cujos poucos registros historiográficos não proporcionam senão uma silhueta tênue dos acontecimentos que o constituíram, a utilização dos processos, sob este prisma, revelou-se extremamente valiosa.

Além dessa colossal soma de dados ‘diretos’ sobre o movimento em questão,

---

<sup>3</sup> Além dos dois títulos já publicados pela equipe (v. Mitra Arquidiocesana de São Paulo, 1985 e 1988), ver também, sobre o Projeto, o emocionante relato de WESCHLER, 1990: 13-86.

pude contar também com os dados advindos de uma leitura crítica dos autos enquanto discurso da Ordem em sua reação àquela suposta ameaça oriunda da base da hierarquia da Instituição Militar. Muitas vezes, o mesmo documento considerado revelava-se útil sob estes dois aspectos: foi o caso, por exemplo, das Sentenças, dos Acórdãos ou dos já citados Relatórios dos IPMs.

Embora não tenha procedido a uma análise de discurso propriamente dita, segundo o aporte da Semiótica, pude levar em conta alguns aspectos realçados pela percepção dessa natureza discursiva. Assim, aos poucos foi-se construindo uma imagem mais complexa do objeto, incorporando diversas perspectivas que simultaneamente o atravessavam.

Não se pode desconsiderar as inúmeras reservas impostas à utilização dos depoimentos tomados aos envolvidos no bojo dos processos. A legitimidade e a veracidade desses testemunhos podem — e devem — ser questionadas, e com bons motivos. Um claro exemplo disso pode ser encontrado, por ironia, exatamente no depoimento de um marinheiro, colhido em um processo já na fase propriamente judicial (ou seja, não mais durante o IPM):

“... agora ... , ao ouvir a leitura do depoimento que [é] tido como seu, declara perante esta Justiça que jamais fez as declarações contidas nesse documento (...) ... veio com o Imediato e o Escrivão até o 5º andar do Ministério da Marinha [no RJ, “... nesse negócio (sic) CENIMAR ...”], quando fizeram as mesmas perguntas ... ao que o depoente nada relatou nem respondeu porque nada sabia, e dias após chegou ao seu navio um sargento ... com esse depoimento já batido à máquina, foi quando o depoente [o] assinou; ... não concordou com o que estava assinado porque não espelhava a verdade; ... assinou o referido documento porque estava com medo...” (Auto de Inquirição de Testemunha 2ª CL-SM Eduardo Sinézio de Menezes Filho, em 20-setembro-65; BNM 508, vol.3)

Além da suspeita de eventuais depoimentos forjados, cabem ainda outros reparos: os subalternos eram parte diretamente envolvida; estavam prestes a enfrentar (ou já estavam enfrentando) as barras da Justiça Militar, cada vez mais rigorosa nas exemplares punições nos casos disciplinares e políticos. Vale lembrar, também, que os depoimentos tomados na fase do IPM, sem exceção, não contavam com advogados que articularsem alguma defesa para quem, muitas vezes, estava preso, incomunicável e submetido a

evidente constrangimento.<sup>4</sup>

Mesmo diante de objeções como essas, reputo viável a utilização dos depoimentos na pesquisa. Primeiro, porque freqüentemente pude contar com inúmeras possibilidades de cruzar, de checar as informações, inclusive através de ‘posições’ diferentes (por exemplo: oficiais, praças, Ministério Público Militar, defesa etc.). Em segundo lugar, tais depoimentos não diferem em essência de muitos outros considerados “válidos”, aos quais, sem exceção, caberia alguma desconfiança sobre seu ‘percentual de verdade’. A História é mais que o mero documento: constrói-se no entrechoque das versões e na busca permanente da objetividade.

Segue-se, agora, uma identificação sumária dos processos estudados. Uma observação preliminar: ao longo do texto, esses processos aparecem referenciados pela sigla “BNM” e por um número. Trata-se da denominação que receberam do Projeto ‘Brasil: Nunca Mais’, sendo o número a indicação de sua localização em tais arquivos.

Cabe também, junto à identificação, uma palavra sobre a seleção dos quatro processos aqui consultados, num universo de 34 mais diretamente afetos ao tema, elencados no volume O Perfil dos Atingidos, do Projeto BNM (Mitra Arquidiocesana de São Paulo, 1988: 120-146). Procurei um critério que não ampliasse nem reduzisse muito tal seleção. Terminei por escolher os seguintes:

1) **BNM 692**, 18 volumes e 5 Apensos (Processo nº 178/64-C, 2ª Auditoria da Marinha - RJ, e seu desdobramento nas instâncias superiores): trata-se do IPM e processo judicial referente aos subalternos da Marinha nas unidades de Brasília envolvidos no “Levante dos Sargentos de Brasília” (set/63);

2) **BNM 140**, 10 volumes (Processo nº 27/63, 1ª Auditoria de Aeronáutica - RJ, e desdobramento nas instâncias superiores): refere-se aos subalternos da Aeronáutica da Capital Federal também envolvidos nesse evento;

3) **BNM 19**, 6 volumes (Processo nº 211/63, 2ª Auditoria da 2ª Região Militar (Exército) - SP, e desdobramentos): versa sobre a prisão de sindicalistas e sargentos do Exército, no interior de um quartel na área de Quitaúna - SP, durante a madrugada seguinte ao Levante;

---

<sup>4</sup> Tal consideração foi feita pelo renomado jurista Heleno Cláudio Fragoso, então defensor do sargento naval Cícero Gomes da Silva, nas ‘Razões de Apelação’ ao Superior Tribunal Militar, 05-9-73; BNM 692, vol. 17).

4) **BNM 508**, 4 volumes (Processo nº 8172/64, 1ª Auditoria da Marinha - RJ, e desdobramentos): desenvolve-se em torno da “crise de indisciplina” dos marinheiros da AMFNB em março/64.

Ao escolher um processo de cada Força quanto aos sargentos e um específico da AMFNB, pareceu-me ser possível uma visão aprofundada tanto dos próprios eventos quanto do tratamento a estes dispensado pela Ordem, seja pela Instituição Militar, seja pelo Judiciário.<sup>5</sup>

Uma observação final sobre os processos. Os dados referentes aos seus resultados judiciais não foram incluídos na pesquisa. Sua tabulação, embora pudesse ser valiosa, demandaria um esforço que foi, afinal, despendido em outras direções. Ademais, o interesse maior era remontar o quadro das mobilizações e dele extrair as questões principais. De todo modo, fica apontada a lacuna.

Ainda restam por considerar mais três fontes de apoio da pesquisa: a cobertura jornalística da época, os chamados documentos institucionais e a própria bibliografia secundária.

Sobre a cobertura da imprensa, o levantamento dos dados obedeceu a um critério duplo: disponibilidade de consulta e ‘matriz ideológica’ da linha editorial. Assim é que, para o caso da Revolta dos Sargentos de Brasília, por exemplo, lancei mão tanto do Correio Braziliense (DF), um jornal claramente conservador, como do Jornal do Brasil (RJ), já, por assim dizer, de centro (ou, naquela conjuntura, tendente à centro-direita), e ainda de O Semanário (RJ), nitidamente de esquerda. Acompanhei também, fruto de um trabalho anterior, a cobertura tanto do órgão comunista Novos Rumos (RJ), como do órgão informativo Bancário, do Sindicato dos Bancários da Guanabara, ambos durante toda a conjuntura de 1961 a 1964.

Dos jornais já citados, apenas o primeiro e o último não foram consultados na Biblioteca Nacional - RJ (Microfilmes); aquele, no arquivo de sua sede, em Brasília, e este na própria biblioteca do Sindicato. Outros foram ainda utilizados, embora esparsamente, pois se tratava de recortes anexados aos processos ou constantes das pastas do ‘Arquivo de

---

<sup>5</sup> Segundo informou-me uma funcionária, o Arquivo Edgard Leuenroth, em função da atividade de reprodução (fotocópias), trabalha com o dado de que cada volume teria, em média, umas 300 folhas. Os quatro processos aqui escolhidos (e consultados, de ponta a ponta) perfazem um total de 38 volumes, o que

Recortes' da Câmara dos Deputados.<sup>6</sup> Constatam aí, entre outros, O Estado de São Paulo (SP), O Globo (RJ), Última Hora (RJ) e Correio da Manhã (RJ).

Os documentos institucionais aqui utilizados foram em função da própria natureza da luta dos subalternos. Assim, foram pesquisados os regulamentos disciplinares do Exército (RDE) e Marinha (RDM) vigentes à época — e o da Aeronáutica vigente desde 1975 e o RDE vigente desde 1984 —, bem como o Estatuto dos Militares de 1946. A legislação política também mereceu atenção, com análise de tópicos da Constituição de 1946 e da 'Lei de Segurança Nacional' (Lei nº 1.802), de 1953. Foram considerados também alguns discursos de representantes dos subalternos eleitos para a Câmara Federal (sargento Garcia Filho) e Câmara Municipal de São Paulo (subtenente Herotildes de Araújo, da Força Pública paulista).

Por fim, situa-se a chamada bibliografia secundária. Seja pelas informações e interpretações trazidas pelos autores, seja pela presença, aí, de materiais primários como panfletos e manifestos dos subalternos, essa classe de fontes revelou-se um apoio importante à pesquisa.

O mapeamento do movimento dos baixos escalões militares na conjuntura 1961-64 seguiu, tanto quanto possível, o roteiro para análise de movimentos sociais proposto por George Rudé (*apud* CARDOSO & PÉREZ BRIGNOLI, 1979: 386-387), adaptado com algumas alterações para o objetivo específico da pesquisa. Tratou-se, assim, de localizar historicamente o evento, delimitar a composição e a dimensão do grupo, perceber os alvos do movimento, seus objetivos e sua motivação, avaliar o grau de eficácia da repressão; a exposição pautou-se por uma certa cronologia do movimento, que foi aqui avaliado em sua significação histórica e, nesse sentido, compôs-se um esboço de interpretação.

---

totalizaria a considerável cifra (aproximada) de 11.400 páginas. Evidentemente, muito há ainda por garimpar nesse mar de papéis.

<sup>6</sup> Não tenho completa segurança do nome, mas refere-se a uma das seções da sua Biblioteca, que compilou recortes de jornais desde a década de 60 e os organizou em pequenos fichários, disponíveis para consulta.



.V.

O texto final estrutura-se da seguinte maneira. Seus dois capítulos iniciais, 'Forças Armadas & Sociedade' e 'A conjuntura: Brasil, 1961-1964', compõem o espaço onde foram avançadas as questões atinentes ao plano teórico mais geral e ao plano das coordenadas históricas definidas. O Capítulo III, 'O Movimento dos Sargentos e a Revolta dos Sargentos de Brasília', é o de maior fôlego; procura apresentar a construção histórica do chamado Movimento dos Sargentos, aprofundando aí o conhecimento acerca do levante ocorrido em setembro de 1963 em Brasília e trabalhando as questões suscitadas tanto pela atuação dos subalternos como pela reação a ela desencadeada pela Ordem. Por fim, a título de Conclusão, é apresentado um balanço das principais questões levantadas ou daquelas que, ao longo da exposição, não foram oportunamente enfrentadas.

\* \* \*

## **CAPÍTULO 1**

### **FORÇAS ARMADAS E SOCIEDADE**

## .I.

Para uma maior objetividade na exposição, cabem aqui algumas considerações preliminares que explicitem, ainda que sumariamente, as posições teóricas assumidas de modo tácito ao longo da construção da pesquisa. Tomem-se, para os fins da análise que se segue, dois pressupostos básicos.

O primeiro diz respeito à constituição mesma do sistema capitalista: a sociedade organizada segundo as leis gerais desse sistema apresenta-se dividida em classes sociais, às quais correspondem papéis mais ou menos nítidos de dominação ou subordinação conforme a posição que ocupam nas estruturas de poder e nas relações de produção. O Estado, nesses termos, é entendido como a instância que viabiliza tal organização e garante a sua reprodução. Daí se compreender a natureza de classe do Estado: sua estruturação e funcionamento correspondem, de fato, à realização da dominação de uma classe (ou frações de classe do bloco no poder) sobre as demais camadas que compõem a sociedade.<sup>7</sup>

O segundo pressuposto refere-se à percepção do estatuto teórico da Instituição Militar na sociedade capitalista. Numa certa dimensão, as Forças Armadas são entendidas abstratamente como aparelho repressivo do Estado — ou, como prefere POULANTZAS (1970: 326), ‘ramo especializado do aparelho repressivo’. Seriam o instrumento do monopólio da posse e uso, pelas classes dominantes, da força coatora legítima; em outras palavras, de viés gramsciano, nessa dimensão seriam o “braço armado do poder político, operando no interior da relação hegemonia-coerção como instância de coerção, e não como realizadora da hegemonia dominante” (CAVAGNARI, 1989: 40-41).

Deve-se, no entanto, matizar tais afirmações. Nas suas ações concretas, lembram-nos CARDOSO & PÉREZ BRIGNOLI (s/d: 3), as Forças Armadas muitas vezes expressam o resultado de acordos entre classes, frações e grupos de interesse — aqui é importante o papel das ideologias, forjando valores e projetos comuns ao grupo, na

---

<sup>7</sup> Duas observações: a) foi proposital o uso do termo ‘camadas’ em lugar de ‘classes’ posto que, para estas, pressupõe-se um mínimo de organicidade e mesmo de consciência de sua existência coletiva, o que não seria necessário para o primeiro termo, mais genérico; b) lanço mão das formulações de Nicos Poulantzas no tocante à questão da *classe ou fração de classe no poder* devido à sua profícua reflexão teórica sobre a dimensão superestrutural no capitalismo, tema nodal em se tratando, como é o caso aqui, de estudo envolvendo as Forças Armadas.

manutenção da sua coesão interna.

Historicamente a Instituição Militar tem atuado, sobretudo nos países do capitalismo periférico, como o suporte último da dominação de classe no interior das formações sociais específicas, sempre que a ordem social se encontra supostamente ameaçada. Sem embargo, é forçoso reconhecer também um outro aspecto de seu comportamento político.

Trata-se do processo de autonomização da Instituição Militar no interior do próprio Estado, um desenvolvimento histórico particular, observável com nitidez, por exemplo, ao longo da história latino-americana das últimas cinco ou seis décadas. Esse processo aponta para uma crescente independência castrense face às classes e setores fundamentais da sociedade (VARAS, 1988: 14). Crescente independência, note-se bem, não significa desvinculação. A noção tem muito mais o sentido de deslindar a tendência assumida pelas Forças Armadas de, cada vez mais, resolver, segundo critérios próprios, questões surgidas seja no seu âmbito interno seja no referente à sociedade em suas articulações institucionais (MORAES, 1987: 12).

Essa autonomia relativa de comportamento tem muito que ver com o caráter corporativo da organização militar. Como destacam Ciro F. S. Cardoso e Héctor Pérez Brignoli, são-lhe genericamente marcantes as seguintes características:

“... o recrutamento policlassista mas seletivo, a verticalidade nas cadeias de comando, um sistema rigoroso de sanções [e prêmios], e um relativo *isolamento* na vida social (...) [Em organizações desse tipo,] a especificidade dos objetivos e funções que desempenham, porquanto conduzam à criação de um corpo de funcionários especializados, de tempo integral, completa o quadro corporativo.” (CARDOSO & PÉREZ BRIGNOLI, s/d: 3-4; originalmente em espanhol.)

Por ora, cabe lembrar, como Edmundo Campos Coelho, que a assimilação simplista dos interesses corporativos das Forças Armadas aos de uma classe social determinada é bastante problemática: “..... tal assimilação, ou até a mera identidade de interesses, não pode ser um dado na análise; ela é, antes, uma questão a ser investigada em cada caso e ao longo do tempo” (COELHO, 1980: 252).

## .II.

As Forças Armadas no Brasil têm desempenhado papel de destaque ao longo da história republicana. A própria fundação do regime acontece sob a égide de um movimento militar, guindando à Presidência o Marechal Deodoro da Fonseca. Outros consagrados marcos históricos do período, como 1930, 1937, 1945 ou 1964, têm precisamente nas Forças Armadas um dos elementos-chave para sua compreensão no processo político. Seja indiretamente, como um interlocutor de peso no debate das diretrizes político-econômicas nacionais, seja mesmo diretamente, à frente dos postos dirigentes do Executivo, as Forças Armadas inscreveram-se historicamente como componente fundamental na estrutura de poder que permeia a nossa sociedade.

O ponto de inflexão a partir do qual a Instituição Militar logrou aqui definir sua existência como ator político pode ser demarcado com a consolidação do projeto do ‘intervencionismo controlador’ (CARVALHO, 1983: 145). Esse projeto, cujo processo de gestação e implementação transcorreu entre 1930 e 1945, incluía, nas palavras de José Murilo de Carvalho, “aspectos que diziam respeito à estrutura interna da organização militar, às relações da organização com o Estado e a sociedade, e à sociedade em geral” (CARVALHO, 1983: 111). Fruto dos embates e clivagens que naquele contexto sacudiram as corporações militares e a própria sociedade, tal processo consagrou a hegemonia de um pensamento que, se tem suas origens nessa época, até hoje se faz presente na doutrina militar.

O ‘intervencionismo controlador’, que encontrou no general Góes Monteiro um dos seus arautos, teve suas linhas gerais muito bem definidas por José Murilo de Carvalho:

“(...) ampla intervenção estatal em todos os setores; ênfase na defesa externa e na segurança interna; preocupação com a eliminação do conflito social e político em torno da idéia nacional; industrialismo nacionalista; e a presença das Forças Armadas, especialmente o Exército, como principais propulsores do processo a partir de uma posição hegemônica dentro do Estado (...)” (CARVALHO, 1983: 145).

O complexo processo histórico pelo qual se chegou à formulação e concretização desse projeto intervencionista foi minuciosamente trabalhado na análise desse autor. O que nos interessa mais de perto é sua conclusão acerca da natureza social de

tamanhos esforços:

“... o conteúdo concreto da intervenção, particularmente em seus aspectos racionalizantes, industrializantes e de contenção política, revelava-se compatível com a ordem burguesa industrial que se gestava no país, embora fosse a antítese do liberalismo político (...)” (CARVALHO, 1983: 149).

Não são poucos os estudiosos que vêem uma forte continuidade das linhas traçadas na década de 30 até a situação atual, em termos da definição funcional da Instituição Militar na nossa formação social. Raymundo FAORO (1988: 11) chega a afirmar que o “Estado brasileiro é um Estado autenticamente militar desde 30, quando emergiram os empresários (...)”. Na base dessa continuidade reside a perspectiva do intervencionismo controlador.

Se considerarmos, como Edmundo Campos Coelho, que “a doutrina militar de Góes Monteiro é, no essencial, idêntica à doutrina de Segurança Nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra” (COELHO, 1976: 105), poderemos compreender tal permanência em termos não apenas ideológicos mas, sobretudo, políticos.<sup>8</sup>

O papel reservado por aquela vertente militar hegemônica às Forças Armadas era vital à própria ordem social ali estabelecida. É nesse sentido que cabe, para o caso específico, falar nas Forças Armadas como Partido da Ordem. A mobilização dos subalternos militares na conjuntura 1961-1964, pela carga de contradições que desenterrava à Instituição Militar, constituiu-se num fator importante de desestabilização daquele Partido da Ordem: como manter a Ordem na sociedade quando o próprio organismo responsável pela tarefa mostrava-se ‘em desordem’?

### .III.

O movimento político das praças nos anos iniciais da década de 60 não foi apenas “militar”. Estava inserido num contexto de ampla mobilização das camadas populares, que mais e mais punha em xeque a continuidade, nas precárias bases

---

<sup>8</sup> Sobre a atuação da Escola Superior de Guerra - ESG no cenário político brasileiro, desde sua criação no final dos anos 40 até o seu desempenho na formulação, instauração e realização do regime militar de 1964, veja-se o brilhante estudo de Eliézer Rizzo de Oliveira (1976), “As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)”.

estabelecidas, das relações de dominação.

A ação dos baixos escalões militares, assim, deve ser também encarada nessa dimensão: uma experiência histórica muito rica em referências tanto para a memória de luta das classes dominadas quanto para a discussão mesma da questão da cidadania.

Sob este aspecto, importa resgatar a resistência daquela parcela das camadas populares em aceitar passivamente a perpetuação dos mecanismos discriminatórios e excludentes a que estavam submetidos, fosse no âmbito restrito da Instituição Militar, fosse no plano geral da sociedade. Tal resistência fora forjada num processo de intensa politização das questões sociais; muitas vezes assumiu, em termos da consciência moldada por esse processo, contornos de uma luta de classes.

Na mesma dinâmica, cumpre recuperar os traços principais do projeto de cidadania que, mesmo implicitamente, era abraçado pelos subalternos militares. Se o projeto da intervenção controladora expressava os limites da cidadania possível naquela ordem social, a mobilização das praças mostrava que não havia consenso frente a tais limites.

A retórica da igualdade formal, tão cara ao sistema capitalista, revelava-se falaciosa para quem nem ao menos podia votar e ser votado. Ao lutar pela sua condição de elegibilidade — um direito de cidadania *stricto sensu* —, os escalões militares inferiores avançaram para o questionamento das bases pelas quais se lhes restringia a participação política.

A recusa em seguir sendo ‘cidadãos de segunda categoria’ desdobrava-se então politicamente: a mudança de *status* não poderia prescindir de uma transformação simultânea nas condições de discriminação, excludência e inferioridade social impostas pelo sistema de poder. Em outras palavras, a natureza daquela luta mostrava-se mais e mais inconciliável frente à própria Ordem que os baixos escalões militares, por dever de ofício, eram chamados a defender.

#### .IV.

Do ponto de vista da Instituição Militar, o problema da mobilização das praças ganharia enorme importância, proporcionalmente à dimensão que assumia a questão em

termos de disciplina e hierarquia.

Quer se considere a função repressiva das Forças Armadas — a manutenção da ordem social via coerção —, quer sua função mesmo de ‘fazer a guerra’, a constatação evidente é que, para bem ‘funcionar’, deve a Instituição poder contar com segurança que as ordens emanadas dos comandos serão de fato cumpridas. A questão da ordem, aí, aparece tanto ‘para fora’ (para a sociedade) quanto ‘para dentro’ (intra-corporação). Eis porque aos movimentos contestatórios/reivindicatórios dos baixos escalões militares se confere uma extrema relevância política.

O cotidiano da caserna, lembra-nos Vanda COSTA (1984: 2), “é prática contínua e permanente de subordinação”; tais relações de subordinação, prossegue a autora, são organizadas segundo uma rígida hierarquia mantida através da disciplina.

José Murilo de Carvalho, defrontando-se com o caso brasileiro, aponta que a própria tentativa de eliminação da política no interior da organização militar, esforço sistemático desde os anos 30, passou

“... necessariamente por um enrijecimento geral com relação à disciplina. Quanto mais enquadrado o militar nas normas disciplinares, mais fácil seria também mantê-lo afastado da política, e isto tanto pelo hábito da obediência como pela maior socialização nos valores organizacionais e pelo maior envolvimento nas tarefas profissionais (...)” (CARVALHO, 1983: 135).

A *política* carregaria consigo, permanentemente, o viés da desordem latente: a obediência militar não se afinaria aos inevitáveis questionamentos suscitados pela consideração dos atos segundo um ângulo político. De outro lado, a competição entre as lealdades políticas e aquelas derivadas da estrutura hierárquica potencializavam um abalo sério nas relações de subordinação.

Como a Instituição Militar lida com o problema da disciplina e da hierarquia? Segundo Vanda Costa, a obediência sacralizada pelos regulamentos disciplinares

“é um modo de compartilhar um destino comum que iguala a todos. ‘Obedecer é tão nobre quanto comandar’ [Art. 1º do Regulamento Disciplinar do Exército, de 1937]. A proposição expõe aquilo mesmo que pretende ocultar: a desigualdade e assimetria das relações hierárquicas. A promessa de igualdade em destino comum tenta tornar suportável a submissão de todos” (COSTA, 1984: 3).



O instrumental de que a Instituição lança mão para reforçar a subordinação é identificado pela autora como inspirado numa analogia entre o exército e a família: seria o “apelo afetivo que induz à submissão total através da promessa do afeto paternal que iguala todos os filhos”; a isto ela chamou de “retórica da família” (COSTA, 1984: 3). Seu mecanismo de funcionamento, revelado através do viés freudiano assumido por Vanda Costa, consistiria no seguinte: a associação da afetividade à subordinação, resultando uma disciplina advinda dos sentimentos, teria como objetivo “criar laços afetivos de modo a que a ameaça de rompimento possa implicar em sensações de medo e angústia ligadas à perda de identidade” (COSTA, 1984: 6).

A hegemonia do projeto do ‘intervencionismo controlador’, construída historicamente no embate político, teria acarretado contradições graves no seio daquela complexa relação ‘familiar’. Para levar a cabo a transformação integral da Instituição Militar, tal projeto exigiu, entre outras dimensões, alterações de fundo na composição mesma das Forças Armadas, uma das quais a instauração de uma profissionalização seletiva: valendo apenas para a oficialidade, excluía os demais membros da corporação militar (CARVALHO, 1983: 125-126; COSTA, 1984: 17-19).

Ocorre que essa medida, associada a outras de igual sentido, teria como efeito um abalo na estrutura hierárquica. Entre as praças e a oficialidade estabeleceu-se um fosso intransponível; os sargentos, situados precisamente no ponto de quebra dessa cadeia, experimentaríamos sobre si mesmos a contradição entre uma retórica da igualdade e uma prática da diferença (COSTA, 1984: 7-8).

Pode-se aplicar, nesse caso, a distinção sugerida por Celso Castro em termos da natureza da relação hierárquica. Para os oficiais, tratar-se-ia de uma “hierarquia quantitativa”:

“... a hierarquia que pressupõe a ‘possibilidade de ascensão’ para todos os seus membros, a partir de uma situação inicial de ‘igualdade’ formal de condições. Falar em ‘quantidade’ de tempo significa que todas as posições ocupadas pelos oficiais estão dispostas num mesmo eixo de tempo social e que, portanto, são redutíveis e comparáveis umas às outras — são distâncias ‘quantificáveis’ (...)” (CASTRO, 1990: 22-23).

Seu contraponto seria, se pudermos forçar a comparação, a situação das praças, onde uma hierarquia ‘qualitativa’ (CASTRO, 1990: 23) estabeleceria na origem a condição

da desigualdade.

Assim, o temor da Instituição Militar para com a mobilização política das praças — que, se envolvia reivindicações ‘sociais’, também demandava transformações estruturais às Forças Armadas — não era somente uma questão ideológica ou mesmo de aspecto partidário. Dizia respeito à continuidade ou ruptura dos padrões organizacionais gestados ao longo da década de 30 e em plena vigência nos anos iniciais da década de 60.

Eis porque as manifestações políticas de indisciplina ou mesmo as tendências “conspirativas” observáveis com alguma frequência no seio da oficialidade não causaram traumas tão violentos à Instituição Militar quanto aquelas oriundas dos baixos escalões. O movimento dos subalternos, na sua construção histórica, mostrou-se, de fato, uma ameaça física ao núcleo de força do poder do Estado.

\* \* \*

## **CAPÍTULO 2**

**A CONJUNTURA:  
BRASIL, 1961 - 1964.**

Os anos iniciais da década de 1960, no Brasil, têm sido comumente apontados como um período de crise. O ponto de partida para balizar as considerações sobre a conjuntura em que se desenrolou o movimento dos subalternos militares entre 1961 e 1964 deve ser localizado precisamente aí: na percepção do esgotamento do regime instaurado cerca de quinze anos antes, com a queda do Estado Novo.

A noção de Regime, em contraposição à de Estado e de Governo, possibilita a aproximação a tal crise. Segundo Sérgio Abranches, enquanto “Estado é estrutura e processo, interesses organizados, dominação e organização (...)”, e “Governo é conjuntura, coalizão, autoridade, delegação (...)”, o

“Regime é regulação, controle. Determina o modo, o tempo e a extensão dessa apropriação eventual dos aparelhos de Estado, da organização da sua direção política, assim como da administração dos seus recursos. Ele estabelece, também, as principais regras para decisões de política” (ABRANCHES, 1985: 19).

Tal definição aponta para um aspecto interessante da complexa questão do poder. Trata-se da constituição, em coordenadas históricas específicas, de um dado ‘contrato social’<sup>9</sup>. É no estabelecimento dos eixos do regime que se articulam e definem as forças sociais hegemônicas; é também aí que se precisam as chamadas ‘regras do jogo’; é, finalmente, nos seus limites — os limites dados pelas instituições políticas vigentes — que se desenvolve a luta pela redefinição de hegemonias em função da dinâmica do processo histórico.

Aos anos 1961-1964, nesses termos, corresponderia o período de crise do chamado ‘regime populista’. Para entendê-los, portanto, é preciso remontar à década e meia que os precederam, em busca dos traços gerais definidores daquele ‘pacto social’ específico.

Desde os anos 30 o País ganhara novos inquilinos em sua estrutura de poder. Os núcleos mais articulados da burguesia industrial impuseram sua presença ao lado do tradicional setor agrário-exportador; lideranças militares lograram implementar seu projeto do ‘intervencionismo controlador’, redimensionando a própria relação Exército-Estado-

---

<sup>9</sup> Ainda que a idéia do ‘contrato social’ possa sugerir a presença de um mínimo consenso entre as partes — o que, aliás, em regra acontece —, não se deve descuidar da sua outra face, a conquista e manutenção, pela coerção, daquele grau mínimo de consenso.

Nação; os interesses do capital multinacional viram-se momentaneamente questionados, não por uma força oposta, mas por interesses nacionais concorrentes.

Por seu turno, as massas populares iniciavam um lento e intrincado processo de construção da sua identidade política. A imagem da dualidade concessão/conquista, se é insuficiente para abarcar a complexidade das relações então estabelecidas entre o Estado e as massas trabalhadoras, fornece, no entanto, uma pista daquela dinâmica rede de poderes que perpassava a estrutura sindical corporativa. O “povo” começava a ganhar expressão através de canais institucionais que, malgrado sua limitação de origem — o processo seguia nas margens traçadas pelo próprio Estado — jamais haviam sido por ele atingidos até então.

A queda do Estado Novo, *manu militari*, não chegou a alterar em profundidade a composição de forças no poder. Ao contrário, muito mais revelou-se uma investida da Ordem contra eventuais transformações para além dos limites por ela aceitáveis, fruto da incógnita que representavam a nascente mobilização popular em torno do difuso ‘queremismo’, a retórica populista de Vargas e o próprio exemplo da vizinha Argentina (CARVALHO, 1983: 149-150).

De todo modo, uma força em escala mundial despontava como a grande vencedora da 2ª Grande Guerra. Os interesses (públicos e privados) americanos passariam, também aqui, a contar decisivamente, quer em termos econômicos, quer políticos.

Assim, acrescido desses dois novos elementos — uma mobilização popular que ensaiava traços de autonomia frente ao bloco no poder e um sócio-majoritário na engrenagem capitalista internacional —, o quadro político pôde ser redesenhado, não sem contradições de vulto, na Constituição de 1946 e ao longo da elaboração legislativa a ela vinculada nos anos que se seguiram.

O sentido desse novo desenho incorporava o movimento ambíguo da sociedade:

“O exercício ‘normal’ do domínio político na fase ‘clássica’ do regime populista, de 1945 a 1960, caracterizou-se por uma combinação de pluralismo e limitação, força e autoridade, coerção e consentimento (...) Entre o consenso e a força encontravam-se formas políticas corruptas e fraudulentas: o peleguismo, o coronelismo, clientelismo, protecionismo e o apadrinhamento (...)” (DREIFUSS, 1981: 136).

Erguido em tais bases, o regime mostrou-se insuficiente para conter as graves contradições que explodiram em seu interior. A partir de 1961, a crise só fez crescer, acompanhando a simultânea queda da capacidade institucional de solucionar os choques de interesses e, sobretudo, as disputas sociais entre orientações crescentemente divergentes face aos eixos básicos de organização do Estado.

A retórica populista, ao ganhar as ruas, impregnava-se de um conteúdo social diferente do visado desde cima, e retornava ao Estado sob a forma de reivindicações mais amplas do que as permitidas pelo que Wanderley Guilherme dos SANTOS (1979: 68) chamou de “cidadania regulada”. Em parte, esse conteúdo modificado devia-se a um processo de politização vivido em graus diversos pelas camadas populares urbanas e rurais. Tal processo foi, sob certos aspectos, tributário do próprio mecanismo decisório formal do populismo, que conferiu às massas — organizadas segundo o figurino corporativista do trabalhismo — o papel de interlocutor político legítimo (porque sob controle).

A mobilização popular, especialmente no campo sindical, crescera muito rapidamente. No entanto,

“... o aumento da participação dos sindicatos na vida política foi, em grande parte, artificial, porque não resultou de um aumento na capacidade de pressão autônoma da classe operária, mas do apoio que as lideranças dos sindicatos oficiais receberam do governo (...)” (RODRIGUES, 1981a: 550).

Se tal fenômeno proporcionou aos sindicatos uma “ilusão de poder” (RODRIGUES, 1981a: 551), no sentido de um estímulo à radicalização em bases descompassadas com o que as suas forças objetivamente sustentariam, teve um efeito negativo também em termos concretos. “(...) Praticamente deixou intactas todas as formas de gestão autoritária, em que o poder se concentrava nas mãos da direção da empresa e, daí, ... para os supervisores (...)”, o que gerou um paradoxo:

“(...) o movimento sindical com peso bastante grande na política brasileira, influenciando o sistema decisório nacional, porém muito debilmente implantado dentro das fábricas. O movimento sindical nesse período (61-64) pode ter assustado os proprietários de empresas, porém não os incomodou internamente na fábrica, porque era um movimento sindical voltado para fora, voltado para o Estado.” (RODRIGUES, 1986: 13).

No seio das classes dominantes, as contradições forjaram uma razoável fragmentação, seja no âmbito ideológico, seja no político. Ambas as esferas seguiam marcadas pela lógica econômica conflitante na origem das ações.

A questão nacional, embora perfilada sob um viés de esquerda, chegou a contar adesões entre setores da burguesia. Ao contrário do que imaginaram muitas cabeças esquerdistas coroadas, porém, e como mostraram os fatos desde 1964, não se tratava de um engajamento da “burguesia nacional” na luta anti-imperialista e sim de uma oportunidade de setores industriais e comerciais garantirem para si melhores colocações no condomínio oligopolista do poder.

Uma disputa mais grave, pela amplitude que envolviam as alternativas em confronto, ocorria entre os setores tradicionais, o poder local, de base agrária, e os emergentes, de orientação internacionalista-modernizante, de base financeiro-industrial. Nesse ponto se definiu um embate pela hegemonia dentro do bloco no poder, decidido no pós-1964 em favor dos últimos, se bem que sem a exclusão dos primeiros, que seguiriam compondo, na dimensão mais capilar, uma esfera concreta da rede de relações de dominação.

A Instituição Militar viu-se também engolfada pelas clivagens quanto à orientação a ser seguida. Um combate nem sempre surdo foi ali travado. De um lado, setores que defendiam uma posição mais independente do país face aos pólos internacionais de poder, segundo um viés nacionalista-reformista; de outro, os que se batiam por uma vinculação mais direta à força continental de incontestável liderança, os Estados Unidos, e à sua visão particular a respeito da chamada Segurança Nacional. No fundo de tal disparidade encontrava-se a diferença de visões sobre o papel mesmo da Instituição Militar dentro da sociedade. Um leque cobria desde as posições mais 'neutralistas', a considerar a preponderância do poder civil, até as tendências 'intervencionistas', elas mesmas cindidas entre concepções 'apolíticas' (intervenção moderadora, arbitrando, quando necessário, as disputas da sociedade civil) e 'políticas' (uma intervenção mais efetiva: duradoura, tutelar, militarizante do todo social). Sobrepostos a esse nível, outros elementos viriam a ser adicionados: as disputas pessoais, as lealdades políticas e as questões 'paroquiais' jogaram, aí, um peso nada desprezível em face das definições tomadas naquela conjuntura.

Nas brechas criadas com tais cisões pôde-se desenvolver, primeiro de modo

incidental, depois mais agressivamente, a própria mobilização política das praças. Sua existência num contexto de menor fragmentação entre as cúpulas dominantes seria dificilmente tolerada para além de alguns passos iniciais.

Neste ponto surge com maior nitidez a possibilidade de se vislumbrar o que Daniel Aarão Reis Filho identifica como “vasos comunicantes” entre as Forças Armadas e a sociedade. Em determinadas circunstâncias, o isolamento relativo da Instituição Militar é rompido tanto no sentido de colocar a sociedade em contato com propostas e posições internas às corporações como, ao contrário, no de abrir a organização militar aos influxos da sociedade. Tais circunstâncias, conjunturas radicalizadas pelas lutas sociais, permitem que momentaneamente as características corporativas sejam suplantadas pelas injunções oriundas da base social sobre a qual se assenta a Instituição Militar. Como as clivagens horizontais que opõem a oficialidade às praças são, em larga medida, o resultado de um processo estrutural de exclusão dos subalternos, o paralelo com a situação ‘civil’ logo é trazido à cena. Daí à perspectiva do antagonismo social entre as duas ordens hierárquicas é um curto caminho.

Esse parece ter sido o caso da conjuntura 1961-1964 no Brasil. Desde o seu começo, com a crise da renúncia do presidente Jânio Quadros — que desaguou na Campanha da Legalidade e na defecção do III Exército diante do veto dos Ministros Militares a Goulart —, até o seu fim, com a derrubada do governo Goulart por um movimento político-militar de extensão considerável, a dinâmica dos acontecimentos seguiu sendo dada pelo embate das forças sociais, que apontavam nas mais diferentes direções. Nas palavras de um analista que viveu tal ebulição,

Era difícil não ser contaminado naquele período de perspectivas tão variadas. Tudo parecia próximo e acessível, ‘ali na esquina’, como se diz (...)” (FRANCIS, 1966: 86).

Vale não esquecer, aponta-me outro contemporâneo daquela efervescência, que aqueles foram os anos iniciais da experiência revolucionária cubana. Fidel e *Che*, a Guerrilha, a vitória contra o imperialismo e os sucessos nas lutas de libertação nacional, tudo isso foram alguns dos grandes mitos partilhados por amplos setores da esquerda (Deodato Rivera, depoimento ao autor, 1992).



Nessa mesma perspectiva, importa assinalar o enorme impacto que a vitória legalista de agosto/setembro de 1961 teve sobre as forças populares, e também sobre as Forças Armadas. Para uns, tratava-se de um novo estágio na organização, mobilização e luta popular, onde a consciência política das massas parecia ter alcançado níveis elevados de compreensão do processo histórico. Sem muito esforço, houve quem divisasse ali uma dimensão pré-revolucionária da luta. Para outros, sobretudo àqueles setores recalcitrantes da oficialidade, tratava-se, ao contrário, de exorcizar a experiência frustrada e buscar sua reformulação em bases planejadas, previamente estruturadas e bem municadas com o armamento ideológico, político e, *last but not least*, bélico em sentido estrito.

Quando a ocasião de um novo enfrentamento surgiu, menos de três anos depois, realidade e ilusão chocaram-se de modo intenso: enquanto as tropas eram deslocadas para o assalto fulminante ao poder, ainda se tentou a resposta retórica da greve geral. O movimento dos sargentos, que, então, já não passava de pálida sombra do que havia sido até poucos meses, nem chegou a esboçar reação próxima à de 1961. Recuperar pontos importantes desse processo é um dos objetivos do presente trabalho.

\* \* \*

## **CAPÍTULO 3**

### **O MOVIMENTO DOS SARGENTOS E A REVOLTA DOS SARGENTOS DE BRASÍLIA**

## **1. Introdução.**

“(…) A este povo afirmamos: quando a ameaça de um golpe tentar concretizar-se no país, aí então iniciaremos a nossa marcha, e o rufar dos nossos tambores confundir-se-ão (*sic*) com o material das oficinas, e a canção da nossa luta será inspirada no chorar desesperado das crianças famintas do nordeste (…)” (Trecho de um manifesto de sargentos, in Última Hora (BH), 13-05-1963, p. 4; Correio da Manhã (RJ), 13-05-63, p. 3; *apud* DELGADO, 1986: 171).

O trecho em destaque é bastante ilustrativo do que se convencionou chamar de Movimento dos Sargentos. Na conjuntura explosiva do Brasil do início dos anos 60, subia à cena um movimento político que se definia claramente como ‘dos sargentos’, que aos poucos se aproximava do movimento sindical e de outras forças sociais de orientação transformadora, de cunho genericamente reformista e tendente a romper o isolamento imposto por sua condição de militares, à luz do lema “Sargento também é Povo!”. Sobretudo, colocava-se como ativo guardião de uma legalidade que apontava em horizonte uma ordem social menos excludente e discriminatória, traduzida na promessa das Reformas de Base do governo Goulart.

Mas de forma alguma se tratava de uma estréia.

## **2. Breve histórico.**

Ao longo da história republicana brasileira contam-se vários momentos em que o grupo dos sargentos apareceu na cena política, seja ao lado de outros grupos militares, seja mesmo isoladamente.

Já em 1910, subalternos da Marinha marcavam sua presença a custa de ferro e fogo: a Revolta da Chibata celebrou seu líder, o marinheiro João Cândido (o “Almirante Negro”), que surpreendeu a cidade do Rio de Janeiro ao comandar um então moderno encouraçado na Baía da Guanabara. Amotinados contra os pesados castigos corporais a que eram submetidos ‘a bem da disciplina’, e contra as péssimas condições de vida a bordo dos navios, os marinheiros ameaçavam bombardear a Capital. Anistiados, foram em seguida presos e muitos deles morreram nas prisões.

Cinco anos depois, aconteceria uma rebelião de sargentos, a primeira com reivindicações específicas do grupo. Queriam o fim das diferentes classes de sargentos nos quadros do Exército e a unificação dos vencimentos, além da estabilidade na graduação (CARNEIRO, 1965: 533-535). Duas novas tentativas, informa ainda Glauco Carneiro, ocorreram em 1916, também reprimidas.

Em 1935, o movimento insurrecional no bojo da recém-proibida Aliança Nacional Libertadora (ANL) contou com a presença destacada de alguns militares. Entre estes, destacaram-se o cabo Giocondo Dias (Natal-RN), o sargento Gregório Bezerra (Recife-PE) e o cabo David Capistrano (Rio de Janeiro-RJ). Os anos 30 seriam, a propósito, pródigos em termos de agitações, protestos e rebeliões partidas dos quartéis ou por eles encampadas. Entre os anos de 1930 e 1939 contam-se nada menos do que 33 movimentos militares cuja participação principal foi de praças (cf. CARVALHO, 1983: 151-179).

Depois de um período de refluxo que se estenderia até o fim do Estado Novo, os graduados passariam a ampliar sua organização. Mobilizavam-se, sobretudo, em torno dos ‘clubes de sargentos’ que em vários Estados da Federação começaram a surgir. A luta pela elegibilidade começaria a ganhar destaque nesse meio.

Este histórico sucinto é importante, primeiro, como contraponto ao discurso da ‘novidade’ do movimento no início da década de 60, a que mais adiante retomaremos. O é, também, para mostrar a mobilização das praças como elemento integrante da memória coletiva, isto é, das tradições de luta que de várias maneiras vão impregnando o imaginário desse grupo específico no meio militar.

A década de 30 foi particularmente rica em exemplos da atuação aberta de militares na política. O Tenentismo dos anos 20 veria uma de suas vertentes guindada ao poder com a chamada Revolução de 30.

A historiografia, por vezes, tem-se encarregado de ofuscar a participação, em 30, de outros grupos que não os Tenentes. José Murilo de Carvalho, apoiado em dados empíricos, recoloca a questão sob outra ótica:

“... o próprio papel dos oficiais subalternos tem sido excessivamente exagerado, como parte da mitologia criada em torno da revolução. Exame cuidadoso dos levantes nas várias unidades mostra com clareza o papel muito importante dos sargentos em todos eles. Tanto no Sul como no Nordeste, os tenentes pouco teriam conseguido sem o apoio dos sargentos, que

eram os que efetivamente possuíam o controle da tropa.”  
(CARVALHO, 1983: 110)

E, avançando a questão, o mesmo autor complementa:

“(…) Além da intensa participação na própria Revolução de 30, os sargentos se salientaram em 1932 e em todas as revoltas lideradas por oficiais subalternos, particularmente as de 1935. Mais ainda, os sargentos, às vezes cabos e soldados, levaram adiante movimentos próprios que despertavam reação violenta de parte dos oficiais, inclusive dos tenentes reformistas ... os movimentos típicos dos sargentos eram as rebeliões de quartéis, freqüentemente violentas, com demandas às vezes radicais, embora pouco articuladas.”  
(CARVALHO, 1983: 115).

Trinta anos, mesmo em um país onde a memória das lutas sociais é sistematicamente reprimida, ou mais, ideologicamente ‘sabotada’, foram um prazo relativamente curto para que os vestígios daquelas jornadas se desvanecessem por completo. Algo assim latente, mais dia, menos dia, tornaria à cena.

Para melhor compreender o movimento dos subalternos militares entre 1961 e 1964, há que se fazer um recuo para a conjuntura pós-Revolução de 30. Aí se nota uma particularidade no que tange a tais movimentos de praças, notadamente sargentos, que será elucidativa para a análise do movimento na conjuntura 1961-1964. Para além das reivindicações usuais — questões como os baixos soldos ou a falta de assistência social —, naqueles anos 30 emergia um problema cujas dimensões talvez não fossem sequer vislumbradas pelos sargentos, embora bem o sentissem no seu cotidiano: o estabelecimento de uma nova relação entre o Exército, a Política e o Estado.

Tratava-se da implementação do projeto de redefinição estrutural das próprias Forças Armadas por parte daquele grupo militar hegemônico desde 20, do qual Góis Monteiro era figura de proa. Em outras palavras, a vitória política do ‘intervencionismo controlador’ (CARVALHO, 1983: 122), com sua necessidade premente de adaptar as Forças Armadas ao novo papel que se lhes impunha, provocou sérias modificações estruturais na instituição militar.

O sentido visado pelas mudanças era a constituição de uma nova ordem social onde o Exército ocupava papel central, seja no aspecto da defesa externa, seja no do desenvolvimento interno da Nação. “O projeto da intervenção controladora dos militares”, nas palavras de José Murilo de Carvalho, “sem dúvida fugia do modelo de exército burguês

clássico”; mas seu conteúdo, como já apontado anteriormente, mostrava-se “compatível com a ordem burguesa industrial que se gestava no país (...)” (CARVALHO, 1983: 149).

Entre as modificações, uma dizia respeito diretamente aos sargentos: a profissionalização levada a cabo no âmbito da instituição referia-se não a todo o corpo militar, mas apenas à sua parcela ‘superior’, a oficialidade. Essa profissionalização excludente traduziu-se, por exemplo, na imposição de maiores obstáculos, inicialmente, ou mesmo na simples proibição, mais tarde, ao acesso de praças ao oficialato; ou, ainda, numa redução do tempo de permanência do graduado nas fileiras, lançando-se mão aí dos mecanismos de licenciamento e controlando-se o engajamento e reengajamento (COSTA, 1984: 17-19). Pode-se imaginar o quanto pesam, nestes termos, aspectos concernentes às fidelidades pessoais e ligações políticas quanto à relação comandados/comandantes. As agitações, os protestos e as revoltas das praças, contados às dezenas na década de 30, tiveram muito a ver com todo esse processo.<sup>10</sup>

Prossigamos com a visão panorâmica acerca da participação política dos sargentos ao longo da nossa História. Pode-se dizer que o ditatorial Estado Novo (1937-1945) marcou, por óbvias razões, um período onde manifestações políticas — reivindicativas ou de protesto — de sargentos (como, de resto, de toda a sociedade) quase não tiveram lugar. O reaparecimento dos sargentos, ainda que em plano bastante secundário, à cena política se dá por ocasião da chamada ‘Novembrada’, o contra-golpe articulado pelo então general Lott para assegurar a posse do Presidente eleito Juscelino Kubitschek em 1955.

Embora sem ocupar posição de relevo, os sargentos estiveram em atividade no “Onze de Novembro”, ainda que como suporte. Segundo informa um participante daquele movimento, Sr. Antônio Garcia Filho, à época servindo como 3º Sargento no 2º Batalhão de Infantaria Blindada - RJ (mais tarde eleito Deputado Federal), a situação na sua Unidade se apresentava assim: a maioria dos oficiais, à exceção do Comandante e um oficial de manutenção, era “golpista”, e os sargentos, todos, legalistas. O Comandante, Coronel José Alexínio Bittencourt, chegou ao quartel às duas horas do dia 11, mandou tocar a alvorada e

---

<sup>10</sup> Para uma descrição sumária de tais movimentos, veja-se o ‘Apêndice referente ao Quadro 1: “Movimentos Militares, 1930 - 1945”, org. por Lúcia Lahmeyer Lobo, com colaboração de Vanda M. Costa Aderaldo’, *in*

determinou Ordem de Marcha, com a tropa armada, municida e pronta para o combate. Reuniu os oficiais e, depois de meia hora, todos retornaram às suas residências: estavam a favor do golpe mas assumiram o compromisso de não participar (pois, do contrário, seriam presos). Com o batalhão em forma, o Cel. Alexínio detalhou para a tropa a Mensagem do Ministro Henrique Lott, designou esse sargento para ficar no comando do quartel (tendo o mesmo organizado inclusive sua defesa anti-aérea) e partiu, com o outro oficial e as praças, para retomar a Base Aérea do Galeão, sublevada pelo Brigadeiro Eduardo Gomes. (GARCIA FILHO, 'Memorial', 1992; Arquivo Garcia Filho, em posse do Autor). A politização dos graduados começava, timidamente, a se fazer sentir.

Nos anos seguintes, passaram os sargentos a se organizar na luta por questões trabalhistas: vencimentos, estabilidade, promoções. O Presidente Jânio Quadros teria vetado um projeto de lei articulado por sargentos visando a estabilidade aos 2 e 5 anos. No Congresso Nacional o veto não foi derrubado, mas por pequena diferença, 14 votos (GARCIA FILHO, Anotações [s/d], Arquivo Garcia Filho). De certa forma, esse dado pode sugerir um mínimo de pressão organizada, algo como um *lobby*, já em funcionamento. Nada, no entanto, havia no horizonte a indicar a presença política dos sargentos, como grupo, no cenário nacional.

### **3. Momentos, I: 1961 - 1963.**

#### **3.1. Sobe o pano.**

A primeira aparição do movimento dos sargentos na conjuntura 1961-1964, para o grande público, foi relativamente modesta, quase uma “curiosidade”. O país estava, então, mergulhado em grave crise institucional: a renúncia do Presidente Jânio Quadros e o veto dos Ministros Militares à posse do Vice-Presidente João Goulart. Em rápidas palavras, vejamos a configuração dessa crise.

Jânio Quadros, dono de um estilo político personalíssimo, fora eleito em outubro de 1960, à frente de uma coligação partidária encabeçada pela União Democrática Nacional (UDN). Já em agosto de 1961 viu-se envolvido em denúncias de um suposto

---

CARVALHO, 1983: 151-179.

golpe de Estado em andamento, desferidas por Carlos Lacerda, expoente da mesma UDN. A 25 desse mesmo agosto, Dia do Soldado, apresentou sua renúncia à Presidência, para surpresa geral. Em sua carta justificando o ato, não se encontra clara explicação, senão declarações oblíquas de pressões de “forças terríveis” (*apud* VICTOR, 1965: 311-312). O Vice-Presidente João Goulart encontrava-se, então, na China, em viagem diplomática.

Goulart, herdeiro político do trabalhismo getulista, sofreu, ainda no exterior, o veto da cúpula militar. O grupo anti-varguista no comando das Forças Armadas, derrotado em 1955, mostrava o receio de novo fracasso.

Manifestações públicas, de sentido ainda dúbio — umas pela volta de Jânio, outras pela posse de Goulart —, começaram a acontecer. Ocupando interinamente a Presidência, o Presidente da Câmara Pascoal Ranieri Mazzilli defrontava-se com o Estado de Sítio imposto — assim se refere Skidmore (1975:256) — pelos ocupantes das Pastas militares.

Desde o dia 26 registraram-se greves “em defesa do regime”, como os ferroviários do Rio; várias outras categorias mobilizavam-se, em estado de alerta ou mesmo já em greve; os bancários, ainda no dia 27, paralisavam suas atividades nacionalmente; três dias depois, já se constituía o Comando Geral de Greve, embrião do futuro CGT (DELGADO, 1986: 183-184).

A 28 de agosto, o Congresso rejeitava o Veto militar; invocando um *deus ex machina*, recomendava como solução ao impasse a implantação do Parlamentarismo. No dia seguinte, viriam a público as razões do veto, através de um manifesto assinado pelos ministros Sílvio Heck (Marinha), Gabriel Grün Moss (Aeronáutica) e Odylio Denys (Guerra). Ali relacionavam Goulart ao comunismo internacional e à anarquia, e apontavam as perspectivas no caso da posse: “o País mergulhado no caos ... na luta civil [onde] as Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-íam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas” (v. integra do manifesto em VICTOR, 1965: 347-348). Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, já iniciava a reação legalista, comandando a organização da população gaúcha para a resistência.

No quadro da intensa turbulência política, as cisões no seio das Forças Armadas não tardaram. Mas, diferentemente de outros momentos, não se restringiram às esferas militares superiores.



Não há dúvida que posições claramente legalistas como a do ex-ministro Lott, candidato presidencial derrotado em 1960, foram cruciais para mostrar que a questão estava mais que nunca em aberto. Sobretudo pesava à causa legalista a adesão do general Machado Lopes, no comando do III Exército, no sul do país (leia-se tropas, armas, munições). Em vários pontos do território nacional a Legalidade seria assumida incondicionalmente por oficiais em comando. Em São Vicente (SP), os oficiais do 2º Batalhão de Caçadores negaram-se a marchar contra o III Exército; em Belém (PA), o Coronel Fausto Gerp, no comando da Base Aérea, tornava pública sua adesão à Legalidade — e, como Lott, seria punido com prisão; fatos semelhantes ocorriam na Marinha (Novos Rumos n.º 134, Ed. Extra, 4-9-61; p. 4). Nos meios subalternos, como veremos, a questão também transbordaria o limite das pressões meramente de opinião.

A crise institucional arrefeceu quando, a 2 de setembro, o Congresso adotou a emenda parlamentarista e, dois dias depois, os Ministros Militares retiraram o veto (SKIDMORE, 1975: 260). No dia 5 de setembro, Goulart chegaria a Brasília e seria empossado, dia 7, como um Presidente da República de poderes reduzidos pelo novo sistema político.

Vamos nos deter um pouco sobre os sargentos nessa crise, onde já cabe falar no início de uma atuação orgânica do grupo, mostrando-se para a sociedade como tal. Iniciemos com um episódio pouco conhecido, a articulação do Comando de Resistência Clandestino dos Sargentos, segundo nos informa o Sr. Garcia Filho:

“(...) Era um sábado [26-08-1961], quando o Repórter Esso anunciou [a Renúncia]. Estava na casa do sgt. José Mendes de Sá Roriz ... analisando ... os violentos ataques feitos ao Presidente ... [por] Lacerda (...) Imediatamente, ... até que se obtivesse maiores informações, achamos que nossa posição seria de respeito à ordem e às instituições, que fosse assegurada a posse do Presidente constitucional, João Goulart. (...) Lembrei a ele [que era militante do PCB], que na área militar eu agiria e que ele agisse nos sindicatos e no meio estudantil. Que procurasse as lideranças e informasse que iríamos estabelecer um comando de resistência clandestino [e] que as direções mais conseqüentes entrassem na clandestinidade (...) Virei sábado e domingo fazendo contatos, mobilizando pessoalmente tudo o que foi possível (...) Elaboramos um plano de resistência cuja palavra de ordem foi ... “Ninguém sair dos quartéis sem conhecer a missão que ia cumprir”, que o Presidente constitucional era o Dr. João Goulart e tinha que tomar

posse. E tudo saiu conforme o programa ...” (GARCIA FILHO, ‘Memorial’, 1992, Arquivo Garcia Filho)

O próprio Garcia, em depoimento ao Autor, acrescenta: os integrantes eram os mesmos da já referida campanha da estabilidade aos 5 anos; sobre os resultados, diz ainda:

“... o Ministro da Guerra [Denys] ... determinou que os pára-quedistas embarcassem para Brasília e fechassem o Congresso (...) No Galeão, tudo em forma ..., na hora de embarcar um sargento perguntou qual era a missão e o oficial comandante disse que era fechar o Congresso. E ele: “— Negativo!”, e dali todos voltaram para o quartel...” (Garcia Filho, Depoimento, 1991)

Outro episódio, na área do Exército, encontra-se registrado por Marcelo RIDENTI (1989: 386-387), baseado em depoimento do ex-sargento Amadeu Felipe (que, poucos anos depois, comandaria a “Guerrilha de Caparaó”). Conta Felipe que, no 18º Regimento de Infantaria (RS),

“... tínhamos uma oficialidade reacionária muito conseqüente em seus propósitos. Ela pressionou o comando para ficar a favor do golpe e nós sargentos decidimos em assembléia, dentro da unidade, com uns 180 sargentos, que ficaríamos pela posse do vice-presidente eleito. O governador Brizola comandava a Rede da Legalidade pela rádio. Os oficiais acabaram não tendo outro caminho senão negociar em plena madrugada para aderir à legalidade. Mas houve uma quebra da disciplina e da hierarquia muito séria (...)”

Dois outros eventos, já mais conhecidos, dão a tônica das atividades, na crise de 61, do grupo politizado de sargentos: não mais como resistência passiva, e sim franca ação. O primeiro, ainda a 28 de agosto, descrito por Amir LABAKI (1986: 93), mostra sargentos e suboficiais da Base Aérea de Gravataí (RS) contendo um suposto ato golpista. Era a tentativa de oficiais, sob comando de um certo major Cassiano, de levantar vôo e bombardear, com uma esquadrilha de caças a jato, o Palácio Piratini, epicentro da resistência legalista gaúcha, e outras áreas estratégicas de Porto Alegre. Os graduados teriam retirado peças vitais dos aviões e, assim, impedido o vôo. O historiador Hélio SILVA (1975: 139-140) apresentara versão mais moderada do episódio, falando apenas em “agitação dos sargentos”, e que o comando da Base teria perdido o controle sobre os graduados, solicitando e recebendo o reforço do III Exército na manutenção da ordem.

O segundo evento estaria ligado à chamada “Operação Mosquito”; dele encontram-se breves referências em CARNEIRO (1965: 536) e, um pouco mais detidamente, em LABAKI (1986: 117-128) e SILVA (1975: 143-147), entre outros. Com Goulart ainda no exterior, correram boatos de que haveria uma operação partida da Aeronáutica visando a abater o avião que o transportava a Porto Alegre. Isso teria motivado Brizola a anunciar, na Cadeia da Legalidade, a chegada de Jango por automóvel, para despistar. A 1º de setembro, Goulart pousava em Porto Alegre, sendo recepcionado pelo próprio Brizola e por Machado Lopes no aeroporto fortemente policiado. Na madrugada do dia 5, os Ministros militares reuniam-se com o Presidente em exercício, informando-o de que havia um grupo de oficiais da FAB que, discordantes da solução adotada com o Parlamentarismo, pretendiam impedir o desembarque de Jango em Brasília. E mais, os Ministros informaram a Mazzilli que não dispunham de meios para impedir tal ameaça, a que chamaram “Operação Mosquito”.

Mazzilli insurgiu-se contra tão grave vulnerabilidade: como alguns oficiais poderiam impedir o vôo de Goulart mas não podiam ser eles mesmos impedidos de voar? O general Ernesto Geisel, do Gabinete Militar de Mazzilli, entendeu-se diretamente com o marechal Denys, articulando-se então a retirada de circulação dos ‘elementos perigosos’. Esta versão, contada por SILVA (1975: 144-145) — baseada em depoimento a ele concedido por Ranieri Mazzilli em 1974 —, é abraçada também por TENDLER & DIAS (1984: 34). Não é, porém, a única.

Em várias fontes, consta que a tal “Operação Mosquito” fora mesmo desarticulada pela ação de sargentos e suboficiais da Aeronáutica da Guarnição de Brasília: CARNEIRO (1965: 536), LABAKI (1986: 126, citando artigo de Flávio Tavares para o Última Hora, 06-09-61, p.7) e RIDENTI (1989: 386), entre outros. Cita-se, inclusive, os nomes de dois sargentos, Prestes de Paula (FAB) e Dantas (Sgt. Fuzileiro Naval), que teriam comandado essa ação: Novos Rumos, n .260 (21 a 27-02-64, p.6).

Segundo o próprio ex-sargento Antônio Prestes de Paula contou-me (depoimento em 17-5-92), a “Operação *Flit*” teria transcorrido da seguinte maneira. Vazou para os sargentos a informação de que o avião que traria Goulart a Brasília seria abatido por oficiais golpistas da FAB. Quatro caças F-8 teriam, inclusive, sido deslocados da Base Aérea de Santa Cruz, no Rio, para a Capital Federal. O dado técnico: como nenhum desses

aviões voava na faixa do avião presidencial, este teria que ser abatido próximo do aeroporto, já na fase de descida. Os sargentos tentaram uma sabotagem dos caças: sem interferir no dispositivo de vôo, desligaram os mecanismos que comandavam o armamento. No entanto, foram descobertos. Na nova equipe de manutenção escolhida, sem embargo, constavam dois sargentos ligados aos anti-golpistas, os quais deram seqüência à sabotagem. Por precaução, o grupo dos sargentos prendeu os oficiais e garantiu, pelas armas, a aterrissagem de Goulart.

A crise de agosto/setembro de 1961 trouxe à baila o que seria um dos eixos principais das demais crises políticas até a própria derrubada de Goulart em 1964: a politização dos subalternos das Forças Armadas. Como se viu, a atuação — ainda que secundária — dos sargentos marcou presença no desenrolar da crise. As ‘forças populares’ bem o perceberam, e iniciou-se um movimento de aproximação aos graduados politizados através da encampação de algumas de suas reivindicações, sobretudo aquela referente à elegibilidade dos sargentos, questão que veremos pormenorizadamente mais adiante. As perspectivas que se abriam para as forças nacionalistas-reformistas pareciam apontar para um dado novo: já era possível contar concretamente, na luta política, com um apoio militar. Em que pese a cobertura fornecida pelas altas patentes nacionalistas, agora a questão ganhava cores mais próximas à luta de classes: os subalternos militares, afinal, eram nitidamente identificados às camadas populares da sociedade. Não se tratava mais de dispor apenas da simpatia da oficialidade nacionalista: por mais sincera que fosse, nunca deixou de despertar certa desconfiança nos meios civis. Tratava-se, segundo se supôs então, da efetiva adesão à causa do ‘povo em armas’...

### **3.2. Surge o “Movimento dos Sargentos”**

A crise de 1961 teria revelado, com a atuação dos sargentos, uma nova força no campo político. A politização desse segmento militar, se apontava novas perspectivas para a frente nacionalista-reformista já ensaiando seus primeiros passos, apontava também aos sargentos a possibilidade de conquistar melhorias para sua própria “classe”. As aspas, aqui, traduzem uma indefinição.

Segundo os regulamentos militares, não caberia falar de classe dos sargentos ou do que quer que fosse, senão dos militares como um todo. No entanto, o cotidiano dos quartéis mostrava uma situação diversa, seja no aspecto profissional (despontando aí questões anteriormente esboçadas como a estabilidade, promoções etc.), seja mesmo no aspecto, à falta de melhor termo, existencial: refeitórios, áreas de lazer, tratamento, enfim, uma gama de pontos onde era nítida a diferenciação entre a oficialidade e as praças. A seletividade regulamentar dos espaços e das vivências aparecia para esse grupo crescentemente politizado como nítida discriminação, havendo quem visse a própria condição como de “pária” dentro da Instituição Militar.

Acrescente-se a isso o clima de euforia que fora despertado com a derrota do veto a Goulart e a continuidade, ainda que em outras bases, da ordem constitucional. Democracia era, então, palavra corrente em todo o país. Além do mais, o governo que se iniciava não deixava de acenar às massas com a perspectiva das reformas e da melhoria da qualidade de vida da população mais carente, até mesmo como retribuição à luta da Legalidade.

Foi nesse cenário que os sargentos começaram a cogitar a possibilidade de eleger representantes “da classe” para o Congresso Nacional. Em alguns Estados da Federação surgiram candidaturas de sargentos que, se não contavam com uma organicidade em termos de movimento, traziam quase sempre as mesmas reivindicações e um discurso relativamente homogêneo. Em outra parte do trabalho veremos mais de perto o nível e as formas de organização assumidos pelo movimento dos sargentos na conjuntura em tela. Por ora, até mesmo por imposição do parco acesso a fontes mais amplas, acompanharemos unicamente o caso do então Estado da Guanabara, com base no depoimento concedido em 1991, para o presente trabalho, por Garcia Filho e um outro ex-sargento (que, em razão de ainda pertencer à Reserva do Exército e, portanto, subordinado à legislação militar, pediu o anonimato).

Em 1962, provavelmente ainda no 1º semestre, os sargentos do Rio realizaram uma convenção para a escolha do candidato à Câmara dos Deputados no pleito de outubro. Para o evento, transcorrido em uma academia de judô no bairro de Marechal Hermes, compareceram entre 300 e 400 graduados das várias corporações. Pela Aeronáutica

concorreu um sargento e pelo Exército outros três, entre os quais Antônio de Paiva Melo e o próprio Garcia Filho. Este último fora indicado à convenção por um abaixo-assinado da Vila Militar com cerca de 300 nomes, onde predominavam os pára-quadristas. Na exposição da plataforma política, Garcia teria apresentado “... aquelas nossas reivindicações antigas”, mas acrescentando que

“... também não podia abrir mão das minhas origens, que era filho de ferroviário, de operário, que aquilo pesava mais alto do que mesmo a minha condição de sargento. Então, ... nós íamos tirar, junto das nossas reivindicações, as reivindicações de todo o povo sofrido que existia no País (...)”

Da convenção resultou indicado como candidato dos sargentos da Guanabara o nome de Antônio Garcia Filho. Conta ele que recebeu a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) conforme lhes fora prometido pelo próprio Presidente Jango Goulart. No entanto, só viria a se filiar ao PTB cerca de 4 ou 5 meses depois de eleito. Esses dados são, de certo modo, reveladores. Apontam para uma relativa desvinculação orgânica do movimento a partidos políticos, ou melhor, para sua vinculação superficial, ligada, de um lado, à tentativa do governo de construir uma base de apoio no meio dos sargentos; de outro, à busca, pelos sargentos, de espaços no quadro partidário que os permitissem avançar no seu movimento.

Na campanha eleitoral esteve presente aquele duplo viés contido no discurso de Garcia na convenção. O próprio *slogan* de campanha, “Sargento Também é Povo”, ilustra bem a situação. Ao lado da perspectiva popular mais geral, não deixava de ser frisada a orientação aos pares. Como ele mesmo relata,

“... nós desenvolvemos uma política de classe [referindo-se aqui à “classe dos sargentos”] claramente, nos rádios, nas televisões, nos jornais e, me lembro bem, toda a campanha eu tive que fazer fardado, não só porque caracterizava que era uma luta de classe, como também porque poupava a despesa de condução, porque ía nos balaústres dos bondes...”

Também nos panfletos se pode observar o duplo viés. Foram apenas dois (com uma tiragem de cerca de 40.000) os panfletos da campanha, um mais diretamente para o meio militar e outro para o meio civil. Sua distribuição, concentrada nas áreas militares e próximo às residências, atingia também outros pontos, como as saídas de cinema na Cinelândia, pontos de ônibus etc. Em um dos panfletos podia-se ler:

“Colegas Sargentos, (...) Chegou a hora do Sargento ter também seu deputado. (...) O Brasil está exigindo uma Câmara de Deputados do Povo. O Sargento também é Povo. (...) Elegendo os nossos próprios deputados estaremos fortalecendo a Democracia ... contribuindo com a nossa parcela pela constituição de uma CÂMARA DEMOCRÁTICA DE DEPUTADOS... onde estejam representados não só o banqueiro mas também o bancário, não só o fazendeiro mas o camponês, não só o patrão mas também o operário, não só o General mas também o Sargento (...) Basta de Deputados que protelam as REFORMAS DE BASE que o Povo Exige. (...) Só o Deputado-Sargento defenderá com segurança a nossa estabilidade... a humanização dos regulamentos... [e] pugnará pela solução definitiva do problema Casamento. (...)

Para a defesa da Democracia;

Para a defesa da Legalidade;

Por uma CÂMARA DEMOCRÁTICA e NACIONALISTA,  
elejamos

Para DEPUTADO FEDERAL o Sargento  
ANTONIO GARCIA FILHO;

Para DEPUTADO ESTADUAL o Sargento  
ANTONIO SENNA PIRES (...)” (Panfleto, Arquivo Garcia Filho)

A citação, algo extensa, vale pela eloquência no explicitar os dois aspectos marcantes do movimento de então. De um lado, visava a atingir o próprio grupo dos sargentos através da promessa de luta pelas reivindicações específicas, como sejam a estabilidade, a promoção, a humanização dos rígidos regulamentos, mormente o Disciplinar (RDE, ou R-4); mas, note-se bem, não só promessa de luta, e sim de uma luta na esfera do legislativo federal, onde haveria a possibilidade real de vitórias. De outro lado, porque “Sargento também é Povo”, abraçava o compromisso de transformações sociais mais amplas, que dissessem respeito a toda a sociedade, matizadas todavia pelas necessidades e interesses das camadas mais populares da massa trabalhadora. Sob este aspecto, engrossavam o coro que reclamava o projeto do novo governo acerca das Reformas de Base. Fazendo a ponte entre os dois níveis, situava-se a questão da democracia, condição *sine qua non* para ambas as lutas, e do nacionalismo, a orientar o sentido da jornada.

A campanha seguiu na base do megafone, dos comícios-relâmpago e do contato pessoal, com os sargentos e suas famílias cobrindo as áreas residenciais, promovendo reuniões e coisas do tipo. O candidato Garcia Filho não se furtava a comparecer a faculdades e outros lugares onde pudesse haver um debate em torno da eleição. Enfrentou com razoável sucesso problemas que se colocavam para um novato no campo eleitoral. Nas suas palavras,

“... a difícil coisa que era se apresentar diante dos microfones, de dar um branco na pessoa, e eu tive de passar por isso. No início, levava uns papezinhos rabiscados para não esquecer, quando dava assim eu lembrar, e depois acostumei e foi à viva voz, inclusive televisão e tudo (...) [Nos debates] sempre vinham aquelas perguntas: “Você é comunista? ... qual a sua religião?” Então eu dizia: meus pais são católicos, eu não tenho religião, mas tenho aquele lastro de família (...) Nunca fui filiado a partido nenhum,... mas defendo as minhas origens — e aí começava a contar que era filho de ferroviário e tal...” (Depoimento, 1991).

Transcorrida a eleição, o problema da lisura na apuração foi superado sem esforço. No Estádio do Maracanã, diante das mesas apuradoras, a segurança ficou a cargo do Regimento Escola de Infantaria (unidade onde Garcia já havia servido): sempre havia um sargento “embalado” conferindo a situação do ‘seu’ candidato (Garcia Filho, Depoimento, 1991).

Os resultados eleitorais mostram que a aceitação de Garcia pelos eleitores foi considerável. Em todo o Estado da Guanabara fora o décimo-primeiro colocado entre os eleitos. No seu diploma expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral - GB consta que o candidato, registrado pela Aliança Socialista Trabalhista, teve 428.979 votos de legenda e 16.510 votos nominais, de um total de 968.072 votos apurados no pleito de 7 de outubro de 1962. No interior do PTB, conta Garcia, ficou atrás apenas de Brizola (ex-governador gaúcho, líder da Legalidade em 1961), Sérgio Magalhães (candidato derrotado por Lacerda ao governo do Estado) e Elói Dutra (então Presidente da Caixa Econômica Federal). Na Vila Militar teve 90% dos votos, sendo o restante dividido entre Brizola e Amaral Neto; em todas as urnas da Guanabara sempre constava um, dois, três votos para Garcia, à exceção de uma na Tijuca, onde não teve sequer um voto; numa urna próxima da Polícia do Exército (PE), teve 75 votos, quantia expressiva em se tratando de unidade pequena em número de sargentos; no Castelo, próximo à área da Marinha, também foi bastante votado (Garcia



Filho, Depoimento, 1991).

A análise de tais resultados, como me indicou aquele citado ex-sargento hoje na Reserva, não pode deixar de considerar que a votação não se restringiu aos sargentos (Depoimento, 1991). O exemplo da Vila Militar é claro: houve também o voto de oficiais para o “candidato dos sargentos”. Aliás, havia, segundo informou-me, oficiais de altas patentes concorrendo no pleito: entre outros, Juarez Távora, que ficou muito atrás de Garcia Filho, ou Ângelo Mendes de Moraes, que nem sequer se elegeu. Penso que, com esse dado, pode-se afastar a idéia de que Garcia tenha conseguido sucesso na eleição graças ao comportamento corporativista dos militares. Se a questão fosse apenas corporativa, outros nomes menos ligados às reivindicações populares poderiam ter sido sufragados. Havia sim uma coloração de classe na voz das urnas, mas não apenas da “classe” dos sargentos. O eleitorado identificou-se, em alguma medida, nas propostas dos sargentos.

Mas nem tudo era festa para os sargentos. Já na diplomação de Garcia Filho como Deputado Federal pelo PTB-GB foram levantados obstáculos legais. O Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara (TRE-GB) protelava a solenidade, adiando-a sucessivamente. Os sargentos se mobilizaram para pressioná-lo:

“Concentramos cerca de 500 companheiros fardados, em frente ao Tribunal Eleitoral, e de 15 em 15 minutos ía um sargento até o Tribunal saber quando seria a Diplomação. Foi a operação que denominamos *tiro intermitente de inquietação* (...)” (GARCIA FILHO, 1992: artigo, no prelo, para o Jornal do Clube de Oficiais da Reserva da PM-RJ; Arquivo Garcia Filho).

A cerimônia acabou sendo realizada, e a ela seguiu-se uma passeata de sargentos fardados até o seu Comitê Eleitoral, na Rua Senador Dantas. Mas já se prenunciava a resistência que a eleição de um sargento para a Câmara dos Deputados estava desencadeando tanto em certos meios jurídicos e políticos quanto nas Forças Armadas.

Mesmo antes do pleito de outubro de 1962, já se falava na elegibilidade dos sargentos. Embora o tema seja tratado pormenorizadamente mais à frente, faz-se útil algum esclarecimento prévio. A Constituição de 1946 apresentava, a respeito, um texto algo truncado, dando margem a diferentes interpretações, tanto pró quanto contra a elegibilidade dos sargentos. No Rio Grande do Sul, o sargento do Exército Almoré Zoch Cavalheiro, candidato à Assembléia Legislativa do Estado, tivera seu registro negado, logrando concorrer graças a um mandado de segurança decidido em liminar. A diplomação de Garcia

Filho, como vimos, chegou a ser questionada. E, assim, a tal “questão da elegibilidade” começou a ganhar as páginas de jornais e as discussões nos meios políticos civis e, claro, militares.

A cerimônia da posse de Garcia Filho na Câmara dos Deputados deu margem a novas manifestações. (As informações a seguir, sobre a posse, foram recolhidas de vários depoimentos de oficiais e sargentos, testemunhas e indiciados, nos processos BNM 140 e BNM 692). Em Brasília, a 1º de fevereiro de 1963, véspera da posse, houve uma assembléia na Escola-Parque, franqueada ao público, à qual compareceu grande número de sargentos das várias corporações (Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros), muitos deles fardados. Perante o auditório repleto, os oradores — um Sub-Procurador da República, os deputados Benjamin Farah (que fora constituinte em 1945-46), Fernando Santana, Neiva Moreira e o próprio Garcia Filho, entre outros —, em inflamados discursos, defenderam a elegibilidade dos sargentos. No dia seguinte, os sargentos — em maioria fardados — saíram em passeata pela Avenida W-3 até o Congresso Nacional, lotando suas galerias para a posse do “Sargento-Deputado”. Garcia Filho, desde então, ocuparia um cargo de direção na Frente Parlamentar Nacionalista (O Semanário, 7 a 13-2-63).

A reação, nas Forças Armadas, foi imediata. Na Marinha, o Ministro Araújo Suzano determinou a repreensão, pelo Comandante do Grupamento de Fuzileiros Navais, aos manifestantes. No Exército e Aeronáutica houve transferências para fora de Brasília, sobretudo de integrantes da Comissão de Defesa da Elegibilidade dos Sargentos (CODES). Essa entidade, ligada ao Clube dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares, teria organizado a manifestação após decisão de sua assembléia: considerando a posse um ato cívico e não político, entenderam não haver problemas disciplinares quanto a irem fardados. Cada vez mais a questão da elegibilidade explicitava a imbricação entre disciplina, hierarquia e política.

### **3.3. Rota de colisão.**

O ano de 1963, que começara encontrando os sargentos mobilizados pela posse de Garcia Filho, logo traria mais tensão ao ambiente político. Em abril, o problema do

aumento para o funcionalismo público serviu como pano de fundo para uma disputa que se acirrará mais e mais ao longo dos meses seguintes. O CGT estava em franca campanha pelo índice de 70% de aumento para servidores civis e militares, atitude repudiada por altos comandos militares porque proveniente de uma “entidade espúria e ilegal” (*apud* COSTA, 1981: 99).

A 11 de maio, no auditório do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes - IAPC (GB), seria realizada uma homenagem dos sargentos ao general Osvino Ferreira Alves, comandante do 1º Exército. Osvino encontrava-se fustigado pelo alto comando das Forças Armadas em razão de suas simpatias ao movimento popular nacionalista, tendo sido cogitada inclusive sua exoneração. O general, talvez tentando contornar a crise, decidiu não participar da homenagem. Esta, no entanto, foi realizada assim mesmo — alegou-se motivo de doença como justificativa da ausência.

Na antevéspera da homenagem, o deputado Garcia Filho, contrariado com o recuo de Osvino, afirmava: “... decepcionou a classe e colocou um ponto final no prestígio do Comandante do 1º Exército” (declaração reproduzida a 10-5-63 pelo Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Correio de Minas e Diário da Noite, entre outros). Embora sem a chancela do movimento dos sargentos como um todo, essa posição já insinuava, por um lado, o sentimento de desapego aos chefes militares que se ia criando, e, por outro, uma certa consciência de força — se falsa ou verdadeira a luta política o demonstraria — dentro do próprio grupo dos subalternos.

Chegou-se, assim, ao dia da homenagem. Naquela noite de sábado, o auditório do IAPC estava tomado pelos sargentos. Os jornais da época falavam em números que variavam de mil a dois mil participantes, muitos deles fardados. Composto a Mesa, presidida pelo próprio Garcia Filho, estavam também o deputado Fernando Santana (representando a Frente Parlamentar Nacionalista), o general da reserva Alceu Jovino Marques (pelos “oficiais nacionalistas”), os estudantes Teodoro Fontenele e Corinto Braga (representando a União Nacional dos Estudantes - UNE e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES, respectivamente), o representante camponês Bráulio Rodrigues da Silva, e vários representantes sindicais (entre os quais têxteis, servidores públicos, portuários, marítimos e empregados dos serviços postais e telegráficos) (O Globo, 13-5-63). Na platéia, estavam presentes delegações de subalternos do Rio Grande do Sul, Paraná,

Santa Catarina, São Paulo, Minas, Bahia, Pernambuco e Ceará; o CGT fazia-se representar pelo deputado Hércules Correia (Correio da Manhã, 12-5-63, p.5). Tem-se, aí, uma idéia do estreitamento das relações entre os trabalhadores e os militares de baixo escalão, em curso desde o início dos anos 60.

Os discursos giraram em torno de temas candentes como o apoio às Reformas e a luta contra a ação do imperialismo e a política do Fundo Monetário Internacional. O que mais despertou a assistência, e que ganharia destaque como eixo da crise que se abria novamente nos meios políticos civis e militares, foi o do subtenente pára-queda Gelcy Rodrigues Correia, reproduzido com alarde na imprensa nos dias seguintes. Em sua alocução, Gelcy agradecia, honrado, a solidariedade do CGT na luta pelo aumento salarial, e acrescentava, dando o tom da unidade de classe que se insinuava:

“Quem são os trabalhadores que nos oferecem apoio? São irmãos, pais, cunhados e primos nossos, enfim, é a família brasileira, é o povo brasileiro que vem a público dizer alto e bom som que todos são iguais perante a fome!” (*in* O Semanário, 16 a 22-5-63).

No discurso de Gelcy estariam presentes os pontos principais que marcaram aquela etapa do movimento dos sargentos e, de certa maneira, o movimento popular mais geral no período. Frisando a perspectiva da união trabalhadores/militares e a particularidade do movimento que se ampliava, afirmou:

“... pegaremos em nossos instrumentos de trabalho e faremos as reformas juntamente com o povo, e lembrem-se os senhores reacionários que o instrumento de trabalho do militar é o fuzil.”

Destacou o novo papel que assumiam os sargentos, avisando às “forças da reação” que não tentassem “reviver 1954 ou 1961”, pois que agora teriam de encará-los “de frente, como vanguarda e sentinela que somos de nosso povo” (O Semanário, 16 a 22-5-63). Sobretudo, tocou num ponto nevrálgico para a Instituição Militar em sua relação com o Estado e a sociedade, qual seja, a questão da Ordem:

“... os sargentos, que um dia, perante a Bandeira da Pátria, assumiram o compromisso de defender a ordem — não esta ordem que aí está, onde uns poucos têm direito a tudo e 70 milhões não têm nem o que comer, mas sim daquela ordem em que todos os brasileiros tenham as mesmas oportunidades de vencer na vida, as mesmas liberdades democráticas e, acima de tudo, a soberania da Pátria — jamais deixarão de cumprir esse compromisso.” (*in*

Correio da Manhã, 12-5-63, p. 15)

À radicalização dos sargentos seguiu-se a reação dos comandos. Já no 12 de maio, inquérito policial-militar instaurado, o Ministro da Guerra Amaury Krueel ordenara a prisão do subtenente Gelcy — falou-se também na prisão de 50 sargentos (Diário de Minas, 14-5-63) — além de oficiais presentes à manifestação (o general Jovino e o major Gustavo Pinho Paiva), por terem descumprido o RDE ao não haverem prendido eles mesmos os sargentos (Diário Carioca, 15-5-63).

Pela atitude, Krueel recebeu imediata solidariedade de seus pares, tendo 51 generais, sobretudo das guarnições da Guanabara, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Paraná, comparecido ao seu Gabinete a 13 de maio (Folha de São Paulo, 14-5-63). Entre eles estavam nomes como Estêvão Taurino de Rezende, Aurélio de Lyra Tavares, Orlando Geisel, Bizarria Mamede, Santa Rosa e Nicolau Fico (A Notícia (RJ), 13-5-63). Vale notar, pela composição das presenças, mesclando anti-janguistas ferrenhos e elementos atuantes na resistência legalista de 61, que a questão havia ferido gravemente a instituição militar, cada vez mais abalada com a crescente politização dos graduados.

O próprio movimento dos sargentos sofreu, com esta crise, um estremecimento. O Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército (GB), presidido pelo então 2º sargento João Ciro Vogt (cuja proximidade a Goulart era mal-vista por setores do movimento), divulgou uma nota onde, entre outras coisas, criticava a exploração da elegibilidade por “grupos interessados em agitações políticas” (Diário Carioca, 15-5-63, p. 8). De outro lado, o deputado Rogê Ferreira lia na Câmara um memorial, datado de 15 de maio e trazendo 600 assinaturas, com o seguinte teor:

“Os Subtenentes, Suboficiais e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares sediadas em São Paulo, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, cumprem o dever de comunicar que ... apóiam incondicionalmente o manifesto dos sargentos do Iº Exército lido pelo Subtenente Gelcy Rodrigues Corrêa (...)” (*in* O Semanário, 30-5 a 05-6-63, p. 5).

De parte da frente nacionalista-reformista a solidariedade aos sargentos também não tardou. CGT, UNE, UBES e FPN, através da Frente de Mobilização Popular (FMP), lançaram nota na qual prestavam integral apoio

“... aos valorosos suboficiais e sargentos pela sua destemida e patriótica atitude (...) A FNP solidariza-se com o gesto heróico de

nossos sargentos, sentindo-os irmanados na luta que ora sustenta pela libertação do povo brasileiro do latifúndio e do imperialismo (...)” (in O Diário (BH), 15-5-63).

A polarização acelerada das forças políticas, acompanhada pela crescente radicalização, dava a tônica do período. Sintetizam-no, ilustrando-o de maneira cabal, a assembléia no IAPC e a onda de punições que a seguiu. A propósito, cabe lembrar um artigo de Barbosa Lima Sobrinho onde, em tom quase profético, este apontava, com o desenlace da crise de maio de 63, o prenúncio de novas e mais graves crises. Dizia ele que a repressão desencadeada sobre os sargentos seria ela mesma danosa à disciplina, pois explicitava a discriminação no meio militar. Exemplificando com o *affaire* entre o general Antônio Carlos da Silva Muricy e o deputado Brizola, transcorrido ainda em abril daquele ano, onde não se cogitou de punir o militar por seu pronunciamento político, afirmava:

“... não há como entender, ou justificar, que generais possam ter direito a manifestações políticas e que o mesmo direito seja negado aos suboficiais, de modo a que sejam presos aqueles que pretenderam seguir os exemplos de seus superiores hierárquicos (...) Se a tropa se convence de que, no plano político, os superiores gozam de um direito que é recusado aos sargentos, a conseqüência será ... a formação de um sentimento de animosidade, de um conflito que, por não se manifestar de imediato, não será menos perigoso, como uma força latente de desagregação (...)” (BARBOSA LIMA SOBRINHO, in O Semanário, 23 a 39-5-63, p.5)

Essa força de desagregação, percebida pelo ilustre jornalista como latente, não esperaria mais de quatro meses para se manifestar. A chamada Revolta dos Sargentos de Brasília, ocorrida em setembro de 63, marcaria um ponto de não retorno nas relações militares. Antes, porém, de passarmos a seu estudo, é importante, para bem fundamentar sua compreensão, o mapeamento do campo político-social onde ela se inseriu. Assim é que, a seguir, serão tratados dois pontos-chave: a questão da elegibilidade dos sargentos e o movimento dos sargentos enquanto movimento social.

#### **4. Duas Radiografias:**

##### **4.1. A Questão da Elegibilidade.**

A crescente politização dos sargentos no início da década de 60, buscando dar

uma forma orgânica ao movimento, encontrou pela frente um obstáculo de difícil transposição: a zona cinzenta que permeia as esferas do legal e do político. Na esfera política, a questão parecia tratar-se de um embate mais ou menos claro entre forças opostas, cuja definição não prescindia da ótica de quem a adotasse: era o nacionalismo contra o entreguismo, a democracia contra o golpismo, a reforma (ou a revolução) contra o reacionarismo, ou a ordem contra a agitação, o regime contra a subversão, enfim, matizes para todos os gostos. Subjacente a essa dicotomia, no entanto, estava uma questão mais profunda e de contornos menos precisos. Tratava-se da luta pela conquista de um espaço menos excludente e discriminatório por parte de amplas parcelas da população, nas quais se incluíam, seja pela origem social, seja pela vivência da caserna, os baixos escalões militares. Foi nessa luta que surgiu a possibilidade, para os sargentos, da intervenção direta na fonte formal da discriminação, ou seja, no campo da legislação.

Passado o momento da surpresa da atuação na crise de 1961, o movimento dos graduados começou a ganhar corpo. Foi então aventada a hipótese de eleger-se representantes dos sargentos para o Poder Legislativo, não numa perspectiva individual, subjetiva, mas sim coletiva, para baterem-se pelas reivindicações do grupo. Tudo muito tranqüilo, não fossem eles militares.

Não se trata aqui de remontar à caudalosa discussão acerca dos militares e a Política. Mas é preciso não perder de vista que esse tema está na raiz da própria história republicana brasileira. Em outras palavras, a história política do Brasil-República tem transcorrido em marcos determinados sobremaneira pela ação das Forças Armadas: 1889, 1930, 1937, 1945, 1954 etc. Pois bem, para a conjuntura que nos interessa é importante relembrar três momentos nos quais se explicitaram diferenças na relação militares/política.

O ponto de partida de tal comparação, pela magnitude das transformações que trouxe em seu bojo, seria a própria Revolução de 30. Mas, em se tratando dos aspectos legais, avançaríamos até a Constituição de 1934, primeira grande formalização daquelas mudanças. É certo que o texto constitucional não seguiu à risca o preconizado pelas lideranças outubristas. Muito pelo contrário, vindo à luz após o episódio traumático da Revolução Constitucionalista de 32, mostrou sérias diferenças frente ao novo núcleo de poder. O tema das relações entre a Política e os militares foi uma delas. Em 1933, Góes Monteiro havia logrado aprovar, na subcomissão que elaborou o anteprojeto de

Constituição, a maioria de suas demandas radicais de proibição da participação política dos militares; nos debates da Constituinte, porém, elas caíram por terra e o texto final, em 1934, ampliou em muito aquela participação: o direito de voto, já gozado por oficiais, foi estendido também aos sargentos, como também o foi o tempo de permanência do militar em mandato antes da passagem à reserva (CARVALHO, 1983: 129).

A Constituição estadonovista de 1937, parida com o Golpe, viria pôr a termo o que, na visão da cúpula militar, era fonte constante da cizânia no meio castrense. O parágrafo único do artigo 117 apontava a proibição de voto a todo militar da ativa, tornando-o inalistável. No entanto, o artigo 121 abria uma exceção: “São inelegíveis os inalistáveis, salvo os oficiais em serviço ativo das forças armadas, os quais, embora inalistáveis, são elegíveis”. Saindo pela porta, retornava, entretanto, pela janela o princípio discriminatório no corpo da Instituição Militar, coerente aliás com o projeto de profissionalização excludente levado a cabo durante a década de 30, já referido anteriormente.

Finalmente, vejamos o que dizia a Constituição de 1946 a respeito da elegibilidade para os militares. Em um texto algo confuso, indício da luta política travada nos debates constituintes, assim se expressava:

“**Art.132.** [São inalistáveis: os analfabetos, os que não sabem se expressar na língua nacional e os privados dos direitos políticos].

. **Parágrafo único** - Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes-a-oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.

.....  
**Art.138.** São inelegíveis os inalistáveis e os mencionados no parágrafo único do art.132.”

Aos oficiais, estava claro que podiam votar e ser votados. Às praças até a graduação de cabo também não pairava dúvida: nem votar nem ser votadas. Aos escalões entre uns e outras, a lei deixara a questão: seriam inelegíveis ou seriam a exceção dentro da inelegibilidade às praças? Quando a lei é clara já surgem dúvidas, que dirá na situação em tela... A tarefa de esclarecer a questão, a cargo dos juizes e tribunais, seria desincumbida ao sabor dos acontecimentos.



A chamada “questão da elegibilidade dos sargentos” veio a público a partir da eleição de 1962. Até então, vários sargentos já haviam sido candidatos a mandatos legislativos, apoiados em dispositivos legais como o Aviso n.º 418-01 (30-4-1958) do Ministério da Guerra, que regulava a licença ou o afastamento para o militar — o texto é mesmo genérico — candidato a cargo eletivo, ou o Decreto n.º 44.242 (4-8-58), que também regulava a concessão de licença a militares. Porém, neste último, já se via explícita menção a sargentos e subtenentes, condicionando a licença destes para cargo eletivo a um tempo mínimo de 10 anos de graduação. Citavam também, como suporte às suas pretensões a Lei n.º 3.506 (27-12-58), que regulava a situação de servidores civis e militares candidatos a cargo eletivo ou no seu exercício, disciplinando a questão do afastamento via licença (cf. O Semanário, 4 a 10-4-63, p. 8).

O fato é que alguns sargentos, ao se candidatarem ao pleito de 1962, tiveram seu registro negado pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). Assim aconteceu em Santa Catarina com os sargentos João Mendes de Carvalho e Haroldo Lages Traverso, no Ceará com Zeferino Magno de Souza, em São Paulo com Octacílio Teixeira, Dalton de Paula Freitas e Herotildes de Araújo e no Rio Grande do Sul com Galileu Abreu de Paiva, Zélio Correia de Moraes e Almoré Zoch Cavalheiro. Muitos deles recorreram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que, entretanto, confirmou as decisões dos TREs (Correio da Manhã (RJ), 28-11-62).

O sargento Almoré, aliás, tendo impetrado mandado de segurança junto ao TSE, obteve liminar para o registro de sua candidatura pelo PTB, chegando a disputar o pleito e ser eleito deputado estadual, tendo obtido a 32ª colocação entre os 55 eleitos. Não foi, contudo, diplomado. Recorreu da decisão do TSE ao STF, que a 11 de setembro de 63 denegou seu recurso, confirmando a inelegibilidade. Tal resultado teria motivado o levante dos sargentos em Brasília no dia seguinte. Mas ainda não é hora de tratar disso. Voltemos à questão da elegibilidade dos sargentos.

A jurisprudência, ou seja, o conjunto das decisões reiteradas dos tribunais sobre um dado tema a partir dos casos concretos a eles submetidos, não fora sempre essa. Poucos anos antes, o próprio TSE havia se colocado favorável à tese da elegibilidade. Respondendo a uma consulta do presidente da seção cearense da UDN, apresentou a Resolução n.º 5.926 (publicada no Boletim Eleitoral n.º 88, nov/58): sargento do Exército em serviço ativo pode

candidatar-se ao cargo de prefeito municipal” (*apud* O Semanário, 4 a 10-4-63, p. 8). Pouco depois, enfrentando o recurso do 3º sgt Roldão Pires de Carvalho (a quem um TRE negara registro com base no art. 138 da Constituição), pronunciava o seguinte acórdão (n.º 2.638-TSE, publicado no Boletim Eleitoral n.º 96, jul/59): “Sargento da Polícia Militar em pleno serviço ativo pode candidatar-se ao cargo de deputado estadual” (Novos Rumos, 14 a 20-12-62).

O que teria acontecido em tão pouco tempo para que fosse invertida a orientação dos julgados? A resposta não pode ser buscada apenas nos alfarrábios jurídicos, embora estes muitas vezes dêem boas pistas. Parece-me que a solução à indagação, certamente feita também pelos próprios sargentos, reside no campo político. Até o início dos anos 60, uma candidatura de sargento não representava senão um ato isolado, sem conotações políticas ‘de grupo’; quando muito, podia-se inscrevê-la no quadro das disputas partidárias. Aí, em meio à fragilidade estrutural do sistema político, os nomes submetidos aos pleitos contariam mais do que os programas ou siglas. Já nas eleições de 1962 e 63, porém, os sargentos candidatos eram indicados em assembleias da ‘categoria’, havendo a discussão de programas e, quando necessário, a disputa entre chapas. Quando o panorama começou a mudar, quando o movimento dos sargentos apresentou-se à sociedade com propostas de transformação para além das questões corporativistas, aí então o problema da elegibilidade foi suscitado, como obstáculo legal a uma demanda social e conscientemente política.

É interessante registrar que um dos fatores que engendraram a mobilização dos sargentos foi justamente o problema da elegibilidade, numa espécie de círculo vicioso. Assim, por exemplo, quando o TSE impugnou a diplomação, como deputado estadual, do Subtenente da Força Pública (SP) Herotildes de Araújo (que desde 1959, note-se bem, já ocupava uma cadeira de vereador na Câmara Municipal de São Paulo), o Centro Social dos Subtenentes e Sargentos da Força Pública, em assembleia permanente, realizava reuniões às segundas, quartas e sextas-feiras, “a fim de decidir a orientação a adotar na campanha pró-elegibilidade do Sargento” (‘Depoimento do Indiciado 2º sargento José Pereira Santiago Neto, 08-10-63; BNM 19, vol 2). O mesmo, pode-se pensar, devia repetir-se nos demais casos.

O fato é que a questão realmente calava fundo nos brios dos sargentos. Por um

lado, sobretudo nos casos daqueles que haviam conseguido concorrer e ser eleitos, tratava-se, segundo sua ótica, de um claro esbulho eleitoral. A injustiça aparecia aqui como forte fator mobilizatório, junto da noção por eles abraçada de que se tratava de um direito já existente e que fora perdido.<sup>11</sup> Por outro lado, fazendo a inevitável comparação à situação dos oficiais, os sargentos se indignavam perante à patente discriminação: por que os oficiais podiam ser eleitos e os sargentos não? Havia ainda a comparação com o mundo civil, ressaltando aí a condição de uma cidadania mutilada, sendo o sargento uma espécie de cidadão de segunda categoria:

“(...) Seremos humilhados até em nossos lares, onde nossa esposa, filho e filha poderão votar e serem (*sic*) votados, enquanto amargaremos na condição de marginais. De meio-cidadão (...)” (Sgt Almoré Zoch Cavalheiro, no panfleto “Denúncia aos Sargentos e ao Povo Brasileiro”, 11-9-63. BNM 19, vol . 2)

A questão da elegibilidade dos sargentos foi aproveitada, no melhor sentido da palavra, pelos setores ditos progressistas para a aproximação com os graduados. Encamparam suas reivindicações, desenvolveram campanhas em prol da elegibilidade e da posse dos eleitos e não diplomados — onde constavam também candidatos cujo registro fora negado por supostas (ou reais) vinculações a ‘partidos ilegais’ (o PCB) —, enfim, demarcaram um campo de afinidades que seria abraçado quase irrestritamente pelos graduados. O movimento dos sargentos transbordava dos limites estreitos da questão corporativa e ganhava as ruas.

#### **4.2. Olhando o próprio Movimento.**

Um dos objetivos do presente trabalho é proporcionar uma melhor compreensão do que significou o movimento dos sargentos na conjuntura 1961-1964. Para tanto, faz-se necessário, primeiro, conhecer mais de perto este objeto de estudo.

---

<sup>11</sup> Sobre a questão da injustiça como real estímulo à luta social, v. MOORE Jr., 1987. Quanto à perspectiva da luta por um ‘direito’, v. HOBBSBAUWM, 1987.

#### 4.2.1. Influências, tendências e ligações políticas.

Inicialmente, cabe averiguar sua composição interna. Quem eram os participantes do chamado movimento dos sargentos? Que influências políticas podem ser percebidas em sua atuação?

As referências historiográficas apontam, com relativo consenso, o nacionalismo como o eixo básico em torno do qual se mobilizavam os sargentos à época. Mas é preciso definir melhor o que se abrigava sob esse difuso manto. Um participante daquele movimento afirmou-me, em entrevista, que se tratava, na verdade, de uma frente de tendências:

“Tinha um pessoal ligado ao governo, quer dizer, ao Jango Goulart; tinha o pessoal ligado ao Brizola; tinha o pessoal, os integralistas, que eram um efetivo grande, não assumidos enquanto integralistas (...) tinha o pessoal ligado ao Partidão [PCB] (...) Existia o grupo ligado à oficialidade, ... que a gente chamava de grupo ‘pelêgo’ (...) na minha opinião, o movimento era mais forte no pessoal independente, como nós, ... eu acho que a maioria era nossa. Depois da gente, eu acho que eram os integralistas.” (Ex-sargento. Depoimento ao autor, 1991)

Não se trata de uma lista conclusiva. Ao lado de tais influências, outras forças apareciam com alguma penetração entre os sargentos. É o caso da Organização Revolucionária Marxista 'Política Operária' (POLOP), do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do Partido Operário Revolucionário - Trotskista (PORT) (RIDENTI, 1989: 393; GORENDER, 1987: 57; SILVA, s/d: 90-91). A real proporção entre as várias correntes ou tendências internas, no entanto, já seria algo mais difícil de ser aferido. Tanto mais que tais tendências não se colocavam de forma explícita, com distinções externas capazes de serem identificadas — o que era até compreensível, sobretudo no meio específico dos sargentos. Haveria, talvez, maneiras indiretas de se chegar, ainda que aproximativamente, a isso? É o que se tentará fazer através da análise das reivindicações e dos temas recorrentes nos panfletos, discursos e material de campanha, ao final do tópico correspondente. Antes, porém, cabem alguns comentários acerca do aspecto ‘influências políticas no movimento’.

Um ponto que me chamou a atenção foi a presença, quantitativamente não desprezível, segundo aquela fonte, do integralismo no bojo do movimento. Há referências da penetração integralista entre praças já na década de 30, embora sem grande

receptividade, que era maior entre os oficiais. Isto seria explicado, em parte, pelo atrativo nacionalista da ideologia; por outro lado, com a organização hierarquizada e a reprodução da disciplina militar nos núcleos integralistas, havia a tendência a que não cativasse grande simpatia naqueles que se ressentiam justamente do rigor disciplinar e da discriminação associada à verticalidade hierárquica (COSTA, 1984: 21-23).

Para a conjuntura 1961-64, onde não se registrava mais a presença de núcleos organizados como nos anos 30, vale ressaltar que a razoável influência integralista, se confirmada, pode estar relacionada ao seu já mencionado apelo nacionalista e ao intrínseco autoritarismo de sua proposta, nada incompatível com um certo teor da formação ministrada às praças pela Instituição. Evidentemente não se pode reduzir a gama de vertentes que se abrigam sob o rótulo do Integralismo ao epíteto do autoritarismo, embora este o localize com razoável clareza no espectro político.<sup>12</sup> Pode-se avançar ainda a interpretação para o campo da própria cultura política da sociedade brasileira, onde o autoritarismo é componente de relevo. Um dos expoentes do movimento dos sargentos nos primeiros anos 60, o próprio Garcia Filho, não esconde sua admiração, nos tempos de seminarista no Rio Grande do Sul, por Gustavo Barroso, autor cujas obras formavam na linha de frente do Integralismo (GARCIA FILHO, ‘Memorial’, 1992; Arquivo Garcia Filho). No seu depoimento também consta que os integralistas tinham presença numericamente expressiva no movimento, embora se apresentassem apenas como “nacionalistas”; muitos deles teriam sido cassados em 1964 (GARCIA FILHO, Depoimento ao autor, 1991).

Outro ponto que merece destaque é a influência do comunismo no meio das praças. Embora Gorender (1987: 49) afirme que o PCB aparecia aí como força pacifista de pequena aceitação, não creio que se possa minimizar por demais tal penetração. Existia, na época, um Comando Geral dos Sargentos, que, segundo a versão de Garcia Filho, foi formado pelo “pessoal do Partidão” e recebia passagens aéreas do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT, então dirigido pelo Coronel Dagoberto Rodrigues), para percorrer o País no trabalho de mobilização — eram contrários a Garcia, a quem acusavam de ser um “agente da C.I.A.” (GARCIA FILHO. Depoimento ao autor, 1991).

---

<sup>12</sup> Para um aprofundamento na discussão acerca do Integralismo, o que não cabe aqui, veja-se, por exemplo, TRINDADE, 1983: 297-335.

A influência comunista nos escalões militares inferiores já fora considerável na década de 30. A denúncia das condições precárias de alojamento, serviço e alimentação, e do abuso de poder pelos oficiais, junto às propostas de igualdade contidas nos manifestos do Partido à época, conseguiam motivar a simpatia das praças, sendo sua adesão ao PCB ou à Aliança Nacional Libertadora (ANL) fortemente marcada pela figura de Luís Carlos Prestes e sua lendária Coluna (COSTA, 1984: 24-27). Em 1935, o levante militar comunista contou com a ativa participação de praças que, mais tarde, ocupariam posições de liderança no PCB: os cabos Giocondo Dias e David Capistrano e o sargento Gregório Bezerra. Desde então, no entanto, o comunismo foi estigmatizado violentamente nas Forças Armadas, decaindo bastante — sem, contudo, desaparecer por completo — sua influência no meio militar.

É possível que, diante da conjuntura crescentemente radicalizada do início dos anos 60, o apelo do PCB no meio das praças não tenha tido maior repercussão não porque era ‘coisa de comunista’ mas, pelo contrário, concordando aqui com Gorender, porque era mais moderado do que o de outras correntes, “principalmente [o] nacionalismo belicoso de Brizola, com o qual [os subalternos] estabeleceram ligações estreitas” (GORENDER, 1987: 49). Tanto que prosperaram, ainda que embrionárias, as influências de linhas comunistas discordantes do PCB, como as já citadas POLOP e PC do B, por exemplo.

Um terceiro ponto a merecer alguma reflexão seria a questão do nacionalismo. Esse grande catalisador do movimento não traz, objetivamente, nada que possibilite uma definição mais precisa, para além dos vagos “interesses nacionais”. Ao eleger a Nação como sujeito e objeto de ações sociais, comporta interpretações à esquerda e à direita no espectro político, ainda que todas falem em seu nome e se contradigam umas às outras. Talvez seja mesmo por isso que conseguiu dar cobertura a tendências tão díspares. Em outras palavras, o nacionalismo, por favorecer uma aproximação apenas genérica aos problemas sociais, teria se constituído no cimento ideológico do movimento dos sargentos naquela conjuntura. Um cimento poroso, é certo, pois não resistiria aos impactos cada vez mais violentos a que era submetido o movimento, seja pelo lado da resistência da cúpula militar, seja, ao contrário, pela radicalização de setores dos sargentos, fazendo o movimento oscilar entre a **legalidade** e a **legitimidade** de suas reivindicações, crescentemente antagonizadas à ordem legal existente.

Há que se considerar, ainda, o seguinte. Até mesmo pela fluidez conceitual que o acompanha, o nacionalismo guarda profundas diferenças, seja no espaço ou no tempo, entre o que se pode considerar como seus fenômenos históricos. Assim, particularizando o caso para a conjuntura em relevo, Brasil 1961-1964, é preciso perceber a existência de vários matizes a diferenciá-lo. Havia desde o nacionalismo mais conservador, dito de direita, até, no outro extremo, o chamado nacionalismo revolucionário. Algumas das lideranças dos sargentos rebelados em setembro de 1963 em Brasília, por exemplo, ingressariam depois de 1964 no autodenominado Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) ou em outras agremiações clandestinas de mesmo teor, como o Movimento Armado Revolucionário (MAR).

Avancemos. A existência das tendências não inviabilizava o avanço do movimento, que sem dúvida ocorreu, muito embora sem obedecer a um comando que o centralizasse. Acrescente-se a isso dois aspectos. Primeiro: o fato de que o meio militar é extremamente marcado pelas concepções do corporativismo, das lealdades forjadas sobre o *esprit de corps*. Segundo: tratava-se de um embate cuja motivação era partilhada por todos, porque construída na própria experiência comum da discriminação. Assim,

“Não havia essa separação. As pessoas se transavam normalmente (...) Tinha mais um pouco de nível de amizade, nível de unidade militar, de Região ... Por exemplo, o pessoal do Partidão [PCB] que estava servindo em uma determinada Região, ele tinha uma transação tranqüila com o pessoal que não era do Partidão daquela Unidade (...) [Ou ainda:] o pessoal pára-queda ... era muito mais unido enquanto pára-queda do que enquanto posição política, enquanto tendência (...) Eu acho que o grande mérito do movimento foi exatamente ter conseguido pontos comuns dentro daquela divergência toda, porque havia uma divergência que passava a ser uma convergência para a luta.” (Ex-sargento, Depoimento ao autor, 1991)

Em que pese toda a especificidade do movimento dos sargentos no tocante à situação que os compelia à mobilização — a luta por transformações na situação de discriminação que viviam como militares de escalões inferiores —, é preciso não perder de vista o ambiente que o circundava. As camadas populares passavam por um processo de organização até então inédito: no campo, multiplicavam-se as Ligas Camponesas; nas cidades, a luta sindical travava-se em novas bases dadas pela constituição do CGT; crescia a influência de entidades suprapartidárias como a Frente de Mobilização Popular.

A aliança dessas forças aos sargentos politizados seria, assim, estimulada de ambas as partes. Para os movimentos populares, como já vimos, abria-se a perspectiva de poderem contar com o que sempre lhes faltara nos embates decisivos: a força militar. Alguns olhos mais otimistas enxergavam na aproximação o próprio esfacelamento da repressão. Os sargentos, por seu turno, além de verem naquela união a chance de suplantar pela pressão das massas populares o poder férreo das cúpulas militares, sentiam que aquelas eram também suas lutas, pois “sargento também é povo”.

Já antes da crise de 1961 o movimento sindical buscava aproximar-se dos subalternos. Ainda em janeiro daquele ano, por exemplo, realizara-se uma assembléia no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo onde foi ratificado o apoio aos militares da Força Pública nas suas reivindicações salariais, como consta em um dossiê elaborado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) sobre o dirigente metalúrgico Afonso Delellis.<sup>13</sup> A atuação dos subalternos ao lado da Legalidade, em 1961, em muito contribuiu para estreitar os novos vínculos. No entanto, não era uma aproximação fácil — as desconfianças recíprocas, alimentadas ao longo dos anos, a colocar trabalhadores e militares em lados opostos nas disputas políticas, demorariam a ser vencidas. O ex-sargento Garcia Filho, relatando sua campanha para Deputado Federal em 1962, afirmou-me que só contou com o apoio de sindicatos depois de ter vencido a eleição (GARCIA FILHO, Depoimento ao autor, 1991). Daí em diante os contatos se estreitariam cada vez mais.

O ano de 1963 assistiria a um duplo movimento: o afastamento entre o movimento sindical e as chamadas lideranças nacionalistas nas Forças Armadas e a aproximação daquele aos subalternos politizados (ERICKSON, 1979: 164-167). A crise desencadeada pela manifestação dos sargentos no IAPC, em maio, teria ocupado lugar de destaque nesse sentido, apenas suplantado pela crise de setembro, com o levante de Brasília. A força punitiva que se desencadeou com o golpe de 1964 sobre esses dois segmentos, sindicalistas e militares (sobretudo subalternos), dá bem a medida do perigo que tal união representava para os setores mais conservadores da sociedade (Mitra Arquidiocesana de São Paulo, 1985: 117)

Como se posicionava o movimento dos sargentos frente ao governo Goulart?

---

<sup>13</sup> O dossiê encontra-se reproduzido no BNM 19, vol.1. Delellis seria preso num quartel do Exército em Quitaúna - SP em setembro de 1963, junto com sargentos e outro dirigente sindical, José de Araújo Plácido, sob suspeita de articularem a adesão de São Paulo à Revolta dos Sargentos de Brasília.



Pelo exposto, pode-se imaginar que de maneira tão heterogênea quanto as tendências que existiam no seu interior. Mas, de maneira geral, os subalternos nutriam por Goulart — pela sua tradição trabalhista e pela expectativa que sobre ele foi depositada quanto às reformas de base — uma grande simpatia, seguramente compartilhada nos meios populares civis (e obviamente estimulada de dentro do governo). Já foi visto que no movimento havia uma facção bastante ligada a Goulart. Tal ligação, diga-se de passagem, não se constituía apenas numa afinidade ideológica. O governo, desde seus primeiros tempos, havia encampado a luta dos subalternos por mudanças na legislação, o que lhe custou a acusação, pela direita, mais tarde, de ter ‘incentivado a subversão’ nas Forças Armadas. Em termos concretos, a ligação se dava também por outras vias, segundo sugere um trecho do depoimento do marinheiro José Anselmo dos Santos (o “Cabo Anselmo”, presidente da Associação dos Marinheiros) em um IPM, datado de 1º de julho de 1964:

“... a verba para a Associação provinha das seguintes fontes: mensalidades..., campanhas ... sorteios ... e três milhões de cruzeiros destacados de verba de oito milhões doados pela Casa Civil da Presidência da República ... [a verba] foi conseguida pelo vice-presidente [da AMFNB] 1º CL Marco Antônio da Silva Lima em contato com o Professor Darcy Ribeiro, devendo, segundo foi dito [por Marco Antônio a Anselmo] ser entregues cinco milhões de cruzeiros a um grupo de sargentos ... , devendo esses com a verba fundar uma sociedade em São Paulo; o dinheiro recebido foi depositado no Banco da Província do Rio Grande do Sul (...).”  
(BNM 508, vol. 1)

A se confirmar tamanha generosidade pela causa dos sargentos, não causariam espécie pequeninas notas pinçadas na imprensa, grandes o suficiente para ilustrar, pela eloquência de sua teatralidade, a proximidade existente entre os graduados e Goulart. Conforme destacava uma das notas, uma comissão do Clube de Suboficiais e Sargentos do Exército do Rio de Janeiro fora visitar a mãe do Presidente, senhora Vicentina Goulart, convalescente numa Casa de Saúde, cumprimentando-a pela passagem do Dia das Mães (Correio da Manhã, 14-5-63, p. 3). Outra nota informava que a Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar carioca homenagearia Jango com o título de sócio benemérito, em coquetel comemorativo ao 4º aniversário da entidade (Jornal do Brasil, 1º.9.63, p. 19).

Na política, os atos de apoio dificilmente são gratuitos. Se o governo mostrava-se pródigo frente aos graduados, é de se imaginar que esperava algo em retribuição. De

fato, o movimento dos sargentos não era propriamente o que se pode chamar de oposição. A grande maioria dos sargentos, ao se candidatar, o fazia pelo PTB, partido do Presidente. No entanto, suas demandas situavam-se claramente no campo reformista, o que os obrigava a um apoio crítico. Da parte do governo, o que se via era a tentativa de manter os graduados dentro de limites onde pudesse manobrar com o mínimo de desgaste possível. Para tanto, buscava cercar-se de quadros ‘confiáveis’. A avaliação que se segue é do já referido ex-participante do movimento:

“... o medo deles era da liderança que começava, do movimento que começava a caminhar independente deles. Aí se começou a investir em Ciro Vogt — porque não era uma liderança, era um cara de confiança das altas esferas, dos “altos coturnos”, que ... na época estava até no Conselho de Segurança ... Então o Ciro assumiu a presidência do Clube [dos Subtenentes e Sargentos - GB] e era o homem deles, só que o movimento atropelou o Ciro ... [Ele] estava habilitado a falar em 64, no ... Automóvel Clube, ... e o Garcia não, que era a liderança do movimento dos sargentos. Mas [o Ciro] estava habilitado por quem? Pelos sargentos? Não, ... pelo Assis Brasil [Chefe da Casa Militar de Goulart] (...)” (Ex-sargento, Depoimento ao autor, 1991)

Vejamos a situação do movimento dos sargentos no quadro partidário. Como já foi dito acima, a maioria dos candidatos surgidos dentre os sargentos apresentava-se aos pleitos pela legenda do PTB. Não que isto fosse indício da hegemonia ideológica no interior do movimento — as razões da afinidade ao PTB eram também de ordem prática. Bem o ilustra o depoimento prestado em um IPM pelo 2º sargento do Exército Edgard Nogueira Borges, a 20-9-63, em São Paulo:

“... o depoente esclarece ... que não há uma vinculação do movimento que fazem os sargentos com o PTB, e houve mesmo forte reação de sargentos contra o registro de sua candidatura [a vereador, SP] nesse partido, os quais preferiam o PTN ou MTR [Partido Trabalhista Nacional e Movimento Trabalhista Renovador, respectivamente], mas que tal registro foi feito por ser o PTB partido do Presidente da República, [o] que poderia interessá-lo mais na solução favorável do problema [da elegibilidade] (...)” (BNM 19, vol. 1)

Mesmo quando na oposição, a lógica utilitarista prevalecia. É o que se infere do depoimento do 2º sargento do Exército Isidro Guedes, no mesmo IPM, a 19-9-63:

"... quando [o depoente] quis se candidatar a vereador por Santos, procurou o PR [Partido Republicano], partido político bastante conservador, presumindo que assim não iria ter problemas de ordem ideológica, como poderia acontecer se se filiasse ao PTB ou PSB [Partido Socialista Brasileiro], que em Santos são partidos muito infiltrados por elementos sindicalistas; [o tribunal, mesmo assim, negou-lhe o registro]" (BNM 19, vol. 1)

Os dois exemplos citados revelam, ainda que um tanto ingenuamente, razoável grau de oportunismo a macular a suposta pureza de propósitos. De todo modo, contribuem para evitar uma excessiva idealização do movimento e mesmo para fazê-lo mais verossímil.

Embora o PTB tenha sido a opção preferencial do movimento dos sargentos no quadro político-partidário, sua atuação em prol dos graduados não respondeu à altura tal preferência. É certo que vários nomes dentro do partido, sobretudo o de Leonel Brizola — para não citar o próprio sargento Garcia Filho —, encontravam-se intimamente ligados à luta dos subalternos militares. No entanto, em razão até da profunda diversidade de linhas políticas que o marcava internamente, o PTB jamais chegou a fazer da questão dos sargentos uma luta prioritária.

Fora do PTB, mas ainda no amplo espectro coberto pelo trabalhismo-nacionalismo-socialismo, os sargentos encontraram alguns defensores intransigentes da sua causa. Talvez os nomes de maior destaque aí fossem dos deputados Neiva Moreira (do Partido Social Progressista, PSP) e Max da Costa Santos (Partido Socialista Brasileiro, PSB). Este último, advogado, foi inclusive o defensor, perante a Justiça Militar, de alguns sargentos processados pelo envolvimento no levante de Brasília e também de alguns marinheiros processados pela atuação da AMFNB em fins de março de 64.

O PSB, cabe assinalar, tinha também graduados em seus quadros. O sargento da Marinha Antônio Marques Tomás, eleito suplente de deputado estadual na Guanabara, chegou até a exercer temporariamente seu mandato. Outro que também conseguira uma suplência na Assembléia Legislativa carioca foi o sargento da PM Sena Pires. Ambos concorreram no pleito de 1962, salvo engano pela Aliança Socialista Trabalhista, e sua propaganda (panfletos, "santinhos" etc) era feita em conjunto com a de Garcia Filho. A ligação do PSB com os subalternos militares, longe de ser mero oportunismo eleitoral, parece-me bastante coerente com sua discussão teórica e sua prática de luta em torno da

questão da cidadania<sup>14</sup>.

Um dado que bem ilustra a situação do movimento dos sargentos no espectro político-partidário é o referente à adesão do Sargento-Deputado Garcia Filho à Frente Parlamentar Nacionalista. O único representante dos sargentos na esfera do Legislativo Federal integrou, desde sua posse, os quadros da FPN ao lado de Sérgio Magalhães, Ferro Costa, Brizola, Neiva Moreira, Fernando Santana, Rubens Paiva e Max da Costa Santos, entre outros. Garcia era um dos vice-presidentes do seu Conselho Coordenador. Essa Frente, como a caracterizou CHACON (1981: 179), “comportava-se, ao mesmo tempo, como governista e oposicionista”. Era a tradução da ambigüidade que perpassava o próprio movimento dos sargentos.

Sobre o aspecto ‘influências políticas no movimento dos sargentos’, cabe ainda destacar um último ponto. Trata-se da ascendência que desfrutavam alguns oficiais nacionalistas sobre os graduados, e da sua forma de atuação. Os generais Osvino Alves e Oromar Osório, o almirante Cândido Aragão, os coronéis Jefferson Cardim e Kardec Leme, entre outros, gozavam de grande prestígio no seio da tropa por sua postura abertamente nacionalista, e se constituíam em autênticas lideranças militares. No entanto, principalmente a partir de 1963, o simples fato de serem oficiais gerava um certo constrangimento em setores mais radicalizados dos graduados:

“Esse pessoal tinha influência (...) muitos sargentos politicamente ligados a eles já vinham com posições tiradas para as reuniões, muito em cima dessa discussão (...) levar posições tiradas numa discussão política eu acho correto. O que eu não acho correto é que essas posições políticas sejam sempre o pensamento do superior hierárquico. [Isso] acontecia constantemente com o pessoal menos independente (...)” (Ex-sargento, Depoimento ao autor, 1991)

Não obstante, os graduados freqüentemente recorriam a esses oficiais nacionalistas. Quando os comandos militares lançavam mão da transferência de sargentos para desmobilizar o movimento, Osvino e Kardec, entre outros, eram solicitados a anular a movimentação, muitas vezes sem sucesso (Ex-sargento, Depoimento ao autor, 1991). Mesmo nomes de menor (ou nenhuma) expressão dentro da oficialidade nacionalista

---

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, o interessante texto da professora Margarida Vieira, “Socialismo, democracia e cidadania no Brasil: a experiência do PSB (1945-1948) (1961-1964)” (datil.), seu projeto de pesquisa para o Doutorado

também cumpriram um papel de apoio aos sargentos. Segundo a mesma fonte, quando das campanhas eleitorais, por exemplo, alguns oficiais simplesmente deixavam de coibir as pichações e a panfletagem dos sargentos em áreas militares; outros, ainda que discretamente, chegavam a demonstrar sua simpatia pela causa dos graduados em conversas informais. O risco de comprometer a carreira — até mesmo com punições disciplinares —, de qualquer modo, era forte obstáculo a um auxílio mais explícito e direto aos subordinados.

Concluindo esta primeira etapa da análise do movimento dos sargentos, e preparando o terreno para a segunda etapa, restaria dizer algo a respeito da própria politização no meio dos graduados. Não paira dúvida sobre o fato de que, até por força da conjuntura, havia de fato um processo de discussão entre os sargentos a respeito de sua condição, seja dentro da instituição militar, seja na sociedade como um todo. Mas seria ilusório pensar que aqueles sargentos constituíssem um núcleo cuja consciência política obedecesse a um corpo teórico homogêneo, com uma visão de mundo acabada e consistente em termos tanto da compreensão da situação vivida quanto das alternativas propostas para transformá-la. Havia, é certo, elementos bem ‘articulados’, politicamente ‘preparados’, mas, como aponta um participante,

“O que encaixava mal no movimento é quando você, em vez de mostrar uma luta, você mostrava uma teoria política. Nas próprias reuniões, quando alguém começava a teorizar politicamente, havia um esvaziamento da reunião. Quer dizer, o pessoal era avesso à teoria.” (Ex-sargento, Depoimento ao autor, 1991).

Não que isso possa, por si só, desqualificar o movimento, mas dá uma boa medida do que se passava então: “O pessoal queria ação!” (GARCIA FILHO, Depoimento ao autor. 1991). Esse voluntarismo, associado à ausência de reflexões mais aprofundadas a respeito do significado político do que estava sendo desencadeado pelo movimento, o conduziu por um caminho onde o enfrentamento era uma certeza. Visto de uma perspectiva mais distanciada, o movimento pode dar a impressão de que ter sido a vara curta com que se cutucava a onça (SCHILLING, 1981-II: 59). À época, no entanto, a vara lhes teria parecido um vigoroso porrete.

#### 4.2.2. Situação e Reivindicações.

Ao longo da exposição já foram apresentadas algumas das reivindicações dos sargentos na conjuntura 1961-1964. Agora se trata de lhes dar uma forma mais sistemática, e tecer sobre elas algumas considerações.

Em princípio, cabe realizar uma distinção entre duas ordens de reivindicações. Havia aquelas relativas especificamente à condição de militares e ao lugar que ocupavam na Instituição, e aquelas concernentes à sua inserção na sociedade como um todo. Para sintetizá-las, tomo-as com **internas** e **externas**, respectivamente, com duas ressalvas. Em primeiro lugar, ambas teriam em comum o traço de inconformidade frente à discriminação e de luta pela mudança. Em segundo lugar, e como consequência, tais ordens, embora discerníveis autonomamente quanto à sua natureza, eram indissociáveis como perspectiva de sucesso, ou seja, ambos os eixos deveriam ser resolvidos num mesmo movimento: ou sua concretização seria simultânea ou seria simplesmente inviável, ao menos nos termos em que as reivindicações foram colocadas.

As demandas de ordem interna podem, por sua vez, ser subdivididas: a) questões relativas à carreira militar (soldo, promoções, estabilidade); b) questões envolvendo os aspectos disciplinares (atualização e humanização dos regulamentos, alterações nos critérios de comportamento, os quais repercutiam sobre a carreira quanto a engajamento, reengajamento ou promoções); e c) questões relativas à ingerência da Instituição sobre a vida privada do graduado (casamento, traje civil etc.).

As reivindicações externas situavam-se no quadro do embate político mais geral, expressas sob a forma das grandes bandeiras de luta dos movimentos sociais do período: Democracia, Reformas de Base. Nacionalismo, Legalidade. Diga-se, de passagem, não necessariamente nessa ordem de prioridades, a qual variou conforme a dinâmica do próprio ‘movimento dos sargentos’ (influenciada decisivamente pela sua heterogeneidade) e a conjuntura em que se situava historicamente.

Fazendo a ponte entre as duas ordens de questões, estava a reivindicação da elegibilidade para os sargentos. Esta, como já vimos, era a que mais mobilizava os graduados, não só pela questão da “Injustiça” (a percepção de um direito perdido) mas

também pela perspectiva que se lhes abria de intervirem diretamente, pela via legislativa, sobre ambas as áreas-problema, uma especificamente militar e outra concernente à sociedade como um todo. Nesta última, vale notar, cabia tanto a perspectiva de transformação da estrutura social quanto da questão nacional.

A seguir, vejamos mais pormenorizadamente o conjunto das demandas do movimento na conjuntura 1961-1964. A análise seguirá a divisão entre as demandas de ordem interna e as de ordem externa.

#### **4.2.2.a) Reivindicações “internas”.**

Começemos com as questões relacionadas à carreira militar. Uma referência básica para se compreender este ponto é o processo desenrolado sobretudo durante a década de 30 e que diz respeito ao novo papel das Forças Armadas ali forjado, o já citado ‘intervencionismo controlador’, notadamente sob o aspecto da profissionalização seletiva. Mesmo durante sua implementação, ele já despertara a reação dos graduados. Em 1933, foi cogitado um levante de sargentos cujas reivindicações giravam exatamente em torno de vencimentos, estabilidade, modificações na área disciplinar e fim da discriminação que pesava sobre as praças (COSTA, 1984: 20). O problema, portanto, na década de 60, não era novo. Numa conjuntura mais propícia, com formas de organização mais acabadas e uma disposição para lutar que se alimentava da perspectiva real de mudanças, os sargentos buscaram concretizar tais transformações.

Tendo em vista a eleição de 1962, o então candidato a deputado Garcia Filho procurou mapear as dificuldades na área militar e sugerir soluções (“Problemas dos Sargentos do Exército”, Arquivo Garcia Filho). No texto, é discutida a questão da promoção e da permanência no Exército em função dos Cursos de Especialização ou Aperfeiçoamento, condição necessária para a promoção e reengajamento. O núcleo central do problema era situado na esfera do legislativo, fugindo da competência do titular da Pasta da Guerra: tratava-se de alterar a Lei do Serviço Militar (LSM). Dessa análise, retiro a seguir alguns pontos principais, sendo os trechos entre aspas transcritos daquele documento.

O grande obstáculo que se apresentava aos sargentos era, de um lado, a carência

de vagas para os seus cursos de especialização ou aperfeiçoamento e, de outro, a vinculação do reengajamento e da promoção à realização dos cursos. Assim, por exemplo, a Escola de Sargentos das Armas - EsSA (Três Corações - MG), “a única que forma e aperfeiçoa graduados, num curso com a duração de 10 meses”, entregava cerca de 400 sargentos anualmente à Instituição — em todas as armas e serviços. Pela carência de outras escolas, o Exército formava os graduados em cursos dados nas próprias Unidades, promovendo-os a 3ºs Sargentos. Pela lei, o sargento só poderia ficar um ano sem aperfeiçoar-se, o que fazia da procura pela Escola de Instrução Especializada (EsIE) algo muito maior do que as possibilidades oferecidas: candidatavam-se cerca de 2000 sargentos para 150 vagas anuais, preenchíveis através de um exame de seleção.

A situação era agravada pelo fato de que, “durante a espera para aquele curso, o 3º sargento vai ficando antigo em sua graduação”. A promoção, por pontos ou por tempo, variava conforme a disponibilidade de vagas para 2º sargento. Como, segundo a LSM, o 2º sargento sem o Curso de Aperfeiçoamento só poderia permanecer nas fileiras até o término do seu engajamento ou reengajamento — no tempo máximo de 3 anos —, resultava que, ao se esgotar o prazo, inúmeros graduados eram licenciados do serviço ativo. A estabilidade para os sargentos, seja nas Forças Armadas ou nas Polícias Militares ou Corpos de Bombeiros, era assegurada pela Lei n.º 2.852, de 25 de agosto de 1956, somente aos 10 anos de serviço militar. A questão, vista pelo seu “lado humano”, era assim colocada:

“Não é justo que um sargento, militar profissional, dedique os melhores anos de sua vida (dos 18 aos 27, normalmente) ao serviço da Pátria, e seja licenciado sumariamente por falta de um Curso de Aperfeiçoamento, que, conforme o próprio nome, **é um meio e não um fim** (...)” (grifos no original).

A solução apresentada, consubstanciando as reivindicações do movimento, propunha a modificação da LSM: os 2ºs sargentos passariam a ter direito de engajamento e reengajamento até a idade limite, sem promoção a 1º sargento antes do Curso de Aperfeiçoamento; seria também estendido aos sargentos o direito de estabilidade do funcionalismo público (2 anos para concursados e 5 para não concursados, conforme Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União); e ainda,

“uma vez habilitados para promoção a sargentos, deveriam ser matriculados compulsoriamente nos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização [independentemente de seleção, pois] a



oportunidade de permanência, assegurada em detrimento das promoções sucessivas, estimularia os sargentos a um maior aperfeiçoamento cultural, sob pena de permanecerem na mesma graduação (...).”

Tal projeto, uma profissionalização que englobasse também os sargentos, colidia frontalmente com a orientação assumida pela Instituição desde os anos 30, a qual admitia a profissionalização apenas para o corpo de oficiais. O enfrentamento que se avizinhava era, assim, muito maior do que a questão ideológica que se mostrava à superfície, a opor simploriamente ‘progressistas’ a ‘reacionários’ ou, na ótica contrária, a ‘ordem’ à ‘subversão’. Envolvia até mesmo uma revisão do perfil institucional, ou seja, a discussão da composição interna da Instituição e, por extensão, do papel que lhe cabia na sociedade. A contradição, nessas bases, seguia existindo, só que sob uma elaboração mais complexa, porque concretamente envolvendo a Instituição enquanto peça da estrutura de poder dentro da sociedade.

O problema dos soldos era preocupação freqüente do movimento, e não apenas em termos quantitativos, isto é, demandas pelo aumento dos vencimentos, considerados muito baixos. A crise política de maio de 1963, com a assembléia no IAPC e o discurso do subtenente Gelcy, recordemos, aconteceu na crista da campanha pelo aumento para o funcionalismo civil e militar. O problema aparecia também sob o aspecto da diferenciação entre oficiais e praças. Em um artigo intitulado “O aumento dos militares”, o deputado Garcia Filho comentava o sucesso da luta pela derrubada, na Câmara, da Emenda Magessi (articulada pelo marechal Magessi, então presidente do Clube Militar), e a aprovação de um aumento não discriminatório aos graduados (*in O Semanário*, 18 a 24-7-63, p. 6-7). Noutro artigo, o mesmo deputado fazia uma análise crítica do anteprojeto de um novo Código de Valores e Vencimentos Militares (CVVM), onde a tônica era a defesa das conquistas das praças quanto aos vencimentos, apontando para a “eliminação das discriminações e injustiças” nessa área (*in O Semanário*, 6 a 9-2-64, p. 4).

Destacava-se também, quanto ao problema salarial, a situação das Polícias Militares. Garcia Filho, retornando de uma viagem ao Nordeste, discursou na Câmara exibindo o contracheque de um capitão da PM do Rio Grande do Norte: recebia menos do que um cabo do Exército. Segundo esse capitão relatou a Garcia, como forma de complementar seus vencimentos realizava “servicinhos particulares” para os chefes

políticos locais. Dai articular-se a questão salarial com o que chamaram de recuperação moral das Forças Públicas, que visava inclusive a retirar das Polícias Militares, sobretudo no interior do País, o papel de milícias particulares dos potentados locais (Garcia Filho, Depoimento ao autor, 1991).

As reivindicações voltadas para o tema da disciplina eram recorrentes nos discursos, panfletos e manifestos dos sargentos à época. Apareciam de forma genérica, e seu mote era a “humanização dos regulamentos”. Aqui a questão se abria em diversas frentes de luta, sendo as principais aquelas voltadas para o abrandamento do rigor punitivo dos textos legais, para o fim da discriminação às praças e para uma “atualização” — concebida como a adaptação aos novos tempos, tempos de democracia — de dispositivos estatuídos durante o Império ou, quando muito, no período ditatorial do Estado Novo.<sup>15</sup>

Um aspecto que mobilizava os graduados politizados era a discriminação que sobre as praças se fazia dentro da questão da disciplina. Quanto mais se descia na escala hierárquica, maior era o espectro de punições disciplinares. Segundo o art. 17 do RDE, para os oficiais da ativa as penas limitavam-se à repreensão, à detenção até 30 dias e à prisão até 30 dias; para aspirantes a oficial, subtenentes e sargentos, a estas se acrescentavam a exclusão disciplinar e a expulsão; para os demais graduados, ainda constava, além dessas, o “rebaixamento de posto” até 30 dias; aos soldados, na base da pirâmide hierárquica, este era substituído pela prisão em separado até 15 dias. A pena de expulsão era aplicada nos casos de atos desonrosos ou ofensivos à dignidade militar ou atentatórios às instituições ou ao Estado, e era decidida, para aspirantes, suboficiais e sargentos com mais de 10 anos de serviço, por um Conselho de Disciplina; para os sargentos com menor tempo, cabos e soldados, bastava o inquérito ou a sindicância (art.55). Em casos excepcionais, “como repressão imediata”, poder-se-ia mesmo prescindir do Conselho de Disciplina para a expulsão (RDE, art. 56, §1º).

As transgressões disciplinares eram classificadas, no art. 14 do RDE, como leves, médias e graves. A transgressão considerada atentatória às instituições ou ao Estado

---

<sup>15</sup> O Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) vigente à época fôra estabelecido com o Decreto nº 8.835, de 23 de fevereiro de 1942. O Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer) surgira um ano depois, com o Decreto nº 11.665 (17 2-43); embora com certas especificidades, guardava forte semelhança ao RDE. Mais recente, o Regulamento Disciplinar da Marinha (RDM) aparecera na gestão de Café Filho, através do Decreto nº 28.010 (5-10-55) e, em que pese ter vindo à luz num período *soi disant* democrático, não diferia muito dos outros dois tanto no conteúdo quanto na forma.

era sempre classificada como grave, se o fato não constituísse propriamente crime (RDE, art. 15, § 2º). A definição do que fosse atentado às instituições ou ao Estado nunca chegou a ganhar forma objetiva, o que, na conjuntura radicalizada dos anos 60, dava margem a que a difusa ‘politização’ dos graduados — via de regra associada pelos segmentos conservadores à própria subversão — andasse sempre próxima àquela noção. Mas havia pontos onde a disciplina se mostrava, concreta e meticulosamente, como barreira àquela politização. É o que se verá a seguir.

Coerentemente ao preconizado para as Forças Armadas por Góes Monteiro já na década de 30 — realizar “a política **do** Exército, e não a política **no** Exército” (*apud* COELHO, 1976: 103) —, os regulamentos disciplinares impunham um ambiente de absoluta aversão à política tanto na esfera individual como na coletiva. Assim, o RDE mandava punir como transgressões disciplinares (explicitadas no seu art. 13) os seguintes comportamentos:

“4 - freqüentar ou fazer parte de sindicatos, associações profissionais com caráter de sindicato, ou mesmo de associações beneficentes cujos estatutos não estejam aprovados por lei, desde que o fato não chegue a configurar crime contra a ordem política e social, previsto em lei (...).”

102 - fazer ou promover manifestações de caráter coletivo, exceto nas demonstrações íntimas de boa e sã camaradagem, e com permissão do homenageado.(...)

104 - autorizar, promover ou assinar petições coletivas dirigidas por militares a qualquer autoridade, civil ou militar. (...)

109 - discutir ou provocar discussões pela imprensa a respeito de assuntos políticos ou militares [salvo temas técnicos, quando autorizados] (...)

111 - provocar, tomar parte ou aceitar discussão acerca de política partidária ou religião, no interior do quartel, repartição ou estabelecimento, em agremiações políticas ou em público.

112 - comparecer, fardado, a manifestações ou reuniões de caráter político.”<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Essas disposições, com algumas modificações formais, persistem no RDE atual (Decreto nº 90.608, de 4 de dezembro de 1984).

Nesses termos, de uma eloqüência ímpar (que justifica a longa citação), compreende-se por quê os subalternos apontavam suas baterias para a questão disciplinar: a transformação dos regulamentos era condição *sine qua non* para a própria continuidade “física” do movimento. Lembremos: as promoções e sobretudo o reengajamento, para além do problema das vagas, obedeciam, ainda que nem sempre explicitamente, a critérios de comportamento, os quais eram conceituados de acordo com a aferição das punições e elogios constantes nos assentamentos militares. O licenciamento das fileiras era um fantasma que rondava as lideranças dos graduados, sendo que muitas vezes a ‘assombração’ se materializava. Outro obstáculo enfrentado era a transferência das lideranças para lugares remotos ou mais vigiados. Essas questões serão abordadas mais adiante, quando da análise do movimento sob o aspecto do enfrentamento com a Instituição.

Por ora, resta assinalar que as demandas no tocante à disciplina, junto do seu sentido propriamente estratégico, tinham também o caráter de **reivindicação de um espaço para o seu ‘fazer política’**, que lhes era vedado. Neste ponto, parece-me, fica bem clara a identificação do movimento dos sargentos como uma luta pela ampliação (talvez mesmo conquista) da cidadania no seu sentido mais lato. Porém, antes de avançar tal reflexão, até preparando o terreno para que ela seja mais bem compreendida, vejamos a terceira vertente dentro das reivindicações de ordem interna: as questões concernentes à ingerência da Instituição sobre a vida privada do subalterno, em íntima relação com a questão da discriminação às praças.

As organizações corporativas, em especial as Forças Armadas, têm como um dos seus traços definidores exatamente a ingerência, em maior ou menor grau, sobre a vida particular de seus integrantes. O ingresso do indivíduo e sua continuidade nos quadros da organização pressupõem o acatamento das diretrizes que a regem. Tal assertiva não se incompatibiliza com a perspectiva de que aquelas regras não são necessariamente imóveis, sendo portanto adaptáveis a novas circunstâncias. Este era o sentido de fundo das demandas dos graduados quanto ao aspecto da imbricação entre a vida profissional e a vida privada no seio da corporação armada. Estando sujeitos a determinadas proibições, buscaram transformá-las em seu benefício. O ponto de atrito se mostrou a partir do momento em que as proibições foram percebidas como linhas demarcatórias entre um espaço de privilégios e

outro de restrições. As reivindicações assumiram, assim, um segundo e mais denso sentido: não só o de pôr fim a certas proibições como o de fazê-lo em função de uma luta contra a discriminação a que estavam submetidos no interior da própria instituição. Vejamos a situação concreta para que se esclareça a questão.

Um aspecto de grande ressonância, até mesmo pela comparação com o mundo civil, era o referente ao casamento. Segundo o Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946 (o Estatuto dos Militares vigente na conjuntura 1961-1964), os militares da ativa (e os da reserva, quando convocados) só poderiam casar-se depois de preenchidos alguns requisitos e mediante licença de autoridade competente (art. 101).

Os requisitos citados eram: a) para o oficial, ter no mínimo o posto de 2º tenente (portanto, toda a oficialidade exceto os aspirantes ou guardas-marinha); b) para as praças, ser suboficial ou subtenente, ou, se sargento, ter idade mínima de 25 anos e mais de 5 anos de graduação<sup>17</sup> ou ainda, para outras praças da Marinha (cabos e marinheiros de 1.ª classe), ter no mínimo 3 anos de graduação e mais de 10 de serviço; aos taifeiros da Marinha e Aeronáutica exigia-se apenas a idade mínima de 25 anos (art. 102). Aos alunos das escolas preparatórias de formação de oficiais e àqueles já formados, os aspirantes, era vedado o matrimônio (art. 103).

A autoridade competente para a licença era, no caso de oficial general, o Ministro da pasta respectiva, e o Comandante da Zona Militar, Distrito Naval ou Zona Aérea respectiva, para os demais oficiais; para as praças, eram o Comandante do corpo ou navio e o Diretor ou Chefe da repartição ou estabelecimento onde servissem (art. 105). Se havia a necessidade de ser obtida a licença, pode-se supor a hipótese de que tal licença, ainda que cumpridos os requisitos, fosse negada. À falta de dados concretos que permitam avaliar estatisticamente o problema, a simples ocorrência da perspectiva de negativa da licença dá bem a medida da contrariedade que suscitavam tais dispositivos.

Segundo o RDE (1942), já era transgressão disciplinar elencada no art. 13, n.º 60: “casar-se o oficial, subtenente ou sargento sem prévia autorização da autoridade”, e n.º 61: “casar-se o aspirante a oficial, o aluno das Escolas de formação de Oficiais, o cabo ou soldado”. Desde 1954, a punição para as praças, pela infração ao Estatuto quanto ao

---

<sup>17</sup> O Aviso n.º 1.346, de 29-10-46, do Ministro da Guerra, esclarece: 5 anos na graduação de sargento (BE 44 de 2-11-46, p.3563).

matrimônio, era nada menos do que o licenciamento ‘ex-officio’ (Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954).

É interessante perceber que o problema do casamento era negociado em certas circunstâncias, por exemplo, como prêmio. Às praças em serviço em algumas guarnições militares de fronteira (Içá, Vila Bittencourt, Tabatinga, Cucui, Príncipe da Beira e Clevelândia, e ilhas oceânicas de Fernando de Noronha, Abrolhos, Rasa, Rocas, Trindade e Arvoredo), entre outros incentivos oferecia-se a permissão ao casamento (Lei n.º 2.116, de 27 de novembro de 1953).

Assim, a reivindicação dos graduados pela “solução definitiva do problema Casamento” (Panfleto de Garcia Filho para a eleição de 1962, *supra*) apontava também para a questão: por quê os Oficiais podiam e as Praças não? Junto da inconformidade frente à discriminação, havia a questão concreta da situação a que estavam submetidos com a proibição ou as restrições. O deputado trabalhista Salvador Lossaco, denunciando o problema, manifestava na Câmara sua inconformidade:

“Neste ponto, a situação dos cabos é de verdadeira tragédia. Homens que estão a serviço da Pátria há 15, 18 anos, não podem regularmente constituir família! A maioria contrai matrimônio, mas suas famílias não têm direito algum, nem sequer à assistência hospitalar. Quando eles morrem, elas nenhum benefício recebem” (*apud O Semanário*, 7 a 13-2-63, p. 4).

Além do “problema Casamento” constavam também as demandas pela permissão para que os graduados pudessem trajar civilmente fora do quartel, e pelo fim da segregação que era estabelecida às praças frente aos oficiais, seja dentro ou até mesmo fora dos quartéis. O RDE elencava como transgressão disciplinar, no seu art. 13, os seguintes comportamentos:

“67 - usar traje civil o subtenente ou o sargento que não tiver permissão; o graduado em qualquer hipótese. (...)

87 - sentar-se a praça, em público, à mesma mesa em que estiver oficial, e vice-versa.

88 - tomar passagem, o subtenente ou sargento, para o camarote ou cabine onde viajar oficial. (...)

90 - dançar a praça em clubes civis ou reuniões familiares nos mesmos recintos ou salões que os oficiais presentes.”

Quanto a trajar civilmente fora do quartel, a questão se prendia, segundo Garcia Filho, à possibilidade de o subalterno poder ter a sua vida particular, isto é, de poder “se posicionar como um cidadão”, quando, como obrigava o regulamento disciplinar, ele devia “se posicionar sempre como militar” (Depoimento ao autor, 1991). As demais proibições acima citadas são por demais eloqüentes quanto ao aspecto da segregação. Esta se realizava também no terreno simbólico, que atuaria ali como seu espaço multiplicador, onde a divisão não apenas existia concretamente como deveria ser pública e manifesta.

A esse respeito, lamentava-se o Subtenente Herotildes de Araújo, da Força Pública de São Paulo, em discurso à Câmara Municipal paulista, onde ocupava uma cadeira de vereador:

“Em cada artigo dos nossos regulamentos ... está à vista, desgraçadamente, a segregação, a falta de confraternização entre oficiais e praças. Isto não só dentro da caserna, como ainda nas sociedades e instituições que congregam os militares (...)” (440ª Sessão Ordinária da CMSP, 16-9-63; *in Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Ano LXXIII, n.º 176 (18-9-63), p. 56)

Naquele discurso, Herotildes apresentou um exemplo da discriminação. Segundo ele, qualquer aspirante recém-saído da Escola de Oficiais (da Força Pública), mesmo sem ter dado nenhum dia de serviço à Corporação, podia levantar um empréstimo na Caixa Beneficente da FP correspondente a 50 meses de vencimentos para adquirir sua casa própria. Para o soldado, o cabo, o sargento ou o subtenente, o mesmo só seria possível se contasse 10 anos de serviço e bom comportamento durante todo esse período. E concluía o discurso num singelo desabafo: “Nós temos deveres; queremos também alguns direitos.”

Em resumo, as reivindicações do movimento dos sargentos referentes a temas internos à instituição militar podiam ser sintetizadas numa expressão bastante recorrente nos seus documentos de luta (panfletos, discursos, manifestos, declarações à imprensa etc.): tratava-se de “democratizar as Forças Armadas”. Eram demandas de sentido claro, embora nem sempre explicitado como tal: lutavam para tornar plena uma cidadania que entendiam mutilada pela série infundável de discriminações a que estavam submetidos, quer pela legislação, quer pela atuação dos comandos militares ao aplicarem os regulamentos, quer pela estrutura sobre a qual estava montada a própria instituição militar.

Evidentemente não se deve tomar a distinção entre as ordens de questões,

internas e externas, de modo absoluto. Elas, como já foi dito antes, não seriam separáveis, e nem eram vistas assim pelo movimento. Pelo contrário, sua imbricação era bem sentida e vivida pelos sargentos, eles mesmos experimentando a dupla carga da existência social diferenciada, como militares e como “Povo”. É o que se depreende dos *slogans* que vinham animando o movimento dos sargentos desde 1962, conforme relatou em depoimento, citando um exemplo, o general (R/1) Bolívar Mascarenhas:

“Os sargentos estão para os oficiais como os lavradores para os latifundiários: enquanto os primeiros trabalham e produzem, os segundos apenas se beneficiam dos frutos dos trabalhos dos primeiros.”<sup>18</sup>

Antes de passarmos às demandas de ordem externa, merece ser levantada mais uma questão que se situa entre os dois campos. Esta questão diz respeito à tônica das demandas internas, porém sob o prisma da sua receptividade pelos movimentos políticos na órbita da sociedade civil. Como já visto, os sargentos se batiam pela democratização das Forças Armadas. Por outro lado, muitas das correntes assim chamadas de esquerda à época, notadamente o próprio Partido Comunista Brasileiro, ao se referirem à instituição militar, não se cansavam de louvar, segundo a expressão de Luís Carlos Prestes, as “tradições democráticas de nossas Forças Armadas” (Novos Rumos, n.º 20/edição diária, 03-10-62). Não resta dúvida de que o movimento nacionalista-reformista do período 1961-64 abraçou a causa dos graduados, porém o fez sem resolver contradições dessa magnitude.

#### **4.2.2.b) Reivindicações “externas”.**

A plataforma do movimento dos sargentos na conjuntura 1961-1964 no tocante à esfera externa, isto é, o conjunto das suas reivindicações de ordem mais geral, concernentes à sociedade como um todo, pode ser prioritariamente buscado em dois tipos de fontes. De um lado, teríamos os panfletos de campanhas eleitorais; de outro, teríamos os

---

<sup>18</sup> Depoimento (“Termo de Inquirição de Testemunha”) prestado em 27-5-64 pelo Gen Div (R/1) Bolívar Oscar Mascarenhas ao IPM dirigido pelo Gen Raphael de Souza Aguiar; BNM 692 (Graduados da Marinha / Levante de Brasília), vol. 16. De princípios de 1962 a meados de 1963, o então Tenente-Coronel e depois Coronel Mascarenhas exerceu as funções de sub-comandante e comandante do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) em Brasília, onde, segundo seu próprio depoimento, combateu ativamente o movimento dos sargentos.



discursos do ‘Sargento-Deputado’ Garcia Filho na Câmara. Tal prioridade se explica, para além da disponibilidade dessas fontes para a pesquisa, pela natureza mesma desses documentos: eram eles literalmente a fala dos sargentos dirigida para a própria sociedade.

Em primeiro lugar, cabe destacar que as referências mais recorrentes cobriam o campo das demandas do difuso movimento nacionalista, e não se alteraram em profundidade ao longo do período. Vejamos, a seguir, alguns tópicos que caracterizaram a luta dos sargentos.

No dia 13 de maio de 1962, visando à eleição de outubro, os sargentos gaúchos lançaram um extenso panfleto apresentando seus candidatos ao legislativo estadual (Sargento Almoré Zoch Cavalheiro, pelo PTB) e federal (1.º Sargento Leão Serrano de Oliveira Brito, pelo Partido Democrata Cristão, PDC), em nome do Comitê Central do “Comando da Renascença”.<sup>19</sup> Nesse panfleto, podia-se ler, entre outras coisas, a “Plataforma Comum dos Candidatos dos Sargentos”, dividida em dois capítulos que tratavam, respectivamente, dos ‘Interesses e Reivindicações da Classe’ (dos Sargentos) e ‘Problemas Nacionais’.

O segundo capítulo, que por ora nos interessa, listava as reivindicações: 1) Reforma Agrária urgente (para aumento da produção, barateamento dos custos, elevação do nível de vida do camponês e do operário), com posse da terra, crédito, assistência técnica, educação, legislação trabalhista, cooperativas e “Companhias Agrárias no Exército (projeto Mal.Lott)”; 2) Eliminação do capital estrangeiro nos setores básicos e serviços públicos, nacionalização dos depósitos bancários e limitação à remessa de lucros; 3) “Taxação dos lucros extraordinários e participação dos operários no lucro das empresas”; 4) “Monopólio estatal das fontes básicas de energia”; 5) “Política externa independente”, contra “qualquer forma de colonialismo e imperialismo”; 6) Distribuição justa da Riqueza Nacional; 7) Cédula única nas eleições (*apud* SILVA, 1987: 35).

Como se vê, tratava-se de plataforma política essencialmente nacionalista, com uma forte preocupação sobre o mundo do trabalho, seja no campo, seja na cidade. Explicitava sua matriz teórica como “orientação nacionalista social-cristã, baseada em princípios da Encíclica *Rerum Novarum* e *Mater et Magister* (*sic*), combatendo os que

---

<sup>19</sup> O panfleto encontra-se reproduzido na íntegra, com vários outros documentos, no livro de memórias de José Wilson da Silva, *O Tenente Vermelho* (Porto Alegre, Tchê!, 1987; 3.ª ed), o qual cobre o período das lutas da Legalidade em 1961 até o exílio pós-64 no Uruguai.

usam o Cristianismo para acobertar e proteger privilégios”. A primeira Encíclica citada data de 1891, sob o Pontificado de Leão XIII, e aborda a condição dos operários sob a ótica da Igreja, execrando porém qualquer viés socialista. A segunda, *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII, apareceu em 1961 como reflexão ‘Sobre a Recente Evolução da Questão Social’, abrandando o severo julgamento do socialismo pela anterior e reforçando a perspectiva da Justiça Social.<sup>20</sup>

Um ponto marcante no movimento dos sargentos, sobretudo no início da conjuntura 1961-1964, e que fora de certo modo relegado no primeiro exemplo, era a questão da defesa da Legalidade. Já foi visto anteriormente um panfleto de Garcia Filho onde esse tema ganhava relevo. Seus cartazes para o pleito de 1962 traziam, junto à sua foto, nome, número e partido, os seguintes dizeres: “SARGENTO TAMBÉM É POVO E GARANTIA DA LEGALIDADE” ou “SARGENTO TAMBÉM É POVO E DEFESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA” (Arquivo Garcia Filho). A experiência da crise de agosto/setembro de 1961 jogava aí um peso fundamental: era o próprio cartão de apresentação dos sargentos para o grande público, e também o lastro político que os gabaritava nas lutas sociais do período.

Aos poucos, no entanto, este aspecto — a defesa da legalidade — foi-se obscurecendo pela radicalização em curso desde 1963. Para as eleições municipais daquele ano, concorria em São Paulo, pelo PTB, o 2º sargento do Exército Edgard Nogueira Borges. No seu cartaz de campanha<sup>21</sup> já se podia entrever, ainda que timidamente, indício daquela radicalização: arroladas as reivindicações [“(…) O sargento QUER:”], fechando uma lista que incluía “- a reforma da vida político-administrativa do País” e “- a reforma da Constituição para as reformas de estrutura”, aparecia “- a R. (*sic!*) Brasileira”. Assim mesmo, a “R.”, como a escancarar o tabu construído em torno do indizível: a Revolução.

A ambigüidade do movimento, mais uma vez, se mostrava: poderiam os defensores da Legalidade cogitar na Revolução? O caminho revolucionário parecia ser uma opção árdua demais, dilacerante mesmo, para aqueles cuja identidade política fora forjada

---

<sup>20</sup> Cf. Coleção “Documentos Pontifícios”, n.º 2 (Leão XIII - “Sobre a Condição dos Operários”, 3.ª ed., 1950) e n.º 135 (João XXIII - “Sobre a Recente Evolução da Questão Social”, 5.ª ed., 1962), Petrópolis, Editora Vozes.

<sup>21</sup> Documento anexado ao processo BNM 19 (Sargentos e Sindicalistas presos em São Paulo em setembro de 1963), vol. 1; no “Termo de Perguntas ao Indiciado” (18-10-63), o sgt Borges responsabilizava-se pela

exatamente na luta pela Legalidade. A brecha que os permitia, ao menos aparentemente, solucionar tal contradição residia exatamente na questão da Democracia. O argumento tinha o seguinte sentido: a ordem legal a que se referiam não era aquela existente, discriminatória para a maioria e eternizadora de privilégios a uma minoria, mas sim uma ordem democrática para toda a população, a ser ainda conquistada, mantidos entretanto os avanços conseguidos dentro da legalidade de então. Foi, recorde-se, neste sentido que se expressou o Subtenente Gelcy na acalorada assembléia do IAPC no Rio, em maio de 1963.

De todo modo, os sargentos seguiram empunhando a bandeira das Reformas de Base, sempre dentro da retórica nacionalista. Em discurso na Câmara dos Deputados, no dia 23-9-63, Garcia Filho apontava:

“(…) As nossas reivindicações são simples: 1) Reforma eleitoral, que permita o direito de voto a todo cidadão maior de 18 anos ... ; 2) Reforma agrária; 3) Reforma urbana; 4) Reforma tributária; 5) Reforma bancária; 6) Reforma do ensino; 7) Reforma administrativa; 8) Monopólio estatal do petróleo; 9) Nacionalização da indústria química e farmacêutica; 10) Encampação das concessionárias de serviços públicos controladas por capital estrangeiro; 11) Nacionalização dos frigoríficos controlados por capital estrangeiro; 12) Criação da Aerobrás; 13) Reforma dos Códigos legais; 14) Libertação imediata e anistia de todos os militares presos por defenderem o texto legal da Constituição Federal, ligados aos acontecimentos de 12 de setembro em Brasília; 15) Lei de promoções, de estabilidade e de casamento para os subalternos das Forças Armadas e Auxiliares; 16) Cumprimento imediato de todas as leis votadas pelo Congresso Nacional de interesse direto do povo brasileiro. (...)” (*in Anais da Câmara dos Deputados*, 23-9-63, p.814).

Esse discurso de Garcia Filho, vale notar, revestiu-se de especial importância: era a primeira manifestação pública daquele deputado — supostamente porta-voz credenciado do movimento — desde que eclodira, onze dias antes, a chamada Revolta dos Sargentos de Brasília. O país ainda estava aturdido com a surpresa daquele acontecimento; era grande a expectativa por seu pronunciamento. É razoável supor que, ao elencar ali as reivindicações, Garcia esteve cômico da penetração em escala ampliada de suas declarações. Dito de outro modo, não foi gratuita a apresentação das “simples” reivindicações dos sargentos, no teor em que foram colocadas: marcava assim a posição do

---

confecção de sua propaganda eleitoral, “apesar de terem sido os dizeres aprovados em assembléia” (BNM 19,

grupo ao lado das forças reformistas, de não pouca expressão política; ao mesmo tempo, amplificava as teses nacionalistas-reformistas através do impacto do levante, ou seja, era como se estivesse sugerindo que tais teses, se não encaminhadas prontamente, poderiam vir a concretizar-se pela força das armas empunhadas pelos subalternos.

Concluindo a análise deste tópico, as reivindicações do movimento dos sargentos, cumpre retomar a preocupação esboçada quando da apresentação das tendências políticas no movimento. Seria possível, através das reivindicações, chegar-se a aquilatar o grau de influência das várias correntes entre os graduados?

Destacava-se, sem dúvida, o nacionalismo reformista como *leitmotiv* no quadro da politização dos graduados. A força política que mais habilmente explorou tal bandeira naquela conjuntura foi seguramente a liderada por Brizola. O PCB também disputava o apoio popular nessa faixa, mas sua penetração enfrentava o estigma que sobre o comunismo se construiu durante décadas, mormente no seio das Forças Armadas. Outras organizações comunistas, como a POLOP e o PC do B, ao menos no meio dos baixos escalões militares, também tendiam a reforçar o aspecto do nacionalismo em detrimento do viés propriamente revolucionário de suas orientações.

As demandas de ordem interna à vida militar, por seu turno, também apareciam como forte fator mobilizador. Sem conotação partidária explícita, prestavam-se às mais variadas tendências como incentivo à organização dos subalternos para a luta. Este era, da mesma maneira, o caso da reivindicação da elegibilidade, que inclusive sintetizava as demais reivindicações pela perspectiva de efetivação das transformações desejadas.

Assim, fica a impressão de que houve de fato uma diluição das correntes políticas dentro do movimento, ao menos em termos das reivindicações. Mesmo que elas seguissem atuantes de forma mais ou menos organizada, o faziam nos limites dos seus círculos restritos: nenhuma conseguiu impor-se hegemonicamente ao movimento a ponto de poder proporcionar uma identificação exata de sua presença.

A razão disso pode ser buscada na própria natureza das demandas dos sargentos. Sua luta, ainda que nem sempre reconhecida assim, cingia-se ao campo da cidadania em seu sentido mais largo, aquele voltado para a conquista de um espaço de

participação política efetiva e, nesta medida, voltado para o fim dos mecanismos discriminatórios a que estavam submetidos. Mas — aí reside a chave para a compreensão do problema — a luta se desenrolava segundo a dupla perspectiva em que se colocavam: enquanto militares pertencentes aos escalões inferiores, segregados no interior da instituição militar, e enquanto parte da população que sofria as seqüelas de uma estrutura social excludente e de um sistema que fazia o País manter-se nos marcos do subdesenvolvimento.

#### **4.2.3. O nível e as formas de articulação.**

Já vimos anteriormente, quando da análise das reivindicações do movimento sob o aspecto disciplinar, como as Forças Armadas lidavam com a política em seu interior: o exemplo citado do RDE em seu art. 13, nºs 4, 102, 104, 109, 111 e 112, foi laconicamente taxativo. A própria atividade associativa de militares era minuciosamente normatizada. O Regulamento Interno e dos Serviços Gerais do Exército (RISG, aprovado pelo Decreto n.º 42.018, de 9 de agosto de 1957) definia a figura do Círculo Militar como “o âmbito de convivência íntima entre militares de uma mesma categoria” (art. 351), sendo dividido em 7 tipos: de cabos e soldados; de suboficiais e sargentos; e assim por diante até o de oficiais-generais (art. 353). Os Círculos deveriam caracterizar-se “pela hierarquia militar ... [e ter] por finalidade o desenvolvimento do espírito de camaradagem entre os seus pares, num ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito aos princípios disciplinares” (art. 352), o que efetivamente constituía um forte obstáculo à politização de sua atividade.

Restava, assim, aos subalternos politizados atuarem em instâncias onde a política não fosse a tônica central: os clubes e grêmios. Tal estratégia não passara despercebida pelos serviços de informação, como mostra um documento secreto de julho de 1963, de autoria do então Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica Tenente-Brigadeiro Francisco de Assis Corrêa de Mello, publicado após a queda de Goulart por um jornal paulista:

“A(...) técnica empregada para reunir os graduados é a criação de Associações Culturais e Recreativas civis, fundadas por militares, escapando à ação regulamentar a que estão submetidos os Círculos Militares (...) Lançam como cobertura, e para não despertar

suspeitas, graduados íntegros e de certo conceito perante os seus companheiros de farda e seus superiores, para fundadores, e depois se apossam da diretoria, criando cisões internas.” (*in O Estado de São Paulo*, 22-4-64, p.7)

O exemplo citado não esconde o traço da demonização do adversário e, bem assim, da desqualificação mesmo, pela Ordem, da ação política dos subalternos — a sua forma obscureceria, por ‘ardilosa’, qualquer possível legitimidade do seu conteúdo, isto é, os “subversivos” estariam, para ficar no jargão político, “aparelhando” as entidades, que seriam assim meras “fachadas”. Tais características (ainda que não nesses termos) seriam recorrentes no discurso da instituição militar sobre o movimento. O trecho destacado lança uma certa iluminação sobre o terreno onde se estava desenrolando o embate político: os clubes, embora fossem um espaço relativamente livre dos rigores disciplinares, seguiriam sendo vigiados de perto pela Ordem. A este aspecto retornaremos mais à frente.

O fato é que o movimento das praças encontrou nos clubes um meio de articular-se organicamente. Muitas dessas associações já tinham existência legal, algumas consideravelmente antigas: a Associação dos Suboficiais e Sargentos da Marinha (ASSM), por exemplo, segundo constava no timbre de seus documentos, fora fundada a 29 de dezembro de 1907 (BNM 692, vol. 4; Ofício n.º 1040, de 18-10-63, ao Encarregado do IPM Capitão-de-Mar-e-Guerra Mauro Balloussier). No âmbito da Aeronáutica, deu-se a fundação do Clube dos Sargentos Aviadores em 1930 (quando a Força Aérea ainda era parte do Exército, só deixando de sê-lo em 1941), com o qual concorria desde 1941 a Associação dos Sargentos da Aeronáutica (ASA), sendo ambos fundidos em 1942, por interferência do Ministro Salgado Filho, surgindo o Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica (CSSA) (Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1991: 156-157). No Exército, na década de 40, na esteira da reformulação estrutural da Força, quando centenas de graduados foram licenciados, surgiu a Casa do Sargento do Brasil, que, segundo Garcia Filho, foi posteriormente fechada por Vargas (em 1952) sob a alegação de ser uma célula comunista (‘Anotações’, Arquivo Garcia Filho); foi reativada em 1961.

Foi, porém, no início da década de 60, acompanhando o incremento da politização dos subalternos, que teve curso o processo de fundação de clubes com vistas mais propriamente à ação política. Em 1961 nasceu em Brasília o Clube dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares do Brasil (CSSSFAA); em 1962

foi fundada no Rio a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB)<sup>22</sup>; em 1963, igualmente em Brasília, surgiu o Clube dos Cabos e Soldados das Forças Armadas e Auxiliares do Brasil (CCSFAA). Tais entidades, quase desde sua origem, estariam ligadas intimamente às agitações políticas do período: Prestes de Paula, o líder da Revolta dos Sargentos de Brasília em setembro de 63, era o presidente do CCSFAA; no Rio, a crise de março de 64 teve no marinheiro José Anselmo dos Santos (o “Cabo Anselmo”), presidente da AMFNB, uma de suas figuras de proa.

Os clubes dos subalternos, em que pese a sua desqualificação pelos comandos militares como ‘fachada para subversão’, iam sendo fundados para atender a uma variada gama de demandas. Segundo pude acompanhar ao longo das centenas de depoimentos dos subalternos constantes nos processos estudados, sua criação estava sempre associada a reivindicações como assistência médico-hospitalar, jurídica, educacional, recreativa e financeira, entre outras.

A Casa do Sargento do Brasil (CSB), a propósito, foi novamente ativada em 1961 (pelos sargentos Garcia Filho, Constantino Melo, Afrânio de Sant’Anna e Paulo Tavares, entre outros) , colocando à disposição dos graduados serviços como este:

“A Carteira de Empréstimos da CSB ... se destina aos associados da Casa e opera com empréstimos em dinheiro aos sócios, cobrando os juros e as taxas pela Lei de Usura (...) [Os empréstimos quitar-se-iam em] até 24 prestações mensais com juros de 1% ao mês e taxa variável proporcional ao capital emprestado fixada pela Comissão Fiscal.” (Arts. 1º e 12 do ‘Regimento Interno da Carteira de Empréstimos da Casa do Sargento do Brasil’. Arquivo Garcia Filho)

O Clube dos Cabos e Soldados das Forças Armadas e Auxiliares do Brasil (CCSFAA), fundado em Brasília, em meados de 1963, nos moldes do clube congênere dos sargentos, assim se expressava quanto aos seus fins:

“É uma sociedade civil, de âmbito nacional, que se destina a incentivar manifestações cívicas e patrióticas, estreitar os laços de união e solidariedade entre os cabos e soldados das Forças Armadas e Auxiliares do Brasil, defender os interesses dos associados, pugnar por seus direitos, proporcionar excursões recreativas e culturais, discoteca, empréstimos diversos, auxílio de emergência,

---

<sup>22</sup> Sobre a AMFNB, ver, ainda no presente Capítulo, o item 6.1.3., *infra*.

fiança para aluguel de imóvel, estada na sede ou sucursais em caso de trânsito, pecúlio, além de outros benefícios ...” (art. 2º do Extrato dos Estatutos do CCSFAA: Diário Oficial da União [Brasília], 21-8-63, p. 7327).

A perspectiva da luta política *stricto sensu* raramente era apontada, nos depoimentos dos processos, como motivação para a praça se associar, o que se explicaria por duas hipóteses não excludentes entre si. Os depoentes já se encontravam envolvidos com a Justiça por razões claramente políticas, o que pode sugerir que, temendo piorar sua já precária situação, dissimulassem sua vinculação política. Pode ser também — por quê não? — que de fato os aspectos assistenciais e recreativos, sobretudo numa situação de real carência como aquela vivida por eles, fossem priorizados em detrimento da questão política.

Vejamos, não só como exemplo da atuação assistencial e política, mas também como parâmetro revelador da forma de organização do movimento, o caso do CSSSFAA.

O 3º sargento (Fuzileiro Naval) Nias Fernandes, em depoimento como indiciado no processo BNM 692 (Levante de Brasília / graduados da Marinha), historiou a criação do clube. Em 1961, ele fora escoltar um sargento naval ao Aeroporto Militar de Brasília onde este iria depôr em razão de ter assassinado outro sargento, da FAB, na zona do baixo meretrício (no Núcleo Bandeirante, a “Cidade Livre”) “em uma *boite* de baixa reputação, por disputa de uma mulher”. Lá, conversando com os colegas a respeito da necessidade de criarem um clube onde os sargentos pudessem desfrutar de melhor ambiente, teria ouvido de Prestes de Paula que este já havia entrado em entendimento com o sargento Umbelino, do Exército, para efetivar aquela idéia, de “um clube que congregasse todos os sargentos que servissem em Brasília, independente da Arma a que pertencessem”. O sargento Nias fez então o contato com os graduados da Marinha e compareceu à reunião marcada para tal fim, num sábado, no Restaurante Montanhez (*sic*) onde estavam presentes muitos colegas do Exército e Aeronáutica. (BNM 692, vol. 3)

Outro depoimento (o do 1º sargento Antônio Prestes de Paula, no BNM 140, vol. 5; RJ, 16-10-63) informa que o CSSSFAA, cuja sede ficava à Avenida W-3, Quadra 16, lote 14, em Brasília, foi fundado em outubro de 1961, sendo seu primeiro presidente o próprio sargento Prestes. Conforme o depoente, “o referido Clube, em face dos seus Estatutos devidamente registrados, tinha por finalidade, como tem, o amparo beneficente e



ainda recreativo”.

A atividade do CASSFAA tinha várias frentes. O Clube estabeleceu contato com os altos escalões em busca de solicitações como verba para construção da sede e desconto das mensalidades em folha de pagamento, embora sem sucesso, como consta no depoimento da testemunha Capitão-de-Corveta Renan Polônio Tavares, oficial-de-gabinete (Relações Públicas) do Ministério da Marinha, em IPM, a 17-9-63 (BNM 692, vol. 1). Segundo esse oficial, que afirmou haver “grande interesse por parte do pessoal subalterno em se tornar associado”, como Relações Públicas “sempre procurou maior contato com os Membros da Diretoria do Clube, inclusive organizando bailes e tômbolas”.

O Clube era solicitado também a prestar assistência jurídica, como quando o sargento naval Ademar Nicácio da Silva, em 1963, foi preso e enviado para o Rio por ter desobedecido o Comandante do Grupamento de Fuzileiros Navais (GFN); seus colegas acionaram Prestes, que, na qualidade de presidente, providenciou a assistência jurídica necessária (Depoimento do 1º sargento FN José Medeiros Dantas no BNM 692, vol. 4). A julgar pela presença do citado sargento Ademar Nicácio novamente no GFN no levante dos graduados em setembro daquele mesmo ano, o auxílio do Clube fora bem sucedido.

Enfim, poder-se-ia elencar várias atividades daquele clube para ilustrar o exemplo; fiquemos apenas com uma última que, por sua importância na conjuntura que desaguarda no levante de setembro de 63, merece ser mencionada. Trata-se da Comissão de Defesa da Elegibilidade dos Sargentos, CODES, já referida anteriormente (ver, *supra*, item 3.2, *in fine*: posse de Garcia Filho).

A CODES, conforme depoimento de Prestes de Paula (BNM 692, vol. 6, 22-11-63), foi criada a partir do recebimento, pelo Clube, de um requerimento de 32 associados solicitando uma assembléia geral para o posicionamento da entidade frente à questão da elegibilidade dos sargentos. Era início de outubro de 62, e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) havia entrado na pauta o julgamento de um recurso sobre tal questão. A assembléia foi convocada e realizada na segunda quinzena daquele mês — coincidindo com o julgamento negativo para os graduados. Ao final, aprovou a criação da referida Comissão, nas palavras de Prestes, "para tirar do Clube a responsabilidade, por ser uma entidade apolítica, da luta pela elegibilidade". A assembléia elegeu como presidente da CODES o presidente do CASSFAA, no caso, o próprio Prestes. Compunham a Comissão dois

representantes por Força Armada e Auxiliar; foram criados os departamentos Jurídico, de Imprensa e de Propaganda e Relações Públicas, cobrindo este último a área política.

Uma minuta de proposição foi então elaborada, visando à modificação do art. 138 da Constituição (que tratava da inelegibilidade das praças), sendo entregue ao deputado Benjamin Farah, que a encaminhou à tramitação na Câmara. Em outro depoimento de Prestes (BNM 140, vol. 5; 16-10-63) consta que a CODES passou a acompanhar de perto a questão em todos os setores da justiça eleitoral e junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, mantendo uma permanente discussão a respeito e informando ao seu público-alvo o estágio em que se encontrava o problema, através de reuniões, à falta de sede própria, no Clube ou em casas de participantes. Esse dado ajuda a explicar a expressiva adesão dos graduados ao levante em setembro de 63: foi-se criando um clima de grande interesse pelo desenrolar do problema no campo jurídico e, quando da decisão final do STF, contrária à elegibilidade, decepção e revolta invadiram o meio dos sargentos da Capital. Nesse caldo de cultura, a proposta de um protesto armado foi abraçada sem maiores hesitações.

Aproveitando a oportunidade, já que se arranhou de leve o evento da Revolta dos Sargentos, vale notar que muitos dos nomes de maior destaque naquela ação estavam intimamente associados às direções dos clubes da Capital, tanto o dos suboficiais, subtenentes e sargentos como o dos cabos e soldados. A lista poderia começar com o presidente do CSSSFAA, Prestes de Paula, que foi o líder assumido e incontestado do levante, passando por membros do seu Conselho Deliberativo, como os sargentos Bezerril, Nias, Ricardo, Ademar Nicácio e Ferino, chegando aos membros do CCSFAA, como o marinheiro Valdecy e o cabo Viana. Mas não se trata de relação tão estreita, ou melhor, de um único sentido: muitos outros subalternos de relevante participação na Revolta sequer eram associados a tais entidades.

Voltemos à questão dos clubes. Em que pese a informação, vista há pouco, oriunda de fonte insuspeita no caso (um oficial-de-gabinete do Ministério da Marinha), de que havia um grande interesse dos graduados pelo trabalho de sua entidade, houve também um movimento no sentido contrário. Vários subalternos, nos seus depoimentos constantes dos processos pesquisados, afirmaram ter se afastado do clube em Brasília por conta do seu 'desvirtuamento', isto é, por causa da politização que se ia tornando mais e mais explícita e intensa, em detrimento de seus encargos estatutários de beneficência, assistência e

recreação (v., entre outros exemplos, o depoimento prestado como testemunha pelo 2º sargento Francisco Ricardo de Souza, do GFN: BNM 692, vol. 5). Esse dado por si só já é revelador não só da efetividade da ação política desenvolvida nos marcos dos clubes, como também dos conflitos inerentes ao próprio movimento que não chegou nunca a alguma forma de unanimidade — pelo contrário, enfrentou cisões consideráveis, sobretudo diante da radicalização levada a cabo desde 1963.

As diferenças políticas no ambiente dos sargentos manifestavam-se também através dos clubes. Se as entidades que mais apareciam eram aquelas comprometidas com as reivindicações do movimento, outras havia que se colocavam muito próximas das autoridades militares, renegando qualquer perspectiva de confronto. Era este o caso, por exemplo, do Clube Humaitá, no Rio de Janeiro, que congregava suboficiais, sargentos e demais praças da Marinha. O Humaitá, em 1963, escolheu ninguém menos que o Vice-Almirante Sílvio Heck, um dos Ministros do veto a Goulart em 1961, para representá-lo numa cerimônia em que seria feita cessão de um prédio do Estado da Guanabara à direção do Clube. Na ocasião, fazendo o contraponto à então recente manifestação dos graduados no IAPC (aquela do discurso inflamado do Subtenente Gelcy), discursou, além do Almirante Heck, o próprio Governador Lacerda, e ambos repisaram o tema da disciplina e marcaram a nítida divisão entre os campos:

[Heck:] “Aqui estão os verdadeiros suboficiais, sargentos e praças, que não formam com aqueles que, no sábado, numa instituição de Previdência, pregaram a insubordinação e a revolta”.

[Lacerda] “Enche o nosso coração de orgulho patriótico e de satisfação sincera ver de que lado está a imensa maioria do povo, da qual participam, com seus irmãos e seus filhos, sargentos da gloriosa Marinha de Guerra.” (Correio da Manhã, 14-5-63, p.7)

Aquela divisão política se manifestaria, dentre outras formas, por um aspecto pouco discutido publicamente, mas nem por isso menos importante para os clubes. Tratava-se da questão do desconto das mensalidades em folha de pagamento, maneira muito mais eficiente e segura de angariar fundos do que a coleta individual das contribuições. Aí ficava claro o caráter político que comandava a orientação das autoridades na concessão ou não desse mecanismo de arrecadação.

Do ponto de vista da instituição militar, a atitude era mais ou menos óbvia: não

faria qualquer sentido estimular forças cuja atuação significava, via de regra, problemas para si própria. Assim, as entidades “apolíticas” não tinham nenhuma dificuldade para conseguir tal concessão.<sup>23</sup> Já para aquelas consideradas ‘focos de subversão’, como a AMFNB e o CССSFAA, o benefício — mesmo depois de muita luta — mostrou-se inalcançável.

Do ponto de vista de tais associações, a questão, do modo como vinha sendo encaminhada, aparecia como mais uma discriminação a que estavam submetidas por seu posicionamento político-ideológico — o que, de fato, se dava. Mas, além disso, era vista como uma forma de prejudicar a própria coletividade que representavam, na medida em que suas atividades não se restringiam à atuação estritamente política, cobrindo carências assistenciais efetivas.

Para uma avaliação mais precisa da atuação dos clubes de praças na conjuntura 1961-64, seria interessante poder trabalhar a questão estatisticamente, em termos de números de associados, sua variação ao longo do tempo etc. No entanto, esse tratamento não será aqui realizado. Primeiro, e de modo determinante, pelo problema das fontes. Para executar tal tarefa, seria preciso estudar uma documentação a que não tive acesso: livros de registro dos quadros de associados ou atas de assembléias, por exemplo. Em segundo lugar, ainda que me tenha sido possível levantar dados a respeito a partir dos depoimentos colhidos ao longo dos processos selecionados, a questão, da maneira como agora a apresentei, só se configurou como tal depois de já avançado o estágio de fichamento dos depoimentos. Assim, para um número considerável de depoimentos, não foi coletada e registrada a informação pertinente a entidades 'de classe', embora constasse dos relatos. O que se segue não deve ser visto senão como uma pálida tentativa de aproximação ao objeto pela via do trabalho com dados quantitativos. De todo modo, serão apresentados alguns resultados, parciais é verdade, mas ainda assim reveladores de algumas tendências do movimento.

O universo dos dados disponíveis limita-se a uma parte dos depoimentos dos indiciados no processo BNM 692, portanto, subalternos da Marinha que serviam em Brasília envolvidos no levante de setembro de 1963 (cujo total girava em torno de 270).

---

<sup>23</sup> V., por exemplo, Aviso n.º 29/GM6, de 5-10-59, publicado no Bol. Min. Aer. 10/59, p.1046: "Dispõe sobre o desconto interno das mensalidades dos associados do Clube dos Taifeiros da Aeronáutica."

Nos interrogatórios, o depoente era instado a revelar se participava como sócio de alguma associação militar ou civil. Assim, aparece um primeiro total de 172 respostas, sendo que esse número já inclui alguns que pertenciam a mais de uma associação. Desse total, teríamos: 72 sócios da AMFNB (RJ), 32 do CSSSFAA (Brasília), 29 do CCSFAA (Brasília), 9 da Caixa Beneficente dos Sargentos da Marinha (CBSM-RJ), 8 da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Marinha (ASSM-RJ), 3 da Associação dos Taifeiros da Armada (ATA-RJ) e 19 de outras associações (civis: Clube Municipal de Brasília, Associação Recreativa e Cultural dos Trabalhadores de Brasília, Clube de Regatas Flamengo-RJ etc.).

Ao compararmos o número de sócios do CSSSFAA ao dos outros dois clubes de suboficiais e sargentos, vemos que o primeiro era cerca de 4 vezes maior que os demais. O argumento de que os dois últimos tinham sede no Rio enquanto que o primeiro era de Brasília não deve ser considerado de modo absoluto: muitos graduados, mesmo residindo na nova Capital, tinham estreito contato com o Rio, sede mais importante da Marinha, e inclusive muitos deixavam suas famílias lá, fazendo constantes viagens, prática usual no início de Brasília. Outra ressalva: o número de suboficiais e sargentos era apenas uma parte do total de indiciados, cuja maioria numérica era de soldados e marinheiros, e também cabos. Assim, pode-se arriscar a seguinte avaliação: o número de suboficiais e sargentos associados ao CSSSFAA, expressivo dentro do total geral, corrobora a noção já aventada de que o clube realmente mobilizava a categoria. E ainda: esse clube, com sua atividade marcadamente política, em comparação aos similares (ASSM e CBSM), mais assistenciais/recreativos, gozava da preferência dos graduados; dito de outra forma, a politização dos graduados, de certa forma, expressava-se através da citada preferência pelo CSSSFAA.

Outro dado interessante diz respeito aos escalões mais baixos: cabos, marinheiros e soldados. A adesão dessas praças aos clubes, AMFNB e CCSFAA (este último tendo uma efêmera existência: não passou de poucos meses), era também expressiva se comparada ao total computado. A julgar pelo trabalho de politização que ambos supostamente realizavam, a instituição militar, segundo sua ótica, teria nas mãos uma verdadeira bomba-relógio com o mecanismo já em funcionamento.

Concluindo a análise da organização do movimento dos subalternos através dos clubes, restaria apontar uma tendência que passou a existir com a fundação do CASSFAA e do CCSFAA. Trata-se da articulação dos baixos escalões não mais dentro de cada corporação, como era o caso até então (por exemplo, Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército do Rio de Janeiro, CSSERJ), mas já numa tentativa de unificação que atravessava todo o chamado aparelho repressivo do Estado, abarcando as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e as Auxiliares (Polícias Militares, Corpos de Bombeiros). Dessa forma, em que pesem as especificidades de cada um desses segmentos, o movimento começava a trabalhar numa faixa comum a todos eles, o que fazia com que, em detrimento de reivindicações estritamente corporativas, ganhasse força exatamente o que eles tivessem em comum, a condição de subalternos discriminados pela instituição e de integrantes das camadas populares expostas aos mecanismos excludentes da estrutura social.

Já vimos as linhas gerais da forma prioritária de organização dos subalternos politizados na conjuntura 1961-1964, os clubes e associações de natureza jurídica civil. Cabe agora analisar o nível de articulação do movimento.

Garcia Filho, uma das lideranças de maior destaque entre os graduados, afirma que “não houve nenhuma tentativa de criar uma associação nacional, ou coisa parecida. Usávamos a própria Instituição e a partir da eleição [1962] é que extravasamos para os demais Estados o que se estava fazendo no Rio de Janeiro”, que seria o núcleo mais forte do movimento (Depoimento ao autor, 1991). Deve-se matizar um pouco tal afirmação, pois é sabido que mesmo antes de 1962 os sargentos já atuavam com alguma desenvoltura em outros cenários fora do Rio, por exemplo no Sul ou mesmo em Brasília. Mas o que diz respeito a usar a Instituição Militar merece atenção.

Consideremos que as Forças Armadas são organizadas nacionalmente, de forma a cobrir toda a extensão do território com uma capilaridade sem paralelo. Consideremos também que as possibilidades de contato entre seus membros são inúmeras (as viagens a serviço, sobretudo na Aeronáutica e Marinha, são muito frequentes; as próprias transferências não são algo raro de acontecer). Pode-se, assim, imaginar o quanto as Forças Armadas ofereciam, nesse campo, ao movimento.

Se, por um lado, isso de fato ocorria, por outro lado vale lembrar que a

Instituição cerca-se de mecanismos 'acauteladores' para enfrentar tal situação. O próprio Garcia aponta: sempre, em viagens, fazia contatos para troca de correspondências mas "infelizmente essas correspondências dificilmente chegavam às nossas mãos, porque o serviço de informações segurava tudo, até as fotografias; apareceu, depois de 64, isso em inquéritos, processos (...)" (Depoimento, 1991).

E será justamente a voz da Instituição a nos apontar o estágio da articulação entre os graduados politizados à época. Segundo se pode ler num documento datado de Jundiaí-SP/20-10-63, o Relatório do IPM sobre atos do sargento Almoré Cavalheiro conexos ao levante de Brasília, de autoria do Encarregado Coronel João Francisco Moreira Couto (Comandante da Artilharia Divisionária/2),

"o movimento [dos sargentos] tomava amplitude nacional: existia em Porto Alegre, no Rio, em São Paulo e em Brasília, pelo menos (...) Há indícios de que os movimentos nos vários Estados trocavam emissários, e obedeciam a uma direção geral, possivelmente do deputado Garcia Filho, sargento do Exército; de que havia pelo menos certa corrente extremada, disposta a apelar para as armas quando falhassem os meios legais; de se poderem articular greves e movimentos de estudantes em seu apoio." (BNM 19, vol. 2)

O tempo dos verbos empregados no trecho acima destacado, aliás, é bastante significativo. Produzido cerca de um mês após a eclosão, em Brasília, do levante dos sargentos — que teria supostas ramificações também em São Paulo —, o Relatório apontava a perspectiva de que, diante da gravidade da situação, as medidas drásticas que seguramente seriam tomadas colocariam um paradeiro naquele movimento. Seu prognóstico não estaria longe da verdade, embora não pela avaliação indicada. Mas isto já é assunto para outro tópico. Fiquemos, por ora, na questão do nível de articulação do movimento.

Em depoimento, o então sargento Edgard Nogueira Borges esclareceria pontos duvidosos acerca da liderança do movimento e da sua articulação entre os Estados (BNM 19, vol. 2; 'Termo de Inquirição de Testemunha', 26-9-63). Informou ele que Garcia não orientava o movimento nacionalmente, embora talvez o fizesse na Guanabara; sem embargo, sempre que lhe era possível, estava presente nas reuniões ocorridas na área paulista. Segundo Borges, as reuniões alcançavam, além de São Paulo, Guanabara e Rio Grande do Sul, também as capitais do Ceará e Pernambuco. Completando a informação,

afirmou que não havia propriamente "troca de emissários com o propósito deliberado de estabelecer ligação, conquanto sempre que viaja algum sargento do grupo a esses lugares procure contato, para manter os companheiros informados".

Sobre as diferenças de atuação entre as várias áreas onde se desenrolava o movimento, Garcia Filho apontou-me um dado sobre o qual teceu interessante reflexão: Disse ele:

"... quando eu cheguei no Rio Grande [do Sul], pude verificar que o movimento dos sargentos estava circunscrito à área dos sargentos. Isso foi o maior erro. Não é possível um movimento ser circunscrito quando ele quer se posicionar **para a sociedade**, não é? ... o nosso [no Rio] foi feito dentro da sociedade como um todo ... É diferente do elemento se posicionar dentro dos quartéis para tirar uma posição, vamos dizer, que é uma posição **para a sociedade** (...)" (Depoimento, 1991; ênfases do próprio Garcia).

Isso nos remete novamente à questão da natureza do movimento dos subalternos naquela conjuntura. Ainda que apenas tendencialmente, pode-se vislumbrar na politização que percorria os baixos escalões militares a tentativa de romper os limites configurados pelos muros dos quartéis. Por um lado, buscavam ganhar a sociedade para suas reivindicações; por outro, visavam a intervir, eles mesmos, na sociedade, da qual eram participantes. A perspectiva da qual partiam deve ser compreendida como aquela mais larga que se traduz numa luta que, embora tivesse metas objetivas de mudança, era essencialmente pela construção de sua cidadania.

#### 4.2.4. O discurso da 'novidade'

"Existe um fato novo na história brasileira, que é a participação dos suboficiais, subtenentes e sargentos das forças armadas no movimento de libertação da nossa pátria..." (Abertura do já citado manifesto de sargentos publicado a 13-5-63 pelo Última Hora (BH), p.4, e Correio da Manhã (RJ), p. 3; *apud* DELGADO, 1986: 171)

A perspectiva assumida pelos graduados politizados na conjuntura 1961-1964 era a de que estavam inaugurando um novo período na história das lutas sociais no Brasil. Tal período seria caracterizado, à diferença dos anteriores, pela participação dos militares dos baixos escalões ao lado das forças populares. Esse novo papel seria fruto da tomada de



consciência de sua posição na sociedade:

"Porque nós nos consideramos povo e somos oriundos das camadas mais sofridas da população e, apesar de vestirmos farda, somos cidadãos sujeitos a sofrer e a refletir as conseqüências sociais como qualquer outro cidadão..." (trecho do manifesto acima citado).

Não se pode dizer que o chamado Movimento dos Sargentos desconsiderava as jornadas da década de 30 nem qualquer outra referência histórica para sua atuação política naquela conjuntura de 1961-1964. No entanto, é certo que tais referências não apareceram nos documentos levantados na pesquisa, que incluíam discursos, panfletos, manifestos e declarações à imprensa, entre outros. Regra geral, o que se destacava era a descontinuidade, ou melhor, a mudança de posicionamento calcada na nova perspectiva assumida, de que "sargento também é povo". Vivia-se um período de intensa mobilização popular; nada mais natural, portanto, que tal mobilização fosse assumida também pelas camadas militares subalternas.

Assim, o 'novo' não seria o 'movimento dos sargentos', e sim o seu caráter: agora tratava-se de uma perspectiva mais ampla, para além dos limites corporativistas, integrando a luta dos subalternos à luta popular mais geral.

De todo modo, o aparecimento dos sargentos na cena política, pela sua estranheza, despertara as atenções. Para ilustrar o novo momento vivido pelos subalternos o jornalista Hermano Alves, ao comentar em sua coluna 'Panorama Político' a crise de maio de 1963 — aquela do discurso do subtenente Gelcy no IAPC — lançou mão de uma anedota que, mais do que cumprir seu objetivo, serve aqui para dar conta da própria estranheza que causava o movimento. *Se non è vero è bene trovato* [Se não for verdade, ao menos é bem contada/]:

"(..) Ontem corria a seguinte história pela cidade: um sargento chegou, muito irritado, ao Quartel General e perguntou ao cabo de plantão se o general havia chegado; o cabo disse que não; o sargento rosou qualquer coisa, entrou em sua sala e bateu a porta; pouco depois, o general chegava e perguntava ao cabo onde estava o sargento; resposta do cabo: '— Chegou há minutos, general. Tome cuidado que ele parece furioso com o senhor' (...)" (Folha de São Paulo [matutina], 14-5-63).

#### 4.2.5. A reação da Instituição.

Anteriormente já foi apontada a maneira segundo a qual a Instituição Militar encarava a mobilização política dos seus subalternos. Sem cogitar na legitimidade das reivindicações, as Forças Armadas descartavam qualquer possibilidade de admitir a presença, no seu interior, de um movimento ‘político’ por parte das praças. Em se tratando de uma instituição erigida sobre os princípios da hierarquia e da disciplina, aquela presença significaria, na sua ótica, uma ameaça vital, na medida em que questionava exatamente seus princípios basilares.

Associada à perspectiva institucional, contava também contra o movimento dos sargentos a questão propriamente política que surgia das suas posições reformistas e contestatórias da ordem estabelecida. Sob esse ponto de vista, que era o das forças sociais a que se poderia rotular de conservadoras ou de direita, o movimento ganhava foros de clara subversão, sobretudo porque partido de dentro da instituição que encarnava o papel de bastião da ordem.

A oposição que se desencadeava exteriormente à Instituição Militar sobre os sargentos não os afetava mais do que a outras forças reformistas como o movimento sindical ou partidos de esquerda. No que tange à área propriamente militar, no entanto, a questão assumia dimensão de vulto pois que desenrolada sob uma disposição de forças gritantemente desfavorável às praças. Este último aspecto será o objeto das considerações que se seguem.

A repressão se dava em dois níveis complementares: a vigilância e a punição propriamente dita. A vigilância, por seu turno, não se limitava à tarefa subterrânea de espiões. A constituição mesma da chamada Segunda Seção (Área de Informação e Contra-informação) no interior das Forças, explicitamente normatizada — veja-se, por exemplo, o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais do Exército (RISG) — dá conta do processo descrito por Foucault a respeito do poder que, ao vigiar, controla:

“Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório.” (Foucault, 1979: 218)

A propósito, em depoimento como testemunha numerária no processo judicial movido contra suspeitos de buscarem a extensão a São Paulo da Revolta dos Sargentos de Brasília (BNM 19, vol. 4; 04-1-64), o então Comandante do 4º Regimento de Infantaria (Quitaúna-SP), Coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, mencionaria uma “relação que existe na 2.ª Seção do II Exército, ... que mantém em permanente observação os sargentos ali apontados por atividades anormais que se diz exercer ou que se exerce” (*sic*), referindo-se a nomes de graduados participantes do movimento. À falta de documentação disponível, como dossiês, relatórios do serviço secreto<sup>24</sup> ou coisas do gênero, esta seria uma fonte razoável a confirmar, oficialmente — tratava-se de uma testemunha sob compromisso —, a vigilância mantida pela Instituição da Ordem sobre o movimento.

A vigilância também existia nos círculos informais. Stepan (1975: 119-120) refere-se à existência de um documento intitulado “Movimento dos Sargentos: Relatório” (com data de 05-5-63, Rio de Janeiro) de autoria de um grupo de oficiais que investigou por conta própria o tema. Tal documento, diz Stepan, teria circulado clandestinamente nos meios militares.

Não resta dúvida que o movimento dos sargentos era um terrível incômodo para a Instituição, e assim ela o tratou. Quando da posse do sargento Antônio Garcia Filho como deputado federal no início de 1963, por exemplo, a manifestação organizada pela Comissão de Defesa da Elegibilidade dos Sargentos (CODES) teve, entre outros resultados, no Exército, a prisão do sargento José Geraldo (diretor social do CSSSFAA) e a prisão e transferência dos sargentos Elísio Vaz Quadros e Odilon Matos Rasquim (secretário geral e 1º tesoureiro do clube, respectivamente).

Pouco tempo depois, a manifestação de sargentos no IAPC no Rio, onde causou furor o discurso do subtenente Gelcy, desencadeou nova onda de prisões. Assim se referia, a respeito das punições na área da força pública estadual, um jornal carioca:

"(...) Incorporando-se à ofensiva dos "gorilas" fardados, Lacerda ... desandou também a prender sargentos da PM da Guanabara, dois deles — José Belmonte de Souza e Antônio Sena Freitas (*sic*) [correto: A. S. Pires] — suplentes de deputado à Assembléia Legislativa Estadual, pelo Partido Socialista. Foram fazer companhia, nos calabouços do Corvo, a Jelcy (*sic*) Rodrigues

---

<sup>24</sup> Mais adiante, ainda neste tópico, será utilizado um ‘Relatório Especial de Informações’ que, embora não sendo originado em órgão específico (S-2), cumpriria a mesma função.

Correia e seus camaradas perseguidos pelos "gravatas de couro" do Exército (...)" (O Semanário, 23 a 29-5-63, p. 1)

Ainda com relação ao mesmo evento cabe apontar o caso de um sargento do Exército, Manoel da Silva, que chegou a solicitar formalmente asilo na Embaixada do Chile, no Rio (Diário Carioca, 15-5-63). O pedido, depois de breves consultas diplomáticas, lhe foi negado sob o argumento de que não se tratava de um crime político e sim de mera transgressão disciplinar. Do lado fora da Embaixada, um jipe do Exército já o aguardava com sua ordem de prisão.

Vale lembrar que o castigo aos punidos não se limitava apenas à prisão propriamente dita. Esta, ao ser registrada nos assentamentos pessoais dos militares, configurava-se em um obstáculo em termos de reengajamento e promoção. Não menos importante, afetava também o bolso do atingido: como reza uma "Cartilha para o Soldado",

"Vencimento é a remuneração paga ao militar no desempenho normal de suas funções, e divide-se em soldo ... e gratificação ... Não faz jus à gratificação o ausente, o preso ou detido respondendo inquérito, o desertor preso e toda praça que cumpra pena judicial."<sup>25</sup>

Muitas vezes a punição vinha de forma menos explícita do que uma ordem de prisão, embora não necessariamente a excluísse. Era o caso das transferências do pessoal subalterno identificado com o movimento, com o nítido sentido de desmobilizar a sua organização. Ridenti (1989: 387) reproduz entrevista com o ex-sargento Amadeu Felipe onde este toca explicitamente na questão da transferência das lideranças com o sentido desmobilizador. O então deputado sargento Garcia Filho, por diversas vezes, ocupou a tribuna da Câmara para denunciar tal processo (Correio do Povo (RS), 30-3-63; Anais da Câmara dos Deputados, 1964). Em depoimento para a pesquisa, foi-me confirmado esse dado; justificando a informação de que o Rio de Janeiro era o foco principal do movimento dos sargentos, um graduado hoje na Reserva afirmou:

"(...) Porque o Rio era a caixa de ressonância ... é onde estavam os sargentos que faziam política. Tanto isso é verdade que a forma que eles [os altos comandos] encontraram [para desarticular o movimento] foi transferir os sargentos, do Rio de Janeiro para fora ...: o Santana foi transferido para o Maranhão, o Ly Adorno foi transferido para Mato Grosso ... Posso citar uma porção de gente

---

<sup>25</sup> Brasil. Exército. 4º Exército, 6ª Região Militar. "Cartilha para o Soldado". Aracaju, Livraria Regina, 1971. p. 27.

que foi transferida exatamente para esvaziar o movimento, aqui (...)" (Ex-sargento, Depoimento ao autor, 1991).

Foi este mesmo ex-sargento quem apontou a importância, registrada anteriormente, dos chamados oficiais nacionalistas para o movimento em sua tentativa de evitar as transferências das praças mais politizadas.

Finalizando o aspecto do enfrentamento com a Instituição, será apresentado mais pormenorizadamente um caso específico. Ainda que guarde sua particularidade, serve como referencial suficientemente ilustrativo da questão. Trata-se do episódio da fundação, em Brasília, do Clube dos Cabos e Soldados das Forças Armadas e Auxiliares do Brasil (CCSFAA) em meados de 1963. Desde o começo de 1962, o então tenente-coronel Bolívar Oscar Mascarenhas havia assumido no Batalhão da Guarda Presidencial (BGP, Brasília) a função de Sub-Comandante. Ali, segundo um depoimento seu (27-5-64) anexado ao processo BNM 692, reorganizou o Serviço de Informações da Unidade "em bases mais efetivas que as de rotina, incluindo sargentos de comprovada confiança, cabos e mesmo civis nesse serviço (...)"<sup>26</sup> Em outro depoimento (16-9-63), ele afirmou ter então colhido dados a respeito do "estabelecimento de uma célula subversiva de Cabos e Soldados com rótulo de Clube de Cabos e Soldados a ser criado em Brasília (...)"; e completou:

“Já a esse tempo estava bem definida a orientação que seria dada a esse Clube ou célula com existência no interior das organizações das três forças armadas ... : nítida ação subversiva da hierarquia e ação coercitiva sobre os suboficiais, sub-tenentes e sargentos que vinham se mostrando refratários ou indecisos na aceitação da liderança de Prestes, Garcia e Aimoré (*sic*), ... até o ponto de arrastar por ações provocativas de insubordinação esses indecisos à área da ação penal militar com garantia de assistência jurídica e de emprego na vida civil para os cabos e soldados que fossem prejudicados na execução desse plano (...)"<sup>27</sup>

O Coronel Mascarenhas, de posse dessas informações, contactou o Comandante do Grupamento de Fuzileiros Navais, Capitão-de-Fragata Leite Velho, que colocou seu oficial de informações (S-2) 1º Tenente Gantois Chaves a par das articulações, inclusive reunindo-se os três no BGP para troca de informes. Esse Tenente Gantois, em depoimento

---

<sup>26</sup> 'Cópia Autêntica do Termo de Inquirição da Testemunha Gen Div R/1 Bolívar Oscar Mascarenhas', a 27-5-64, DF, ao Encarregado de IPM Gen Raphael de Souza Aguiar, a convite do Mal. Estêvão Taurino de Rezende, da Comissão Geral de Inquéritos, in BNM 692, vol. 16.

<sup>27</sup> 'Depoimento de Testemunha (24ª): Coronel Bolívar Oscar Mascarenhas', 16-9-63, ao Encarregado de IPM Capitão-de-Mar-e-Guerra Mauro Balloussier, in BNM 692, vol. 16.

prestado em setembro de 1963, assim se referiu à situação:

"(...) diretivas eram dadas pelos cabeças com a finalidade de dirigir o movimento e sentir o pulso das praças nos diversos lugares do país; ... apareceram então movimentos que mostravam claramente que havia atuação neste sentido, tais como: a greve de fome no Corpo de Bombeiros no Estado da Guanabara, o mesmo tipo de manifestação no Cruzador Barroso. No Grupamento [de Fuzileiros Navais em Brasília] havia um dia na semana em que as praças não comiam o fígado que era apresentado no almoço; na Base Aérea [de Brasília] constantes reclamações a respeito de falta de condução, e outras que no momento não se recorda(...)"<sup>28</sup>

Como se vê, a recorrente referência, nos depoimentos, do Clube como mera 'fachada' para a subversão, aponta para a desqualificação pura e simples dos esforços das praças na luta para melhorarem sua condição. É muito significativo que tal luta aparecesse aos olhos dos serviços de informação apenas como "**pretexto** de defesa de seus interesses e direitos assistenciais, até o momento desprezados".<sup>29</sup> Ao se referir aos Estatutos do CCSFAA, elaborados numa reunião a 4-5-63, o Relatório Especial de Informações (v. notas 24 e 29, *supra*), assim se expressa: "...apenas mascaram, sob aspectos meramente assistenciais, os objetivos de desagregação da autoridade e ação de comando nas forças armadas (...)", visando a pressionar os graduados indecisos e dificultar o controle e as ações de repressão pelos oficiais.

Em seu depoimento de 27-5-64 (v. nota 26, *supra*), já como general-de-divisão (na reserva remunerada), Bolívar Mascarenhas indicaria o grau de conhecimento a que chegara com seu serviço de informações: dispunha até das "atas de reuniões em que apareciam os nomes de todos que nelas tomavam parte, e que obtivera através de elementos de sua confiança infiltrados nas mesmas, e que hoje pode dizer, de quem exercitava as funções de secretário-geral das mesmas (...)"

Diante do quadro que se desenhava, o Relatório Especial de Informações era concluído com uma sugestão ao Comandante da 11ª Região Militar, general Nicolau Fico:

---

<sup>28</sup> Cópia do Depoimento de Testemunha 1º Ten (FN) Artur Afrânio Gantois Chaves ao Encarregado do IPM CMG Evanor L'Eraistre Monteiro (set/63), in BNM 692, vol. 15.

<sup>29</sup> Trecho extraído do 'Relatório Especial de Informações do Comandante do BGP Ten Cel Bolívar Oscar Mascarenhas ao Comandante da 11ª RM, (Brasília, 09-6-63); Assunto: "Atividades subversivas nos corpos de tropa" (Secreto)'. Documento anexado ao Ofício nº 17 E2 (Brasília, 25-4-67), do Comandante CMB e 11ª RM Gen Bda Abdon Senna ao Juiz Auditor da 2ª Auditoria da Marinha (RJ), remetendo informações solicitadas. In BNM 692, vol.16. (O grifo na citação é meu, PECP).

que se conseguisse, através de Portaria Ministerial, o licenciamento de “todos os cabos e soldados engajados (com exclusão de corneteiro e comunicações, de difícil substituição pelo contingente incorporado) pois será extremamente difícil o controle desta nova fonte de subversão uma vez estabelecida em todo o âmbito nacional, e que sobre ela sejam alertados, de imediato, todos os comandos de Guarnição — pois, ao que parece, dentro em pouco, todos estes “Clubes” terão personalidade jurídica.”(v. nota 29, *supra*; grifado no original).

Os desdobramentos se encontram registrados no depoimento de 27-5-64 do próprio autor do Relatório (v. nota 26, *supra*). O general Fico, muito impressionado, o teria acompanhado à presença do Ministro Amaury Kruel. Este mandou que se tirasse cópias do documento para o Conselho de Segurança, no Rio. Ao coronel Mascarenhas e ao general Fico, o Ministro determinou uma série de medidas, "entre as quais imediata expulsão, a ser realizada já no dia seguinte, no BGP, do Cabo Adalberto [Barbosa de Lucena] nomeado Chefe da Célula então criada ... e indeferimento do pedido de reengajamento de quantos tivessem comparecido àquelas reuniões, fossem cabos ou soldados (...)". Foi então desatada “uma tremenda campanha comandada pelo jornal A Crítica contra o depoente e o general Fico”. Poucos dias depois, Kruel seria substituído por Jair Dantas Ribeiro na Pasta da Guerra. O novo ministro afastou Mascarenhas do BGP — em seu lugar ficou o coronel Raimundo Neto Correia —, sendo que o general Fico o manteve em Brasília, como membro do seu Estado-Maior.

Em depoimento a um IPM, a 16-10-63, Prestes de Paula acrescentaria alguns dados sobre o problema: o CSSSFAA, do qual era presidente, prestara ampla assistência à criação do CCSFAA; quando da expulsão do cabo Adalberto, o coronel Mascarenhas teria procedido a uma violenta acusação contra os deputados Garcia Filho e Almoré Cavaleiro e, "principalmente, à pessoa do depoente, sendo os três taxados de comunistas e agitadores (...)" (BNM 140, vol. 5). O CSSSFAA teria, então, feito um esclarecimento público a respeito, do qual resultaram mais punições e transferências.

As relações entre as praças e os oficiais chegavam a níveis preocupantes de deterioração, no que concernia à esfera política. O evento de setembro de 1963 em Brasília, protagonizado pelos sargentos, viria a se constituir, para a oficialidade, no *nec plus ultra* [nada mais além] dos graduados, o limite além do qual nada poderia ser admitido.

## **5. Retomando a marcha dos acontecimentos: A REVOLTA DOS SARGENTOS DE BRASÍLIA (12 DE SETEMBRO DE 1963).**

### **5.1. O cenário.**

Brasília, setembro de 1963. Havia seis meses que as chuvas não molhavam a recém inaugurada Capital, erguida em pleno cerrado e forçada a conviver com a poeira dos inúmeros canteiros de obras que se multiplicavam pelas ruas e avenidas, algumas ainda não asfaltadas. A secura do clima era apenas parte de um desconforto maior, difuso, que carregava de tensão o ambiente.

Se para as empreiteiras, aparentemente, não faltavam contratos, para os trabalhadores na construção civil a situação era outra. Dois meses antes, algumas manifestações, passeatas e concentrações expunham a mobilização dos operários em greve, que chegaram a tomar conta da “W-3”, a principal avenida da cidade, interrompendo trânsito e comércio (O Semanário, 15 a 21-7-63, p. 7).

No final do mês de agosto, o prefeito Ivo Magalhães procedera a um aumento considerável nas tarifas dos ônibus. A União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília (UMESB) organizara, dia 27, um ato público de protesto contra a medida. Ao fim da noite, um trabalhador morto, seis estudantes baleados e dezenas de outros feridos formavam o trágico saldo do que seria chamado pela imprensa de "O Massacre de Brasília". O conflito, resultante da repressão violenta desencadeada pela Polícia Civil, só terminaria com a intervenção de choques armados da Marinha e do Exército (O Semanário, 5 a 11-9-63, p. 5). O Superintendente de Coordenação do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), Sr. Gilberto Alves Siqueira, referiu-se ao evento como “uma greve estudantil, do que se aproveitaram conhecidos agitadores para praticar atos de vandalismo, resultando um morto, cerca de 50 feridos e consideráveis danos a patrimônios e à Fazenda Nacional”<sup>30</sup>.

No meio militar o ambiente era igualmente de tensão. Já foi visto anteriormente que havia problemas disciplinares nas guarnições de Brasília: no BGP, as ocorrências que

---

<sup>30</sup> Ofício n.º 056/63-SC, do Superintendente de Coord. do DFSP Gilberto Alves Siqueira ao Encarregado de IPM CMG Mauro Balloussier, solicitando cópia e remessa de documentos para instruir inquérito policial que presidia (Brasília, 26-9-63); BNM 692, vol.2.



resultaram na expulsão do cabo Adalberto (CCSFAA); na Base Aérea, reclamações a respeito de transporte; no Grupamento de Fuzileiros Navais (GFN), a recusa de parte das praças ao fígado servido no rancho. No GFN, aliás, houve manifestação mais séria, envolvendo a prisão de um Cabo FN. Tal evento, compilado a partir de vários depoimentos de indiciados e testemunhas arrolados no BNM 692, vale ser registrado para iluminar a tensão que então perpassava as relações entre a oficialidade e as praças.

Em agosto, foi promovido um churrasco no GFN. Como a faina de limpeza estivesse demorando, o Imediato do Grupamento, capitão-de-corveta Cantídio, determinou ao 1º tenente Élpio Luciano Gomes que acelerasse o serviço. Este tenente então dera ordem para um serviço ao Cabo Antônio Braz de Almeida (representante, em Brasília, da AMFNB) que, por ter antes recebido ordem do suboficial Newton para dirigir a faxina, disse ao tenente que mandaria um de seus homens executar o serviço. O tenente prendeu o cabo Braz por insubordinação e o lançou no “Livro de Castigos” (Livro de Registro de Contravenções Disciplinares), não tendo entretanto lavrado auto de prisão em flagrante porque as testemunhas arroladas, de mesma graduação do punido, não confirmaram o fato.

Dois dias depois, quando o cabo Braz estava em audiência com o Comandante Leite Velho, em razão da prisão, houve uma formatura espontânea de todos os cabos e soldados, à exceção do pessoal da Guarda, perto do Gabinete do Comando. O Imediato, averiguando o motivo da manifestação, determinou o toque de reunir para que a formatura fosse feita no local apropriado, sendo obedecido apenas quando de um segundo toque, “reunir acelerado”. Ali, foi informado de que os cabos desejavam colocar o Comandante a par de fatos acontecidos no Grupamento e que tinham reivindicações a fazer: “que o Tenente Élpio os tratava de maneira descortês e, geralmente, de modo ofensivo à moral; que o rancho não era bom, ... e uma série enorme de outras coisas ...” (Depoimento da Testemunha CC (FN) Luiz Carlos da Silva Cantídio, 13-9-63, BNM 692, vol. 1).

Depois de discutirem acerca da maneira apropriada de tratar da questão — os cabos e soldados alegaram já terem recorrido ao seu comandante de pelotão, sem sucesso —, o Imediato levou o cabo Vianna, escolhido pela tropa, à presença do Comandante. Durante a conversa, o Tenente Gantois, encarregado de pessoal, surgiu dizendo que o cabo Braz “gozava de artigo” (referindo-se ao art. 84 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, RPSA: relevar-se a infração disciplinar por ser a primeira), o que

fez com que o Comandante dispensasse o cumprimento da pena. Pouco depois, retornava o Tenente Gantois informando que, por ser prisão rigorosa, o cabo não poderia 'gozar do artigo'; o Comandante manteve sua decisão e informou ao Comando Naval de Brasília, tendo obtido a dispensa de todas as prisões em comemoração ao Sete de Setembro. O cabo Vianna teria afirmado, em depoimento, que “pôde observar que a intenção de uma minoria era tirar o Cabo à força da prisão” (Depoimento do Indiciado Cabo (FN) João da Conceição Vianna, BNM 692, vol. 4).

No mesmo dia da manifestação coletiva dos cabos e soldados, os suboficiais e sargentos do GFN reuniram-se também, embora de forma menos atribulada, e expuseram ao Imediato e ao Tenente Gantois uma série de problemas. Além das demandas atinentes aos regulamentos, licenças e coisas do gênero, reclamaram do tratamento a eles dispensado pelo Tenente Élpio.<sup>31</sup>

Concluindo a reconstituição do clima de tensão dentro do qual eclodiu a Revolta dos Sargentos, restam ainda dois pontos a considerar. O primeiro ponto diz respeito a um estremecimento ocorrido entre corporações militares.

No início de setembro, irrompera séria crise entre a Aeronáutica e a Marinha a respeito da aviação embarcada, tema de litúgio entre as duas Forças. Falou-se até na ameaça de sublevação da Força Aérea Brasileira (FAB), motivada pela aprovação, no Congresso, da Emenda Lamartine Távora, que concedia à Marinha verba para aquisição de aeronaves para seu porta-aviões “Minas Gerais”. Fora aprovada, em acordo de lideranças (PTB, PSD e UDN), a quantia de Cr\$ 600 milhões (de uma proposta de Cr\$ 80 bilhões), tendo a decisão sido deixada a cargo do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) (Jornal do Brasil, 01-9-63, p. 13; e 11-9-63, pp. 1 e 8).

O segundo ponto, só recordemos, foi o trabalho da CODES no acompanhamento da questão da elegibilidade dos sargentos, já referido em momento oportuno. Mantendo os graduados informados da tramitação dos processos na Justiça, colaborou para ampliar a expectativa quanto à decisão final que o STF daria, no dia 11 de setembro, para o recurso do sargento Almoré em sua luta para ser diplomado. Tal decisão,

---

<sup>31</sup> Entre outros depoimentos constantes no processo BNM 692 acerca da manifestação coletiva sobre a prisão do cabo Braz, veja-se os seguintes: Reinquirição da Testemunha 1º Ten Arthur Afrânio Gantois Chaves (vol. 5); do mesmo oficial, Auto de Inquirição de Testemunha (25-11-65, vol. 15); e depoimentos dos indiciados

proveniente da Corte máxima, definiria o posicionamento jurisprudencial nas instâncias inferiores.

Brasília, quarta-feira, 11 de setembro de 1963.<sup>32</sup> Pela manhã, o sargento Prestes de Paula, presidente do CSSSFAA e da CODES, fora à Base Aérea e avisara seus companheiros que o julgamento do STF seria à tarde. Alguns sargentos combinaram de, à paisana, assistir à sessão. Prestes, por volta das 16:00 horas, dirigiu-se para a casa 27 da Quadra 40 da Avenida W-3, a chamada “República dos Sargentos”, de onde aguardaria contato telefônico dos presentes ao julgamento.

Segundo o sargento (FAB) Scaglione, essa casa, conhecida como “Covil dos Inocentes”, era uma ‘república’ de sargentos solteiros onde desde fevereiro daquele ano eram realizadas duas a três reuniões semanais para discussão de “assuntos de interesse da classe [e] também ... de natureza política, inclusive assuntos mais atuais, como seja a reforma agrária e principalmente o que dizia respeito à elegibilidade ou não dos sargentos” (Depoimento do Indiciado 3º sargento Cleacyr Scaglione; BNM 140, vol. 1). Ainda segundo a mesma fonte, às reuniões lideradas pelo sargento Prestes compareciam esporadicamente os sargentos Garcia Filho e Almoré Cavalheiro. Inúmeros depoimentos, tanto do BNM 692 como do BNM 140, confirmariam as reuniões no “Covil dos Inocentes”.

Aproximadamente às 17:00 horas, Prestes recebeu o telefonema dando conta do resultado do STF, negativo para os sargentos. De posse da informação, telefonou para São Paulo e a repassou a um colega do sargento Almoré; ligou também para a Guanabara, sem sucesso, e para sua esposa, em Fortaleza, pedindo-lhe que colocasse os colegas da Aeronáutica a par do resultado do julgamento. Uma última ligação foi feita para a Base Aérea, informando aos sargentos a decisão do STF e convocando-os para uma reunião, à noite, na “República”, e pedindo-lhes que avisassem aos sargentos do Exército e Marinha. Como o telefone do BGP não funcionasse, Prestes foi ao Cruzeiro — área residencial dos

---

Cabo (FN) Antônio Jovanelli (vol. 4), Cabo (FN) José Andrade de Araújo (vol. 3) e 3º Sargento (FN) Benedito Soares de Jesus (vol. 3).

<sup>32</sup> O relato que se segue, das ações prévias ao levante, é baseado em dois depoimentos do próprio líder da Revolta, 1º sargento da Aeronáutica Antônio Prestes de Paula, um ao BNM 692 (vol. 6) — onde declarou que “... não se considera o chefe militar do movimento, e sim o coordenador do mesmo, mas assume a responsabilidade por todo o movimento” — e outro ao BNM 140 (vol. 5). As informações ali fornecidas são confirmadas por outros depoimentos de indiciados e testemunhas, e assumidas inclusive pelos relatórios conclusivos dos IPMs que abrem os processos.

graduados do Exército — e lá contactou os sargentos Paranaguá, Meireles e Quintino, os quais foram incumbidos de avisar aos demais colegas. Depois, em companhia do sargento fuzileiro naval Ademar e mais dois outros, foi ao apartamento do civil Deodato Rivera, funcionário da Câmara dos Deputados e também jornalista, colaborador de O Semanário (RJ). Prestes e Ademar já haviam estado ali na tarde anterior, tratando com Rivera do protesto em caso de decisão negativa do STF.

Passava das 20:00 horas quando Prestes retornou à “República”, já ali encontrando vários sargentos, sobretudo da Aeronáutica. Cerca de uma hora depois, presentes mais de trinta homens, daria início à reunião pedindo a um colega que estivesse presente ao tribunal que relatasse aos demais o ocorrido. Após a exposição, vários sargentos se manifestaram, inclusive Prestes. Segundo consta nos depoimentos deste, a avaliação predominante era a de que o julgamento havia sido “político e não jurídico”; foram citadas as decisões favoráveis à elegibilidade na década de 50 e cotejadas com a daquele dia, concluindo-se pela “parcialidade do Tribunal”.

Ânimos exaltados, a reunião iria ficando mais e mais tumultuada. Conforme depoimento de Prestes,

“... surgiu a oportunidade de ser feito um protesto que tivesse bastante ressonância e várias fórmulas de protesto foram apresentadas e discutidas, entre elas a queima dos títulos eleitorais em praça pública, uma denúncia em termos enérgicos na imprensa contra um ato que julgavam discriminatório, mas o protesto mais aceito era por meio de uma rebelião armada .... um ato de legítima defesa contra a cassação de um direito de cidadania dos sargentos, ao ser perdido um direito político (...)” (Depoimento do Indiciado 1S Q AT PI Antônio Prestes de Paula; BNM 692, vol. 6).

Apesar de algumas discordâncias, o **protesto armado** foi adotado pela maioria dos presentes. Ainda de acordo com o citado depoimento, foi criado um “plano de emergência de ação armada”: à meia-noite seria tomada a Guarnição de Aeronáutica de Brasília (Base Aérea), à 01:30 do dia 12 cairia a Área Alfa da Marinha (Grupamento de Fuzileiros Navais - GFN) e, às 03:30 horas, o BGP e o Batalhão de Polícia do Exército, e depois seriam tomadas as outras unidades menores. O plano estabelecia que “o comando das ações em cada unidade caberia ao mais antigo dos sargentos de maior confiança dessa unidade, e que cada Força decidiria sobre as ações que julgasse necessárias dentro do seu setor”.

Por volta das 22:00 horas, ainda conforme aquele depoimento de Prestes, a reunião foi encerrada e “foram despachados emissários para todas as guarnições, a fim de levantarem as unidades”. A Revolta dos Sargentos de Brasília entrava, assim, no seu *trabalho de parto*.

Note-se bem, a reunião teria durado cerca de uma hora. Nesse intervalo discutiu-se a decisão do STF e a idéia do protesto, e ainda foi apresentado um plano emergencial para as ações. Aparentemente, o passo que estavam dando naquele momento não foi uma idéia propriamente medida, pesada e pensada em termos de suas conseqüências, para os graduados individualmente, para seu movimento, para o panorama político nacional enfim. Se de fato houve alguma reflexão a respeito, esta parece ter sido inteiramente influenciada pela superestimação das reais forças dos sargentos ou pela subestimação da reação. É cedo, porém, para se avançar pelos caminhos sugeridos por tais comentários. Antes é preciso compor mais nitidamente o quadro que se desenrolava nos bastidores do evento.

Até aqui, o que se têm como ‘hipótese de trabalho’ é a noção, ainda que um tanto vaga, do protesto armado. Assim entendiam muitos dos sargentos presentes à reunião no “Covil dos Inocentes”, assim ainda hoje o assunto é entendido pela historiografia. No entanto, mesmo guardando certo suspense, faz-se necessário apresentar desde já um dado que proporciona uma compreensão mais consistente do evento. Trata-se de um documento encontrado pelas forças legais, durante a repressão ao movimento, que, resumidamente, indica que por trás do protesto forjava-se o desencadeamento de uma **insurreição popular armada**, de âmbito nacional. O documento, que recebeu das autoridades do Exército o título de “Plano de Ação Subversiva”, consta do processo BNM 692 e será considerado mais pormenorizadamente no item 5.7, *infra*. Sua menção, aqui, cumpre a função de ampliar a percepção do levante, que passa a ser analisado não só como protesto mas também como possível parte de um projeto de envergadura muito maior: a conquista do poder, pela via insurrecional.

Voltemos aos momentos iniciais daquele movimento armado dos sargentos. Ao fim da reunião preparatória, os grupos se dispersaram. Conforme a orientação ali firmada, as ações passariam a se desenvolver em três cenários, correspondentes às três guarnições militares principais da cidade: Base Aérea, Grupamento de Fuzileiros Navais e Batalhão da

Guarda Presidencial. Como os contatos no Exército não inspiravam grande certeza para o núcleo rebelde, pelo pequeno número de sargentos avisados, a idéia seria juntar as praças da Aeronáutica e Marinha para então pressionar para a adesão os colegas no BGP. E assim se cumpriria a primeira etapa do plano.<sup>33</sup>

## 5.2. Praças em armas.

Finda a reunião, Prestes seguiu em seu *Morris Minor* 1953 com mais quatro outros colegas para a Base Aérea. Lá chegando às 23:15 horas, dirigiu-se para o Alojamento dos Sargentos, onde, diante de uns 40 homens, apresentou em linhas gerais o protesto que começava.

Em companhia de outros sargentos, Prestes dirigiu-se ao Material Bélico da guarnição e com a chave-de-roda de seu carro arrombou dois cadeados, iniciando a distribuição de armamento e munição entre os graduados. Em seguida, efetuou a prisão do Oficial de Dia à Guarda e do Oficial de Operações, respectivamente tenentes Ronan e Hermano, bem como dos sargentos Eli, adjunto, e Sales, encarregado do material bélico, estes por se terem negado a aderir ao movimento.

Os cabos e soldados eram acordados em seus alojamentos pelos sargentos, Prestes inclusive. Conforme depoimento deste,

“antes de explicar às aludidas praças de que deveriam se armar, era também dito que aqueles que não atendessem ao pedido de adesão, seriam no dia seguinte pela manhã encaminhados às suas casas em trajes civis, o que entretanto não foi necessário pois, explicadas as razões do movimento, houve adesão total por parte das mesmas praças; ... calculava o depoente armar mais ou menos 80 homens, entretanto dado o grande número de adesões ... houve falta de armamento” (BNM 140, vol.5).

Depois de orientar o abastecimento das viaturas e escalar dois pelotões para guarnecer a Base, Prestes determinou o embarque de praças, já armadas, no transporte que

---

<sup>33</sup> A narrativa factual do levante, que aqui se inicia, fundamenta-se sobretudo no conjunto dos depoimentos de indiciados e testemunhas arrolados às centenas nos processos BNM 140 e 692, bem como nos relatórios dos IPMs que os compõem, além de outros documentos pinçados dos autos dos referidos processos, como as denúncias oferecidas pela promotoria, as sentenças ou os ofícios dos Encarregados dos IPMs e dos juízes auditores. Para evitar interrupções freqüentes no texto, à guisa de referenciar detidamente a fonte, esta só será

as levaria às imediações da Área Alfa, onde encontrariam os fuzileiros navais sublevados. Subalternos foram enviados também para outras frentes de operação: rodovias estratégicas deveriam ser obstruídas, o aeroporto civil deveria ser interditado, deveria ser ocupado o Serviço de Rádio-Patrolha do Departamento Federal de Segurança Pública - DFSP (situado no edifício do Ministério da Justiça), bem como a Central Telefônica (Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos - DTUI). No pátio do aeroporto militar, cinco aviões foram colocados fora de uso: quatro tiveram seus pneus parcialmente esvaziados, e um deles, o 'C-91' de uso da Presidência da República, teve sua turbina esquerda danificada por pedras lançadas em seu interior ('Parte s/n [Brasília, 18-9-63] do Cap. Esp. Av. Geraldo Yunes — perito designado pelo Encarregado do IPM — ao Ten Cel Scorzelli; BNM 140, vol. 6). A Base Aérea, naquele momento, estava sob poder dos sargentos.

Na chamada Área Alfa (ou Área Almirante Visconde de Inhaúma - AAVI), a situação não diferia muito. Às 23:00, retornara da reunião no "Covil dos Inocentes" o sargento Ademar. Reunidos na casa do sargento Dantas, vários graduados ouviam as diretrizes recém-chegadas.

O sargento Ademar disse aos presentes que à meia-noite haveria um movimento, de âmbito nacional, de protesto contra a decisão do STF, do qual tomariam parte os sargentos do Exército, Marinha e Aeronáutica. Houve quem estranhasse tratar-se de um movimento que dependia de adesões e que só naquele instante dele tomavam conhecimento, ou quem argumentasse sobre a gravidade e as conseqüências futuras da situação. Em sua resposta, Ademar lançou mão dos vínculos pessoais em jogo, dizendo já ter empenhado sua palavra e indagando sobre a situação em que ficariam os sargentos (FN) Lair e Joel, já encarregados de tomar o prédio do Ministério da Marinha, na cidade. A reunião encerrou-se com os sargentos se dirigindo fardados para o GFN, que seria colocado sob regime de prontidão.

No quartel, o único oficial presente, tenente Élpio Luciano Gomes, vivia momentos de apreensão. Durante a tarde, ouvira na Cantina um fragmento de conversa entre praças a respeito de algo que se articulava para aquela noite, o que o fez buscar discretamente alguma confirmação com o sargento Lair. Este sargento, segundo soubera,

---

detalhada quando estritamente necessário. Fique registrada a preocupação do autor em cruzar as informações de modo a assegurar um mínimo de veracidade à narrativa.

trabalhava para o Centro de Informações da Marinha - CENIMAR no Rio, de onde recentemente viera transferido. O sargento Lair o teria tranquilizado, dizendo que nada havia a respeito e que o informaria se alguma anormalidade ocorresse.

Não satisfeito, o tenente Élpio, em face de o telefone do GFN estar quebrado, resolveu comunicar-se com o tenente Bullaty através de um bilhete, pedindo que avisasse o Comandante e o Imediato. Inadvertidamente, trocou os envelopes que carregava no bolso de sua japonsa, e enviou pelo mensageiro uma nota de compra. Mais tarde, quando fazia os registros do dia, deu-se conta do engano e apelou para a escolta que saía para a ronda noturna na *Cidade Livre* (Núcleo Bandeirante - DF), ordenando a um subalterno que fizesse o envelope chegar às mãos do destinatário.

O tenente Bullaty, tendo recebido a mensagem por volta das 21:00, procurou o tenente Gantois (que era o oficial de informações do GFN) e juntos partiram em busca dos seus superiores. Nas residências tanto do Comandante CF Leite Velho como do Imediato CC Cantídio foram informados de que não se encontravam, não tendo sido possível localizá-los. Ambos estavam, possivelmente, assistindo a uma sessão cinematográfica para Oficiais e suas famílias, promovida pelo Comando Militar de Brasília no Auditório da Escola-Parque. Temendo pela vida do seu colega Élpio, que já fora motivo de recentes reclamações das praças — nas palavras do tenente Gantois, “... pouco tempo antes, soubera pelo CF (FN) Leite Velho que o tenente Élpio estava ameaçado de morte” (Reinquirição de Testemunhas BNM 692, vol. 5) —, resolveram ir diretamente ao GFN, onde chegaram por volta das 22:30 horas.

Lá encontraram o oficial, pistola em punho, recolhido ao seu camarote. Durante certo tempo, em que trocaram impressões acerca do que pensaram ser um “trote” aplicado por seus subordinados, observaram o ambiente sem alterações. No início da madrugada, porém, começaram a desconfiar de alguma anormalidade, principalmente um acender e apagar intermitente das luzes no alojamento das praças e um movimento desusado em algumas casas. Logo o quartel já estava repleto de praças armadas. Quando a escolta da *Cidade Livre* retornou, os oficiais se aproximaram e tiveram confirmadas suas suspeitas em rápida conversa com os sargentos adjuntos. No jipe do tenente Bullaty, rodeados por soldados de submetralhadoras *ponto 45* engatilhadas, apontadas à queima-roupa, os três oficiais decidiram abandonar o quartel, o que fizeram a grande velocidade, temendo um



fuzilamento que, afinal, não ocorreu.

O GFN caía em poder dos sublevados. O paiol de armamentos, arrombado em sua parte traseira, fora completamente revirado. Assustados soldados, despertados aos gritos do sargento Dantas, para lá acorreram em cumprimento do que se estava chamando de "Lei de Dantas": quem não aderisse seria fuzilado ou enforcado... Sob as ordens dos sargentos Ademar, Dantas, Bezerril e Medeiros Dantas, foram formados grupos para a defesa interna do Grupamento e para missões externas.

Cerca de 01:30 da madrugada do dia 12, partia do GFN um grupo armado, sob o comando do sargento Lair, integrado também pelo cabo Jovanelli e mais nove soldados, em direção à Esplanada dos Ministérios, a fim de tomar o Ministério da Marinha. O grupo, que era esperado pelo sargento Joel, lá chegou por volta das 2:00 horas. Os soldados desembarcaram e foram dispostos pelo sargento Lair em pontos de defesa do prédio; o cabo Jovanelli, na garagem, descarregava um cunhete de granadas defensivas. Ao longo da madrugada chegariam novas remessas de armas e munições provenientes do GFN, e também reforço numérico de praças da Aeronáutica.

Enquanto o sargento Lair e o chefe da guarda do Ministério, sargento Nias, efetuavam a prisão do Oficial de Serviço, capitão-tenente Sarmento, o sargento Joel comunicava aos colegas alojados no 4º andar do prédio a nova situação. O suboficial telegrafista Mário Pereira da Costa, mais antigo entre os graduados presentes, foi sondado pelo sargento Joel e pelo suboficial Campelo, negando-se em ambas as oportunidades a aderir, tendo inclusive telefonado para a residência do seu superior, capitão-tenente Isidoro, informando-lhe do que se passava no Ministério. Posteriormente, o suboficial Mário desceu à Sala de Comunicações para contatar o Rio de Janeiro, mas foi impedido pelos sublevados, que, a essa altura, já controlavam todo o Ministério da Marinha.

Um aspecto interessante do início do levante foram as versões que corriam entre as praças, seja na Base Aérea, no GFN ou no Ministério. Em que pese o fato de que os depoimentos dos líderes das ações apontam sempre para um esclarecimento dos cabos e soldados quanto aos objetivos visados, não são poucos os depoimentos de praças que indicam, no mínimo, a confusão reinante.

No BNM 140, os relatos de soldados e cabos fazem supor que a notícia que corria nos primeiros instantes da sublevação era de que a Base Aérea estaria sendo invadida

— ou estaria na iminência de sê-lo — e que, portanto, era necessária toda aquela movimentação estranha, de armar e municiar praças emergencialmente. Também assim no Grupamento e no Ministério, segundo informam os autos do BNM 692. Outros relatos, como o depoimento do indiciado 3º sargento (Aer) Valter Moscoso Canto (BNM 140, vol. 5), fazem menção a uma hipótese então levantada: tratar-se-ia do “problema do Porta-Aviões”. Houve ainda muitos, tanto da Aeronáutica quanto da Marinha, que pensaram tratar-se de nova “prontidão” em função de distúrbios com os estudantes. Ainda que o problema da elegibilidade tenha sido mencionado — e o foi com muita freqüência —, não raro aparecia distorcido: falava-se que a decisão do STF teria cassado o mandato do sargento Garcia, daí todo o protesto. Esses dados, longe de serem mera curiosidade, servem, por exemplo, para se refletir sobre uma suposta conscientização política a motivar a adesão ao levante, o que será discutido oportunamente.

De todo modo, nos vários contatos entre os sublevados e os oficiais — e mesmo no interior do círculo dos graduados — quando da eclosão do levante, seu objetivo era explicitado como um protesto, de âmbito nacional, dos sargentos das Forças Armadas, pela decisão do STF, na tarde anterior, contrária à sua elegibilidade. Com o evoluir das ações, tal objetivo seria mais e mais questionado, tanto pelos oficiais presos quanto por alguns graduados sublevados, diante do sentido de certas medidas adotadas e da própria exposição que Prestes faria, durante a madrugada, na Base Aérea.

O movimento armado dos sargentos, nas primeiras horas de 12 de setembro, havia atingido suas metas iniciais. A Aeronáutica e a Marinha encontravam-se sublevadas, o BGP parecia ser apenas questão de tempo. As operações em áreas não militares seguiam bem sucedidas: em certas estradas e rodovias, piquetes armados obstruíam o quase nulo trânsito da madrugada; no Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos, um comando de praças da Aeronáutica, sob as ordens de um sargento, interditava o prédio, procedendo ao desligamento de todas as linhas (tanto as locais quanto as interurbanas) e deixando, assim, inacabadas as conversas iniciais entre os oficiais das três Forças que já articulavam a reação legal.

O corte das linhas telefônicas, se prejudicou a repressão ao movimento, causou alguns transtornos também aos próprios sublevados. Conforme consta de depoimentos do

BNM 692 (vol. 3 e 4), o sargento Lair, um dos líderes no Ministério da Marinha, tentou inutilmente realizar uma ligação, tendo inclusive ido de carro até uma residência próxima. Para evitar problemas dessa ordem, Prestes havia articulado a captura das rádio-patrolhas do DFSP e da sua Central, o que lhe possibilitaria um sistema de comunicação exclusivo (Depoimento ao autor, 1992). Para suprir as visíveis carências, foi tentado também outro meio: por volta das 04:00, o sargento Abílio recebeu ordem de Prestes para instalar, ali mesmo na Base Aérea, uma estação de rádio retirada à Central Telefônica; a ordem não chegou a ser cumprida pois o sargento desconhecia o equipamento (Depoimento do Indiciado 3º sargento Abílio Rodrigues Cardoso, BNM 140, vol. 5).

Dando segmento ao plano, o protesto deveria se espalhar pela guarnições militares Brasil afora. Quatro comunicados redigidos pelo núcleo rebelde — Prestes, em depoimento, confirma ter sido ele mesmo “quem orientou quanto à redação das mensagens (BNM 140, vol. 5) —, foram entregues ao sargento Jerônimo, para serem transmitidos pela Estação Rádio do Serviço de Rotas de Brasília. Os comunicados tinham, no geral, o seguinte teor. Primeiro, anunciavam a eclosão do movimento em Brasília, justificado como reação à decisão contrária à elegibilidade. Aquela decisão era considerada como golpe desferido contra a democracia. A seguir, apelavam à adesão das unidades militares. Concluía sempre assinados por um “Comando Militar Revolucionário de Brasília”.<sup>34</sup>

Dois comunicados, os de números 2 e 4, foram de fato transmitidos, ainda que um dos sargentos que operavam o serviço tivesse feito neles constar os dizeres “Nota sob coação”; sargentos operadores, achando que as mensagens de números 1 e 3 deveriam ser reformuladas, recusaram-se a transmiti-las (Depoimento do Indiciado 1º sargento Jerônimo de Campos Leme, BNM 140, vol. 5).

A esse respeito, Prestes acrescenta: um sargento “V.E.” (Voluntário Especial, isto é, oriundo, como técnico, do meio civil, portanto não proveniente da carreira, de Escola de Sargentos etc.), ao ser instado a transmitir as mensagens pelo canal que comunicaria às unidades espalhadas no país, o fez também abrindo o canal para o Estado-Maior da

---

<sup>34</sup> Os comunicados foram arrolados nos processos, embora separadamente. Os transmitidos (n.º 2 e n.º 4) constam de um Auto de Apresentação e Apreensão resultante de vistoria determinada pelo Encarregado do IPM Ten Cel Av Múcio Scévola Scorzelli no armário do sargento Jerônimo (BNM 140, vol. 6). Os não

Aeronáutica, que, assim, pôde tomar medidas repressivas imediatas (Depoimento ao autor, 1992). Há uma versão semelhante, que inclusive sugere o fato de os comunicados não terem sido ouvidos nacionalmente. Segundo o depoimento de um oficial, destoante de outras referências sobre o fato, os comunicados não foram transmitidos “em virtude do artifício usado pelo operador, que emitiu tais mensagens em circuito fechado, de maneira a somente ser interceptado pelo Gabinete do Ministro, por ser o circuito de linha física” (Depoimento de Testemunha tenente-coronel aviador Gothardo Maia, BNM 140, vol. 8).

Por volta das 02:00 horas da madrugada, pouco depois ter saído do GFN o grupo para o Ministério da Marinha, outra movimentação agitava o quartel. O sargento Medeiros Dantas orientava o embarque de praças, armas e munições em um ônibus que servia à guarnição. Lotação esgotada, vagorosamente o ônibus deixaria o GFN a caminho do cruzamento com o aeroporto civil, onde havia sido combinado o encontro com as forças da Aeronáutica para, juntos, pressionarem os sargentos do BGP à adesão ao movimento. O 1º sargento Medeiros Dantas explicou então para seus comandados, entre os quais cinco outros sargentos, que o movimento era um protesto contra a decisão da Justiça e para a defesa dos direitos dos sargentos, e que aquilo valia igualmente para os soldados e cabos, que, um dia, seriam também sargentos.

Próximo ao desvio para o aeroporto, o ônibus do GFN parou. À sua espera estava um comboio constituído por um ônibus, um caminhão, um micro-ônibus, uma ambulância e uma *pick-up*, todos repletos de praças da Aeronáutica. Aproximou-se do ônibus dos fuzileiros um ‘paisano’ saído da caminhonete. O sargento Medeiros Dantas, reconhecendo o colega Prestes, desceu ao seu encontro. Trocaram algumas palavras, após o quê Medeiros Dantas retornou e, sem embarcar, deu ordem ao motorista para que seguisse o comboio em direção ao BGP; recomendado por Prestes, ordenou que todos retirassem as divisas das fardas. Chamou então o sargento (FN) Alexandre para acompanhá-lo, seguindo, dali em diante na caminhonete *pick-up* cabine dupla que levava Prestes, um civil e soldados armados.

A caminho do BGP, pouco depois do setor industrial, o comboio encostou à

---

transmitidos encontram-se no BNM 692, vol. 6. Os textos dos comunicados acham-se reproduzidos no ANEXO II, *infra*.

margem da estrada, onde um *Volkswagen* piscava os faróis. Prestes entendeu-se com os ocupantes do carro, “pelo menos quatro pessoas ..., em trajes civis e aparentando 25 anos de idade”, e entregou-lhes armas e munições (Depoimento do Indiciado 1º sargento (FN) José Medeiros Dantas, BNM 692, vol. 4). Os militares seguiram viagem, não tendo sido acompanhados pelo carro dos civis, o qual não foi visto novamente durante o resto das ações.

Cerca de dois quilômetros antes do BGP, o comboio por fim estacionou, sendo os ocupantes distribuídos pelo mato próximo à rodovia. Pouco tempo depois, por ali passaria um *Aero Wyllis* preto que seria barrado pelos sublevados. Tendo constatado que seu ocupante era um Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, Prestes e Medeiros Dantas o prenderam e o remeteram, escoltado na ambulância, para a Base Aérea. Depois disso, os sargentos Prestes, Medeiros Dantas e Alexandre, e o civil — a quem Prestes só se referia pelo apelido, “Secretário” —, seguiram na *pick-up* dirigida por um soldado, carregando vários soldados armados na carroceria aberta, em direção ao local onde, segundo o acordo prévio, deveria estar o pessoal contactado do Exército.

Após uns 800 metros, fizeram a primeira parada. Prestes e Medeiros Dantas desceram e caminharam até uma árvore próxima à procura do elemento de ligação do BGP, sargento Paranaguá, que não foi encontrado. Retornaram ao carro e seguiram adiante, fazendo nova parada. Acompanhado do sargento Alexandre, Prestes embrenhou-se no mato fazendo assovios em busca do suposto contato. Poucos instantes depois, aproximava-se da caminhonete ainda ligada um jipe do BGP com um sargento e dois soldados que vieram, por ordem do Sub-Comandante daquela Unidade, averiguar a situação externa do quartel.

Depois de um rápido diálogo entre os graduados, o sargento Edson Borges, do Exército, insatisfeito com a confusa explicação do sargento Medeiros Dantas sobre o que faziam ali, dera ordem de prisão aos ocupantes da *pick-up*. Ato contínuo, a caminhonete arrancou em velocidade, sendo perseguida pelo jipe. O sargento do Exército ainda tentou impedir a fuga, descarregando os sete tiros de sua arma, sem sucesso. Próximo à confluência entre a Estrada do Torto e o Eixo Monumental, onde se abrigaram as tropas sublevadas, a caminhonete do sargento Medeiros Dantas, num golpe de direção, parou bruscamente interrompendo a pista. O jipe foi então cercado pelos soldados que saíam do mato e seus ocupantes foram detidos. Medeiros Dantas afastou-se com o sargento Borges,

explicando-lhe o que se passava e indagando sobre a adesão do BGP. O sargento do Exército disse-lhe que nada havia em seu quartel, e negou-se a substituir o contato que falhara com Prestes.

Diante da pressão dos demais sargentos sublevados, que perceberam a defecção dos colegas do BGP, Medeiros Dantas começou a organizar a volta da tropa ao GFN. Acompanhando com a *pick-up* a patrulha do Exército, retornou para buscar Prestes e Alexandre. O jipe foi liberado, tendo regressado ao BGP. Prestes ainda tentou, inutilmente, convencer os fuzileiros a continuarem a missão. A questão foi assim colocada: o recuo significaria a derrota do movimento; o ataque ao BGP traria, por certo, um trágico saldo de morte de colegas. Decidiram recuar.

Preparando a retirada, os sublevados ainda realizaram nova prisão. Ao interceptar um carro que por ali passava, depararam-se com o Comandante e o Sub-Comandante da Companhia de Polícia do Exército. Os dois foram imediatamente detidos e escoltados até a Base Aérea.

A situação se complicava seriamente para os revoltosos com a posição do BGP. Não só este recusara a adesão como também passaria a engrossar as forças legais na repressão ao movimento. O desânimo começava a tomar conta dos sublevados no regresso às unidades. O dia ainda não clareara.

A partir do momento em que as autoridades militares tomaram conhecimento da eclosão do levante, começaram prontamente a articular-se para a repressão. Como as linhas telefônicas haviam sido cortadas logo no início da madrugada, pouco tempo tiveram os oficiais não apenas para trocar informações mas para promover os contatos necessários à reação. No curto período em que os telefones ainda funcionaram, alguns oficiais foram contactados e ficou estabelecido que o ponto central das operações conjuntas entre as três Forças seria o Ministério da Guerra, que não fora molestado pelos sublevados. Após o corte das linhas, os contatos passaram a ser pessoais e as informações que chegavam, muitas vezes desencontradas, não compunham suficientemente o quadro dentro do qual a resistência deveria ser efetivada. Assim, alguns oficiais que ainda se deslocavam pela cidade sem conhecimento da real extensão do movimento foram facilmente capturados pelos sublevados.

Há pouco, quando da narração do cerco ao BGP, foram citados alguns desses revéses. Lá foi preso o major Emmanuel de Souza Pereira, Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra que fora fazer um reconhecimento na área residencial dos sargentos do Exército. Foram interceptados, revistados e presos na área também o major Valdênio e o capitão Walter Santos Pinheiro Soares, respectivamente Comandante e Sub-Comandante da Companhia de Polícia do Exército, além do 1º tenente Ruy Vaz, da mesma Unidade, quando para lá se dirigiam. Este último afirmou ter ouvido de seu captor — reconhecido por fotografia como o sargento naval Medeiros Dantas — que desde então a hierarquia havia acabado (Depoimento da Testemunha 1º Ten Ruy Geraldo Corrêa Vaz, BNM 692, vol. 6). Encaminhados com escolta à Base Aérea, foram fazer companhia aos oficiais da Aeronáutica já detidos e devidamente instalados no Cassino dos Oficiais.

Em outro ponto da cidade novas prisões ocorriam. Informado por colaboradores de que havia eclodido um levante, o coronel Bolívar Oscar Mascarenhas — cuja atuação à frente do BGP, como se viu, havia sido marcada exatamente pelo confronto com os subalternos politizados — deslocou-se para o Quartel General do Comando Militar de Brasília, no prédio do Ministério da Guerra. Seguiu em companhia do seu vizinho, major Escostegui, do Estado-Maior da 11ª Região Militar, buscando atingir o QG da resistência pelos aterros ao fundo do Ministério da Justiça. Próximo a esse prédio, sede também do Departamento Federal de Segurança Pública - DFSP (central de rádio-patrolha), foram ambos os oficiais cercados e detidos por uma patrulha da Aeronáutica. Foram então encaminhados ao interior do edifício, onde, guardados por oito praças fortemente armadas, já havia outros oficiais detidos: o tenente-coronel Hortênsio e o major Prado Lima, da 2ª Seção do Estado-Maior da 11ª Região (Exército). Logo mais, a estes se juntariam o major Suzini (4ª Seção do EM 11ª RM) e o deputado Clóvis Motta, presidente em exercício da Câmara dos Deputados. Algum tempo depois, chegava ao local o próprio líder do levante, Prestes de Paula. Após breve troca de palavras entre o coronel Mascarenhas e o sargento Prestes, este decidiu remeter os oficiais detidos para a Base Aérea e liberar o deputado Clóvis Motta. Prestes ordenou ao motorista da *pick-up* que conduzisse os cinco presos à Base, e destacou uma escolta de soldados armados para seguir junto ao grupo, na carroceria descoberta. Ele seguiria depois, a bordo de uma das rádio-patrolhas capturadas.

O major Suzini, que viajava ao lado do motorista, esperou a *pick-up* se

aproximar do Ministério da Guerra. Num gesto inesperado, pisou fundo no acelerador e puxou violentamente o volante para si: o carro deu uma guinada de 90 graus e, subindo o meio-fio, cortou um trecho gramado e finalmente chocou-se com a parede lateral do edifício do Ministério da Fazenda, vizinho ao da Guerra na Esplanada dos Ministérios. Parte da escolta foi lançada para fora do carro, tendo dois soldados logrado escapar do cerco realizado pela guarda do Ministério da Guerra, que prontamente acorreu ao local. Os oficiais, que sofreram ligeiras escoriações, foram levados para o 2º andar do Ministério da Guerra, onde desde as primeiras horas daquela madrugada se reunia parte da oficialidade das três corporações em função de articular e executar a repressão ao movimento rebelde.

O acidente no Ministério da Fazenda propiciou às forças legalistas mais do que a libertação dos oficiais prisioneiros e a prisão de alguns soldados da tropa sublevada. Durante a revista procedida na viatura, conforme consta em depoimento do coronel Mascarenhas ao IPM instaurado pela Marinha, foi

"encontrada uma pasta de couro preto que, examinada, revelou a existência de diferentes documentos: um plano geral de operações de ação revolucionária de âmbito nacional, dividido em três fases e que parecia, conforme se comprovou em estudo do mesmo posteriormente, estar sendo religiosamente cumprido naquela primeira parte; ... um mapa do Distrito Federal com todos os pontos-chaves (*sic*) a serem ocupados e que ... o estudo posterior comprovou tinha sido corretamente obedecido (...)" (Depoimento de Testemunha Cel Bolívar Oscar Mascarenhas, 16-9-63, BNM 692, vol. 16)

A discussão do referido plano será realizada ao final da cobertura do levante. Por ora, a intenção é apenas situar o documento citado, o plano, no contexto em que chegou às mãos das forças legais.

Os sublevados procederam ainda à detenção do Ministro do STF Victor Nunes Leal. Este, ao tomar conhecimento, logo de manhã cedo, do levante que acontecia na Capital, em protesto a uma decisão do STF, dirigiu-se para o centro da cidade para encontrar-se com o presidente do Tribunal, Ministro Lafayette de Andrada. Ao passar próximo ao aeroporto, teve o carro detido por uma patrulha da FAB e informado de que, ainda que pudesse passar, não poderia retornar por aquele caminho para sua residência. Victor Nunes declinou então sua qualidade de Ministro do STF ao sargento que o abordara e lhe colocou a seguinte alternativa: ou não estava preso, e assim poderia regressar à sua



casa, ou estava de fato preso, condição pela qual exigia ser conduzido ao superior em comando ou recolhido a um quartel, porque não admitia ficar detido ali no meio da rua (Correio Braziliense, 11-9-63, pp.1 e 4).

A chegada do Ministro Victor Nunes Leal ao Cassino dos Oficiais na Base Aérea, por volta das 10:00 horas do dia 12, causou uma violenta reação dos oficiais que lá se encontravam presos. O sargento Edgar Alves Maia, no comando da Base durante a ausência de Prestes, ainda procurou contactar o líder da sublevação, sem, no entanto, nada conseguir. Decidiu pela libertação imediata do Ministro, que dali se retirou em companhia do Sub-Chefe da Casa Civil, Sr. Frank May, que o acompanhara desde a detenção no cruzamento do aeroporto. Em sessão especial do STF, em desagravo àquela prisão, o Ministro Nunes Leal faria constar de sua exposição o fato de que durante sua presença na Base não houve qualquer manifestação de hostilidade nem a si nem aos demais prisioneiros.

Vários oficiais foram ainda detidos pelos graduados. Alguns o foram quando transitavam pela cidade, à cata de informações. Outros, no caso da Aeronáutica, ao chegarem pela manhã à Base para o trabalho rotineiro. Houve até o caso de três majores aviadores detidos quando se encontravam em trânsito, pernoitando naquela guarnição.

Inicialmente, os presos estavam sendo mantidos no alojamento dos sargentos na Base Aérea. Conforme foi aumentando o número de prisioneiros, houve uma pressão destes para que fossem alojados de acordo com sua condição de oficiais, razão pela qual foram transferidos para o Cassino dos Oficiais. Qual seria, afinal, o objetivo de tais prisões?

O sargento Prestes de Paula, ao voltar do DFSP, reuniu-se com os oficiais para colocá-los a par da situação. Sobre essa preleção, as versões tomadas nos depoimentos não são propriamente coincidentes. Consta no depoimento de um dos oficiais ali presos, major médico Penteado, que Prestes teria dito, na ocasião, que

"os oficiais deveriam permanecer no cassino, dele não se afastando; eram considerados reféns e seriam posteriormente trocados por prisioneiros seus companheiros (...)" (Depoimento de Testemunha Mj Med (Aer) Roberto Soares de Camargo Penteado, 09-10-63v, BNM 140, vol. 4)

Vários outros — mais de dez — depoimentos testemunhais de oficiais ali presos confirmam o teor da declaração acima. Prestes, em seus depoimentos nos processos,

não chegou a negar tal afirmação, embora a versão que apresentou da preleção não tenha qualquer referência à condição dos oficiais detidos. Mas ele próprio, hoje, admite: a idéia era mesmo utilizar os oficiais como reféns no caso de necessidade, como uma eventual troca de prisioneiros. E diz mais: pretendiam utilizar o terreno reservado para a monumental Torre de TV, à época pouco mais que um enorme buraco escavado na terra vermelha da Capital, como uma espécie de depósito para os presos; não seria uma situação permanente e sim um jogo de cena, para causar impacto (Depoimento ao autor, 1992).

Vale lembrar que não foram presos somente oficiais. Vários graduados também receberam voz de prisão pelos sublevados. No GFN, ainda que alguns tenham se mostrado contrários ao movimento, não houve propriamente a detenção, embora estes tenham sido impedidos de deixar o quartel. Na Base Aérea e no Ministério da Marinha houve de fato a prisão de suboficiais e sargentos que se colocaram contrários ao levante, ainda que, como fizeram constar em depoimentos, alguns realmente concordassem com a luta pela elegibilidade, discordando apenas no tocante à forma de encaminhamento da questão.

Sobre o tratamento dispensado aos presos pelos sublevados, a maioria dos depoimentos concorda em apontá-lo como digno e correto. É verdade que em alguns casos há menção, por parte de oficiais, de um tratamento senão desrespeitoso, pelo menos ríspido ou incorreto numa relação que, afinal, era entre superior e subordinado. Mas a questão, aí, prendia-se muito mais, a meu ver, ao desagrado que suscitava uma tamanha inversão de papéis. De todo modo, o depoimento que se segue, do jornalista Deodato Rivera — ninguém menos do que o civil que acompanhou Prestes boa parte do tempo em que se desenrolou o levante —, prestado mesmo na condição de jornalista presente ao evento, é esclarecedor muito mais do clima naquele momento do que propriamente da concretude assumida pela relação que ali se invertia:

"(...) Aqueles aos quais [os sargentos] tiveram de prender — oficiais, policiais, autoridades — receberam o melhor tratamento possível nas circunstâncias. Cortesia, cavalheirismo, respeito, nenhuma provocação, nenhum excesso, nenhuma injustiça (...) Poderiam ter dado um banho de sangue se os movesse o ódio (...) Testemunhei porém que o gesto, embora rebelde, não era de vingança e que eles nada e ninguém pretendiam destruir a não ser a discriminação (...)" (O Semanário, 26-9 a 02-10-63, p. 6).

Tratava-se, antes de mais nada, de um movimento armado. O poder de fogo dos rebeldes não era desprezível, dispondo eles do armamento e da munição tomados aos depósitos das próprias guarnições. Ao longo das centenas de depoimentos, aparecem citados pelos próprios sublevados e pela tropa sob seu comando inúmeros fuzis, submetralhadoras, metralhadoras "ponto 45" e demais armas pesadas que portavam. Foram por eles mencionados inclusive lança-rojões e "granadas energia" como parte do material utilizado para a organização da defesa dos quartéis rebelados e do próprio Ministério da Marinha. Boa parte de todo o armamento empregado foi recuperada pelas guarnições, do que constaram detalhadas listas em ambos os processos, BNM 140 e 692.

Um sargento que servia no Campo dos Afonsos (RJ) e que estava em trânsito pela Base Aérea — tendo sido preso por não se incorporar ao levante — relatou, em seu depoimento, que Prestes o indagara da possibilidade de que ele e seus colegas também em trânsito decolassem com os aviões estacionados no pátio; embora solidário ao movimento, aquele sargento recusou a proposta (Depoimento de Testemunha 1º sargento Gilberto de Souza da Silva, 29-10-63, BNM 140, vol. 6). No GFN, alguns sargentos teriam ouvido uma conversa entre Prestes e Ademar, em que aquele dizia dispor de um pequeno avião porém sem ninguém que o pilotasse (Depoimentos do Indiciado 3º sargento (FN) Anacleto Alves de Lira, BNM 692, vol. 3, e da Testemunha 1º sargento (telegrafista) José de Assunção Eleutério, BNM 692, vol. 5).

Na Base Aérea, durante o levante, foram confeccionados cerca de 300 "coquetéis Molotov" pelo sargento Domingues, e colocados à disposição de Prestes para a defesa da área (Depoimento do Indiciado 3º sargento Osvaldo Domingues Gomes, 30-10-63, BNM 140, vol. 6). As bombas manufaturadas — "garrafas de água mineral cheias de gasolina e tamponadas com estopa e papel" (Depoimento do Indiciado 1º sargento Antônio Prestes de Paula, BNM 692, vol. 6) — foram dispostas em engradados, sendo estes distribuídos da seguinte forma: um na torre de controle, dois no alojamento dos sargentos, dois no portão da guarda e um no Serviço de Rotas. O próprio sargento Domingues, conforme admitiu em seu depoimento, chegou a fazer demonstrações do funcionamento das bombas, explodindo uma garrafa próximo ao alojamento e outra no portão principal.

Tratava-se, repito, de um movimento armado. Seria praticamente inevitável que, no seu desenrolar, dentro do estado de tensão vivido então, as armas viessem a ser utilizadas para algo mais do que a simples intimidação visual, simbólica.

Por volta das 05:00 horas da madrugada, retornava ao GFN o ônibus trazendo soldados tresnoitados e sargentos abatidos com o fracasso no BGP. Diante daquele resultado, o núcleo rebelde dos fuzileiros decidiu centrar as forças na manutenção da sua conquista estratégica mais importante, o Ministério da Marinha. Sob o comando do 1º sargento Barbosa, foi embarcado um lança-rojão e uma caixa daquela munição no mesmo ônibus que acabara de chegar. Cerca de 30 praças, muitas das quais estiveram presentes na missão do BGP, seguiram no coletivo a caminho da Esplanada dos Ministérios, alcançada quando o dia já começava a nascer.

Enquanto isso, os oficiais da Marinha, Aeronáutica e Exército reunidos no Ministério da Guerra aguardavam reforços legalistas para desencadear a repressão ao movimento. Resolveram então efetuar uma “ação psicológica” sobre o foco sublevado no Ministério da Marinha (Depoimento da Testemunha capitão-de-fragata José Geraldo Albano de Aratanha, 19-9-63, BNM 692, vol. 1). Desceram à rua o capitão-de-mar-e-guerra Cardoso de Castro (subchefe do Gabinete do Ministro em Brasília) e alguns oficiais sob seu comando a fim de exortar os revoltosos, encastelados no edifício vizinho, a desistirem do levante. A cena que então se desenrolou aparece narrada no depoimento do CF Aratanha, acima citado, da seguinte maneira:

"... ora falava o CMG Cardoso de Castro [fardado], ora falava o depoente [à paisana], quando alguém o alertou da vinda de um ônibus de Marinha vindo já pela pista de retorno que cruza o gramado do Eixo Monumental; ... rapidamente o depoente colocouse no centro da pista de retorno e só nesse momento empunhou a pistola marca *Walter* que era seu armamento; ... o depoente gritou “NÃO VAI PASSAR!”, repetindo “NÃO VAI PASSAR!” e dando um tiro de advertência; ... o ônibus diminuiu a marcha, porém continuou avançando; ... tamanha seria a humilhação para a Marinha, dos revoltosos receberem reforços em plena luz do dia e na nossa cara (*sic*), que o depoente não teve outra alternativa senão atirar; desta vez sobre o ônibus (...)"

Ato contínuo, o ônibus freiou, deu marcha à ré e manobrou por cima do meio-fio, indo estacionar do outro lado do Eixo, próximo à Catedral. Começou, então, um intenso tiroteio naquela área conflagrada.

O edifício do Ministério da Marinha situava-se entre o da Guerra [Exército] e o da Aeronáutica. Esses dois estavam, naquele fim de madrugada e início de manhã, ocupados somente pelas respectivas guardas e por uma única fração de tropa de choque emergencialmente conseguida junto ao BGP, manobradas pelos oficiais desde o quartel general improvisado no 2º andar do Ministério da Guerra. A poucos metros dali, três construções imponentes e arrojadas — o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, formando a Praça dos Três Poderes — apenas compunham a paisagem, destacando-se em silhueta por trás da névoa fina que cobria o gramado da Esplanada àquela hora.

Dentro do ônibus, o sargento Barbosa ordenou que o pessoal saltasse, travasse a arma e não atirasse. Muitos, ao descer, fugiram em desabalada carreira para a pista ao fundo da Catedral; outros partiram, em lances sucessivos de corrida e rastejamento, em direção ao Ministério da Marinha. Um soldado que já estava escondido no terreno ainda voltou ao ônibus para fechar a porta, temendo um acidente com as caixas de granadas e rojões ali deixadas.

Já próximos do Ministério sublevado, corriam sob fogo cruzado alguns fuzileiros. O soldado Onofre, que deixara o ônibus e seguira a curta distância o sargento Barbosa, abrigou-se num desvão do terreno e pôde observar “o seu colega Divino, o qual vinha saindo do asfalto para o passeio ... quase em frente ao Ministério da Aeronáutica, ser atingido por uma rajada de metralhadora que veio do Ministério da Aeronáutica” (Depoimento do Indiciado SD FN José Onofre do Nascimento, BNM 692, vol. 3).

O soldado fuzileiro naval Divino Dias dos Anjos, já sem fala, foi prontamente colocado em um taxi que atravessara incólume o tiroteio, mas não suportou os graves ferimentos e faleceu a caminho do Hospital Distrital. Foi a única vítima fatal no meio militar. Três outras praças, todas da Marinha, foram feridas em razão da fuzilaria.

### **5.3. Rendição ou resistência.**

Cessada a troca de tiros, que durara não mais que dez minutos, chegaram os blindados e tropas do Exército para cercar o local. O grupo de fuzileiros que desembarcara do ônibus foi então desarmado e preso, sem oferecer resistência. Do Ministério da Guerra,

vieram em um jipe o comandante Leite Velho e o coronel Mascarenhas para recolher o armamento apreendido para distribuí-lo entre os oficiais que, assim, puderam preparar-se para o ataque direto ao foco sublevado.

No Ministério da Marinha, pressionados pelo Oficial de Serviço ali preso, os graduados realizaram uma reunião para discutir o que fariam diante da nova situação. Após constatarem a presença de quatro tanques e um carro-choque com tropa de infantaria do BGP, já em posição de ataque, decidiram enviar ao Ministério da Guerra um representante, sargento Lair, junto com o capitão-tenente Sarmento, para apresentar a rendição.

Algum tempo depois, ambos retornaram acompanhados do capitão-de-mar-e-guerra Aníbal Barcelos (do Comando Naval de Brasília - CNB), capitão-de-fragata Leite Velho (Comandante do GFN) e capitão-tenente Ivancy Quintiliano, os quais organizaram a deposição das armas e a desocupação do prédio. Atropelada pelos acontecimentos, chegaria então, via telex, uma “Nota do Ministro da Marinha aos Revoltosos” (BNM 692, vol. 13). Tratava-se de um ultimato muito claro: ou rendição incondicional ou imediato bombardeio.

No GFN, por volta das 06:30 horas, uma reunião no Cassino dos Sargentos fora articulada pelo suboficial Geraldo de Brito. Esse graduado fora chamado ao quartel durante a madrugada e tentava, então, pôr fim ao movimento. Da reunião resultou, não sem algumas discordâncias veementes, um ofício ao Comando Naval de Brasília solicitando a presença de um oficial para assumir o comando daquele quartel. O suboficial Geraldo foi, no entanto, impedido de sair do Grupamento para levar o ofício, que só chegou ao seu destino algumas horas depois.

Ainda pela manhã, Prestes esteve no GFN, onde conversou com o sargento Dantas a respeito da possibilidade de conseguir mais armas para a Base Aérea ou mesmo uma tropa de fuzileiros para interditar as pontes no caminho, para evitar a aproximação do Exército. Nesse momento, chegava ao Grupamento o 1º tenente Osmar Boavista, que viera diretamente do Ministério, onde os oficiais já preparavam a ação de retomada das demais áreas sublevadas. O tenente Boavista, casualmente, havia se separado dos seus superiores e, achando que estes já teriam se dirigido ao GFN, para lá se deslocou em seu carro particular. No depoimento de um graduado pode-se ler:

“Perguntado se ouviu o SG Prestes mandar prender o Tenente

Boavista quando o mesmo chegou ao alojamento dos sargentos, respondeu que sim, que próximo a ele encontravam-se os SG Bezerril e Dantas e que ninguém deu resposta nem importância à mesma, pelo rancor que já então os sargentos sentiam contra o SG Dantas, que então ainda se encontrava agitado; o SG Prestes, sentindo-se sem apoio, retirou-se.” (Depoimento do Indiciado 2º SG-FN José Alexandre de Menezes, BNM 692, vol. 3).

Apesar da presença daquele oficial, a situação ainda não se normalizara, com muitas praças circulando armadas pelo quartel e sargentos discutindo as decisões a tomar. Só quando, por volta das 11:30 horas, chegou ao Grupamento o Comandante da Estação Rádio, capitão-de-fragata Heraldo Viana, que recebera no Ministério a comunicação dos suboficiais Othoniel Oliveira e Geraldo de Brito solicitando um oficial para o GFN, é que foi procedido o desarme e a formatura das praças. Antes, porém, próximo dali, outra cena dramática viria a se desenrolar.

Segundo o Relatório do IPM a cargo do capitão-de-mar-e-guerra Mauro Balloussier, baseado em depoimentos, antes da chegada do tenente Boavista ao GFN lá estiveram os deputados federais Max da Costa Santos, Neiva Moreira e Marco Antônio conversando com os sargentos Ademar e Bezerril. Os parlamentares, segundo o documento, lhes teriam dito que

“... tropas do Exército, em trajes civis, procuravam infiltrar-se no Grupamento e que assim já haviam ocupado o Ministério da Marinha e a DTUI; que não deixassem o Exército tomar o quartel. Em vista disso foram dadas ordens aos postos de controle para maior rigor, verificando todas as viaturas que passassem (...)” (‘Relatório do IPM’, pelo Encarregado CMG Mauro Balloussier, Rio de Janeiro, 30-12-63; BNM 692, vol. 9)

Cerca de 11:00 horas, um jipe do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) retornava do Núcleo Bandeirante em direção ao acampamento daquele órgão, que se situava para além da entrada do GFN na rodovia Brasília-Belo Horizonte. Ao atingir o trevo do Catetinho,

“foram [os ocupantes do jipe] abordados por dois fuzileiros navais, armados de metralhadora, fuzil e um material bélico que o depoente julga ser uma granada, ocasião em que foram interrogados se no interior do veículo encontrava-se algum comunista (...) um dos soldados ... engatilhou sua arma e a apontou em atitude ameaçadora em direção ao jipe; depois de esclarecer aos militares o destino da viatura e o que faziam, prosseguiram em marcha lenta para, logo à

frente [cerca de 300 metros] encontrarem um jipe do DNER e um trabalhador desse Departamento [seu colega Anísio A. da Silva], que fez sinal para que parassem (...)" (Depoimento da Testemunha Funcionário Público Civil Jurandir Alves Silva, BNM 692, vol. 5).

Este outro jipe, parado à margem esquerda da estrada, na contramão, tinha um pneu estourado e o pára-brisa inteiramente estilhaçado. No seu interior, jazia o motorista Morais, atingido por um projétil que lhe penetrara a nuca e saíra no “terço médio do osso parietal direito” (Laudo de Exame Cadavérico de José Francisco de Morais, nº 1727/63-IML, 12-9-63; BNM 692, vol. 5). Na conclusão da perícia no jipe, pode-se ler:

"o veículo ... foi atingido por disparos de arma de fogo automática e de acentuada potência ... ; atingido pela frente, lateral direita e traseira, o que demonstra que estava em deslocamento naquele momento ... ; ... atiradores ... se encontravam ... no mesmo plano horizontal em relação ao veículo (...)" (Laudo de Exame em Veículo, nº 1384. Instituto Nacional de Criminalística, 08-11-63; BNM 692, vol. 5).

Os soldados fuzileiros navais Nilo Hemetério Costa e Paulo Gonçalves Oliveira foram apontados no Relatório do IPM como os autores dos disparos. Foram reconhecidos pelos ocupantes dos jipes do DNER nos depoimentos como os soldados que fizeram a revista em busca de comunistas. Ambos os fuzileiros, em seus depoimentos, admitiram ser os que integravam o piquete armado na estrada; entretanto, acusaram-se mutuamente da responsabilidade na morte do civil. O depoimento do funcionário Jurandir, citado há pouco, traz outro dado à luz:

"quando o depoente procurava socorrer a vítima, os mesmos militares ... passavam pelo local em direção à Área Alfa, ocasião em que um deles ... perguntou pelo que ocorrera e, tendo o depoente lhe dito que o rapaz fora baleado, ... o militar respondeu mais ou menos nestes termos: “Desrespeito às ordens militares é isto”. (...)"

Outro passageiro do jipe que fora revistado acrescentaria:

“... no momento em que foi bloqueado, o que portava o fuzil fazia uma manobra, parecendo estar extraindo um cartucho da arma (...) [Depois, quando prestavam socorro ao ferido], ouviu o mais alto dizer: “Ignorância de ordem, a gente faz assim mesmo”, e continuaram a caminhar, sem dar mais atenção ao que acontecia” (Depoimento da Testemunha Funcionário Público Civil Evaldo da Silva Neiva, BNM 692, vol. 5).

Tanto o soldado Nilo quanto o soldado Paulo afirmariam que, ao mandar o jipe



parar, quase foram por este atropelado, tendo ambos se esquivado e a seguir efetuado disparos para detê-lo (Depoimentos dos Indiciados SD-FN Paulo Gonçalves Oliveira, BNM 692, vol. 4, e SD-FN Nilo Hemetério Costa, BNM 692, vol. 5). O acompanhante do motorista baleado negou ter havido qualquer ordem para parar o carro (Depoimento da Testemunha Funcionário Público Civil Anísio Augusto da Silva, BNM 692, vol. 5)

Seja como for, com a morte do funcionário do DNER José Francisco de Moraes ampliava-se o saldo trágico de um movimento que havia sido proposto, inicialmente, apenas como um protesto.

Na Base Aérea, desde cedo, o clima era bastante tenso entre os próprios sargentos. Após a preleção que Prestes fizera aos oficiais, este fora chamado por três outros sargentos para uma conversa reservada. Foram então para a sala contígua ao Cassino dos Oficiais, onde se iniciou uma áspera discussão. Segundo o major médico (FAB) Roberto Penteado, quando se aproximou da parede de madeira que separava os ambientes pôde claramente ouvir o teor da conversa:

"... diziam aqueles sargentos ao sargento Prestes que este na reunião dos sargentos havia dito se tratar de um movimento de protesto e de demonstração de força contra a decisão do Supremo Tribunal Federal, ao passo que quando da reunião com os oficiais o sargento Prestes dissera coisa diferente, isto é, afirmando o caráter revolucionário-nacionalista do movimento com o fim de tomar o poder, ... [e] pediam ao sargento Prestes que se definisse; que o sargento Prestes então afirmou que o movimento era de fato revolucionário e que ele apenas sentia não poder dispor de armamento suficiente para armar 3000 camponeses que tinha fora de Brasília (...)" (Depoimento da Testemunha MJ Med Roberto Soares de Camargo Penteado, 09-10-63, BNM 140, vol. 4).

Outros oficiais confirmariam o teor da conversa ouvida (Depoimentos das Testemunhas Capitão Aviador Dickson Lobo e 1º Tenente Ronan Gonçalves, BNM 140, vol. 4; e Capitão Walter Santos Pinheiro Soares, BNM 692, vol. 5). Prestes, nos vários depoimentos prestados, negaria tal versão, afirmando apenas ter sido mal-interpretado ao expor o caráter nacionalista, democrático e popular do protesto (v., por exemplo, depoimento de 22-11-63, BNM 692, vol. 6).

O fato é que Prestes, após essa discussão, deixou a Base Aérea e rumou para o GFN. As forças legalistas, que já haviam retomado o Ministério da Marinha, agora se

encaminhavam para a guarnição rebelada da Aeronáutica. Refletindo os desencontros entre os graduados, duas posições começavam a se delinear. Uma, a majoritária, defendia a desistência do movimento, optando pela rendição. Outra entendia que era preciso resistir à chegada do Exército, razão pela qual se constituíram alguns pelotões para a defesa da Base.

O 3º sargento Edgar Alves Maia, no comando da guarnição desde a saída de Prestes, foi informado de que a coluna do Exército já se aproximava. Procurou então o major Valdênio, que se encontrava preso no Cassino, e pediu-lhe que intercedesse para evitar o bombardeio da Base pois os sargentos não queriam reagir — nem para tanto teriam meios (Depoimento da Testemunha Capitão Walter Santos Pinheiro Soares, Sub-Comandante da Cia. P.E., BNM 692, vol. 5). O major Valdênio, por sua parte, ordenou o desarme imediato e a formatura das praças, no que foi obedecido. A seguir, contactou o oficial do Exército que dirigia as operações de retomada da Base. As tropas legalistas, assim, puderam penetrar na guarnição sem resistência.

Retomada a Base Aérea, restava o Grupamento. Este, distante da cidade e sem dispor de contato telefônico, e com a estação de rádio fora de operação, ainda parecia um problema para as forças legalistas, que ignoravam a presença, ali, de oficiais já em comando. Os tanques do Exército, em seu lento deslocamento, ocuparam o GFN por volta das 15:00 horas. Às 15:38 seria emitido, de Brasília, um radiograma do Chefe da Gabinete do Ministro da Marinha, capitão-de-mar-e-guerra Antônio Augusto Cardoso de Castro, ao próprio Ministro Sylvio Motta, no Rio de Janeiro, dando conta da situação: “Todos os focos liquidados. Vitória legal.” (BNM 692, vol. 6).

O sargento Prestes de Paula, após ter saído do GFN pela manhã, retornou de carro à Base Aérea.<sup>35</sup> Notando que o Exército se deslocava em direção à sua guarnição, e que havia inclusive ocupado as pontes, Prestes decidiu fugir embrenhando-se mato adentro até sair, já cerca das 15:30 horas, nas imediações do Seminário, às margens do Lago Paranoá. Num botequim ali próximo, fez uma ligeira refeição e aguardou até o anoitecer para se deslocar. Seguiu, em largo contorno, a estrada do Paranoá até à barragem, indo

---

<sup>35</sup> A descrição a seguir baseia-se no depoimento prestado em 16-10-63 à Justiça pelo próprio sargento Prestes: BNM 140, vol. 5.

depois pela estrada da Asa Norte até o Núcleo Bandeirante (“Cidade Livre”), onde pernoitou no barraco de um sargento da Marinha. Na manhã seguinte, uma ‘sexta-feira 13’, logo cedo, retornou à sua residência mas recuou ao percebê-la vigiada. Foi ter à Quadra 40 da Avenida W-3, onde se localizava a “República dos Sargentos”, e procurou refugiar-se na casa 35, onde residia um conhecido seu, o civil Zacarias de Oliveira.

Outro civil que ali residia, Francisco Ayrton de Assis, coincidentemente, trabalhava na Base Aérea. Ao chegar para o serviço, comentou com o colega Blandino, também civil, escriturário na Guarnição, a respeito da presença de Prestes em sua casa. Blandino, conforme seu depoimento ao IPM, era “ligação do DFSP junto à Base”, daí porque procurou imediatamente o capitão Arroxelas e "comunicou-lhe então que o sargento Prestes encontrava-se ... no quarto do civil Assis e inclusive já estava prevista uma entrevista com os repórteres da Rádio Nacional (...)" (Depoimento da Testemunha civil Blandino Pereira Leite, 16-9-63, BNM 140, vol. 1).

A informação logo chegou ao major Valdênio, comandante da Companhia de Polícia do Exército, que havia sido preso durante o levante. Sob suas ordens, três pelotões foram preparados para ação armada e se deslocaram para a Quadra 40, cercando-a e realizando a triagem das casas até chegar à de número 35. Acompanhado do sargento adjunto do pelotão e do civil Zacarias, ali penetrou o 1º tenente Ruy Vaz — que também havia sido preso pelos sublevados no dia anterior — e começou a vasculhar as dependências da casa. Segundo seu depoimento,

"... ao olhar para o quarto dos fundos, que estava aberto, viu duas mãos levantando um lençol, caído até o chão e que cobria uma cama que o depoente supõe ser Dragoflex; viu também a fisionomia da pessoa que lá se achava, reconhecendo imediatamente o sargento Prestes, ao qual disse: “Bote as mãos para fora, senão eu queimo! Saia de debaixo da cama!”; sem nada responder, o sargento Prestes saiu, levantou-se e recebeu ordem de pôr as mãos na cabeça, o que fez (...)" (Depoimento da Testemunha 1º Ten Ruy Geraldo Corrêa Vaz, BNM 692, vol. 6).

Essa versão, veiculada com destaque pela imprensa nos dias subseqüentes à sublevação, é contestada com veemência por Prestes. Segundo ele, a versão de sua prisão "debaixo da cama" teve o intuito claro de desmoralizá-lo (Depoimento ao autor, 1992). Afirma Prestes ainda que, ao ser preso e conduzido ao BGP, recebeu de parte do Comandante daquela Unidade um tratamento digno, de ‘rebelde’ e não de criminoso, e que

também foi bem tratado na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, para onde foi enviado posteriormente.

#### 5.4. Ressonâncias no meio militar

O levante em Brasília havia sido completamente sufocado. Mas tratava-se de um movimento que se pretendia de âmbito nacional, e que chegou a ensaiar transmissões para que em outros pontos do país as praças se lançassem à sublevação. Como as demais guarnições receberam as notícias que chegavam da Capital?

Começemos com a questão das adesões. Baseado em notícias do jornal O Estado de São Paulo, o *brazilianista* Kenneth Paul Erickson afirma que houve uma tentativa de disseminação da rebelião em São Paulo, quando líderes sindicais e sargentos foram presos numa guarnição militar transportando “folhetos que incitavam sargentos e trabalhadores a um levante conjunto” (Erickson, 1979: 177).

Embora tais sindicalistas e graduados tenham sido efetivamente condenados na Justiça Militar — no âmbito do processo aqui referido como BNM 19 —, a afirmação de Erickson pode ter sido um tanto apressada. A análise detida dos autos do BNM 19 esclarece um aspecto importante dessa questão.

Resumidamente, assim se apresenta o caso. Doze sargentos do Exército (Almoré, Santiago, D’Ávila, Porto, Pupo, Isidro, Borges, Érico, Pinto Costa, Othon, Colveiro e Bellotti) e dois sindicalistas (Plácido e Delellis, ambos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) foram denunciados pelo Ministério Público, com base em Inquérito Policial-Militar, como tendo tentado “prosseguir em São Paulo a rebelião dos sargentos em Brasília” (Denúncia oferecida a 5-12-63 pelo Primeiro Substituto de Promotor Dr. Durval de Moura Araújo à 2ª Auditoria da 2ª Região Militar - SP, BNM 19, vol. 1). A condenação, em sentença prolatada a 20 de março de 1964, alcançou apenas os sargentos Almoré, Santiago, Borges, D’Ávila, Pupo e Porto e os dois metalúrgicos, todos com pena máxima (4 anos de reclusão) como incurso no art. 134 do Código Penal Militar (CPM): incitação à desobediência, à indisciplina ou à prática de crime militar.

Começo o exame com uma breve cronologia dos acontecimentos em São Paulo,

montada a partir do cruzamento de informações extraídas do bojo do processo BNM 19 (Denúncia, Relatório do IPM, Razões Finais pela Promotoria, Informes da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e da 2ª Seção do Estado-Maior do II Exército, entre outros).

No dia 11 de setembro de 1963, informado de Brasília sobre a decisão desfavorável do STF, o sargento Almoré preparou um panfleto, "Denúncia aos Sargentos e ao Povo Brasileiro", distribuindo cópias a três jornais paulistas (que não chegaram a publicá-lo). Nessa mesma noite, foi ao Centro Social dos Sargentos da Força Pública de São Paulo (CSSFPSP), onde aconteceria uma reunião ordinária, semanal, da Comissão Regional Pró-Elegibilidade dos Sargentos e Sub-Oficiais. A reunião começou por volta das 21:15, presentes cerca de 40 pessoas, na grande maioria sargentos da FAB, do Exército e da Força Pública, a quem Almoré distribuiu o restante das cópias. Segundo um informe da polícia secreta, de 12-9-63, anexado aos autos,

"O ambiente de indignação no seio dos sargentos já vinha se formando durante o dia, quando do conhecimento oficial da notícia [da decisão desfavorável do STF], de modo que durante a reunião se observava a acentuada pretensão de tomar-se medidas extremistas em face da atual conjuntura, tendo-se aventado por inúmeras vezes a possibilidade de um levante por parte dos sargentos. Nesse sentido, os ânimos mais exaltados eram de elementos da FAB, que já se dispunham a paralisar o tráfego aéreo, etc." (informação oriunda da Secretaria de Segurança Pública de SP, transcritas no Ofício nº 96-E2, de 16-9-63, do Comandante da 2ª DI ao Comandante do 2º GO-155 (BNM 19, vol. 2).

Importa frisar que a informação acima transcrita foi contestada em depoimentos de participantes da reunião, como o próprio Almoré, onde se negava o suposto radicalismo. É bem verdade que isso se deu durante um processo judicial, quando pairava a real possibilidade de condenação, prisão e outras mazelas. Concordam as informações, porém, a respeito da diversidade de opiniões que se formou: medidas pacíficas (memoriais, abaixo-assinados, solicitações ao Legislativo etc.) ou, ao contrário, "medidas drásticas, com conseqüências imprevisíveis"; divergem, novamente a respeito de ter sido a maioria favorável às primeiras ou às últimas. Certo é que, com o resultado negativo do STF, presumia-se que o mandato do deputado Garcia Filho corria sério risco.

Retomo a reunião no CSSFPSP (segundo o dossiê da polícia, acima referido),

sumariando-a ao máximo. Cerca das 23:00, chegou um “emissário” da Guanabara, informando que os sargentos estariam sendo mobilizados por todo o país e que se deveria aguardar instruções da Guanabara ou Brasília; esperava-se manifestações hostis de sargentos no Norte contra a decisão do Supremo. De concreto, a reunião decidiu “instar junto ao Governo Federal e Congresso Nacional, no sentido de conseguir urgentemente a aprovação do projeto de lei, já apresentado, no sentido de conceder o direito à elegibilidade dos sargentos”; elaborar um abaixo-assinado das esposas dos sargentos; declarar-se em assembléia permanente; e formar comissões para contato com lideranças estudantis e sindicais.

Uma das comissões foi ter, de madrugada, à casa de José de Araújo Plácido, da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, para que — ainda segundo o informe policial — os “líderes sindicais (principalmente os ligados ao Comando Geral dos Trabalhadores) mobilizem (*sic*) os trabalhadores para uma greve geral que seria decretada concomitantemente com o movimento dos sargentos”. Plácido teria se prontificado a articular uma reunião no dia 12 com os demais líderes sindicais para discutir posições a tomar. Ainda na madrugada (03:00 h) de 12 de setembro, da sede do CSSFPSP, houve novo contato telefônico com a Guanabara, “sendo ratificada a disposição de luta, não tendo todavia sido dada a palavra de ordem para o levante”.

Na madrugada do dia 12 eclodiria o levante em Brasília. De manhã, o sargento Almoré seria preso, incomunicável, na Cia. do QG da 2ª DI, onde servia. Desde às 7:00 horas ficaria estabelecida a prontidão no Segundo Grupo de Canhões 90 Anti-Aéreo (2º G Can 90 Aae), em Quitaúna, na Grande São Paulo, sendo portanto interrompida a escala de dispensas pela Parada de Sete de Setembro. Notou-se a ausência dos sargentos D'Ávila, Pupo e Porto, identificados pela oficialidade como ativistas políticos. Tanto no Relatório do IPM quanto na própria Denúncia consta que tal ausência gerou um clima de intranquilidade no quartel, ao que o Promotor Titular opôs-se, afirmando que tal intranquilidade devia-se à prontidão e ao fato de que muitos sargentos não haviam recebido armamento (além de haver o boato da existência de armas assestadas no 4º RI, quartel próximo, contra o 2º G Can 90 AAé). D'Ávila apresentou-se às 13:00 e Pupo às 23:00 horas do dia 13, e Porto o fez às 03:00 horas do dia 14, sendo todos presos preventivamente.

Na noite de 12-9-63, ocorreu uma reunião na sede paulista do PTB, entre

líderes sindicais e sargentos, para discutir os acontecimentos de Brasília e uma tomada de posição de entidades operárias. De lá, o sargento Borges (candidato a deputado pelo PTB) telefonaria para a Guanabara, recebendo a informação de que o CGT continuava reunido para avaliar o movimento de Brasília. Por volta das 23:00 horas, Borges e mais dois sargentos, Santiago e Rui (todos do Exército), juntamente com os líderes metalúrgicos Delellis e Plácido, saíram então do PTB, rumando a Quitaúna, para o Quartel do 2º G Can 90 AAe, no automóvel do sindicato.

Novamente há versões desencontradas. Enquanto Santiago e Borges alegaram terem ido a Quitaúna avistar-se com Almoré para se certificarem se este necessitava de um *habeas corpus*, o sargento Rui (sobre o qual pairou a suspeita, aventada pela defesa dos acusados, de ser um *agent provocateur*) afirmou no processo — como testemunha e não como indiciado —, que a ida visava ao coronel João de Moura Dias (Comandante do 2º G Can 90 AAe) para sondá-lo sobre sua posição quanto aos fatos de Brasília e uma possível extensão da sublevação a São Paulo.

Em Quitaúna, Delellis estacionou o carro na estrada junto ao quartel. Saltaram Borges e Santiago (fardado), dirigindo-se à residência do Comandante. Tocaram a campainha mas não foram atendidos, sendo abordados pela patrulha de segurança. Santiago foi levado ao comando da patrulha, a quem solicitou encaminhá-lo ao Comandante do quartel para falar-lhe "a respeito de um seu colega que talvez estivesse preso naquele grupo", enquanto Borges retornava ao carro, como informou o Promotor, nas Razões Finais. A caminho da residência do Comandante, Santiago foi preso — a ordem teria vindo da 2ª Divisão de Infantaria. A patrulha, após identificar os sargentos e civis no carro, efetuou sua prisão, sendo encontrados no assoalho do automóvel um panfleto de propaganda da candidatura de Borges e um outro, rasgado e posteriormente reconstituído para anexação no processo, assinado por sub-oficiais, sargentos, cabos, soldados e taifeiros do Parque da Aeronáutica. Foram essas prisões que deram origem ao IPM e este ao processo.

Antes de prosseguir na avaliação do BNM 19, faço nova pausa, detendo a atenção sobre o 2º G Can 90 AAe. Essa unidade de Quitaúna ocupou o centro das atenções daquela investigação militar, sendo um dos pontos onde a mobilização dos sargentos alcançou níveis incômodos para a Instituição.

Recuando para alguns dias antes do levante de Brasília, encontramos uma manifestação coletiva de sargentos contra O Estado de São Paulo, em desagravo ao sargento deputado Garcia Filho e ao movimento dos sargentos, supostamente ofendidos por matéria daquele jornal. Dessa manifestação tomaram parte vários graduados do 2º G Can 90 AAe, os quais foram punidos posteriormente com prisão.

Observando a lista nominal de visitas aos sargentos presos pelo incidente, é possível concluir alguns pontos acerca do próprio movimento dos sargentos. Do total de visitas, 48, constam 3 sub-oficiais, 44 sargentos e 1 civil (o padre da paróquia do km 18 da Estrada de Itú, região onde eram freqüentes as reuniões de sargentos). Nota-se que as visitas tinham um caráter marcadamente político, de solidariedade do movimento. Outro dado: dos 47 militares, a grande maioria — 30 visitas — era da Aeronáutica, seguindo-se 11 da Força Pública (Corpo de Bombeiros) e apenas 6 do Exército, numa proporção aproximada de 5:2:1, respectivamente, apontando uma tendência majoritária de militares da FAB no movimento mais geral. Todos os graduados da Aeronáutica serviam no Parque de Aeronáutica, no Campo de Marte, que, segundo sugerido (mas não completamente apurado) no processo, foi convulsionado pelos sargentos nos dias seguintes ao levante em Brasília. Acrescente-se: entre os visitantes do Exército estavam Almoré e Santiago, presentes no processo em exame.

Voltemos a Quitauína e ao 2º G Can 90 AAe. Foi aventado pelo encarregado do IPM, tenente-coronel Edoardo de Cerqueira César, que o clima de agitação e subversão lá instaurado era decorrência da passividade de seu Comandante, coronel João de Moura Dias (Relatório do IPM, BNM 19, vol. 2). De fato, esse comandante não era propriamente hostil ao movimento dos sargentos. Era tido como "janguista até o rastro" (depoimento do sargento Isidro citado pelo encarregado do IPM), e mantinha relações amistosas com os graduados — a ponto de realizar um empréstimo ao grêmio de sargentos da unidade, o que provocou certo mal-estar com alguns oficiais, segundo consta no processo.

Diante da solicitação do Juiz Auditor (Ofício nº 846/63, de 6-12-63; BNM 19, vol. 3), a pedido do 1º Substituto de Promotor daquela auditoria, foi instaurado um IPM para apurar a atuação do citado coronel nos acontecimentos de setembro de 63. O Comandante do II Exército nomeou o general-de-brigada Lindolpho Ferraz Filho para Encarregado do IPM. No seu Relatório, este concluiu que nada havia de concreto contra o



coronel João de Moura Dias — pelo contrário, teceu elogios à sua conduta quanto às medidas de segurança por ele adotadas durante os incidentes.

Ao exame do processo fica patente, no entanto, a existência de um conflito surdo entre aquele coronel e o Comandante do 4º Regimento de Infantaria, coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro. O 2º G Can 90 AAe é subordinado na esfera de comando ao 4º RI, e os quartéis são vizinhos. O 4º RI ganharia destaque em 1969, quando o então Capitão Carlos Lamarca abandonou o quartel levando consigo fuzis, metralhadoras e munição, e caiu na clandestinidade. Durante aqueles dias de maior tensão em setembro de 63, vários sargentos do 2º G Can foram detidos por soldados do 4º RI quando transitavam na área deste, o que ampliou o clima tenso de então; circularam no 2º G Can boatos de que havia armas assestadas contra a unidade no 4º RI. A intranqüilidade no 2º G Can 90 AAe não poderia ser explicada apenas pela ausência de alguns “sargentos politizados”.

A versão de que os sargentos e sindicalistas presos em Quitaúna estavam buscando estender o levante de Brasília à área paulista é, no mínimo, discutível. A começar pelas datas e horários, alguns elementos soam como que deslocados dentro de um suposto quadro conspiratório. O movimento de Brasília eclodiu à 0:00 hora do dia 12, sendo sufocado ainda durante a tarde desse mesmo dia. A essa altura, as unidades militares Brasil afora já estavam avisadas, senão de tudo o que acontecia, pelo menos do fato de que alguma coisa muito grave estava se desenrolando, motivo suficiente para a imposição imediata de prontidão nos quartéis. O sargento Almoré foi preso quase ao meio-dia daquela quinta-feira, 12, e os sargentos e sindicalistas o foram na madrugada do dia seguinte, 13. Novas prisões ocorreriam daí em diante, mas nenhuma, importa frisar, em função de eventos como os sucedidos em Brasília, algo como uma sublevação armada: nos autos, fala-se apenas em intranqüilidade ou agitação.

Outro dado que merece consideração diz respeito aos panfletos encontrados no carro do sindicato, próximo ao 2º G Can 90 AAe, que supostamente seriam usados para instigar as praças de Quitaúna ao levante. Há que se convir, a irrisória quantidade — eram apenas dois panfletos — é materialmente insuficiente para abalar toda uma guarnição. Um dos panfletos era um simples material de campanha eleitoral apresentando o candidato sargento Edgar Nogueira Borges. Esse sargento, preso juntamente com o sargento Santiago, reconheceu em depoimento a responsabilidade pelo panfleto, ressaltando porém o fato, aqui

já registrado anteriormente, de que seus dizeres haviam sido discutidos e votados em assembleia regular de graduados. O segundo panfleto, no entanto, não foi reconhecido por nenhum dos acusados, que alegaram nada saber a seu respeito. Teria sido encontrado rasgado no assoalho do automóvel do sindicato, pelo maior Olinto Oyama (oficial “S/2” do 4º RI) e seus auxiliares, quando da revista procedida no veículo. Foi apresentado ao Comandante do 4º RI e, por ordem deste, reconstituído para anexação ao IPM. Nas cópias dos autos do processo a que tive acesso, o documento reconstituído aparece ilegível. Seu texto, porém, foi transcrito em parte na Denúncia:

"(...) Conclamamos assim a todos os brasileiros em todos os setores da Nação, a empunharem suas armas para juntos num só coração, num só canal sangüíneo, defendermos os direitos de sermos livres e respeitados (...) Em conseqüência, comunicamos ao povo em todos os recantos da Pátria, que, agora, empenhados nesta luta sob qualquer ameaça mantemos firmes propósitos de não recuarmos e chegaremos ao final esperando que os trabalhadores brasileiros estejam conosco até a vitória, que será a vitória do povo brasileiro. / São Paulo, 12 de setembro de 1963. / (a) Sub-oficiais, sargentos, cabos, soldados, taifeiros e civis do Parque da Aeronáutica de São Paulo. / De fusil (*sic*) na mão, abraçados com o Povo. / Ou fica (*sic*) a Pátria livre, ou morrer pelo Brasil. / Rio de Janeiro, agosto/setembro de 1963" (BNM 692, vol. 1)"

Ainda que o documento possa ter valor como prova judicial, já que foi apreendido por autoridade legítima, o mesmo não se pode assegurar quanto à sua validade em termos de fonte histórica. No entanto, mesmo que um criterioso exame heurístico viesse a confirmá-la, não se avançaria muito no tocante à definição clara de que ali em Quitaúna se tentava efetivamente a adesão à sublevação. O máximo a que se chegaria, no caso, seria à confirmação de distúrbios no âmbito restrito daquela Unidade da FAB (Parque de Aeronáutica), de resto corroborada por outro documento constante nos autos.

No Ofício nº 136 E/2 (21-11-63) do Comandante do II Exército, general Peri Beviláqua, ao tenente-coronel Cerqueira César, Encarregado do IPM, foi apresentada uma síntese de informes da 2ª Seção do Estado-Maior do II Exército sobre os acontecimentos que envolveram o Parque de Aeronáutica no Campo de Marte. Diz o documento:

"Logo após a divulgação e fracasso do levante de Brasília o Parque de Aeronáutica de São Paulo (Pq Aé SP) passou a se agitar e o movimento cresceu, adquirindo forma de insubordinação generalizada (...) Onda de boatos acusando o Exército de estar se

preparando para cercar, ocupar e prender os sargentos do Parque de Aeronáutica. Confusão no Pq Aé, portões cerrados e os sargentos se amotinaram e ocuparam todo o Pq Aé, segregando os oficiais (...)" (BNM 19, vol. 1).

É, portanto, inegável que o levante de Brasília teve ressonância em São Paulo. Em que pese o panfleto acima ter mencionado um apelo às armas, nada se provou, contudo, quanto a efetivas adesões ao protesto, nos moldes de Brasília.

A propósito, os autos dos processos estudados (BNM 19, 140 e 602) não se referem em momento algum à adesão de qualquer outra unidade militar do País ao levante. Consta, apenas, numa breve passagem dos autos, o seguinte:

“Essa rebelião, porém, não se cingiu à Capital Federal, pois veio a refletir-se e estender-se ao Estado da Guanabara, São Paulo e Rio Grande da Sul.” (Denúncia do Ministério Público Militar, 05-12-63, BNM 19, vol. 1).

Do trecho destacado pode-se inferir, no máximo, que naqueles Estados ocorreram distúrbios disciplinares envolvendo os graduados. Nada, porém, indica que a rebelião tenha frutificado fora de Brasília.

Os jornais da época trazem numerosas notas dando conta da situação absolutamente anormal pela qual passaram as Forças Armadas durante os momentos que se seguiram à eclosão da sublevação. Muitos quartéis e outros estabelecimentos militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, e das polícias militares estaduais, foram colocados sob prontidão rigorosa: em várias unidades houve detenção de sargentos; tropas foram deslocadas para áreas estratégicas; vôos militares sem ordem explícita do Ministro da Aeronáutica foram proibidos.<sup>36</sup>

Sobre a anormalidade que ocorreu naqueles dias, vale ainda ser registrado o caso da Capital do Rio Grande do Norte. A Polícia Militar daquele Estado, no dia 11 de setembro, havia entrado em greve por aumento salarial, reclamando equiparação com as polícias de Pernambuco e do Ceará (Jornal do Brasil, 12-9-63, p. 5). À diferença de Brasília, os graduados e soldados declararam-se em greve desarmada dentro dos quartéis de Natal, abandonando inclusive os postos da segurança do Palácio de Governo. O movimento não atingiu o interior do Estado; em Natal, segundo a fonte citada, paralisaram suas

---

<sup>36</sup> Cf., por exemplo, Correio Braziliense, 13-9-63; Última Hora, 13 e 14-9-63; e Jornal do Brasil, 18-9-63, entre outros.

atividades 1384 soldados, 367 cabos, 316 sargentos e 214 subtenentes. A rendição da PM ocorreu às 05:00 da manhã de 12-9-63, após o cerco do quartel por contingentes do Exército, Marinha e Aeronáutica, sob as ordens do Comandante Militar de Natal, general Emir Chaves (Jornal do Brasil, 14-9-63, p. 9). O Capelão da PM, padre Manuel Barbosa, e o Presidente da Associação de Sargentos, Gil de Oliveira, foram apontados como os cabeças do levante da Força Pública; o coronel Luciano Veras Saldanha, Comandante da PM-RN, foi afastado do posto e, segundo o jornal, vinha "sendo responsabilizado pela crise surgida pelo maltrato que infligia aos seus subordinados."

Nenhuma relação direta foi estabelecida entre o movimento de Natal e os acontecimentos de Brasília. Mas a sua simples ocorrência dá margem à percepção de algumas facetas da época que se estava vivendo.

Primeiramente, sugere que o grau de mobilização entre as praças não era desprezível. Os dados indicam um movimento grevista de razoável envergadura, cujos possíveis desdobramentos foram engolfados pela sublevação de Brasília.

Em segundo lugar, e em estreita conexão à inferência anterior, o movimento aponta para a fragilidade das relações mantidas entre as praças e a oficialidade. Estavam tais relações deterioradas o bastante para permitir uma manifestação coletiva daquele porte.

Finalmente, se considerarmos que as conseqüências disciplinares de tal ato eram minimamente previsíveis — e o resultado da previsão não era exatamente animador para os baixos escalões — o movimento pode ser visto como um indício claro do desespero que corria entre as praças ante à penúria a que estavam submetidas. Da tribuna do Senado, o Sr. Cortês Pereira, suplente do Senador Dinarte Mariz, adversário político do Governador Aluizio Alves, avaliava que “a greve da Polícia Militar do Rio Grande do Norte é resultado do contraste entre a miséria de homens que ganham 9 mil cruzeiros e um governo de ostentação”, revelando ainda que os internamentos hospitalares do pessoal daquela Força Pública se davam sempre por fome (Jornal do Brasil, 14-9-63, p. 9).

### **5.5. A repressão ao levante**

Ao longo da exposição já foram apresentados aspectos da repressão imediata ao movimento sedicioso ocorrido em Brasília. Agora trata-se de aprofundar alguns pontos,

antes apenas tocados de leve, e acrescentar novos dados ao exame.

O primeiro ponto refere-se à atuação dos serviços de informação das corporações militares. Já foi visto anteriormente que o movimento dos baixos escalões era acompanhado de perto pelos órgãos encarregados da vigilância política: o próprio secretário das reuniões de sargentos em Brasília era um informante do então Comandante do BGP, coronel Bolívar Mascarenhas, conforme este último revelou em depoimento.<sup>37</sup> No entanto, os dois exemplos a seguir mostram um outro lado de tal acompanhamento.

A 10 de setembro de 1963, já na condição de adido ao Quartel General da 11ª Região Militar, o coronel Mascarenhas foi informado por um antigo comandante do BGP que os sargentos iriam se amotinar caso o STF decidisse contrariamente à elegibilidade do sargento Almoré Cavalheiro. Cumprindo os ditames regulamentares,

"(...) Imediatamente levou o fato ao conhecimento do Chefe do Estado-Maior Regional [Cel. Dorval Macieira] e do General Comandante da Região [Nicolau Fico], tendo destes recebido ordem para que comunicasse o fato à 2ª Seção do EM. Posteriormente, soube que sua informação não encontrara qualquer confirmação por parte do Serviço de Informação Regional e que o Presidente da República tinha resolvido viajar para o Rio Grande do Sul ... [o que fez] com o Chefe da Casa Militar, levando também o Comandante da Região (...)" (Cópia autêntica do Termo de Inquirição da Testemunha Gen Div R/1 Bolívar Oscar Mascarenhas ao IPM a cargo do Gen Raphael de Souza Aguiar, 27-5-64; BNM 692, vol. 16).

O outro exemplo, pinçado das declarações do Sub-Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha em Brasília, é ainda mais eloqüente:

"(...) a única comunicação a respeito da probabilidade do movimento armado, mencionando a reunião secreta de sargentos para este fim, só chegou ao Ministério, por vias burocráticas, quarenta e oito horas após o movimento..." (Auto de inquirição da Testemunha CMG Antônio Augusto Cardoso de Castro, 29-1-65, BNM 692, vol. 14).

As situações acima descritas podem indicar que os preparativos do levante foram suficientemente mantidos em segredo pelo núcleo conspirador, o que seria até bastante plausível, por exemplo, em vista da natureza das ações que se pretendia executar. Mas podem, também de maneira plausível, ser interpretadas como indício da ineficiência

---

<sup>37</sup> Cf., neste Capítulo, o tópico 'A reação da Instituição', *supra*.

dos serviços secretos militares de então, o que talvez ajude a justificar a criação do Serviço Nacional de Informações - SNI já em 13 de junho do 1964 (através da Lei nº 4.341), pelo grupo recém-instalado no poder.

Um segundo ponto a destacar diz respeito à desconfiança que se estabeleceu no seio da oficialidade com relação às praças. E tal desconfiança, diga-se de passagem, não surgiu apenas com o levante, mas já existia anteriormente. É o que se depreende do depoimento do oficial de informações ("S/2") do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, tenente Gantois, ao explicar as providências que seriam tomadas pelo seu comando como prevenção contra possíveis distúrbios advindos do pessoal subalterno, e os motivos que impediram sua implementação:

"... os oficiais do GFN deveriam sempre andar armados, haveria adestramento de tiro para os oficiais e ficariam por dia 2 oficiais em quartel. Entretanto, com a reestruturação do Grupamento e a ida de grande parte dos oficiais para o Rio, ficaram em quartel apenas 4 oficiais para o serviço de Estado e apenas 3 oficiais para dar pernoite, tornando-se assim quase impossível a permanência de 2 oficiais de serviço no quartel, por dia, e um oficial superior de pernoite; ... a instrução de tiro ... não foi possível ... em virtude da falta de munição para tal finalidade e ... em face da reorganização ditada pelo Estado-Maior da Armada (...)" (Cópia autêntica do depoimento da Testemunha 1º Ten (FN) Artur Afrânio Gantois Chaves ao IPM a cargo do CMG Evanor L'Eraistre Monteiro, set/62; BNM 692, vol. 15).

Durante as ações na madrugada de 12 de setembro, aquela desconfiança se manifestou — justificadamente, aliás — em inúmeras oportunidades. Vejamos dois exemplos, que se referem aos momentos iniciais das medidas repressivas tomadas desde o quartel-general no Ministério da Guerra:

"... o próprio Exército (seus oficiais) tinha dúvida na legalidade do BGP por parte dos subalternos e por isto não desejava dar ordens taxativas, com receio da desobediência (...)" (Depoimento da Testemunha CT Ivancy Buarque Quintiliano, 15-9-63; BNM 692, vol. 1).

No mesmo depoimento, o capitão-tenente Ivancy, ao responder à indagação sobre como haviam se portado os subalternos que não participaram do movimento, e se colaboraram na repressão do mesmo, disse:

"... o pessoal subalterno que pôde ser avisado nas suas residências

pelos oficiais ... e que se apresentou naquele Ministério [da Guerra] portou-se bem, isto é, cumpriu as ordens, **não tendo porem recebido armamento (...)**" (O grifo é meu).

Depois de sufocado o levante, não diminuíram as suspeitas dos oficiais sobre seus subordinados. Os exemplos apontados a seguir parecem emblemáticos. Após determinar a instauração de um IPM que apurasse as atividades do sargento Almoré Zoch Cavalheiro, o general Aluísio de Miranda Mendes, no comando da 2ª Divisão de Infantaria (do II Exército) fez duas recomendações ao Encarregado, coronel João Francisco Moreira Couto, então Comandante da Artilharia Divisionária-2 (Ofício s/nº, 12-9-63, do Cmt 2ª DI ao Cmt AD/2; BNM 19, vol. 2). A primeira era de que o IPM fosse sigiloso. A segunda, que nos interessa mais de perto, frisava que o escrivão do inquérito deveria ser um oficial.

Ora, a lei processual penal militar vigente à época era bem clara a respeito, o que reforça a suposição acima:

“Para funcionar como escrivão no inquérito, a autoridade que o instaurou nomeará, por proposta do encarregado do mesmo, **um sargento, se o indiciado não for oficial**, ou um oficial subalterno, ou capitão se for o indiciado oficial.” (Parágrafo 2º do Art. 115 do Código da Justiça Militar, Decreto-Lei nº 925, de 2-12-1938. Grifos meus).

Menos de uma semana depois de iniciado o IPM que deu origem ao BNM 19 (sobre os sargentos e sindicalistas presos em Quitauína - SP), ocorreria a substituição do seu escrivão, solicitada pelo Encarregado tenente-coronel Edoardo de Cerqueira César. Sob a lacônica alegação de “acúmulo de serviço”, saía o 3º sargento Paulo de Castro e entrava o capitão Herbes Rizzi Franco (Ofício n.º 11-IPM, 17-9-63; BNM 19, vol. 1).

O terceiro aspecto a destacar concerne ao modo como foi organizada a repressão ao levante. Desde as primeiras notícias dando conta da eclosão do movimento, os oficiais das três Forças buscaram atuar em conjunto. Seja por economia de meios, bastante escassos na situação em tela, seja porque a ação envolvia subalternos das várias corporações — a defecção do BGP só foi confirmada quase ao fim da madrugada — o fato é que os oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica decidiram pela unificação de esforços, atuando a partir do quartel-general improvisado no 2º andar do Ministério da Guerra (QG da 11ª RM).

Em que pesassem as especificidades de cada corporação, a conjugação das

forças legalistas era um imperativo à repressão: a ruptura estabelecida pelos revoltosos no meio da cadeia hierárquica inevitavelmente produziu a aglutinação da oficialidade. Quanto mais não fosse, tal aglutinação para a reação supostamente respondia à necessidade de sobrevivência física dos oficiais, mas também da própria Instituição, que não suportaria passivamente um abalo daquela dimensão em seus pilares, disciplina e hierarquia.

As operações de repressão ao movimento foram efetuadas com tropas sob o comando imediato do coronel Raimundo Corrêa Neto, sendo envolvidas as seguintes unidades: o Batalhão da Guarda Presidencial, o Esquadrão de Reconhecimento e a Bateria Antiaérea, todas do Exército (Depoimento da Testemunha Cel. Bolívar Oscar Mascarenhas, 16-9-63; BNM 692, vol. 16). Um reforço foi enviado a Brasília por determinação do próprio Ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro. Às 15:20 horas chegaria, por via terrestre, o 10º Batalhão de Caçadores proveniente de Goiânia (GO), e às 17:50 horas aterrissariam no aeroporto aviões da FAB que traziam do Rio de Janeiro uma Companhia de Pára-quedistas, um efetivo de 280 homens (Correio Braziliense, 13-9-63, p. 1 e 4). O reforço não chegou a intervir em combates, sendo empregado apenas como tropa de ocupação.

Em quarto lugar, cabe avaliar o desempenho mesmo das forças legais em sua tarefa de sufocar a rebelião. Quase todos os depoimentos iniciais dos indiciados nos dois processos referentes ao movimento de Brasília, BNM 140 (Aeronáutica) e 692 (Marinha), são concluídos de forma semelhante: o depoente afirmava nada ter a reclamar do tratamento dispensado quando da prisão e enquanto durava tal situação. As exceções, em número de 3 ou 4, traduziam apenas queixas sobre gracejos e xingamentos — “fidelista”, “comunista” — durante o momento da prisão pelas tropas do Exército, ou algum empurrão ou espetadela de baioneta enquanto embarcavam, já detidos, nos caminhões.<sup>38</sup>

O tratamento dos prisioneiros rebelados — se confirmado o teor geral das declarações — contrastou com as recomendações emitidas do Rio de Janeiro via telex ou radiograma, pelo almirante Sylvio Motta, Ministro da Marinha, aos oficiais que se encarregavam de debelar a sublevação. Duas das mensagens chamam especialmente a atenção:

---

<sup>38</sup> Cf., por exemplo, os depoimentos dos 3ºs sargentos FN indiciados Jayme José Pires e Napoleão Pedro da Silva, ambos no BNM 692, vol. 3.



“12:25 - [do Gabinete do MM no Rio ao GMM Brasília:] AGIR COM MAXIMA VIOLÊNCIA RETOMADA AREA ALFA ET BASE AEREA PT”, e “13:20 - [do Min. Marinha ao Sub-Chefe do GMM:] NÃO PARLAMENTAR PT QUANDO ENTRAR CONTATO AREA ALFA ABRIR FOGO MINHA RESPONSABILIDADE ASSINADO SYLVIO MOTTA PT” (ambos no BNM 692, vol. 6)

Felizmente para os graduados (e para as suas famílias, residentes nas áreas dos quartéis), as diretrizes do Ministro Motta não foram seguidas à risca. Os focos rebelados acabaram por desistir do enfrentamento, rendendo-se aos oficiais. Mas a fúria externada nas mensagens do almirante pode nos dizer algo. Seguramente não era a inconformidade daquele oficial superior diante da quebra da legalidade, ele que, poucos meses depois, estaria articulado ao general Castelo Branco e ao deputado udenista Aduino Cardoso, entre outros, quando da derrubada do Presidente Goulart.<sup>39</sup> O que nos pode dizer, talvez, é que para o Ministro Motta — e para quantos mais? — aqueles subalternos rebelados não passavam de criaturas de uma classe inferior que, por terem ousado levantar-se contra seus superiores mereciam pagar quiçá com a própria vida, que não deveria mesmo valer grande coisa...

Ainda sobre o desempenho da repressão, vale apontar outro aspecto relevante. Há, nos processos, inúmeros relatos dando conta da varredura que o Exército e a polícia da Capital procederam em busca de envolvidos na sublevação. Muitos soldados, cabos e sargentos da Marinha e Aeronáutica foram presos já depois de reprimido o levante. Fosse qual fosse o motivo — o regresso de licença era o mais comum — a praça era presa e encaminhada geralmente ao Ministério da Guerra para depor. Normalmente era liberada depois disso, mas houve casos que a prisão durou 2 ou 3 dias, divididos entre o BGP, Ministério da Guerra, Ministério da Marinha ou GFN.

Um caso-limite foi o do soldado de 1ª classe da Aeronáutica Jorge Inoue. Gozando a dispensa concedida por seu Comandante de Companhia, voltava ele de Alexânia (GO) onde estivera em visita a seu irmão, quando, às 21:00 horas do dia 12 de setembro foi interceptado na estrada por uma rádio-patrolha da polícia de Brasília; ao se identificar como militar da Aeronáutica, foi imediatamente preso, tendo ido parar, depois de algumas baldeações, no Rio de Janeiro, a bordo do navio-prisão "Raul Soares" (Depoimento do

Indiciado S1 Jorge Inoue, 30-9-63; BNM 140, vol. 2).

O caso citado nos permite indagar sobre o grau de eficácia da repressão: prender inocentes seria melhor do que deixar suspeitos soltos? Dá ele também uma amostra do estado de apreensão vivido pelos oficiais ante a situação.

Um quinto ponto que merece ser aprofundado refere-se aos números do levante. Inicialmente, uma ressalva: não há, nos processos estudados, um documento que indique o número total de envolvidos no movimento, mas apenas dados parciais, com os quais, a seguir, se tentará montar um quadro aproximado do número de militares sublevados.

Com relação à Marinha, um documento de 13 de setembro de 1963 apresentava uma lista de militares que deveriam ficar detidos, à disposição do Encarregado do IPM, capitão-de-mar-e-guerra Mauro Balloussier. A fotocópia a que tive acesso estava parcialmente ilegível; portanto, o número é apenas aproximado: **278** praças, entre suboficiais, sargentos, cabos, marinheiros, soldados e taifeiros (Memorando nº 0982-A, do Ministro da Marinha ao Chefe do Estado-Maior da Armada; BNM 692, vol. 1). Porém, mais adiante no processo, surge um ‘índice dos Indiciados e Testemunhas do IPM’ reduzindo o número acima conforme a seguinte divisão:

		N.º de Indiciados
PRAÇAS	SO	3
	1º SG	6
	2º SG	15
	3º SG	24
	Subtotal Graduados (SO+SG)	48
	CB	36
	MN, SD, TA	134
Total		<b>218</b>

Fonte: ‘Índice dos Indiciados e Testemunhas do IPM, pelo Encarregado CMG Mauro Balloussier (BNM 692, vol. 9)

No âmbito da Aeronáutica, consta no processo uma lista de presos à disposição do Encarregado do IPM, tenente-coronel aviador Múcio Scévola Scorzelli, datada de 17-9-63. Aí são indicados os seguintes números:

---

<sup>39</sup> Tal articulação encontra-se delineada no ensaio do jornalista Carlos Castelo Branco, “Da Conspiração à Revolução” (1964: 291-197).

	Presos à disposição do Encarregado do IPM							Total
	SO	1° SG	2° SG	3° SG	CB	SD	Civis	
Guarnição	1	6	2	23	44	184	3	<b>302</b>
Serviço de Rotas				18				
Grupo de Transporte Especial (GTE)				3	4	14		

Fonte: Boletim da Guarnição de Aeronáutica de Brasília, nº 177/63 (BNM 140, vol. 4)

Seria interessante comparar os dados acima apresentados com o total do contingente das corporações que serviam em Brasília. Isto só é possível, no momento, com os dados disponíveis, para a esfera da Marinha. Num documento de 16-9-63 são apresentadas informações a esse respeito, que, resumidamente, indicam os seguintes números. O total de militares da Marinha servindo em Brasília, a 11-9-63, era de **511** homens, lotados na Presidência da República (34), no Comando Naval de Brasília-CNB (129) , na Estação-Rádio da Marinha (61), no Gabinete do Ministro da Marinha (92) e no Grupamento de Fuzileiros Navais (195); desse total, **47** eram oficiais e **464** eram praças (Ofício nº 1.202, do Cmt CNB ao Enc. IPM; BNM 692, vol. 1).

A partir de tais informações, que não são completas — restaria ainda por considerar outros dados, como os casos especiais, militares em licença, em trânsito, os ausentes etc. —, pode-se realizar uma primeira dedução. A sublevação dos graduados na Marinha em Brasília contou com aproximadamente a metade do contingente das praças. Nessa quantidade são considerados não só os rebeldes que assumiram seu gesto como também os militares que, embora negando terem integrado voluntariamente as tropas sublevadas, foram indiciados como suspeitos de envolvimento.

Retomemos os números da repressão ao levante. Um jornal carioca publicou nota oficial do Exército onde se podia ler:

“O Gabinete do Ministro da Guerra informa que:

1) A repressão ao movimento subversivo do dia 12 do corrente teve os seguintes resultados, no que se refere a aprisionados:

Suboficiais ..... 6

Sargentos ..... 105

Cabos ..... 102

Soldados ..... 323

Total ..... **536** (...)" (Jornal do Brasil, 15- 9-63, p. 12)

O total apresentado refere-se, provavelmente, aos militares presos durante as operações de retornada dos focos sublevados. Uma pequena variação, para mais ou para

menos, pode ser admitida para esse total: alguns rebelados — a exemplo do próprio líder Prestes de Paula — só viriam a ser presos nos dias subseqüentes; por outro lado, algumas praças que foram, por assim dizer, presas por engano, logo seriam recambiadas às suas Unidades de origem.

Uma ressalva, desde logo, deve ser apontada. O total dos presos, ainda que aproximado, não reflete com segurança a quantidade real das praças que, efetiva e conscientemente, integraram o ‘protesto armado’ (ou o que quer que tenha havido naquele 12 de setembro de 1963). Por exemplo: uma fração considerável do total era composta pelos últimos escalões hierárquicos — marinheiros, taifeiros e soldados. Cumprir ordens sem discussão era dos seus mandamentos básicos. Supor, assim, que todos compartilhavam do posicionamento nitidamente político daquele gesto de rebeldia seria, no mínimo, ingenuidade. De outro lado, porém, isentá-los de qualquer grau de consciência do movimento que se realizava também pode denunciar uma carência de realismo na análise.

Voltemos à seqüência de pontos que vinham sendo destacados no presente tópico sobre a repressão ao levante.

O sexto aspecto diz respeito ao destino dos prisioneiros. Em levadas sucessivas, que duraram três dias — da sexta-feira, 13, ao domingo, 15 — os presos seguiram, em aviões da FAB, para o Rio de Janeiro. Segundo um relato da imprensa,

"... cada avião que transportou os amotinados de Brasília trazia escolta de oficiais armado de metralhadoras, em número de seis a oito. Os pilotos, ao tomar o posto, tinham ordem de, antes mesmo da decolagem, fechar a porta (de aço) que liga a cabine de comando ao "corpo" do avião. Junto à porta de saída, em pé, viajavam dois oficiais armados. Junto à porta da entrada da cabine, outros dois oficiais, também armados, e mais dois outros, desarmados, que circulavam pelo meio do avião, entre os prisioneiros.(...) [As praças], para ir ao banheiro, tinham de levantar a mão e pedir ordem. Só podia ir um de cada vez e assim mesmo se o avião não estivesse enfrentando tempestade" (Jornal do Brasil, 13-9-63, p. 5).

Ao desembarcarem na Base Aérea do Galeão, policiada por forte escolta de fuzileiros navais e soldados da Aeronáutica, os prisioneiros, silenciosos e cabisbaixos, eram imediatamente conduzidos ao cais próximo. Dali, seguiam em embarcações da Marinha até o navio "Raul Soares", ancorado ao largo da Baía da Guanabara (Jornal do Brasil, 14-9-63, p. 5) Uma parcela dos presos, posteriormente, foi instalada a bordo do navio "Almirante

Alexandrino".

Grande parte dos depoimentos na fase dos IPMs foi tomada a bordo desses navios. Regra geral, as praças ouvidas pelos Encarregados eram liberadas e podiam voltar para sua guarnição (ou seguir para uma outra, no caso de transferência), onde aguardariam o desenrolar do inquérito e, eventualmente, o processo judicial propriamente dito. Como a tomada de depoimentos era demorada e o número de depoentes era grande, pode-se imaginar que, para muitos, a estada nos navios-prisão não foi das mais breves. Mais adiante no texto será retomada a questão da situação dos presos pós-levante.

Em sétimo lugar, cabe uma avaliação acerca do impacto causado pelo movimento de Brasília sobre a Instituição Militar. Aquele evento teve peso suficiente para provocar-lhe algo como uma pausa para reflexões. Talvez forçando uma imagem de gosto duvidoso, pode-se dizer que o levante induziu as Forças Armadas quase à situação de 'fechadas para balanço'.

Lanço mão de tal expressão como tradução da impressão deixada por um documento encontrado no bojo de um dos processos. Informando ao Encarregado do IPM na Aeronáutica acerca dos **prejuízos motivados pela sublevação** — grifos meus —, um oficial do círculo de comando da Base Aérea de Brasília apresentava seu resultado:

"... após as diversas verificações e dados fornecidos, foi possível fazer o levantamento dos danos causados ao Estado, que montam num (*sic*) total geral de Cr\$ 18.243.514,20 (dezoito milhões duzentos e quarenta e três mil quinhentos e quatorze cruzeiros e vinte centavos), conforme discriminado nos quadros demonstrativos em anexo. Ass) Colmar Campelo Guimarães, Maj.I.Aer." (Ofício de 15-10-63, do Major Colmar Campelo ao Sr. Ten Cel Av. Múcio S. Scorzelli, prestando informações solicitadas por Of. n.º 3-IPM de 15-9-63; BNM 140, vol. 6).

Até aí nada demais. O que causa certa estranheza é exatamente a discriminação dos danos. Depois de passar por itens como Armamento, Munição, Veículos Danificados, Gasolina Consumida e Danos Materiais (no Ministério da Aeronáutica e Base Aérea), entre outros, o quadro demonstrativo apresenta a lista do Material Extraviado. Aí, consta uma relação com três colunas, sendo a primeira o material extraviado, a segunda a quantidade e a terceira o total em cruzeiros:

"[Material]	[Quant.]	[Custo total, em Cr\$]
Cobertor de lã cinza	231	Cr\$ 863.478,00
Colcha branca de algodão	127	432.435,00
Lençol de cretone	110	219.450,00
Fronhas de cretone	90	37.260,00
(...)	(...)	(...)
Picareta com cabo	3	54,00
(...)	(...)	(...)
Colher para mesa	12	712,00
(...)	(...)	(...)
Cartolina (folha)	4	200,00
(...)	(...)	(...)"

Ainda que se imagine uma situação absolutamente confusa instaurada na Base durante sua ocupação pelos revoltosos, é difícil crer que o levante tenha **causado** perdas dessa natureza. Daí a impressão sugerida, de uma oportunidade para “colocar a casa em ordem”.

Evidentemente, tal noção é muito mais uma metáfora do que propriamente uma descrição. Sua utilização, portanto, refere-se menos ao sentido literal do que aquilo que a expressão pode revelar em termos de imagem.

Seria preciso, sob o prisma da Instituição Militar, investigar as causas primeiras de um abalo como aquele e, mais que isso, seria preciso agir, com a urgência que o momento permitisse, para eliminar a fonte dos problemas. A chamada “Revolução de 31 de Março de 1964” aconteceu, em parte, como resposta da Instituição face a tal questão.

Por outro lado, a sublevação, tal conto se apresentou — um movimento frontalmente contrário à hierarquia e à disciplina militares —, teve seu impacto sentido também no campo que lhe era mais próximo. Muitos oficiais que nutriam certa simpatia pelas bandeiras reformistas abraçadas pelo movimento dos sargentos passaram a temer que a radicalização dos graduados, nos termos em que passava a ser colocada, levasse efetivamente a Instituição Militar à desagregação ou, quando menos, a enfraquecesse gravemente.

O levante de Brasília, assim, teria pavimentado a estrada que, seis meses depois, levaria à derrubada do governo constitucional de Goulart. De um lado, ao desencadear uma violenta onda repressiva sobre o movimento das praças, proporcionou à reação uma oportunidade ímpar de desarticular seus núcleos mais combativos. De outro

lado, aquela agressão aos princípios da disciplina e da hierarquia, tão caros à Instituição, teria minado o já combalido apoio com que o movimento contava dentro da oficialidade mais reformista, inibindo uma suposta reação ao golpe por oficiais em comando de tropa.

## 5.6. Questões suscitadas

A seguir serão elencadas e analisadas questões de algum modo suscitadas pelo levante de Brasília, e que escaparam da abordagem procedida até aqui.

Inicialmente, tratemos da suposta precipitação do levante. Há algumas referências no bojo dos processos estudados que reforçam a impressão de que a sublevação foi trazida à luz antes do tempo. O tenente Gantois afirmou, em depoimento, ter ouvido do sargento Napoleão, do GFN, no momento que antecedeu a fuga dos oficiais do quartel, que se tratava de “um movimento armado, em todos os quartéis do Brasil”, motivado pela elegibilidade dos sargentos negada pelo STF, e que

“... não adiantava nada [os oficiais reagirem], pois já estava com a situação na mão, só que não era para ter ocorrido naquela ocasião, certamente alguém deveria ter-se precipitado (...)” (Reinquirição de Testemunha 1º Ten FN Artur Afrânio Gantois Chaves, BNM 692, vol. 5).

Um depoimento do próprio líder Prestes de Paula corrobora tal afirmação. Indagado acerca de contatos na área sindical, Prestes responderia que

“... contava com o apoio dos Sindicatos, no entanto, dada a precipitação do movimento em questão, não foi possível ao depoente entrar em entendimento com os Sindicatos, a fim de poder armá-los (...)” (Depoimento do Indiciado 1S Q AT PI Antônio Prestes de Paula, 16-10-63, BNM 140, vol. 5)

Já foi visto, em outra parte do texto, que os serviços secretos militares haviam, desde o começo do ano de 1963, rastreado indícios de que havia um movimento em gestação no âmbito das praças politizadas. Novamente recorro à confirmação do próprio Prestes: segundo ele, desde o momento em que o TSE ‘cassou’ o mandato dos sargentos, já se cogitara num levante — Prestes, inclusive, teria contido, ‘segurado’ alguns ânimos mais exaltados (Depoimento de Prestes de Paula ao autor, 1992).

Um outro indício de que a ação de Brasília fora prematura é apontado por

Glauco Carneiro (1965: 546). Segundo este, o Secretário de Segurança da Guanabara, Coronel Gustavo Borges, teria examinado, com o apoio de peritos, um anúncio publicado no Jornal do Brasil do próprio dia 12 de setembro. Sob o título “Elegibilidade dos Sargentos”, a nota comunicava o adiamento do sorteio de 14 de setembro para 9 de novembro, motivado pela dificuldade na “prestação de contas com os colaboradores do interior” (o recorte do jornal citado encontra-se anexado ao processo BNM 692). Os assessores do coronel teriam sugerido que tal anúncio poderia ser uma ordem, em código, para adiar a sublevação. Nada ficou provado a respeito.

Ao especular sobre a precipitação do levante não estamos concordando tacitamente em que haveria uma ‘hora boa’ para sua eclosão. O intuito é apenas aduzir informações que possam ajudar a explicar aquela atitude rebelde e, sobretudo, o seu desdobramento, marcado pelo insucesso. Uma ressalva, ainda: a precipitação, por si só, não justifica o fracasso de um movimento. Já é suficientemente conhecida a origem imediata do movimento militar de 31 de março de 1964: o intempestivo deslocamento das tropas mineiras dos generais Luis Carlos Guedes e Olímpio Mourão Filho para o Rio teria atropelado as articulações finais para a derrubada do Presidente Goulart, provocando de fato o início das operações que, ao cabo de dias, levariam o marechal Castelo Branco à Presidência da República.

Em segundo lugar, cabem algumas palavras a respeito de uma suposição que se lançou sobre a natureza do levante de Brasília. Diante do inusitado do evento, chegou-se a cogitar da idéia de que teria ele sido forjado nos porões do golpismo.

Um ex-participante do movimento dos graduados na antiga Guanabara, ressentindo-se da carência de informações da ‘Revolta dos Sargentos de Brasília’, refletiria nestes termos sua perplexidade:

"(...) Eu tenho até dúvida se não tem por trás o próprio dedo do Serviço Secreto (...). Se não tem o dedo do Serviço Secreto fazendo aquilo ou permitindo aquilo, me parece que foi um negócio de “pôrra-louca”, de dodivanas..." (Ex-sargento, Depoimento ao autor, 1991).

Não é difícil encontrar na historiografia uma sombra como esta a pairar sobre as tentativas de interpretação do levante. Hélio SILVA (1988: 98-99), por exemplo, levanta a hipótese — ainda a ser comprovada — de que os acontecimentos de Brasília podem ter sido



uma obra de “agente provocador”.

Mas a dúvida não é generalizada. O ex-assessor de Brizola nos idos de 1963-64, Paulo Schilling, lança mão da experiência pessoal para contestar tal suspeita:

"Houve quem interpretasse o episódio como uma ação montada pela própria cúpula militar, ou mesmo pela CIA. Havendo conhecido pessoalmente e muito bem o sargento Prestes e vários outros sargentos que lideraram o movimento, apostaria tudo contra nada de que não foi assim (...)" (Schilling, 1981-II: 59).

A meu ver, com as fontes hoje em dia disponíveis — das quais apenas uma diminuta parte foi aqui considerada —, fica cada vez mais indefensável a tese de que o levante tenha sido fomentado por setores que buscavam apenas um pretexto para o golpe de Estado. Não se está afirmando, entretanto, que a sublevação passou indiferente a tais setores. Souberam estes capitalizar os descontentamentos suscitados pela atitude surpreendente dos sargentos de Brasília. Buscavam de fato um pretexto, que a própria conjuntura radicalizada, parece-me, encarregou-se de lhes suprir.

O terceiro aspecto a discutir refere-se à particularidade marcante daqueles indivíduos que se levantaram em armas na Capital. Tratavam-se de subalternos militares. Essa fração da hierarquia militar, que só mais recentemente virou objeto de estudo acadêmico, tem sido, com propriedade, considerada como pertencente às “camadas de base” da sociedade, a despeito de suas especificidades e da ambigüidade de sua função em instituições historicamente repressoras dos movimentos populares (RIDENTI, 1989: 382). A partir de um estudo empírico envolvendo as praças da Força Pública de São Paulo, (FERNANDES, 1973), a socióloga Heloísa Fernandes (1979) remontou ao processo de constituição desse agrupamento, de "extração popular", como componente da categoria social dos 'militares'.

Pois bem, é exatamente o duplo caráter que integra o militar subalterno — provém, e mais, é parte das camadas populares da sociedade e, ao mesmo tempo, integra uma força voltada tradicionalmente para o controle e a repressão dos movimentos sociais de base popular — que proporciona um fenômeno interessante do ponto de vista de um estudo como este. RIDENTI (1989: 382-384), ao referir-se aos militares de baixa patente que se politizaram no final dos anos 50 e início dos 60, identificou aí um profundo **dilaceramento existencial**.

Usando como contraponto o filme "Os Fuzis", rodado nos anos 60 pelo cineasta Rui Guerra, o professor Marcelo Ridenti lança mão de um comentário do crítico Roberto Schwarz para evidenciar a origem do que chamou de dilaceramento existencial:

"Os soldados passeiam pela rua a sua superioridade, mas para o olho cidadão, que também é seu, são gente modesta. São, simultaneamente, colunas da propriedade e meros assalariados, montam guarda como poderiam trabalhar noutra coisa (...) Mandam mas são mandados; se olham para baixo são autoridades, se olham para cima são povo também (...)" (Roberto Schwarz, "O pai de Família e outros estudos", Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1978, p. 30-31; *apud* RIDENTI, 1989: 383).

Durante o levante de Brasília, a condição de soldado revelou, em dois casos exemplares, o sentido concreto desse dilaceramento existencial. Vejamos mais de perto tais situações.

Em dezembro de 1963, o marinheiro José Cordeiro Valdecy receberia de volta o material que fora retirado de seu armário no Ministério da Marinha, resultado de um Auto de Busca e Apreensão. No recibo por ele assinado constava a relação do material devolvido, basicamente documentos do Clube dos Cabos e Soldados das Forças Armadas e Auxiliares do Brasil (do qual era secretário) e de outras associações civis que congregavam praças (BNM 692, vol. 6). Nesse rol, curiosamente, aparece uma "pasta de cartolina branca, contendo no verso um 'testamento' (...)", o que viria a reforçar a versão por ele apresentada em depoimento às autoridades, e que exponho a seguir para exemplificar a concretude do dilaceramento existencial acima sugerido.

Segundo relatou em seu depoimento de 15-10-63, o marinheiro Valdecy chegou ao Ministério da Marinha por volta das 23:00 horas do dia 11 de setembro, já sabendo, através de um colega seu do 'ginásio do CASEB', da notícia do levante, e tendo mesmo tido confirmação da mesma em um rápido encontro com o sargento Prestes de Paula nas imediações da "República dos Sargentos", onde estivera depois da aula atrás de informações. No Ministério, Valdecy atormentava-se com uma terrível dúvida: entregar os planos ao oficial de serviço e ser, assim, um delator "miserável", ou silenciar, pois os sargentos "não tentariam aquela aventura". Depois de longa reflexão, achou uma terceira alternativa, o suicídio, "tendo esta [idéia] avolumado dentro do depoente e tomado conta completamente do seu cérebro".

Rendido à meia-noite no serviço, foi ao alojamento no 4º andar, “apanhou uma folha de papel e fez uma carta explicativa e pegou uma folha de cartolina e fez o seu testamento, tendo guardado tudo em seu armário”. Seguiu então pela escadaria, buscando a plataforma superior do 9º andar, de onde pretendia atirar-se.

Já no 8º andar, "repentinamente parou, sentou-se e conseguiu refletir mais claramente, vendo que aquele ato seria, além de uma covardia, uma tremenda bobagem (...)". Voltou dali mesmo ao 4º andar, rasgou a carta e "tratou de dormir, após rezar demoradamente, coisa que a (*sic*) muito tempo não fazia; conseguiu adormecer (...)" (Depoimento do Indiciado MN 1ª CL-ES José Cordeiro Valdecy, 15-10-63; BNM 692, vol. 4). Valdecy fora então despertado por volta das 03:15 horas, já com o prédio em poder dos sublevados. Segundo os autos, desde então Valdecy teria integrado as forças rebeldes, realizando viagens ao GFN para trazer armas, munição e coisas do gênero. Sua dúvida, ao que parece, havia sido resolvida em favor do movimento.

O outro exemplo recai sobre a atuação do sargento naval Lair. Como já foi apontado anteriormente, esse sargento, informante do CENIMAR, viera para Brasília havia poucos dias, transferido do Rio de Janeiro. No Ministério da Marinha foi um dos líderes do levante, tendo atuado desde a prisão do capitão-tenente Sarmento até o momento da retomada do foco sublevado, acompanhando o mesmo oficial ao Ministério da Guerra para levar os termos da rendição. Em seu depoimento, Lair justificaria sua inocência afirmando que "participou desse movimento com a única e exclusiva intenção de fazer informes para o CENIMAR (...)" (Depoimento do Indiciado 2º SG-FN-ES Lair Cornélio Rumão, 15-9-63; BNM 692, vol. 1). No entanto, o órgão de informações da Marinha jamais recebeu tais informes.

Um recorte de jornal anexado aos autos do processo pelo advogado Antônio Alves Fernandes, defensor desse e de dois outros graduados — possivelmente, pela impressão e fotos, tratava-se do Jornal do Brasil e, por constar parte da data, era seguramente do mês de março de 1964 —, dava conta do dilaceramento existencial vivido por Lair. Este, podendo comunicar os fatos aos superiores, optou não pela condição de agente mas pela de sargento. E acrescentava a matéria:

"(...) Lair teve, ainda, que dar outra prova de resignação ao se apresentar preso no Ministério da Guerra. Reconhecido por um oficial do CENIMAR, este lhe propôs a troca de informações sobre

quem eram os cabeças do movimento pela sua liberdade, que seria obtida com a explicação de que estava à testa do movimento justamente à cata de informações. Lair recusou. (...)”(in BNM 692, vol. 13)

A opção tornada pelo sargento Lair ter-lhe-ia custado caro. Ainda conforme o recorte citado, o sargento fora levado a bordo do “Raul Soares”; ali,

"... permaneceu todo o tempo isolado num camarote estreito, onde apenas cabia uma cama de campanha. Certo dia, por coincidência ou não, ficou sem água para beber durante 36 horas, apesar de insistentes pedidos ao tenente Silva, oficial-de-dia. Graças a uma laranja, servida como sobremesa, conseguiu molhar a garganta naquele período, até que outro oficial determinasse a uma sentinela para que fosse buscar água. No "Raul Soares" a temperatura beirava os 40 graus (...)"

Quantos mais, dentre os sublevados — e até mesmo entre os que não aderiram —, não teriam também enfrentado aquele dilaceramento provocado pela condição de soldado? A questão ganha dimensão à medida em que se percebe a intensidade com que a conjuntura radicalizada marcaria as utopias e paixões daqueles subalternos e de todos os que abraçaram a causa das transformações sociais então.

Um quarto aspecto digno de nota refere-se a questões atinentes à hierarquia, à disciplina e ao comportamento dos militares frente à sublevação.

Para o tratamento dessas questões, um recurso de muita valia é o ensaio da pesquisadora Vanda Costa, "Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30". Nele, a autora resgata uma grave contradição que se forjou no seio do Exército brasileiro, na particularíssima conjuntura dos anos 30-40. Tal contradição teria origem no choque entre as características coesionais da Instituição (advindas da sua natureza corporativa) e o cotidiano da caserna, que a custo mantinha latentes suas tendências desagregadoras.

Analisando regulamentos, cartilhas e publicações militares da época, Vanda Costa identifica a constituição do que chamou de 'ideologia da grande família militar'. Esta seria uma construção retórica de base afetiva que, ao encobrir as práticas de desigualdade através do desenvolvimento do afeto (pai/filho), teria atuado como obstáculo às ameaças de fragmentação que sacudiram a corporação militar naquela década.

A “retórica da família”, vale lembrar, veio à luz exatamente no contexto da implementação do projeto de profissionalização excludente às praças, já referido

anteriormente. Tal projeto, como se viu, potencializava a ruptura dos baixos escalões militares frente aos oficiais, precisamente no ponto da cadeia hierárquica ocupado pelos sargentos.

Assim, inspirando-se em textos de Freud, mas bem municiada com dados empíricos (ver Nota 10, *supra*), Vanda Costa trabalha uma interessante hipótese, segundo a qual

"... os padrões institucionais que regem as relações cotidianas no quartel desenvolvem um tipo de vínculo afetivo entre os militares de intensidade tal que possibilita uma identificação pessoal de cada elemento do grupo com a instituição. A ameaça do rompimento desses vínculos equivaleria a uma perda de identidade. A fragmentação extrema vivida pelo exército na época faria com que as rebeliões nas unidades fossem vividas como experiências exemplares que funcionariam como fator de reintegração." (COSTA, 1984: 2)

A eclosão de inúmeros levantes ao longo da década de 30 pôde, paradoxalmente, desencadear uma força coesivadora — alimentada pelo medo e pela angústia gerados com a possibilidade da ruptura da “família” —, capaz de assegurar a continuidade da Instituição. Isto se deu porque a ruptura representada pela sublevação não era plena, integral, mas apenas parcial, restando sempre uma reserva de referências a permitir o caminho de volta. A ambigüidade desses momentos manifestava-se de modo bastante peculiar:

“Se, por um lado, os rebelados estão a subverter a ordem de subordinação, por outro eles tratam de preservar cuidadosamente a autoridade dos chefes. É como se, embutido no gesto de rebelião, estivesse o desejo de reintegração na grande família. O desejo impedindo a transformação do gesto em ato. (...)" (COSTA, 1984: 28).

Em que pesem todas as peculiaridades das diferentes conjunturas em tela, os anos 1930-1945 e 1961-1964, é possível traçar alguns paralelos entre aspectos que são comuns a ambas. Por exemplo, o tratamento dispensado aos oficiais durante as ações de Brasília, via de regra, era respeitoso. Foram registrados excessos, é certo — a suposta “lei de Dantas” seria somente uma de suas faces —, mas ainda assim pode-se tomar como tônica geral essa espécie de prudência em se resguardar a figura do chefe.

Tomemos a conversa telefônica entre o sargento Lair e o Imediato do

Grupamento, capitão-de-corveta Cantídio, logo nos momentos iniciais da sublevação do Ministério da Marinha. Aquele graduado, referindo-se ao seu superior como "Meu Comandante", e falando "como amigo e não como sargento", desaconselhou-o a seguir seu intento de comparecer ao Ministério e ao GFN pois seria preso (Depoimento da Testemunha Capitão-de-Corveta Luís Carlos da Silva Cantídio, BNM 692, vol. 1). É difícil compreender a dinâmica do levante sem considerar seriamente essa contradição que o percorria de ponta a ponta. Haveria ali, tal como nas revoltas da década de 30, uma permanente tensão a envolver os gestos rebeldes, entre a subversão da ordem de subordinação e a preservação da autoridade do chefe. Uma imagem é aqui, com bastante propriedade, sugerida: "Édipos indecisos" (COSTA: 1984: 27).

Também no tocante à adesão à sublevação as situações guardam uma certa semelhança. Depois de pesquisar entre mais de noventa movimentos ocorridos no período de 1930 a 1945, Vanda Costa pôde afirmar:

"A sedução dos companheiros, tarefa na qual se empenham ambos os lados, mostra a complexidade da interação que predomina nestes momentos. Se os afetos acionados são de natureza pessoal, o processo de adesão não está de todo invulnerável aos efeitos das "virtudes militares" e da autoridade hierárquica (...)" (COSTA,1984: 30-31).

De fato, a adesão ao levante envolveu 'afetos de natureza pessoal' — basta lembrar o teor do diálogo, anteriormente reproduzido, entre o sargento naval Ademar e seus colegas, nos momentos prévios à queda do GFN nas mãos dos revoltosos. Um terceiro sargento da FAB foi mais explícito em seu depoimento: aderiu por "coleguismo" (Depoimento do Indiciado 3S José Pereira Leite, 21-10-63; BNM 140, vol. 5). Por seu turno, os tais efeitos da autoridade hierárquica realmente estiveram presentes no movimento da Capital. Conforme o relato do Sub-Chefe do Gabinete do Ministro da Marinha de Brasília, Comandante Cardoso de Castro,

"... pelo que pôde observar pessoalmente no Ministério durante e depois da rendição, grande parte do pessoal participou do movimento iludido pelos sargentos, que alegavam uma prontidão geral, ou lutas entre duas corporações ou sublevação de outra corporação; que soube que em alguns casos, soldados participaram ... assim como marinheiros, sob coação de graduados (...) as praças iludidas pelos graduados ... acreditavam estar cumprindo ordens legítimas de seus superiores (...)" (Auto de Inquirição da 1ª

Testemunha Numerária CMG Antônio Augusto Cardoso de Castro, 29-1-65; BNM 692, vol. 14).

Este aspecto revela que a situação de rebelião não necessariamente significava o fim da disciplina ou da hierarquia. Sem estas, aliás, os sargentos possivelmente não teriam levado adiante o movimento, que, por sinal, deveria ser realizado sob o comando do sargento mais antigo dentre os de confiança nas unidades sublevadas, como foi decidido na reunião preparatória no “Covil dos Inocentes”. O cabo naval Souto, a bordo de uma kombi que seguia do GFN para a Base Aérea por volta das 04:00 horas da madrugada teria indagado ao sargento Ademar sobre o que, de fato, estaria ocorrendo, tendo recebido em resposta um simples "Limite-se a fazer o que lhe mandam e não queira saber do que se passa". (Depoimento do Indiciado CB-FN Luís Gonzaga Souto, BNM 692, vol. 2)

Mais revelador ainda da complexidade que cerca tal situação é o trecho do depoimento de um jovem soldado da FAB, perplexo ante a contradição que se lhe apresentava:

"... tudo o que fez foi por ordem dos sargentos e que fora extruído (*sic*) pelo Comandante de Companhia, durante o período de instrução, que qualquer [ordem] de superior deveria ser cumprida, e caso não concordasse com a ordem, cumpri-la [*sic*] para depois representar [ao superior]" (Depoimento do Indiciado S1 Valdeci Viana Prazêres, BNM 140, vol. 4).

A justificativa daquela praça é bastante interessante. De um lado, como que isenta os soldados de culpa pelas ações no levante. De outro, aponta para a natureza 'estrutural' do poder dos sargentos: escudados pela hierarquia e pela disciplina, podiam fazer-se “fortes”, atuando no comando imediato da tropa. Não foi à toa que se criou, sob o influxo, entre outros, do próprio Movimento dos Sargentos, o mito do “dispositivo militar” de Goulart.

No entanto, o argumento do jovem recruta não é de todo imbatível. Ao longo dos processos estudados, constam várias referências acerca de um comportamento diferente assumido por alguns soldados e cabos, sobretudo na Base Aérea. Quando perceberam a anormalidade das ações, constatando inclusive a prisão de oficiais, muitos simplesmente fugiram para o mato nas cercanias da guarnição da Aeronáutica, evitando, assim, um envolvimento com o levante (ver, por exemplo, no BNM 140, os depoimentos de indiciados S2 Francisco Alves da Silva, vol. 3, e CB Luis Guilhermino da Silva e CB Hélio

Evangelista da Silva, vol. 4).

Importa perceber, portanto, que o movimento de Brasília como um todo não se constituiu em mera explosão de paixões a construir, ainda que momentaneamente, um espaço livre de regras. Mesmo que se tenha registrado, embora de forma pontual, momentos em que os sublevados supostamente afirmaram o fim da hierarquia — por exemplo, durante a prisão, na vizinhança do BGP, de dois oficiais do Exército — a preservação do binômio disciplina/hierarquia na situação de revolta lhes era vital em termos operacionais. Mas o fundamento de tal preservação pode estar ainda em outra dimensão, como sugere o ensaio de Vanda Costa no tocante à reprodução do mecanismo de comando durante a situação de revolta:

"(...) A auto-identificação com a organização se concretiza, rompidas momentaneamente as barreiras que perpetuam a desigualdade. A mesma estrutura hierarquizada se refaz como em passe de mágica. A “família” se reconstitui (...)" (COSTA, 1984: 38).

Correndo o risco de transformar a avaliação do levante dos sargentos de 1963 em uma colcha de retalhos, ainda assim entendo válidas as observações calcadas no referido texto. Trata-se de um evento ainda pouco lapidado pela historiografia. Em casos assim, penso ser preferível pecar pelo abuso a pecar pela carência de vieses a considerar. Tanto mais que o presente estudo não se propõe a ser mais do que uma exploração inicial do tema, prescindindo mesmo da exigência de uma abordagem linear, lógica e sistemática.

Retomando uma vez mais o elenco das questões suscitadas, caberia apontar o quinto aspecto a considerar: o envolvimento de deputados federais.

Numerosos depoimentos de indiciados e testemunhas em ambos os processos analisados, além da própria cobertura jornalística do evento, dão conta da presença de deputados nas áreas sublevadas. Quanto a isso, parece não haver dúvida acerca da veracidade da informação. Os nomes dos deputados Neiva Moreira e Max da Costa Santos são os mais citados, embora não os únicos. Pode-se ler, num despacho do Encarregado do IPM, a determinação a que se oficiasse ao Presidente da Câmara dos Deputados para que fosse marcada uma data a fim de que fossem ouvidos, além dos dois já citados, também os deputados Sérgio Magalhães, Marco Antônio, Henrique Oest e Samuel Wassman (Despacho do Encarregado do IPM Ten Cel Av Múcio Scorzelli, BNM 140, vol. 5). Nada



consta adiante nos autos, porém, acerca de eventuais providências tomadas nesse sentido.

Os referidos parlamentares, que formavam nas fileiras nacionalistas-reformistas, tiveram a seguinte menção do tenente-coronel Scorzelli:

"... segundo os autos dão notícia e é confirmado por aquele 1º Deputado [Neiva Moreira], conforme palestra que com o mesmo mantivemos, ... sua presença teve como objetivo hipotecar solidariedade aos sargentos rebelados, no que diz respeito à questão da elegibilidade dos mesmos (...)"(Relatório do IPM, 08-11-63; BNM 140, vol. 6)

Se mesmo para os oficiais aqueles deputados afirmavam sua solidariedade à causa dos graduados, perante estes os parlamentares podiam ser um pouco mais explícitos. Consta em depoimento do líder Prestes de Paula que, ao ver Neiva Moreira e Max da Costa Santos chegarem à Base, depois de cumprimentá-los,

"... indagou o depoente o que trazia ali aqueles deputados, ouvindo dos mesmos os seguintes dizeres: ‘Vocês fizeram uma bobagem, se precipitaram, fizeram uma provocação à reação’; ... ainda disseram ... que apesar disso eram os mesmos solidários às causas dos sargentos (...)" (Depoimento do Indiciado 1S Q AT PI Antônio Prestes de Paula, 16-10-63; BNM 140, vol. 5).

Entra-se, aqui, no terreno das repercussões propriamente políticas do levante, com o que se finaliza o presente tópico.

No Congresso Nacional, os momentos que se seguiram à sublevação e ao seu abortamento foram de tensão e de indefinição. Uma breve leitura da cobertura jornalística mostra que os primeiros discursos realizados ainda a 12 de setembro, tanto na Câmara como no Senado Federal, apontavam basicamente para três linhas. Os parlamentares mais ligados à Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) prestavam sua solidariedade aos rebelados, encampando suas reivindicações e iniciando uma pressão para a imediata aprovação da elegibilidade aos sargentos e da anistia para os envolvidos. Diametralmente oposta era a posição defendida sobretudo pelos partidos de oposição a Goulart — UDN, PRP e outros —, cujos parlamentares realizaram uma pronta condenação do episódio, responsabilizando o próprio Presidente pelo ‘gravíssimo processo de subversão em marcha’ e pedindo rigorosa punição, sem qualquer anistia, aos rebeldes. A meio caminho entre ambas, ficava a corrente moderada dos deputados e senadores governistas: teceram críticas ao levante, condenando o ato de indisciplina mas reconhecendo a justeza de sua causa, sem

contudo se posicionar abertamente sobre a questão da anistia.

Este quadro também se repetiu na Câmara Municipal de São Paulo, segundo pude apurar na consulta de suas atas referentes à época, o que sugere que o mesmo talvez tenha ocorrido nos demais fóruns políticos do país.

Com relação aos representantes dos graduados nas casas legislativas, já foi vista anteriormente a posição do Deputado Sargento Garcia Filho. Dela não diferiu o vereador Herotildes de Araújo, ex-subtenente da Força Pública de São Paulo, quando, no dia seguinte ao episódio, discursou na Câmara Municipal paulistana:

"(...) Deixamos aqui o nosso apoio e de todos os sargentos da Força Pública aos companheiros de Brasília que, numa decisão um tanto precipitada, tomaram a atitude que nós conhecemos. Mas cada um sabe onde o sapato lhe aperta, e os sargentos de Brasília, como os sargentos do Brasil, agiram dentro daquele princípio que todos nós conhecemos, de defesa própria(...)" (ATAS CMSP, *in* Diário Oficial do Estado de São Paulo, Ano LXIII, nº 174 (14-9-63), p.72)

As notas oficiais sobre o levante emitidas pelo Ministério da Guerra e pela Casa Civil da Presidência bem podem sintetizar a percepção diferenciada dos efeitos do episódio dentro do governo e dentro das Forças Armadas. Enquanto a nota do Exército claramente definia o evento como “um movimento de caráter subversivo de protesto contra a decisão do Supremo Tribunal Federal” (Correio Braziliense, 12-9-63, Ed. Extra, p. 1), o texto do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Darcy Ribeiro, referia-se apenas aos “atos de indisciplina praticados ... por alguns grupos de graduados e praças de unidades sediadas em Brasília” (Correio Braziliense, 13-9-63, p. 1).

### **5.7. Levante, Levantes: tentativa de interpretação.**

O episódio conhecido como a Revolta dos Sargentos de Brasília tem sido tratado genericamente pela historiografia como um protesto dos graduados à decisão do STF pela inelegibilidade dos sargentos. O acesso a fontes até então inexploradas, como autos de processos desenrolados no âmbito da Justiça Militar e mesmo depoimentos de participantes do movimento, permite que, hoje, se lhe faça uma reavaliação crítica.

Pelo exposto até aqui, parece-me evidente que o movimento de Brasília teve de fato uma **dimensão de protesto**. E esta, diga-se, foi considerável.

Era grande a indignação dos graduados frente ao que entenderam como cassação de um direito político — a negativa do STF em prover o recurso do sargento Almoré Zoch Cavalheiro contra a inelegibilidade proclamada pelo TSE. A ela somaram-se outros fatores, de natureza, peso e intensidade diferentes, no que resultou o gesto queixoso da sublevação. Além da indignação, foi determinante a própria politização das praças, embasada materialmente pela ação dos clubes e associações e sustentada com esforço diante da crescente reação da Instituição Militar. Contou também, enormemente, a efervescência do período. Cada vez mais a radicalização e o confronto direto das forças pareciam a única solução para os impasses políticos.

Sob o ponto de vista dos sargentos, pode-se especular, a tomada da Capital Federal pelas armas traria os seguintes efeitos. De um lado, exporia a força militar e política dos graduados, agindo inclusive como pressão ao Congresso. Esperava-se uma modificação no texto constitucional que esclarecesse em favor dos sargentos o problema da elegibilidade. De outro, marcaria seu inconformismo diante do que consideravam a cassação de sua cidadania. O gesto lhes acarretaria, é certo, inevitáveis punições, que, no entanto, ficariam supostamente restritas à esfera dos regulamentos disciplinares, como até então vinha sendo a regra geral. A idéia, sob este prisma, não pareceria tão absurda aos olhos dos sargentos, a despeito dos riscos que a envolveriam. Abraçaram-na, talvez, na perspectiva de que efetuavam apenas mais um lance no jogo político.

O desenrolar das ações, entretanto, foi-lhes apontando uma situação diferente da qual imaginavam de início. Muitos graduados, então, decidiram recuar. Na Base Aérea, por exemplo, os sargentos do Serviço de Rotas reuniram-se e depuseram, por conta própria, suas armas: o protesto lhes parecia desfigurado (cf. entre outros, os depoimentos dos indiciados 3ºs Sargentos Atílio Vidal di Maio e José Newton Freitas, e 2º Sargento Geraldo Mrad, BNM 140, vol. 5). Ora, não se desfigura algo que não existe. O movimento de Brasília seguramente guardou uma dimensão de protesto.

Mas o episódio não se restringiu unicamente a este aspecto. Para além de questões suscitadas pelo tratamento do evento segundo a consciência que dele tiveram seus participantes, cabe também considerar uma outra ordem de problemas. Esta refere-se à percepção do levante como um **espaço de inversão**.

Uma melhor compreensão desta segunda dimensão dos acontecimentos de

Brasília pode ser alcançada com o auxílio do pensador búlgaro Elias Canetti, notadamente do seu originalíssimo Massa e Poder<sup>40</sup>:

"Toda ordem deixa nos que são forçados a obedecer a ela um doloroso 'espinho' (...) Homens que estão constantemente recebendo ordens e que se sentem repletos destes espinhos possuem um forte impulso para se livrar desta situação (...) Podem transmitir para outros as ordens que foram recebidas de cima; para isso é necessário que haja inferiores que estejam dispostos a receber suas ordens. Mas também podem devolver a seus superiores tudo o que durante muito tempo suportaram e sofreram por parte deles. Um indivíduo, fraco e indefeso, terá pouquíssimas ocasiões de conseguir esta oportunidade. Mas quando muitos se encontram numa massa, pode acontecer o que lhes estava vedado num plano individual. Juntos podem voltar-se contra aqueles que até então lhes davam ordens. A situação revolucionária pode ser considerada como o estado clássico de tal inversão. E a massa cuja descarga consiste principalmente numa liberação conjunta dos "espinhos-ordens" deve ser designada como 'massa de inversão'(...)" (CANETTI, 1983: 61)

A alusão ao fenômeno da 'massa de inversão' merece, aqui, alguns reparos. No caso de Brasília, não pôde a liberação conjunta de 'espinhos-ordens' prescindir de algo anterior que possibilitasse a própria constituição da 'massa'. Ou seja, foi preciso que surgisse uma ocasião para tanto, o protesto armado. No curso deste, 'espinhos-ordens' puderam ser momentaneamente reorientados, partindo então de quem os recebia para se voltar a quem os emitia. É possível discernir, aí, um espaço onde a inversão, embora de modo subjacente, se fez presente.

O conciso mas eloqüente exemplo a seguir dá bem a conta desse processo transcorrido no levante. No xadrez da Base Aérea, por volta das 06:00 horas da manhã do dia 12, chegou a determinação para que "... todos os presos, inclusive os sentenciados, fossem postos em liberdade (...)" (Depoimento do Indiciado S2 Valdir Ferreira de Araújo, BNM 140, vol. 2). O soldado de 2ª classe Abraão Lopes foi quem abriu o xadrez, a mando do sargento Prestes, de quem teria recebido as chaves (Depoimento do Indiciado S2 Abraão dos Santos Lopes, BNM 140, vol. 4). Pouco antes, chegariam escoltados ao Cassino dos

---

<sup>40</sup> Esse livro, escrito ao longo de 35 anos e editado em alemão em 1960 (*'Masse und Macht'*), constitui-se numa preciosa contribuição a extensas áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia, além da Ciência Política e da própria História. Aqui utilizo a tradução em português de 1983, da Editora Universidade de Brasília.

Oficiais alguns tenentes, capitães e maiores detidos pelos sargentos na própria Base ou próximo ao BGP. Aí estava evidenciada, cristalinamente, a inversão: quem estava preso foi solto, os que prendiam (ou melhor, quem dava a ordem de prisão: os oficiais) foram presos.

Uma terceira dimensão do levante, talvez a de maior impacto, pode ainda ser indicada. Brasília, naquele 12 de setembro de 1963, teria sido palco de um ensaio até hoje não completamente conhecido, seja pelo grande público, seja mesmo pela ‘literatura especializada’<sup>41</sup>. Tentou-se, ali, o desencadeamento de uma **insurreição popular armada**.

A sublevação das unidades militares de Brasília seria o início de um movimento mais amplo. Esperava-se obter adesões — militares, sobretudo, mas também da área civil — por todo o País, a ponto de se instaurar um processo insurrecional de caráter popular, capitaneado pelo estado-maior revolucionário.

O próprio líder da Revolta, hoje ex-sargento Prestes de Paula, em depoimento ao autor (1992), confirma tal noção. Segundo pude depreender de sua exposição, haveria três fatores básicos a destacar na composição do quadro da insurreição em que se investia:

a) No nível internacional, o clima gerado pelas bem-sucedidas revoluções da China e, especialmente, de Cuba lhes abria amplamente os horizontes da vitória possível.

b) Nacionalmente, vivia-se uma conjuntura política em ebulição. A derrota do golpe e o sucesso da resistência na Crise da Renúncia em 1961 tiveram um grande peso na avaliação das forças em jogo.

c) Por fim, foram relevantes também outros dois aspectos de um mesmo fenômeno: a estrutura rígida das Forças Armadas e as contradições que se manifestavam quase que em relação direta com o processo de politização por que passavam as praças. Contra a concepção de que os subalternos militares eram ‘povo’ se chocava uma tradição, crescentemente questionada, de intervenção repressiva das Forças Armadas sobre as manifestações e lutas populares.

Essa análise, ainda que retrospectiva, ajuda a delinear os limites dentro dos quais a via insurrecional foi assumida. De outro lado, deixa entrever um aspecto interessante: a insurreição estaria associada de alguma maneira às condições e contradições vividas nas Forças Armadas. Este pode ser um razoável indício do motivo pelo qual esta

---

<sup>41</sup> A única referência mais explícita da historiografia a essa dimensão é de Glauco CARNEIRO (1965: 546), que, no entanto, apenas menciona uma nota da imprensa da época sobre o plano sedicioso descoberto pelas autoridades militares.

dimensão particular do levante foi represada pelo silêncio da Instituição Militar: assumi-la envolveria necessariamente uma discussão acerca de suas origens, um questionamento da situação discriminatória ali existente.

Até aqui, propositalmente apresentei a idéia da tentativa da insurreição como algo precariamente identificado. As orações de sujeito indeterminado expressam bem a minha própria indefinição sobre quem teria afinal integrado aquela proposta.

O recurso aos processos judiciais seria inútil. Nada há ali que trate especificamente do tema sob o aspecto insurrecional. Os militares apontados como os cabeças do movimento o foram por conta da configuração dos crimes de motim e revolta (artigo 130 e seguintes do Código Penal Militar então vigente), e não de uma investigação — que, se de fato houve, não ocorreu no âmbito da Justiça Militar — sobre a questão da insurreição.

O seu suposto líder, Prestes de Paula, talvez como reflexo dos anos que viveu como preso político ou na clandestinidade da luta armada, evitou citar-me nomes e identificar pessoas. Apenas afirmou que não se tratava de uma iniciativa partida de alguma organização política, e sim do próprio grupo dos sargentos. Ele definiria sua situação à época como “independente”, isto é, sem vinculação direta a agremiações ou correntes de esquerda. No máximo, assume a forte influência que sobre ele exerceu o “brizolismo”, e até alguma proximidade ao PCB, devida mais a tradições familiares (Depoimento ao autor, 1992).

Da mesma forma, Deodato Rivera, o civil que acompanhara Prestes durante boa parte da madrugada do levante, negou qualquer ligação entre as ações e algum partido ou organização (Depoimento ao autor, 1992). Tendo passado pelo movimento estudantil do fim da década de 50 e início dos anos 60, Deodato Rivera travou contato com o movimento dos subalternos através de O Semanário, onde iniciou-se no jornalismo político. Também define sua posição à época com “independente”, embora tivesse muitos amigos na POLOP (cita os principais dirigentes, como Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Moniz Bandeira), e algum contato com o PCB e o “brizolismo” (notadamente com Lúcio Abreu, de O Panfleto).

Sem embargo, há quem, de alguma forma, estabeleça relações entre os acontecimentos de Brasília e certas organizações políticas:

"(...) Segundo depoimento de ex-integrante de suas fileiras, o PC do B teve informação antecipada do levante dos sargentos e deslocou para Brasília alguns militantes de Goiânia, inclusive o depoente. O mesmo deslocamento fizeram membros da POLOP, entre eles Juarez Guimarães de Brito. Nem chegaram a participar da ação e não foram presos (...)" (GORENDER, 1987: 57).

Seja como for, mais do que identificar nomes e siglas, importa considerar o “espaço social” de onde proveio a tentativa de insurreição. E este pode ser buscado de alguma maneira no documento apreendido pelas autoridades durante a repressão ao levante, e por elas rotulado como “**Plano de Ação Subversiva**”.

Cinco dias depois do levante, o Comandante Militar de Brasília e da 11ª Região Militar remetia ao Encarregado do IPM na Marinha uma “cópia do ‘Plano de Ação Subversiva’ encontrada na ‘pasta’ apreendida na viatura que servia ao sargento Antônio Prestes de Paula e, na ocasião, conduzia como presos Oficiais deste QGR [Quartel General da 11ª Região Militar], na madrugada de 11 para 12 do corrente” (Ofício nº 9-E/2 de 17-9-63, do General Nicolau Fico, Cmt CMB e 11ª RM, ao CMG Mauro Balloussier, Encarregado do IPM; BNM 692, vol. 1). Em anexo seguiam os demais documentos encontrados junto ao Plano.

Ao todo, constam no anexo do Ofício fotografias da “viatura apreendida” e da “pasta apreendida no interior da viatura”, e fotocópias do material nela encontrado. Aí se acham, entre outros documentos, as carteiras de identidade profissional de Deodato Pinto Ribeiro Rivera; títulos eleitorais dos sargentos da FAB Abílio Rodrigues Cardoso e Antônio Prestes de Paula; uma planta cartográfica do Distrito Federal (“... assinalados pontos chaves a que se refere o plano de ação subversiva”); croqui mostrando localização interna das instalações do BGP; e, finalmente, o tal “Plano de Ação Subversiva”. Foram apensados, também, o termo de apreensão lavrado no Comando Militar de Brasília e 11ª RM e a autenticação, pelo coronel Bolívar Mascarenhas, dos documentos apreendidos.

Antes de passarmos à descrição e análise do citado Plano (aqui reproduzido, ainda que com lacunas, no ANEXO I, ao final da dissertação), cabem duas considerações.

Lembremos, primeiramente, as condições em que esse plano teria sido encontrado. Segundo as várias referências constantes nos autos do processo BNM 692, foi durante a madrugada de 12 de setembro, no momento em que aconteceu a colisão no

Ministério da Fazenda. A caminhonete *pick-up* que levava oficiais detidos no DTUI para a Base Aérea, devido à intervenção de um deles, chocou-se com o edifício vizinho ao quartel-general improvisado pelas forças legalistas no Ministério da Guerra. Estas puderam, então, apossar-se do veículo e vistoriá-lo. Da revista procedida resultou o já citado termo de apreensão.

Em segundo lugar, vale frisar que os processos estudados concerniram à implicação penal militar das ações de Brasília. O documento, nesse contexto, é tratado apenas como mais um dado, sem que sobre ele se avançasse além da identificação de seu “caráter subversivo”. A própria paternidade do plano, embora intuída como do núcleo rebelde, não é de todo individualizada.

Diante do Encarregado do IPM na Marinha, o sargento Prestes de Paula afirmaria que “... a pasta com documentos ... era de propriedade de Deodato Rivera”, esclarecendo porém que “... era do seu conhecimento que dentro dela havia alguns mapas de Brasília, da época da renúncia do Presidente Jânio Quadros, com pontos estratégicos assinalados naquela época” (Depoimento do Indiciado 1S Q AT PI Antônio Prestes de Paula, BNM 692, vol. 6). Sobre o modo pelo qual a referida pasta chegou às mãos do Exército, Prestes especulava, no mesmo depoimento, que “.... quando regressou do BGP, o depoente e Deodato Rivera passaram para uma RP [rádio-patrolha] e supõe o depoente que nessa ocasião aquele civil tivesse esquecido a pasta na camioneta”.

O jornalista Deodato Rivera, ao ser interrogado no processo, negou tal versão, afirmando que seus documentos lhe foram tomados por sentinelas na Base Aérea, quando lá chegou na madrugada do dia 12. Para lá teria se dirigido em função do seu interesse profissional: para cobrir o evento como repórter para o jornal carioca O Semanário. Perguntado se acompanhou o sargento Prestes e outros na caminhonete quando da ida ao BGP naquela madrugada, lançou mão do sigilo profissional para escusar-se de responder (Depoimento da Testemunha Deodato Pinto Ribeiro Rivera, BNM 692, vol. 5).

Quase trinta anos depois, a dúvida persiste. Quando lhes fiz a pergunta acerca da procedência do tal Plano, a resposta foi invariavelmente evasiva: Prestes supõe que seja de Deodato Rivera, ao passo que este supõe ser de Prestes (Depoimentos ao autor, 1992). O fato é que o documento não possui nenhuma referência à guisa de auto-identificação: nenhuma assinatura, nenhum cabeçalho ou timbre.



O recurso a uma crítica minimamente sistemática permite que se considere um documento sob o aspecto de fonte histórica autêntica. É o que tentarei, com as informações disponíveis, proceder logo mais, em seguida à apresentação do texto em suas linhas gerais.

O Plano, um texto datilografado em oito páginas, na sua 1ª Parte abre-se com uma hipótese inicial, um "Golpe Militar ... de extrema direita ou dos setores mais avançados da burguesia nacional — golpe gorilista ou golpe populista (...)" (BNM 692, vol. 1; grifos no próprio documento). Nesse caso, o quê fazer? "Para sua auto defesa (*sic*), o Povo deverá responder ao Golpe com o seu aprofundamento, a sua imediata transformação em insurreição armada, em insurreição popular."

Eis um primeiro ponto a considerar: o documento não se refere em momento algum ao caso concreto da sublevação de Brasília. É genérico, configurando a estratégia de transformar uma hipotética situação inicial adversa, um golpe militar, no começo de uma insurreição popular armada.

Como se daria tal transformação? Segundo o Plano, partindo da tomada de consciência das "lideranças autênticas e populares das forças armadas", a estas caberia a organização "rápida e urgente [de] um Comando Militar Revolucionário". Este, como primeira medida, deveria "tirar dos golpistas todo o controle das forças armadas" e, em seguida, "efetivar a aliança com os mais avançados setores do povo e criar a base de sustentação de força (militar e política) da revolução."

Medidas concretas seriam, então, adotadas para o deslanche do processo revolucionário insurrecional. O 'Plano', que em verdade não se constituía senão num roteiro superficial de ações, passaria a dispor acerca das providências a tomar a partir da primeira fase, qual seja, a retirada do comando militar dos golpistas. Desse elenco constam ações militares fulminantes, a organização do comando político, a coordenação da mobilização popular, a constituição de uma justiça revolucionária, o controle rígido das comunicações e da segurança e o estabelecimento de novas bases para as relações internacionais, além de atos cautelares na esfera do abastecimento e dos transportes. É ali delineada a política econômico-financeira da revolução: nacionalização dos bancos, controle da produção (agrícola e industrial) e do comércio, reforma agrária. Tudo isso em não mais do que seis páginas.

A 2ª Parte do documento avança sobre questões menos práticas. Trata-se quase

de uma prédica ao revolucionário, apontando-lhe a "oportunidade rara" a ser aproveitada. Dois fatores seriam imprescindíveis: a confiança na capacidade das massas populares (na sua combatividade e criatividade) e a atuação ótima da vanguarda, da "direção consciente". Deveria ser feito um combate sem trégua à contra-revolução, que certamente estaria à espreita. Com a eventualidade de uma invasão estrangeira, seria levada a cabo a luta pela libertação nacional. Teriam os participantes de tão largo gesto a perspectiva de verem nascer então uma América libertada, talvez "um mundo novo".

Expostas as linhas gerais do Plano, cabe agora sintetizar as considerações que lhe cabem no aspecto heurístico. Metodologicamente, estas se baseiam no sucinto mapeamento apresentado por *Ciro F. S. CARDOSO* (1981: 49-54). Importa frisar: não se trata aqui de fazer uma análise exaustiva — a qual me seria impossível, diante das poucas informações disponíveis —, mas apenas de um sobrevôo inicial a uma das tarefas básicas do historiador.

Em primeiro lugar, quando da chamada 'crítica externa', caberia determinar a própria autenticidade do documento. O tratamento dispensado ao referido Plano pelas autoridades militares (na fase do Inquérito Policial-Militar) e judiciárias (na etapa especificamente processual) indica que não havia dúvidas de ambas quanto a isso. Sem embargo, manda o princípio da 'desconfiança sistemática' que se veja tal certeza com cautela: a História está repleta de documentos forjados. Uma medida acertada, embora incompatível com os limites do presente trabalho (sobretudo "físicos", como disponibilidade de tempo e acesso a dados nesse nível), seria compará-lo com outros textos semelhantes que já tenham passado pelo crivo da "crítica de erudição".

De todo modo, o contexto sociocultural de onde teria partido o Plano favorece a suposição da sua autenticidade. A conjuntura radicalizada do período do Governo Goulart, sobretudo em sua metade final, não deixa dúvidas acerca da possibilidade de uma visão revolucionária insurrecional.

O exemplo de Cuba calara fundo entre os militantes da esquerda nacional, nem tanto em termos das táticas de luta, mas sim da própria perspectiva da vitória possível. De outro ângulo, eram recorrentes as denúncias de golpes, em preparação ou já em curso, contra aquele governo de múltiplas facetas, uma das quais inegavelmente reformista. A via da luta armada, por seu turno, não havia sido completamente abandonada, mesmo diante da

linha pacifista ditada pela Declaração de Março de 1958 do PCB. Enfim, a noção de que era possível — e mais, factível — a tomada revolucionária do poder não era completamente estranha a parcelas consideráveis das forças mudancistas. Quando a isto se juntou uma prática visceralmente ligada às armas, como sói acontecer às praças, a perspectiva da insurreição não pareceu assim tão descabida.

A operação da “crítica de procedência” para o caso do Plano traz algumas informações relevantes. Ainda que, por ora, não se possa determinar com exatidão a data, o lugar de origem e a autoria da fonte, é possível avançar o conhecimento sobre sua procedência 'social': em geral, “os centros de interesse revelados pelo texto 'denunciam' o grupo social responsável por sua elaboração” (CARDOSO, 1981: 51).

Uma rápida leitura do Plano é suficiente para identificar sua nítida vinculação a um referencial teórico dito de esquerda. O problema maior passa a ser a determinação de qual, dentre os vários segmentos da esquerda, ocuparia nele o papel principal.<sup>42</sup>

Vários pontos de contato entre as organizações afinadas com esse amplo matiz ideológico podem ser pinçados no texto do Plano. A noção de que o movimento popular estava então na ofensiva, a convicção de que se a reação se lançasse ao golpe seria implacavelmente esmagada, ou a concepção da condução do processo revolucionário por uma vanguarda, tudo isso e muito mais era compartilhado por agremiações como o PCB, o PC do B ou a POLOP, por exemplo.

Por outro lado, há no texto uma proximidade evidente a aspectos reforçados sobretudo pelo PC do B, que demarcariam certa divergência frente a outras correntes. É forte ali a semelhança com a linha política apontada nos documentos de Agosto de 1950 e Novembro de 1954 do PCB, por este renegada desde 1958 e assumida fervorosamente pelo PC do B quando de seu aparecimento em 1961-62. Tais aspectos gravitariam, por exemplo, em torno da idéia do regime democrático popular como etapa prévia ao socialismo, ou da constituição de um exército popular de libertação nacional. A própria crítica nuançada do stalinismo realizada pelo PC do B (o “saldo positivo”) teria ressonância no Plano: ali se previam medidas como o controle extremo às comunicações ou a coerção sobre a produção rural.

---

<sup>42</sup> A breve análise a seguir tem como substrato as referências comparativas acerca das organizações comunistas brasileiras da época traçadas por Daniel Aarão REIS Filho (1990: 22-44) e (1991: 105-132).

Por sua parte, a formulação que a POLOP adotou do maoísmo, sua perspectiva voltada para a luta camponesa e a própria estratégia insurrecional popular, tudo isso é decalcado com razoável nitidez no Plano.

De todo modo, algo escaparia a uma identificação mais detida de certos pontos do Plano a qualquer dessas agremiações propriamente comunistas. O papel do Partido e da classe operária no texto em questão não chega a ser destacado como naquelas demais formulações. É enorme a importância conferida no Plano à natureza tipicamente militar da luta que se previa, bem como é ressaltado o papel preponderante do Comando Militar Revolucionário, que aqui faz as vezes do Partido Revolucionário. As medidas nacionalistas preconizadas e sua imbricação a um viés pouco preciso em termos de classes sociais fazem lembrar a linha do Nacionalismo Revolucionário, cujo principal expoente era o então deputado Leonel Brizola.

Com isto já se cobre também parte da chamada “crítica interna” ou “de veracidade” (CARDOSO,1981: 52-53). Das suas três etapas principais, a que menos oferece obstáculos é a chamada ‘hermenêutica’: o sentido e o conteúdo do texto são por demais explícitos para restar dúvida de que se tratava de fato de um esboço de planejamento revolucionário. Quanto à ‘crítica de sinceridade’ e a ‘de exatidão’, embora em grau menor que a anterior, também não se torna muito difícil admitir que — em se considerando o documento como autêntico — as informações do texto são críveis, não exigindo tampouco de seu(s) autor(es) um grau de conhecimento extremamente elaborado para tê-las produzido.

Diante do exposto até aqui, pode-se afinal concluir que o levante de Brasília guardou também, ao lado das duas dimensões apontadas anteriormente, o sentido embrionário da insurreição popular armada. A meu ver, a interpretação que soube melhor captar a natureza do gesto de Brasília foi dada por alguém que viveu de perto tais acontecimentos, Deodato Rivera. Segundo ele, Prestes de Paula seria o próprio “espírito do movimento”: um homem bom, sonhador, lúcido mas mítico”, de um patriotismo exacerbado, calcado num grande voluntarismo e bebendo do radicalismo crescente da conjuntura. O levante fora, nestes termos, a “hiperbolização do desejo” e uma “irresponsabilidade histórica”, porque não se dispunha dos instrumentos para realizar o

grande sonho transformador, o qual teria, assim, chegado às raias do delírio (Depoimento de Deodato Rivera ao autor, 1992).

Acrescente-se, também, que aquele suposto projeto de luta insurrecional acontecia em pleno 1963. Isto seria mais um forte abalo ao mito, criticado já por Ridenti (1989: 147-151), de que a via armada foi abraçada, na conjuntura pós-64, como mera ‘resistência’ à ditadura, ou como única saída contra o ‘fechamento dos canais institucionais de expressão’.

## **6. Momentos - II: 1963-1964.**

### **6.1. Cai o pano: pés de barro?**

#### **6.1.1. A crítica dos pares e as conseqüências do levante para o Movimento dos Sargentos.**

As reações sobre os acontecimentos de Brasília no ambiente dos graduados foram bastante díspares. Um ponto comum a todas foi, no entanto, a surpresa. Prestes de Paula estima em não mais de trinta pessoas, em todo o País, o total dos que souberam antecipadamente da idéia do levante como estopim da insurreição (Depoimento ao autor, 1992). Fora do círculo mais próximo do núcleo rebelde a notícia caiu como uma bomba.

Entre os envolvidos diretamente nas ações não era difícil encontrar quem estivesse arrependido ou a lamentar-se pelo gesto. São recorrentes nos depoimentos dos indiciados posições como essas, que muitas vezes deixaram transparecer uma profunda animosidade dos presos para com o próprio líder do ‘protesto’, Prestes de Paula. Para ficar apenas num exemplo, veja-se o que dizia um terceiro sargento da FAB, que inclusive desempenhara papel saliente na Base Aérea sublevada:

“... na opinião do depoente, a medida mais acertada a seu ver, segundo pôde sentir de seus próprios colegas a bordo do navio presídio ‘Raul Soares’, foi não terem ali colocado também o sargento Prestes, pois tal era a revolta em que todos se achavam possuídos quanto ao procedimento desse sargento, de que talvez se ali estivesse não viesse a sobreviver(...)” (Depoimento do Indiciado 3S Q IG FI Edgar Alves Maia, 25-10-63; BNM 140, vol. 6).

É verdade que uma declaração desse tipo pode ter cumprido a função de tentar eximir seu autor da responsabilidade que então lhe começava a pesar concretamente. Pode ser, entretanto, que esteja de fato expressando uma grande contrariedade face aos rumos assumidos pelo evento. A Prestes, recolhido à Fortaleza de Santa Cruz, não foi dada a ocasião para dirimir tal dúvida.

Preso no quartel de Quitaúna - SP, o sargento do Exército Edgar Borges, que então acompanhava a tramitação de seu próprio recurso pró-elegibilidade, mostrou-se contrariado diante dos fatos de Brasília. Irritou-se, sobretudo, com os efeitos que sobre o movimento dos graduados teriam aqueles fatos:

“... a campanha pela elegibilidade desenvolvida pelos sargentos é de caráter pacífico e mais de esclarecimento da opinião pública, mas crê o depoente que este esforço todo está muito prejudicado pelo episódio de Brasília, que foi feito à revelia da maioria dos sargentos responsáveis pelo movimento ... foram surpreendidos com os fatos desenrolados na madrugada do dia 12 na Capital Federal, sobre os quais não tinha a menor idéia apesar de ser um dos dirigentes da campanha pró-elegibilidade (...)” (Depoimento do Indiciado Sargento Edgard Nogueira Borges, 20-9-63; BNM 19, vol.1)

Do ponto de vista específico do movimento pró-elegibilidade, as ações de Brasília significaram um grave revés. No dia 9 de setembro de 1963, portanto antes do evento, fora apresentado na Câmara um projeto de emenda constitucional, de autoria do Deputado Magalhães Melo (UDN), que avançava a condição de inelegibilidade para todo e qualquer militar candidato a cargo eletivo (JACCOUD, 1963). Tal medida colidia frontalmente com o desejo dos graduados, como informava o jornalista Wilson Figueiredo, na sua coluna “2ª Seção”:

“Os sargentos entendem que esse princípio, mesmo generalizado, significa um recuo no processo democrático e que eles não aceitam servir de pretexto para manobras reacionárias. A questão continua posta em termos inconciliáveis (...)” (Jornal do Brasil, 29-9-63, p. 10)

Paralelamente a tal emenda, outras foram apresentadas no Congresso, em seguida ao levante. O vice-líder da Maioria, Deputado Leopoldo Peres (PSD), após entendimentos com o Ministro da Justiça Abelardo Jurema, apresentou uma emenda que acenava um encaminhamento mais brando à questão. Propunha a passagem do graduado para a Reserva Provisória no ato do registro da candidatura, sendo que só quando da

diplomação se atingiria a Reserva Definitiva. Uma outra via foi apontada, por pressão do Ministro da Guerra general Jair Dantas Ribeiro: passagem definitiva para a reserva no ato do registro da candidatura, para todo e qualquer militar.

No entanto, próximo ao fim de setembro, houve um grave incidente entre o general Pery Constant Beviláqua, Comandante do II Exército, e os líderes do CGT. Trocas de acusações sobre o reacionarismo ou a subversão representados pelas declarações de ambos foram uma constante ao longo de toda uma semana na imprensa. Ameaça de greve geral, de um lado, e de severa repressão, de outro, eram as armas utilizadas. O caso foi superado sem ações concretas de parte a parte, mas seus efeitos sobre a questão da elegibilidade foram sentidos. Assim se referiu ao caso o comentarista Carlos Castelo Branco, em sua coluna “Coisas da Política”:

"O impacto provocado no meio da semana pelo caso do General Peri (*sic*) Beviláqua ajudou os líderes políticos a pôr de quarentena a emenda dos sargentos, com o que se atendeu ... aos escrúpulos que de maneira geral manifestavam as bancadas partidárias, receosas de levar o Congresso a deliberar *a tambour batant*, como que acovardado ante o rumor ainda próximo do frustrado levante de Brasília(...)" (Jornal do Brasil, 28-9-63, p.6)

O mesmo jornalista informaria ainda que, evitando confrontos parlamentares — e uma eventual derrota para as altas autoridades militares —, foi encontrado um meio pacífico de elidir tal questão: a votação da matéria orçamentária, que teria prioridade constitucional sobre qualquer outra (Jornal do Brasil, 28-9-63, p. 6). O problema das emendas ficaria, assim, postergado o suficiente para que os ânimos fossem acalmados — e a própria pressão política dos sargentos ficasse reduzida a pó.

O fato é que o levante de Brasília abalou profundamente todo o movimento dos subalternos. Não que este tivesse sido completamente interrompido, por conta da repressão desencadeada desde a cúpula da Instituição Militar. O movimento seguiu, embora cambaleante, como se pode inferir do informe secreto aduzido aos autos do inquérito sobre a prisão dos sargentos e sindicalistas em Quitáúna - SP:

“(...) Embora com menor intensidade, há informes referentes a reuniões de sargentos, em prosseguimento aos objetivos traçados desde o princípio do ano. Novos elementos vêm se destacando e os já assinalados estão mais cautelosos (...)” (Informe da 2ª Seção EM/2, no Ofício 136 E/2 do Comandante do II Exército ao

Encarregado do IPM Ten Cel Edoardo Cerqueira César, 21-11-63; BNM 19, vol. 2).

A continuidade do movimento, sob o ângulo das Forças Armadas, significaria um sério risco institucional. Como persistisse a "propaganda ilegal dentro dos quartéis, distribuindo e afixando boletins e panfletos subversivos (...)", a conclusão a que chegaria o Relatório do IPM sobre Quitaúna era a de que novos e graves eventos poderiam ser esperados:

"... não obstante [a imediata repressão, com prisões etc.], com grave perigo para a Disciplina e mesmo para a ordem pública ameaçada, continuam a conspirar articulando-se, preparando-se, como é óbvio, para outra ocasião (...)" (Relatório do Encarregado do IPM Ten Cel Edoardo Cerqueira César; BNM 19, vol. 2)

Mas o desenrolar dos fatos mostrou que, desde aquele 12 de setembro, o movimento dos sargentos não mais se recuperaria em termos do nível até ali alcançado por sua mobilização. Aquele episódio teria, inclusive, levado o movimento a uma brusca mudança de tática. Em várias notas jornalísticas, tal mudança vinha descrita da seguinte forma: a partir do levante, como os sargentos estivessem muito visados pela repressão, caberia então às lideranças populares do CGT, FPN, UNE e FMP aparecer à frente da luta dos sargentos, para evitar novas prisões ou transferências (Jornal do Brasil, 17 e 18-9-63).

Em termos das conseqüências políticas para o movimento dos subalternos, o levante de Brasília foi desastroso. Aquela quebra da legalidade fora danosa para quem, como os sargentos, abraçava exatamente a bandeira da legalidade, da normalidade democrática. Além da desmobilização física do movimento pela ação das prisões e transferências, o levante teria acarretado um efeito menos perceptível, embora não menos prejudicial: a virada da opinião pública contra a mobilização das praças. A mudança de mãos da bandeira da legalidade, sem dúvida, ajudaria a explicar a diferença de comportamentos entre 1961 e 1964.

Mas a desmobilização do movimento, por si só, já seria o bastante para desesperar os ânimos mais acirrados à esquerda. Segundo avaliou um antigo colaborador de Brizola,

"O episódio de Brasília foi o início do fim. Para acalmar a cúpula militar, Jango e seu assessor militar, o general Assis Brasil, desataram uma brutal perseguição aos sargentos com liderança



política na ‘classe’ (...) Foi, assim, desmantelado em grande parte o esquema militar do brizolismo. A principal causa da derrota de 1º de abril deve ser buscada naquela madrugada de 12 de setembro do ano anterior (...)" (SCHILLING, 1981-II: 59).

A confiança difundida pelas forças populares sobre o ‘dispositivo dos sargentos’ acabou por mostrar-se irreal no momento decisivo de março de 1964.

### **6.1.2. A solidariedade e a cobertura ao levante. A luta pela anistia. A situação dos presos.**

Os acontecimentos de Brasília foram recebidos de maneira diversa segundo a posição no espectro político. À direita, as reações apontavam no sentido de ligá-los ao processo de subversão supostamente em curso, de inspiração comunista, e ao próprio Presidente Goulart, que, por ação ou omissão, estaria a estimulá-lo. No centro, a tônica foi a surpresa ante o fato e a moderação das análises, que, se frisavam o aspecto disciplinar, por outro lado, não deixavam de assinalar a justeza das reivindicações. À esquerda, de modo geral, a posição dominante expressa nos órgãos de imprensa e nas notas oficiais de entidades como o CGT, a FPN e a UNE, por exemplo, foi a de prestar solidariedade aos sublevados, evitando críticas abertas ao modo como foi realizado o ‘protesto’ e mesmo realçando o caráter heróico do gesto; evitou-se analisá-lo sob o viés da quebra da legalidade.

Iniciou-se uma campanha no âmbito das forças populares para a concessão da anistia aos rebeldes de Brasília. Um ato público realizado na sede do Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro na noite de 13 de dezembro de 1963 conseguiu reunir nomes expressivos. A composição da Mesa à frente dos trabalhos nessa manifestação sugere a razoável amplitude do apoio à luta dos sargentos: Osvaldo Pacheco (CGT) , Neuza Goulart Brizola (Movimento Nacionalista Feminino), Duarte Brasil L. P. Pereira (UNE), os deputados Leonel Brizola, Max da Costa Santos, Antônio Garcia Filho, Francisco Julião, Demistóclides Batista, Adão Pereira Nunes, Lamartine Távora e Ib Teixeira, além de representantes de associações de cabos e soldados das Forças Armadas, da PM e Corpo de Bombeiros, e a esposa do sargento naval Ademar Nicácio da Silva, Sra. Maria da Conceição Nicácio da Silva (O Semanário, 19 a 25-12-63, p. 7).

O deputado Adão Pereira Nunes (PSP-RJ) já havia encaminhado à Mesa da Câmara, a 17 de setembro de 1963, um projeto de anistia para os participantes, civis e militares, dos acontecimentos de 12 de setembro e para os que viessem a sofrer sanções disciplinares ou legais relacionadas ao fato (Jornal do Brasil, 17-9-63, p. 3; Correio Braziliense, 18-9-63. p. 1).

As praças presas pelo movimento de Brasília, recorde-se, foram remetidas aos navios 'Raul Soares' e 'Almirante Alexandrino', ambos ancorados na Baía da Guanabara, nas proximidades da Ilha das Enxadas. Diante de denúncias na imprensa a respeito das condições desumanas a que estariam submetidos os presos, o Ministério da Marinha convidou um grupo de jornalistas cariocas a uma visita ao 'Raul Soares'. O Jornal do Brasil (27-9-63, p. 3) apresentou um resumo das informações colhidas, onde se lia que “não houve violências, a comida é boa e as condições de higiene satisfatórias”, mas que os “jornalistas deixaram o navio com a impressão, unânime, de que a permissão para falar com os detidos apenas na presença do Comandante [CC Alfredo Azevedo dos Santos Lima] tirou muito da autenticidade dos propósitos a que se destinava a visita”. Aquela matéria, a propósito, informava ainda que a "visita ... deveria estender-se ao navio 'Almirante Alexandrino', onde se encontram os presos da Marinha, mas foi suspensa porque 'o navio está adernado, sem energia e com um problema de máquinas que ocupa toda a oficialidade e impede que os senhores sejam recebidos com a atenção devida' (...)"

Advogados reclamaram por diversas vezes das restrições e obstáculos a eles impostos pelo Encarregado do IPM Tenente-Coronel Aviador Múcio Scorzelli para avistarem-se com os presos a bordo dos navios (BNM 140, vol. 5). As reclamações, que chegaram a envolver o presidente da seção regional (GB) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tiveram algum sucesso. As normas expedidas por aquele oficial sobre as visitas foram alteradas, embora somente a 14 de outubro, e foi acrescentada uma ressalva que não constava nas primeiras exigências aos advogados: "... apresentar documentos que comprovem sua condição de advogado constituído, **exceto por ocasião da primeira visita.**" (BNM 140, vol. 5; grifos meus).

O levante de Brasília, assim como a manifestação de sargentos no IAPC (RJ) em maio daquele ano, levou alguns sargentos a pedirem asilo político. Foi o caso do 2º sargento naval José Medeiros de Oliveira e do 3º sargento da FAB José Lauro Moreira,

que, acompanhados de um advogado, refugiaram-se na Embaixada da Bolívia, e do 3º sargento da Marinha Antônio Furtado Leite, que solicitou asilo na Embaixada do Uruguai (Correio Braziliense, 01 e 03-10-63). Não encontrei registros na imprensa a respeito da eventual concessão dos pedidos, mas a situação ainda persistia em fevereiro de 1964, como informava a certidão do oficial de justiça ao pé do Mandado de Citação do Réu José Medeiros de Oliveira: a ordem não havia sido cumprida “... em virtude do acusado ... se achar asilado na Embaixada da Bolívia, conforme informações colhidas junto ao Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais” (19-2-64; BNM 692, vol. 12).

O movimento dos sargentos entrava ali na sua fase terminal. Mas não o movimento dos subalternos como um todo.

### **6.1.3. Cai o pano: 1964, 31 de março, 1º de abril.**

O ano de 1964 começou registrando uma alteração substancial na mobilização dos baixos escalões militares. Os sargentos, debilitados pela repressão desencadeada sobre suas lideranças, militantes e associações, e golpeados também duramente pela decisão do Supremo Tribunal Federal com respeito a um dos motes principais do seu movimento, a questão da elegibilidade, deixaram discretamente o cenário político. Os marinheiros passariam, então, a ocupar com destaque o palco dos acontecimentos.

A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) havia sido fundada no Rio de Janeiro em março de 1962, e desde então se constituiria no eixo central do movimento organizativo dos escalões inferiores, não graduados, da Marinha.<sup>43</sup> A politização dos debates acerca da situação dos marinheiros logo levaria a Associação a suplantar o caráter meramente beneficente de entidades congêneres, como o Clube Humaitá, a Associação dos Taifeiros da Armada ou o Club do Marinheiro Católico.

Em torno da AMFNB, o movimento dos subalternos começou a colocar em questão as duras condições de trabalho, moradia e alimentação a que estavam submetidos. Paralelamente, transcorriam outras lutas como a do direito de voto, estabilidade e mesmo o

---

<sup>43</sup> As informações a seguir, sobre a AMFNB e a ‘crise de disciplina na Marinha’ em março de 1964, foram sintetizadas a partir do exame do processo BNM 508. Um apoio importante, aqui, foram os textos de B.Miguel (1972-73) e Otacílio da Silva (1978), ambos ex-participantes diretos daqueles acontecimentos, bem como a entrevista realizada com o ex-diretor da AMFNB José Duarte dos Santos.

direito de casar, negado até a graduação de cabo. A isso se articulavam ainda outras reivindicações, previsíveis, como as referentes ao aumento de vencimentos e acerca da promoção. Com a evolução dos acontecimentos, outros assuntos assumiram destaque também: denúncias de golpe contra o governo Goulart, apoio às Reformas de Base, solidariedade frente ao movimento operário e, não menos importante, a defesa da própria AMFNB contra as pressões da cúpula da Marinha pela sua extinção.

Quando, em 1963, foram realizadas eleições para a Diretoria da Associação, o caráter político das suas lutas passou a ser realçado pela chapa vencedora. Desta segunda diretoria faziam parte, entre outros, o marinheiro de 1ª classe José Anselmo dos Santos (posteriormente “promovido” pela imprensa, durante a crise de março de 1964, a “Cabo Anselmo”), os marinheiros Marco Antônio, Avelino Capitani e os irmãos Antônio e José Duarte, nomes que, depois de instaurado o regime militar em 1964, passariam a integrar organizações clandestinas da esquerda armada.

Nesse seu período de maior efervescência, a Associação conseguiu ampliar enormemente seu quadro social. Desenvolveu atividades de aspecto mais assistencial, como o oferecimento de estudo subvencionado para as praças, empréstimos, serviços dentário, médico, jurídico etc.. Combinadas a essas, viriam outras de vinculação mais diretamente política: discussões sobre temas candentes como Reforma Agrária, exibição de filmes — muito significativamente, um dos mais concorridos foi o "Encouraçado Potemkin", de Eisenstein —, a produção de um jornal (A Tribuna do Mar), e mesmo a participação em manifestações políticas. Assim, a AMFNB viu seu prestígio aumentar entre os subalternos na proporção inversa do que acontecia entre a oficialidade mais conservadora.

Após o comício do dia 13 de março de 1964, em que o Presidente Goulart concretizou medidas reformistas havia muito expostas na sua retórica populista, a presença dos marinheiros na cena política seria quase uma constante. Membros da AMFNB compareceram a um ato público no Sindicato dos Bancários (RJ), em apoio à encampação estatal das refinarias particulares. No dia 24 de março, em represália, o Ministro da Marinha Sylvio Motta ordenou a prisão disciplinar de 12 diretores da Associação, punição que redundaria, para alguns, na expulsão regulamentar do serviço ativo, pois que já acumulavam outras penas semelhantes. No dia seguinte, início da Semana Santa, seria comemorado o aniversário da AMFNB, numa cerimônia realizada na sede do Sindicato dos

Metalúrgicos (RJ).

Durante as comemorações, acompanhando o clima cada vez mais tenso dos estertores do governo Goulart, os marinheiros decidiram transformar a reunião em assembléia permanente. Na pauta de reivindicações, além das demandas envolvendo questões como alimentação, alojamento e “humanização” dos regulamentos, por exemplo, constava a revogação das punições aos diretores da Associação. O alto comando da Marinha determinou o fim da manifestação e a volta imediata aos navios e estabelecimentos militares, no cumprimento da ‘prontidão’ decretada. A partir daí, o impasse estaria estabelecido.

Inflamados pelos calorosos discursos e até mesmo pela presença do lendário João Cândido — um dos líderes da chamada Revolta da Chibata, de 1910 —, os marinheiros e fuzileiros navais decidiram não acatar as autoridades, questionando inclusive a presença do próprio Almirante Motta à testa do Ministério. Durante os acontecimentos no Sindicato dos Metalúrgicos, em vários navios ocorreram escaramuças entre praças que desejavam comparecer à manifestação e os comandos, incumbidos de barrar tal propósito. Pelos alto-falantes do Sindicato, os presentes ouviram horrorizados as notícias que chegavam sobre incidentes na Ilha das Cobras, onde marinheiros teriam sido metralhados ao tentar abandonar a área militar. Pela manhã do dia 26, uma tropa de fuzileiros navais já se postara à frente dos portões daquele sindicato.

Mal orientada, preparada às pressas e sem uma definição precisa do que fazer, aquela tropa ainda estava submetida aos questionamentos e aclamações partidos dos alto-falantes do prédio. Alguns não resistiram: depuseram seu armamento ao chão e, cruzando os portões, aderiram à manifestação; outros, mortificados pelo dilema de aderir ou reprimir seus colegas, caíram num choro convulsivo; os oficiais presentes, totalmente sem ação diante do inusitado da cena, ordenaram a retirada do aparato. Urras e bonés brancos (os populares ‘caxangás’ ) ao ar, os marinheiros explodiam de euforia, extravasando toda a tensão e o cansaço acumulados ao longo daqueles dias.

Mas a situação em pouco tempo tomaria outro rumo. A assembléia fora encerrada diante da proposta negociada com o governo, segundo a qual as praças seriam presas e recolhidas às dependências do Exército para, em seguida, anistiadas, retornarem às unidades. Tal medida provocou uma enorme reação a amplos setores da oficialidade, não só

da Armada como também do Exército e Aeronáutica, que exigiam total rigor para com os insubordinados.

A crise ganhou dimensão ainda maior quando veio à luz o ‘Manifesto dos Almirantes’. Esse documento, datado de 28 de março, foi entregue ao recém-empossado Ministro da Marinha, Almirante da Reserva Paulo Mário Rodrigues; externava a posição de seus 35 signatários oficiais-generais de não aceitar a designação do Almirante Suzano, também ex-ministro, e do Almirante Aragão — ambos homens ligados a Goulart — para o comando militar da Força (Jornal do Brasil, 31-3-64, p. 3). Por trás disso, estava a rebeldia da oficialidade diante da solução da crise e, mais propriamente, diante do próprio Presidente, já então tido como o fomentador da indisciplina que punha em risco a Instituição Militar como um todo. O golpe que deporia Jango já estava, então, a caminho.

As ações que ao cabo de dois dias, 31 de março e 1º de abril de 1964, derrubaram o Presidente João Goulart e instauraram um ‘Comando Supremo da Revolução’, transcorreram praticamente sem qualquer obstáculo de vulto por parte dos subalternos. Houve, não obstante, atos isolados de sabotagem de navios ou frustradas tentativas, de sargentos e marinheiros, de arregimentação de pessoal para a resistência armada. Mas a sombra de agosto/setembro de 1961 fora, dois anos e meio depois, varrida do teatro de operações.

## **6.2. A Ordem e o “Saneamento”.**

O movimento político-militar que derrubou Goulart, à diferença dos anteriores, não se limitou ao ‘padrão moderador’ de intervenção (STEPAN, 1975). Não mais se tratava de ações momentâneas de ‘limpeza’ da política ‘paisana’: uma nova Ordem fora com ele instalada.

Dentro dessa nova Ordem, de inequívoco viés autoritário, não havia espaço para a ‘desordem’ dos ‘políticos’, fossem eles homens de partido, militantes sindicais, religiosos, estudantes ou militares. As ações repressivas por ela desfechadas visaram a efetivar as novas bases do regime: um Estado forte, centralizado, sem oposições que o atrapalhassem no trajeto da modernização conservadora. Para tanto, fazia-se necessário um instrumento potente, inquestionável em seu papel de avalista das mudanças: as Forças

Armadas unidas e coesas em torno do projeto social que se executava. Assim,

"...o saneamento de focos de discordância no interior das Forças Armadas foi uma das primeiras e prioritárias decisões do regime emergente. Tratou-se, por assim dizer, de executar uma intervenção cirúrgica que não deixasse intacto qualquer núcleo capaz de reanimar o espírito rebelde que se espaiara nas Armas durante as lutas nacionalistas e em defesa das ditas Reformas de Base (...)" (Mitra Arquidiocesana de SP, 1988: 120).

Desse modo, uma análise dos dados referentes a tal processo de 'saneamento' pode indicar em larga medida a dimensão do incômodo que significava a politização dos subalternos para a Instituição Militar, espinha dorsal da nova Ordem. Essa análise, de resto, já foi em parte levada a cabo: ver, por exemplo, os dois valiosos livros surgidos da sistematização do chamado "Projeto 'Brasil: Nunca Mais'" (Mitra Arquidiocesana de SP, 1985 e 1988), ou as interessantes teses acadêmicas de Maria Helena Moreira Alves (1985) e de Marcelo Ridenti (1989). O que se segue é um resumo baseado em tais textos.

Começemos com os dados do referido Projeto 'Brasil Nunca Mais' (abreviado aqui como 'BNM'). Segundo ele, 38 processos transcorridos na esfera da Justiça Militar no período de 1964 a 1979 foram reunidos pela pesquisa sobre o tópico da 'subversão nas Forças Armadas'; desses 38, apenas 4 são posteriores a 1964, sendo 4 iniciados em 1963 ("...incluídos como objeto de estudo porque uma parcela importante de sua tramitação já se deu sob o novo governo") e 30 nos dias e meses imediatamente seguintes ao golpe militar (Mitra Arquidiocesana de SP, 1988: 120).

Dos 38 processos resultaram "... nada menos que 747 denunciados judicialmente, afora os 1.692 que foram incriminados unicamente na fase de inquérito", número este que deve ser levado em conta, já que, "... regra praticamente geral, incidiu sobre tais militares a pena extrajudicial do afastamento do serviço ativo, ou até a expulsão da corporação, antes mesmo que a própria Justiça Militar proferisse seu julgamento..." (Mitra Arquidiocesana de SP, 1985: 123). Tudo isso são cifras genéricas acerca dos militares punidos pelo novo regime. Vejamos mais de perto o tratamento dispensado especificamente aos baixos escalões.

Segundo Ridenti (1989: 389), os "... dados do BNM apontam que 10,9% de todos os processados pela ditadura eram militares de baixa patente, perfazendo o total de 803 pessoas, a maioria das quais seria denunciada em 1964 e posteriormente condenada

(...)" . Faz ele, em nota, uma ressalva à afirmativa:

"(...) Os números do BNM ficam aquém da real extensão das punições aos militares dissidentes. Por exemplo, pelo levantamento de Maria Helena Moreira Alves [(ALVES, 1985: 132-133)], houve 1.414 militares de baixa patente punidos com base nos Atos Institucionais nº 1, 2 e 5, entre 1964 e 1980 (quase todos em 1964), sendo 911 sargentos e oficiais subalternos e 503 cabos, soldados e marinheiros. Outras punições teriam atingido pelo menos 4.707 marinheiros e cabos da Marinha, principalmente em 1964 (...)" (RIDENTI, 1989: 389).

O sentido geral das punições, seja no âmbito judicial ou na esfera restrita da Instituição Militar, foi explicitado, por exemplo, durante a expulsão dos 26 soldados fuzileiros navais que depuseram suas armas e aderiram à manifestação dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos a 26 de março de 1964. Na 'Proclamação' (16-4-64) do capitão-de-mar-e-guerra Heitor Lopes de Souza, Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, dirigida às praças que naquela cerimônia eram expulsas, constava:

"(...) No momento, após a vitória das forças democráticas de 2 de abril, cuida-se da **depuração** nas Forças Armadas e conseqüentemente no Corpo de Fuzileiros Navais (...)" (*in O Estado de São Paulo*, 17-4 -64, p. 34; grifo meu).

O termo aí empregado não esconde a sua evidente carga ideológica. Tratava-se, na ótica dos vencedores de 1964, de realizar uma real 'purificação', uma 'limpeza' do contingente de todo e qualquer sinal da 'contaminação subversiva' ali existente.

Para executar tal empreitada, o mecanismo usual foi a instauração de inquéritos policiais-militares (IPMs). Daí, de um lado, redundava o seu prosseguimento na Justiça Militar, e de outro lado, as medidas tomadas pelos comandos das Forças em termos de licenciamento, reforma e expulsão.

Emblemático dessa operação de "saneamento" é o que se depreende do Relatório do IPM a cargo do contra-almirante Carlos Arthur da Silva Moura, que integrava o Processo nº 250/964-C (2ª Auditoria da Marinha), processo esse apensado aos autos do BNM 692. Tal Relatório, datado de Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1964, apresentava sinteticamente os IPMs de motivação semelhante que corriam paralelamente àquele na esfera específica da Marinha. Resumindo, havia nada menos do que 10 IPMs (incluindo aí o presidido pelo próprio contra-almirante Carlos A. S. Moura), todos instaurados entre abril



e junho de 1964, à exceção do inquérito sobre o levante de Brasília, de setembro de 1963. Tais inquéritos varriam uma ampla área de investigação: o levante de Brasília, o chamado “Motim dos Marinheiros” (o incidente na sede do Sindicato dos Metalúrgicos - RJ), e a “crise” ou “surto de indisciplina” ocorrido em março de 1964; abrangiam a participação dos subalternos, oficiais e servidores civis e militares do Ministério da Marinha; investigavam a “subversão comunista”, as “atividades político-partidárias atentatórias ao Estado e à Ordem Política e Social”, e a atuação das associações (com o devido destaque à AMFNB).

Não obstante o caráter nitidamente político que revestia toda aquela mobilização, os resultados dos processos judiciais muitas vezes indicaram um tratamento ‘militar’ da questão. O exemplo do levante dos sargentos de Brasília é suficientemente revelador de tal abordagem.

Ainda na fase prévia ao primeiro julgamento dos acusados, o advogado Evaristo de Moraes Filho, defensor de Prestes de Paula, tentou demonstrar a incompetência da Justiça Militar para o caso. Segundo ele, a competência ali era da Justiça Comum, pois tratava-se de aplicar a Lei nº 1.802, de 1953 (“Lei de Segurança Nacional” - LSN), que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social — o exemplo usado foi o “Processo de Aragarças”, transcorrido durante o governo Kubitschek (Razões Finais da Defesa, 22-2-65; BNM 140, vol. 9). A preliminar de incompetência, levantada também por outros defensores, foi recusada pelo Conselho Especial de Justiça que funcionou naquele julgamento.

Por trás da questão estava a diferença na fixação do ‘quantum’ da pena aos condenados. A LSN, em seu artigo 3º, definia para o ato de “promover insurreição armada contra os poderes do Estado” a pena de reclusão de 3 a 9 anos para os cabeças e 2 a 6 anos aos demais agentes. O Código Penal Militar (de 1944), por seu turno, dispunha o seguinte:

“Art.130 - Reunirem-se militares ou assemelhados em número de quatro ou mais:

I - agindo contra as ordens recebidas de seus superiores, ou negando-se a cumpri-las;

II - recusando obediência ao superior, quando estejam agindo sem ordem ou praticando violência:

Pena — reclusão, de cinco a oito anos, aumentada de um terço para os cabeças.

Parágrafo único. Se os agentes estavam armados:

Pena — reclusão, de dez a vinte anos, com o aumento da terça parte para os cabeças.”

O tratamento ‘militar’ da questão, assim, foi a adoção da tese de que o crime fora contra a disciplina, não contra as instituições do Estado, mesmo a despeito do assim chamado “Plano de Ação Subversiva” anexado aos autos. Dessa forma, reforçava-se a severidade da cominação legal sobre os subalternos. A política, expulsa pela porta, tornava a entrar pela janela.

Um último aspecto a considerar, no presente tópico, foi o trabalho realizado pela nova Ordem não mais no âmbito do ‘saneamento físico’ da Instituição, mas no plano ideológico. Paralelamente aos incontáveis inquéritos, processos, prisões e expulsões, procurou-se instalar um ambiente que não mais permitisse a repetição do quadro constatado durante o governo Goulart, de uma politização que ameaçasse a Instituição Militar.

Um pequeno porém eloquente exemplo dessa nova tarefa seria a série de publicações da 2ª Seção do Estado-Maior da Aeronáutica, com os sugestivos títulos de "Como ‘eles’ agem" e "Como ‘eles’ destroem (e quais são os seus propósitos)". Tratava-se de material de instrução obrigatória distribuído aos oficiais, suboficiais e sargentos, constituindo-se, conforme esclarecia o texto da segunda publicação citada, “num trabalho de **profilaxia ideológica**, a fim de preservá-la [a FAB] contra influxos de desagregação tecnicamente orientados e provindos do exterior (...)" (*in O Estado de São Paulo*, 08-4-64, p. 5; grifos meus).

O ambiente visado pela referida ‘profilaxia ideológica’ parece ter sido alcançado. Nas Razões de Apelação (da Defesa) pelo sargento da FAB João Batista Trindade do Vale (junho de 1965), no processo do levante de Brasília, foi anexada uma ‘Cópia Autêntica do Boletim nº 121 da Diretoria de Rotas Aéreas’ (RJ, 30-6-64). Ali, “... aproveitando a grande oportunidade ... oferecida pelo Encarregado do IPM para investigar atividades subversivas na Diretoria de Rotas Aéreas (...)", havia uma “Declaração de fé democrática prestada por militares e civil”, onde aquele sargento assim se expressava:

"... brasileiro cem por cento, ... verde e amarelo, patriota ardoroso, ... democrata convicto, ... não admito ... que um brasileiro possa ser comunista, tornando-se um indigno e merecedor do opróbio e do desprezo dos seus concidadãos.”(BNM 140, vol. 9).

\* \* \*

## **CONCLUSÃO**

## CONCLUSÃO

A intenção de suprir a carência historiográfica sobre a mobilização política dos subalternos militares nos anos iniciais da década de 60 foi uma das colunas que sustentaram o esforço até aqui despendido. Com a ressalva da dimensão modesta, dos estreitos limites deste trabalho — que inclusive restringiram o estudo ao grupo dos sargentos —, tal intenção já se pode dar por minimamente cumprida. O levantamento das origens, das formas e dos níveis de organização, o mapeamento das condições em que se deu aquela luta, dos embates travados, das demandas, dos dramas vividos, tudo isso está, em alguma medida, presente nessas páginas.

A outra coluna vem diluída ao longo da construção da pesquisa: a permanente seleção dos dados, a costura delineadora dos fatos, a visão de mundo destilada naquilo que Michel de Certeau (1979: 18) sugeriu ser a ‘operação histórica’. Sob esse aspecto, trata-se de considerar, de maneira objetiva (tanto quanto o aporte dos métodos permitir), mas desde um prisma pessoal (pelo qual é filtrado o discurso histórico), a significação que aqui é conferida àquela mobilização das praças.

Se, por um lado, tal significação antecede mesmo aquele esforço — orienta inclusive o modo de perceber historicamente o evento —, por outro lado ela se completa agora sob a forma de uma discussão mais detida de alguns pontos realçados no texto. É nesse sentido que cabe aqui o termo ‘conclusão’: um aprofundamento de questões. Algumas, surgidas no decorrer da exposição, não tiveram o devido tratamento. Outras estarão presentes pela sua própria importância no conjunto do texto.

### . I .

A primeira ordem de questões a ser enfrentada diz respeito à crescente tensão que perpassou o movimento dos baixos escalões militares entre 1961 e 1964, fazendo-o oscilar entre a defesa da **legalidade** e o reconhecimento da **legitimidade** de suas demandas. Essa tensão terminou por mostrar-se uma ambigüidade insanável nos marcos em que se desenrolou o movimento em questão.

No primeiro polo, colocava-se a luta pela manutenção da ordem legal, no plano

geral da sociedade. A normalidade democrática seria, tanto quanto possível, o caminho por onde orientar seus esforços para as mudanças desejadas. São exemplos disso a atuação dos sargentos na resistência à tentativa de golpe em 1961 ou as constantes denúncias de articulações golpistas contra o governo reformista de Goulart.

No segundo polo, situava-se a afirmação da justeza das reivindicações do grupo, mesmo a contrapelo da lei. Esta seria uma dimensão, se couber a expressão, *interna* ao movimento: a campanha da elegibilidade dos sargentos confluindo na sublevação de setembro de 1963 em Brasília, ou a também franca indisciplina do ‘affaire’ dos marinheiros em março de 1964 no Rio de Janeiro, cuja base era a luta por melhores condições de vida e pelo reconhecimento da sua associação.

No âmago dessa tensão reside a própria ambigüidade da identidade social dos subalternos. A face mais dramática de tal ambigüidade apareceu aqui sob a forma do chamado ‘dilaceramento existencial da condição de soldado’ (RIDENTI, 1989: 382). Eram militares, sujeitos a regras próprias, internas à instituição, submetidos a um processo de socialização forte o bastante para sugerir uma tendência a um relativo desenraizamento de sua classe social de origem. Por outro lado, viam-se também como “o povo fardado”<sup>44</sup>, como parte integrante das classes exploradas, submetidos, como seus irmãos ‘paisanos’, às regras discriminatórias e segregacionais de uma sociedade organizada em termos de relações de dominação e subordinação.

O dilema, nesses termos, talvez possa ser desqualificado como uma falsa questão. Pelo menos, é o que se infere da resposta do ex-deputado e ex-sargento Garcia Filho à pergunta sobre o possível paradoxo entre as posições legalistas e as reivindicações legítimas:

"(...) Nós tínhamos uma posição ‘democrática’. É diferente (...) Nós colocávamos sempre uma posição democrática e queríamos transformações de base. Ora, quando nós pedíamos ‘democratização das Forças Armadas’, dos regulamentos militares, estávamos fazendo um pedido democrático, e não defendendo o legalismo daquilo que nós não concordávamos. Agora, a posição legalista ... existia sim, em termos de conservar as instituições, mas ‘democraticamente’ ..." (Antônio Garcia Filho, Depoimento ao autor, 1991).

---

<sup>44</sup> A expressão foi tomada do discurso do marinheiro Anselmo durante a comemoração do 2º aniversário da AMFNB (*apud* CARNEIRO, 1965: 600).

Embora com o devido respeito, particularmente discordo da visão de Garcia Filho. A meu ver, houve sim tal paradoxo. A natureza mesma da luta dos sargentos pela sua condição de elegibilidade pressupunha a admissão da perspectiva do jogo institucional, nos limites dados pelo regime vigente. Ademais, a adesão à campanha pelas Reformas de Base trazia em si a premissa do apoio ao governo que sustentava politicamente essa bandeira.

O argumento da defesa da ordem legal apenas enquanto tática para realçar a acumulação de forças parece-me deslocado por um certo oportunismo que não o engrandece eticamente. Não afirmo que a posição dos subalternos era de fato essa ‘legalidade tática’; no entanto, desconsiderar esse viés sugerido em nada contribui para que aquela experiência seja resgatada segundo uma perspectiva crítica que evite partidarismos simplificadores e maniqueístas.

Sem embargo, a questão do descompasso entre a legalidade e a legitimidade, que apontou para os subalternos uma contradição de difícil solução, não se resolveria apenas no plano ético. Sem a ‘cobertura’ da luta política, a contradição seguiria sendo resolvida em prejuízo daqueles militares, posto que o seu aspecto ético — a justiça, o bem comum etc. — assumiu, sempre, no Brasil, a coloração do conservadorismo, politicamente autoritário e ideologicamente mistificador. Como que intuindo tal previsão, o sargento Napoleão, nos primeiros momentos do levante no quartel do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, assim se posicionara, segundo a versão de um oficial:

"[O Tenente Gantois] perguntou ao sargento Napoleão se não tinham outra maneira de resolver aquilo e que se lembrasse da conversa que haviam tido no Cassino do Grupamento; ... o Tenente Élpio, ou o Tenente Bullaty, dissera que havia meios legais de se resolver aquilo; ... o Sargento respondeu que não adiantava (...)" (Depoimento da Testemunha 1º Ten Arthur Afrânio Gantois Chaves, Reinquirição; BNM 692, vol. 5).

Ora, quando realizadas dentro dos “limites legais” — isto é, sob a Espada de Dâmocles dos regulamentos disciplinares e da lei penal militar —, as lutas dificilmente atingem algum resultado prático, dado o diminuto poder de barganha desse segmento. Ao contrário, quando, a despeito da ‘justeza da causa’, são transpostos os tais limites legais, o processo de luta é de pronto desqualificado como intolerável à Instituição. (Daí o peso e a importância da esfera das relações políticas, vale dizer, da conjuntura permeada pelos embates sociais, para o movimento dos subalternos). Ocorre que, na luta política, eles

também foram derrotados. Mas a contradição, vale frisar, não deixou, por isso, de existir.

## . II .

Os anos 1961-1964 no Brasil foram palco de duas construções míticas sobre o movimento dos subalternos.<sup>45</sup> Em ambas é possível reconhecer-se o forte traço do desejo político que cria na esfera simbólica um universo, senão irreal, ao menos deformado em suas dimensões correspondentes às da realidade objetiva.

Um dos mitos referiu-se à perspectiva aberta às chamadas forças populares com a emergência dos subalternos militares. Na sua origem, havia uma base real: a atuação dos sargentos durante a Campanha da Legalidade em 1961, sua presença crescente em manifestações políticas ou sua vinculação ao nacionalismo e às Reformas de Base. Foi-se forjando, entre os subalternos e significativas parcelas da esquerda, uma considerável identidade de interesses. Para tais setores, seu novo aliado trazia uma bagagem diferente, e por muito tempo ansiada: armas e braços treinados para usá-las. Trazia mais: a impressão de que o aparato repressivo que tradicionalmente os controlava estaria se desagregando no compasso de frases como essas:

"(...) As armas recebidas do povo para defendê-lo jamais serão usadas para oprimi-lo e reduzi-lo à escravidão: elas hão de servir, isto sim, para preservar suas conquistas e derrotar seus inimigos."  
(GARCIA FILHO, 1963: p.5)

Por seu turno, aqueles militares, muitos deles jovens filhos e irmãos de operários, viam no crescimento das mobilizações populares a perspectiva de fazerem-se reconhecer como cidadãos. A 'subversiva' retórica igualitarista das lutas sociais soava atraente a ouvidos acostumados à prática hierarquizada e excludente que a 'retórica da grande família militar' buscava ocultar (cf. COSTA, 1984: 3 e 14).

De muitas outras formas houve esse intercâmbio de influências. Mais que

---

<sup>45</sup> Desde logo, deixo clara aqui a utilização do termo 'mito' no sentido específico de uma imagem simplificada de dado evento, "não raro ilusória, elaborada e aceita pelos grupos humanos, e que representa significativo papel em seu comportamento", segundo uma das acepções compiladas pelo dicionarista Aurélio Buarque de Holanda (HOLANDA FERREIRA, 1986: 1143). Construção mítica, portanto, deve ser entendida como o resultado do processo de formação de uma certa imagem (simplificada etc.), a qual passa a existir também como 'munição' no jogo político.

definir seus contornos, importa perceber o sentido do mito que se formava, algo próximo à hipotética frase “Agora vai!”: não se tratava de uma simples e vaga esperança, mas sim da perspectiva concreta da vitória.

A radicalização acelerada da conjuntura só fez aumentar passionalmente a intensidade do mito, sem uma contrapartida na sua base real, a organização para o confronto que se avizinhava. Daí ser possível, como Leôncio Martins Rodrigues (1981a: 551) usou para o movimento sindical, vislumbrar a “ilusão de poder” também para os baixos escalões militares politizados. Aliás, essa noção da construção mítica permite que se amplie a gama de sujeitos sociais a quem apontar o aspecto ilusório do seu suposto poder.

No sentido diametralmente oposto, um outro mito referente ao movimento dos subalternos foi sendo construído naqueles anos iniciais da década de 60 no Brasil. Sob a difusa ótica da Ordem, duas faces do evento causavam mais forte impressão. De um lado, havia as seguidas demonstrações de inconformismo perante a estrutura disciplinar e hierárquica, às quais a Instituição Militar reagiu com crescente rigor. De outro, incomodava-a a própria politização dos escalões inferiores, a qual se revelava incompatível com um dos princípios básicos das Forças Armadas, a subordinação. Esta, numa situação ideal, deveria ser irrestrita; a situação real, porém, apontava mais e mais problemas nessa área. A politização, advinda das discussões levadas a cabo em vários fóruns na esfera civil, e da própria experiência de organização e mobilização das praças em torno de reivindicações definidas, era tanto mais incômoda para a Instituição quanto se revelava um combustível para o avanço da pressão reformista que tomava corpo na sociedade.

Portanto, também sendo ressaltada a especificidade daquela mobilização — tratavam-se de militares —, foi ganhando forma desde o campo conservador o mito de que o movimento dos subalternos já não mais era um indício, mas uma prova concreta do processo de subversão instaurado no país, processo esse que envolveria, como um dos pontos nodais, a desagregação das Forças Armadas. Tal mito bem poderia ser expresso por um também hipotético lema, como “É o fim!”. Uma única solução se impunha diante de tal constatação, e ela foi de fato assumida quando, derrubado o governo Goulart — ‘et pour cause’, como argumentariam os chefes militares acerca do movimento das praças —, procedeu-se a uma ‘política de terra arrasada’: urgia o “saneamento” do ambiente militar.



A abordagem do fenômeno sob o aspecto das construções míticas parece-me útil. Sugere não só a diferença das perspectivas assumidas por segmentos importantes do campo político com relação a um mesmo objeto, a mobilização dos subalternos militares, como também, num mesmo movimento, a utilização política que se fez da respectiva imagem construída. As questões concretas que aquela mobilização levantava em termos da natureza mesma da cidadania então vigente foram engolfadas pelo torvelinho da guerra simbólica ali travada.

### . III .

Seguindo ainda na trilha de uma abordagem alternativa à leitura política tradicional, caberiam algumas outras considerações acerca dos aspectos simbólicos presentes àquela conjuntura marcada pelo movimento dos subalternos. Para tanto, baseio-me nas referências que o antropólogo francês Georges Balandier traça em seu livro “O Poder em Cena”.<sup>46</sup>

Começo a discussão pelo seu lado mais genérico, aquele que diz respeito ao Poder na sociedade. Destaco uma passagem de G. Balandier onde o tema é tratado:

"(...) O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela reprodução de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial."  
(BALANDIER, 1982: 7)

Na sociedade brasileira contemporânea, o poder está sedimentado sobre algumas noções básicas, entre as quais a da ordem tem indiscutível predomínio. A produção de imagens pelo poder privilegia a sociedade supostamente ordeira e pacífica; os símbolos da ordem são recorrentes — a começar pela própria Bandeira Nacional e os dizeres que nela ocupam o centro, “Ordem e Progresso”. E a instituição que melhor encarna a imagem (idealizada) da ordem na (e da) sociedade são as Forças Armadas. Daí porque as

---

<sup>46</sup> ‘Le Pouvoir Sur Scenes’, Éditions Balland, 1980. Aqui utilizo a edição brasileira, em tradução de Luis Tupy Caldas de Moura, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, 78p.

manifestações políticas no seu interior são objeto de tanta atenção: a instituição da Ordem não pode comportar contestações nesse nível.

A disciplina e a hierarquia na Instituição Militar são preceitos fundadores. Eventos como a “Revolta dos Sargentos de Brasília” (setembro/63) e o chamado (pela Ordem) “Motim dos Marinheiros” no Rio de Janeiro (março/64), antes de serem avaliados pela Instituição Militar quanto ao seu fundamento social (as reivindicações, os fatos geradores etc. ), são execrados de pronto pelo conteúdo de Desordem que os reveste. Passam a ser vistos apenas como um forte questionamento às bases do poder e, como tal, devem ser por este suprimidos o mais rápido possível.

Segundo Balandier, “o imaginário ilumina ... o fenômeno político; sem dúvida de dentro, pois que dele é uma parte constituinte” (BALANDIER, 1982: 6); além disso, afirma, o “poder político obtém ... a subordinação por meio da teatralidade” (p. 10). Há um jogo de aparências visando ao convencimento, à subordinação. O meio utilizado é o espetáculo.

Na repressão às manifestações, o poder quer demonstrar sua força. É de se imaginar que tal instrumento, o espetáculo, não seja ‘propriedade exclusiva’ do poder: a tomada, por armas, da Capital Federal pelos sargentos ou a manifestação dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro são igualmente afirmações espetaculares de força. Ao menos, de sua suposta força.

Vale lembrar que, ainda no início de 1964, o Sindicato dos Bancários do Rio, entre outras entidades, exibia "O Encouraçado Potenkin", clássico filme de Eisenstein, em sessões populares onde compareciam inúmeros marinheiros. É certamente difícil avaliar o quanto este espetáculo *stricto sensu* influenciou os atores daquele outro espetáculo, o da Rua Ana Neri (sede do Sindicato dos Metalúrgicos), palco de cenas semelhantes. A citação de Eisenstein quando da narrativa do “motim” dos marinheiros em 64 é uma das pérolas do filme "Jango", que Sílvio Tendler levou às telas vinte anos depois; o **espetáculo** é o fio condutor.

Retomo a idéia anterior, de que as Forças Armadas são, em nossa sociedade, o ‘locus’ privilegiado pelo poder para a idealização da Ordem. Vejo aí outro ponto de onde se pode extrair reflexões acerca dos movimentos dos subalternos militares.

Georges Balandier discorre sobre as relações políticas apontando que, na

modernidade, seguem elas sendo estabelecidas, a despeito da “tecnização dos meios do poder” e da “reivindicação de racionalidade”, a partir dos “dispositivos simbólicos, as práticas fortemente codificadas segundo as regras do ritual, o imaginário e suas projeções dramatizadas. É através desses artifícios que se efetua o domínio da sociedade... ” (1982: 61).

Forças Armadas, ordem, ritual: eis um conjunto em que cada elemento produz quase que naturalmente uma associação de idéias que o remete aos demais. A exteriorização das regras internas da instituição militar é basicamente ritualizada, a começar pela manifestação das relações hierárquicas. Seja na prática da continência devida ao superior, seja no traje e insígnias a identificar o posto ou graduação, há um sistema simbólico a orientar, ordenar hierarquicamente e controlar comportamentos.

As comemorações cívicas patrocinadas pelas Forças Armadas dão o tom do culto à ordem. A data fundadora da Pátria, sua Independência, é lembrada desde uma parada, um desfile militar. O levante armado patrocinado pelos comunistas em novembro de 1935 é o mote para uma referência anual à sacralização da ordem, militar e social. Há nesses exemplos a noção militarizada da própria sociedade: hierarquizada, ordeira, disciplinada.

Os movimentos políticos dos subalternos instauram, no interior da Instituição Militar, novos rituais que, por sua vez, teatralizam outros valores. As assembléias como forma de tomada de decisões — ou como seu ‘referendum’ — antagonizam-se com a verticalidade decisória da instituição. As questões de mérito (as bandeiras de luta daqueles movimentos) evocam concepções diferenciadas quanto à organização e à vida social em relação às Forças Armadas enquanto instituição. As reivindicações por sua elegibilidade — em essência, a luta pela participação política ampliada —, a solidariedade dos marinheiros à causa das Reformas de Base ou suas demandas acerca da ‘humanização’ da disciplina, enfim, as variadas motivações dos subalternos chocavam-se contra uma diferente ‘leitura’ da sociedade e também da própria Instituição Militar. Germinava um núcleo igualitarista inconciliável frente a um núcleo estamental de visões de mundo (e de suas representações).

Foi vista, até aqui, genericamente, a questão sob o prisma ‘Poder & Imagem’. Vejamos agora sua face referente às contestações ao Poder.

*Legba*, relata-nos Balandier, é uma divindade do universo religioso do Benin. É

uma espécie de “ser bom-mau”, que tem a capacidade de alterar a Ordem, o que o faz temido e respeitado pelas autoridades daquela nação africana. Em sua investida contra o poder, ele usa três recursos principais: “... a ironia, que deprecia o poder e suas hierarquias; a rebelião, que mostra que o poder não é intocável; e o movimento, que introduz a perturbação no seio da ordem” (BALANDIER, 1982: 27). Foi pensando sobretudo nestes dois últimos, a rebelião e o movimento, que me ocorreu relacionar *Legba* aos sargentos e marinheiros.

A contestação ao poder desenvolvida pelas articulações e manifestações políticas dos subalternos revestiu-se de uma significação próxima à ação daquela divindade: trouxe, com seu componente de sedição, o estado de alerta para o interior da Instituição Militar e dos círculos de poder; o movimento, metafórico ou real, perturbou decisivamente a Ordem, seja através da perspectiva de radicalização dos graduados para posições francamente contrárias ao sistema de poder, seja pela exploração política que se fez dos eventos exatamente pelo núcleo do poder.

Aqui se abre uma outra chave na análise da politização dos subalternos e seus desdobramentos na conjuntura do início dos anos 60: a inversão da Ordem como elemento reforçador da própria ordem. Acompanhando parte das interpretações políticas sobre o período, caberia a hipótese da utilização dos movimentos pela parcela golpista como forma de denunciar o suposto caos instaurado no interior das Forças Armadas e acobertado, senão incentivado, pelo governo Goulart. A consequência lógica a extrair de tal premissa seria elevar a coesão entre a oficialidade a fim de extirpar o problema do seio da organização militar (e da própria sociedade) pela via do golpe de força.

Este é o sentido da idéia da inversão como reforçamento da ordem. Há todo um processo de designação e neutralização dos “culpados”, que são invariavelmente pela Ordem considerados, segundo Balandier, “agentes nefastos ou inimigos internos, como eram os feiticeiros de outrora” (1982: 45). O poder dramatiza o “sacrifício” dos irredutíveis, numa operação de ‘limpeza’, de ‘descontaminação’ do seu organismo. Ao desqualificar os subalternos politizados (agentes “a serviço da mazorca”, segundo o então Comandante do II Exército, General Pery Beviláqua<sup>47</sup>), o poder impõe uma adesão visível e formal às regras da ordem. Os desviantes, não aderentes, devem forçosamente ser punidos

---

<sup>47</sup> Nota de Instrução de 17 de setembro de 1963, *apud* Sérgio A. Costa (1981: 126-7).

de forma exemplar, para se coibir novas contestações. As numerosas punições contra os militares dos baixos escalões, mesmo antes do golpe de março/abril de 1964, dão bem a conta desse mecanismo.

Finalizando, algumas palavras acerca das próprias contestações. O motim, lembra-nos Balandier, “tem uma função política; ele sempre fracassa e morre com a repressão, mas fixa limites às dominações” (1982: 60). Poder-se-ia matizar tal afirmação, seja apontando a sobrevida do motim no nível do imaginário coletivo (no âmbito do aprendizado da luta ou no de sua reprodução pela memória), seja questionando — até mesmo pela experiência histórica — a inevitabilidade do seu fracasso (remeta-se, em exemplo clássico, à conjuntura russa de 1917).

As mobilizações políticas dos subalternos militares no início dos anos 60, segundo a abordagem que privilegia o imaginário, podem talvez ser concebidas como jogos de cena, gestos espetaculares, teatralidades em conflito. Pensar as trajetórias concretas daqueles indivíduos quase que apenas em termos de táticas de ‘marketing político’ empobrece a compreensão de uma conjuntura explosiva, de muitos discursos e poses mas também repleta de ações. E, na base da ação, havia a experiência vivida, havia pessoas, agindo conforme suas visões de mundo, suas consciências, mas dentro dos limites impostos por suas próprias experiências. O recurso à análise simbólica deve ser compreendido a partir dessa ressalva, ou seja, como uma possibilidade de ampliar a percepção dos eventos em questão, no esforço da aproximação tendencial à totalidade histórica.

#### . I V .

Uma outra ordem de questões que cabe aqui analisar refere-se ao balanço dos resultados daquela luta dos baixos escalões militares. Entenda-se aqui ‘resultados’ não só as eventuais conquistas — ou derrotas — auferidas pelo grupo dos subalternos, mas também os efeitos políticos que resultaram de sua luta.

Primeiramente, veja-se o encaminhamento da questão da elegibilidade das praças, um dos bordões da sua mobilização. Em certo sentido, pode-se falar numa significativa vitória alcançada pelos subalternos durante o governo Goulart. Afinal, na

Mensagem Presidencial que Jango enviou ao Congresso na segunda-feira seguinte àquela sexta-feira 13 (de março de 1964), dia do ‘Comício da Central’, estava consubstanciada a legitimação, pelo Executivo, da reivindicação das praças por sua participação política irrestrita. Ali, Jango propunha, entre outras alterações à Constituição de 1946, que se incorporasse os seguintes preceitos:

"(...) - São alistáveis todos os brasileiros que saibam exprimir-se na língua nacional e não hajam incorrido nos casos do artigo 135 da Constituição [suspensão ou perda dos direitos políticos];

- São elegíveis os alistáveis.” (*apud O Bancário*, 18-3-64, nº 172, p.3)

Venciam uma batalha; a guerra, porém, mal começara. Menos de um mês depois, Goulart seria apeado do poder à força. Os novos ocupantes do Executivo, em julho do mesmo ano, impuseram a Emenda Constitucional nº 9, que, entre outras modificações, trazia a substituição do polêmico parágrafo único do artigo 132 e do artigo 138.

Pela nova redação, a situação dos militares passou a ser a seguinte: todos seriam alistáveis, da graduação de sargento para cima (aí incluídos os alunos das escolas de formação de oficiais); inelegíveis seriam todos os inalistáveis e, quanto ao militar, seria elegível aquele que cumprisse algumas condições: a) se contasse menos de 5 anos de serviço ativo, seria deste excluído ao candidatar-se; b) com 5 ou mais anos de serviço, seria, ao candidatar-se, afastado temporariamente como agregado e, se eleito, passaria, no ato da diplomação, para a reserva ou seria reformado.

Assim, se a reformulação mitigava a discriminação dos sargentos frente aos oficiais quanto à elegibilidade, por outro lado alargava o obstáculo à prática concreta do cargo eletivo a todos os militares da ativa<sup>48</sup>.

Um segundo aspecto dos resultados da mobilização dos subalternos militares entre 1961 e 1964 concerne às mudanças introduzidas nas Forças Armadas no sentido de minorar a ocorrência de reivindicações no seu interior.

Ridenti (1989: 389) afirma que, paralelamente à repressão desencadeada com o golpe de 1964, "... as instituições militares ... trataram de aumentar os soldos e melhorar um

---

<sup>48</sup> A situação atual da questão, conforme a Constituição de 1988, não difere em muito do quadro proposto pelos vencedores de 1964: em suma, ampliou-se o prazo condicional de 5 para 10 anos de serviço ativo. Eis aí um índice claro da tutela militar que persiste nos novos marcos constitucionais.

pouco as condições de existência dos subalternos que permaneceram em suas fileiras, procurando evitar futuros problemas (...). Mas tal tendência já se mostrara mesmo antes, como revelou o depoimento de um Oficial de Gabinete do então Ministro da Marinha Sylvio Motta, em resposta à indagação sobre as providências tomadas para coibir a expansão da AMFNB:

"(...) A par dessas medidas repressivas [não reengajamento de praças envolvidas “em atividades subversivas”, sua não inclusão nas relações para cursos de especialização, além de transferências etc.], o Ministro procurou pôr em execução um plano objetivo de assistência social visando proporcionar aos marinheiros tudo aquilo que a associação [AMFNB] pretendia proporcionar-lhes, assim como empenhou-se no sentido de que as praças tivessem maior conforto em suas unidades e fossem dispensados cuidados especiais à sua alimentação (...)" (Depoimento da Testemunha CF Antônio Leopoldo Amaral Sabóia ao Encarregado do IPM Almirante (RRm) Luiz Clóvis de Oliveira, 02-7-64; BNM 692, Apenso: Processo nº 205/964-C, 2ª Aud. Mar.)

Assim, não se pode deixar de considerar que o movimento dos subalternos, a despeito da repressão sobre si desencadeada, teve conseqüências positivas. A importância da pressão exercida compõe um aspecto central na memória daqueles que tiveram sua vida radicalmente marcada pela corajosa participação nas jornadas de 1961-64, e reforça hoje o sentimento de que nem tudo foi em vão:

"(..) Todos os projetos que eu lancei em Brasília — todos, não tem exceção — (...), eles deram por Portaria para o pessoal, logo depois, para acalmar. Tudo foi dado ... na ditadura, mas foi dado porque houve uma luta." (Garcia Filho, Depoimento ao autor, 1991).

O terceiro eixo desta análise de resultados já se situa no plano dos efeitos decorrentes da mobilização das praças sobre as Forças Armadas e sobre a evolução dos acontecimentos no quadro político-institucional. Seu ponto de partida pode ser a seguinte indagação: o quê fez as Forças Armadas, diferentemente de agosto de 1961, mostrarem-se coesas quando da intervenção de março-abril de 1964?

Inicialmente, deve-se considerar o crescimento da mobilização popular registrado no período, sobretudo no que tange às chamadas “greves políticas”, e a reação despertada nos setores conservadores. Aquela conjuntura foi particularmente rica nesse aspecto. Contaram-se numerosas ocasiões em que a palavra de ordem dos movimentos

grevistas — ainda que apenas como ameaça — centrava-se em questões mais gerais como a pressão pelas Reformas de Base, o repúdio a supostas tentativas de golpe ou a solidariedade a categorias expostas à repressão (cf. ERICKSON, 1979). Como vimos, havia um novo ‘status’ para o trabalhador urbano. Ele já se havia transformado, embora com a mediação dos mecanismos do ‘populismo’, em legítimo interlocutor na arena política. Ora, é necessário considerar a forte tradição escravista brasileira e o papel nela reservado ao trabalhador se se quer compreender a resistência da elite dominante em aceitar esse novo ‘status’. A propósito, lanço mão de uma opinião emitida por uma autoridade que já ocupou, entre outubro de 1961 e julho de 1962, o comando do II Exército e, nos três meses seguintes, a própria Pasta da Guerra:

"(..) É natural que o operário faça greve. Perigoso é que eles são analfabetos e boçais. Querem aumentar o salário todo mês, enquanto o do funcionário aumenta 30 ou 40% ao ano. Sou favorável às greves dos sindicatos, mas sou contra as greves políticas (...)" (Nelson de Mello, 1983: 159)

Há ainda que se levar em conta o próprio processo inflacionário que dominou o período e a deformada percepção de suas causas por alguns segmentos da sociedade. Stepan (1975: 106) aponta que circulou clandestinamente nos meios militares, desde aproximadamente o fim de janeiro de 1964, o “Documento LEEX (Lealdade ao Exército)”<sup>49</sup>, que explicitamente criticava os “sindicatos militantes”, com seus aliados comunistas, por terem provocado a inflação. É cabível até se discutir o quão intencional era a deformação, ou o seu caráter marcadamente ideológico, mas não deve ser desprezada a avaliação de sua conseqüência para o processo político. O ódio destilado contra as lideranças sindicais, pode-se supor, foi gradualmente atingindo as camadas médias da sociedade. E o foi na medida mesma do agravamento, pela escalada inflacionária, do padrão de vida dessas camadas, que acenaram com seu apoio para um projeto autoritário de rearranjo econômico onde as greves não tivessem lugar.

Acrescente-se, ainda, que paulatinamente diminuía o peso político dos setores militares nacionalistas-reformistas na cúpula do governo. Tais setores conseguiam, bem ou mal, dar cobertura às mobilizações grevistas; seu debilitamento abriu espaço, no meio militar, para a franca oposição às greves.

---

<sup>49</sup> Hélio Silva (1975: 466-471) reproduz, na íntegra, o citado "Documento LEEX".



Outro fator explicativo da diferença de comportamento das Forças Armadas, de 1961 para 1964, refere-se à radicalização de Goulart na direção do reformismo. A Ordem começava a ser ameaçada efetivamente. A concretização de promessas de Reformas de Base, iniciada timidamente no comício de 13 de março de 1964 com as propostas presidenciais de Emendas à Constituição, mostrou aos setores mais conservadores que nem só de retórica vivia o governo. O campo de manobras de Jango se estreitava mais e mais; a virada às massas populares — realizada em prejuízo da mediação política dos partidos — apresentava-se menos como opção do que necessidade de sustentação política.

Os acontecimentos da Marinha também ganharam projeção. A Instituição da Ordem foi chamada abertamente à cena, com um claro objetivo: o restabelecimento da Ordem — não uma genérica e universal Ordem, mas aquela Ordem nascida do entrelaçamento histórico da rede de relações de dominação e subordinação.

Aqui se destaca uma das diferenças centrais em termos de intervenção institucional, entre o fracasso (parcial) de agosto de 1961 e o sucesso de março-abril de 1964. A bandeira da legalidade mudara de mãos ou, pelo menos, procurou-se fazer crer que assim se sucedera. A organização militar investiu numa postura ofensiva, escudada no entanto por um discurso claramente defensivo.

Neste ponto se mostra luminosa a questão dos subalternos e da quebra da disciplina. São incontáveis na historiografia sobre o processo político de 1964 as referências a esse respeito quanto à motivação do grosso da oficialidade, senão em posicionar-se ativamente pela queda de Goulart, ao menos em afastar suas eventuais pretensões de resistência. Entre tais referências, pode-se destacar, por exemplo, a que Fernando Pedreira menciona, reproduzindo a afirmação do então deputado coronel Costa Cavalcanti (UDN-PE):

“... três momentos ... decisivos no processo que levou o Exército a pôr de lado suas convicções legalistas e a derrubar o governo: a intentona dos sargentos de Brasília, em setembro de 1963; o episódio do sítio, em princípios de outubro; e a rebelião dos marinheiros, já em março de 64. Esta última ocorrência venceu os escrúpulos dos menos inconformados e tornou praticamente unânime a convicção de que o sr. João Goulart não podia continuar no poder.” (*in* PEDREIRA, 1964: 20)

Duas observações devem ser feitas. Em primeiro lugar, como lembra Marcelo Ridenti, mesmo considerando-se o papel do movimento político dos subalternos como “estopim detonador”, "... seria por demais estreito pensar o golpe em função principalmente da dinâmica interna das Forças Armadas" (RIDENTI, 1989: 386). A dimensão da articulação golpista já se encontra, hoje, registrada e provada (cf., por exemplo, DREIFUSS, 1981; e STARLING, 1986), o suficiente para afastar simplismos de tal ordem.

Em segundo lugar, lançar sobre os subalternos a ‘culpa’ pelo golpe não significaria negar-lhes o direito de lutarem por suas reivindicações? Pode-se abrandar a formulação para uma luta ‘nos marcos legais’ dentro da dupla moldura da disciplina & hierarquia. Já vimos anteriormente a extensão das contradições que envolvem a questão em termos da oposição legalidade/legitimidade. A complexa solução daquela indagação implica necessariamente o enfrentamento dessa ambigüidade.

#### . V .

Pesquisas recentes começam a levantar, de diversos modos, a experiência da luta armada no Brasil durante o regime militar. O estudo do movimento dos baixos escalões militares entre 1961 e 1964 pode, nesse campo, fornecer-lhes uma valiosa contribuição, descortinando nas suas origens a formação de um dos núcleos sociais atuantes no pós-64. O sentido inverso também é verdadeiro: o conhecimento mais sistemático da experiência dos “anos de chumbo” sem dúvida ilumina aspectos importantes da conjuntura conturbada do governo Goulart, apontando mais nitidamente o que antes apenas se mostrava em traços ainda pálidos.

Marcelo Ridenti, trabalhando os dados garimpados pelo Projeto ‘Brasil: Nunca Mais’, o ‘BNM’ (cf. Mitra Arquidiocesana de São Paulo, 1985 e 1988), conclui que

"... apenas uma parte mais extremada dos militares subalternos, politizados no pré-64, envolveu-se com as esquerdas depois do golpe. O peso percentual desses militares não excedia a 3% dos processados da maioria dos grupos armados urbanos, embora qualitativamente eles tenham desempenhado papel relevante nas ações armadas (...)" (RIDENTI, 1989: 389-390)

Em termos percentuais, a presença dos já então ex-subalternos nas diversas organizações clandestinas estaria distribuída da seguinte maneira (RIDENTI, 1989: 389-

400). Em primeiro lugar, e com larga diferença para com os demais grupos, sobressaíam-se no chamado Movimento Nacionalista Revolucionário - MNR (constituído quase que exclusivamente por praças expulsas das Forças Armadas); destacaram-se relativamente na Vanguarda Popular Revolucionária - VPR, na VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares) e no Partido Operário Revolucionário Trotskista - PORT; integraram também, embora em menor escala, organizações como a Organização Revolucionária Marxista - 'Política Operária' (POLOP), os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), o Movimento Armado Revolucionário (MAR), a Frente de Libertação Nacional (FLN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Movimento Revolucionário 21 de Abril (MR-21), o Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), a Resistência Armada Nacional (RAN) e a Resistência Democrática (REDE), entre outras.

Das ações armadas praticadas pelos ex-subalternos militares, ainda segundo Ridenti, destacariam-se as chamadas "Guerrilha de Copacabana" em julho de 64; "Coluna Cardim" em março de 65; e sobretudo a "Guerrilha de Caparaó", entre 1966 e 67 (RIDENTI, 1989: 393-398). Depois disso, cada vez mais, a atuação dos ex-subalternos enquanto grupo mais ou menos nítido se diluiria por entre as ações genéricas da luta armada e o intenso fracionamento das organizações clandestinas.

Diante do exposto, penso ser possível acompanhar uma vez mais a Ridenti quando este tece uma consideração que vale aqui reproduzir como encerramento do presente tópico: "... o voluntarismo humanista e violento dos militares dissidentes foi componente visceral da esquerda armada em geral (...)" (RIDENTI, 1989: 400). Não obstante, "o vanguardismo e o militarismo dos subalternos tinham suas raízes num momento anterior ao golpe (...)" (RIDENTI, 1989: 385). O contraponto da experiência da luta armada permite, assim, reforçar esses traços, que, no presente estudo, foram apenas esboçados.

## . V I .

Uma última ordem de preocupações que merece ser enfrentada inscreve-se nos marcos da questão da cidadania. A sua discussão, já apontava Margarida Neves (1985: 9), não deve nem pode se restringir ao aspecto meramente jurídico-formal. À falta do outro

termo, penso que ela exige uma abordagem ‘social’.

Não se trata, pois, de especular sobre um abstrato princípio de igualdade entre os homens. Cabe sim perceber, nas condições materiais em que estes historicamente se encontram, a perversidade da exclusão e da hierarquização impostas desde uma estrutura social assentada na desigualdade de oportunidades. É necessário forçar uma ampliação nos horizontes da discussão para que se abarque a materialidade das relações entre os grupos sociais, os indivíduos, as instituições.

A questão da cidadania, na sua perspectiva ampliada, não se confina a definições de quem pode votar ou de quem pode ser eleito — embora seja esta uma de suas dimensões principais, tratando-se, como é o caso, do direito de representação decisória. Seu significado expandido pode nem mesmo ter sido reconhecido como tal pelos agentes sociais do período em questão, os anos 1961-1964. Sem embargo, importa situar suas lutas neste âmbito: não é outro o sentido dos embates contra os duros regimentos disciplinares, pelo direito ao casamento, pelas modificações naquela estrutura social excludente — encarnadas nas Reformas de Base acenadas pelo governo Goulart —, pela legalização e reconhecimento de suas ‘organizações de classe’. A própria diferenciação entre as reivindicações específicas (intra-Forças Armadas) e aquelas reivindicações ‘políticas’ perde um pouco sua razão de ser: ambas se ligam a um mesmo processo de luta contra determinadas relações de dominação.

É por essa via que retorna a discussão do conteúdo de classe das mobilizações dos subalternos. Mas a compreensão de tal conteúdo não pode prescindir da consideração da especificidade de tais movimentos, vinculados essencialmente à condição ‘militar’ de seus componentes. O antagonismo institucional evidenciou, nos seus meandros, o próprio antagonismo social que lhe era subjacente.

As contradições reveladas pela politização dos subalternos militares seguem, ainda hoje, não resolvidas. Perceber a sua estreita relação com os mecanismos que definem as bases institucionais da sociedade pode contribuir para que se reforce, nas experiências emergentes, o caráter de luta pela ampliação quantitativa e qualitativa do estatuto da cidadania.

\* \* \*

## **ANEXOS**

## ANEXO I

“**Plano de Ação Subversiva**”, encontrado pelas forças legalistas na madrugada do levante dos sargentos (12-09-63). Foi remetido ao Encarregado do Inquérito Policial-Militar Capitão-de-Mar-e-Guerra Mauro Balloussier pelo Comandante Militar de Brasília e da 11ª Região Militar, General-de-Brigada Nicolau Fico, através do Ofício nº 9-E/2 (Ministério da Guerra / Cmdo. Mil. Bras. e 11ª R.M.) de 17-09-63 (BNM 692, vol. 1).

(Obs. Trata-se aqui da transcrição de fotocópias do material do Projeto ‘Brasil: Nunca Mais’ (BNM 692, vol. 1), que, por sua vez, apresentava em fotocópias o documento anexado ao processo, um texto datilografado em 16 laudas.

Alguns trechos estão ilegíveis, e serão assinalados por colchetes. Bem assim, aparecerão entre colchetes algumas letras ou palavras que preenchem certas lacunas; a interrogação que por vezes as segue indica incerteza da sugestão. Foi mantida a forma original do documento em termos de grafia, grifos e, tanto quanto possível, de espaçamento.)

“Primeira parte:

PREVISÃO HIPÓTESE GOLPE MILITAR (quer de extrema direita ou dos setores mais avançados da burguesia nacional — golpe gorilista ou golpe populista, pelos reacionários, anti-populares e fontes seguras de opressão para o povo e principalmente de perseguição dos seus autênticos dirigentes e líderes) -

A resposta do povo, qual será? Melhor, qual deverá ser?

PARA SUA AUTO-DEFESA, O POVO DEVERÁ RESPONDER AO GOLPE COM O SEU APROFUNDAMENTO, A SUA IMEDIATA TRANSFORMAÇÃO EM INSURREIÇÃO ARMADA, EM INSURREIÇÃO POPULAR. É a única maneira de impedir a instalação de um regime discricionário, de terror total, ou de uma ditadura antipopular que num primeiro momento procurará atender o povo levantando a bandeira

das reformas e do atendimento de suas mais presentes reivindicações, mas, logo após, se mostrara simples manobra do setor mais inteligente e forte das classes dominantes para impedir a revolução, a ascensão do povo ao poder.

MAS COMO SE CONSEGUIRÁ O APROFUNDAMENTO DO GOLPE E SUA TRANSFORMAÇÃO?

1º - As lideranças autênticas e populares das forças armadas (base de sustentação do golpe), tomando consciência do que significará o golpe, venha de que lado vier, poderão dar o primeiro e fundamental passo para tanto:

a) organizando rápida e urgentemente um Comitê Militar Revolucionário, de coordenação e comando de medidas audazes e imediatas constantes dos planos de ação militar de emergência;

b) traçando tais planos, o mais flexíveis e objetivos possíveis [*sic*];

c) realizando imediatamente a ligação com as lideranças operárias e populares autênticas, para jogar os operários e as massas populares no contra-golpe, que só será vitorioso se tiver cobertura de amplas massas.

2º - O objetivo estratégico, na 1ª etapa, das lideranças populares autênticas deve ser tirar dos golpistas todo o controle das forças armadas; na segunda, quase a seguir, efetivar a aliança com os mais avançados setores do povo e criar a base de sustentação de força (militar e política) da revolução.

3º - A ação das lideranças populares deverá ser fulminante, coordenada nos principais centros militares e políticos do país, surpreendendo e confundindo irremediavelmente os inimigos do povo.

4º - Alcançados os primeiros objetivos táticos (mediante os quais o objetivo estratégico primeiro será conseguido, seguir-se-á a imediata divulgação ampla dos motivos da ação contragolpista, seu significado e sua importância para a libertação do país e de todo o povo; comunicar-se-ão as primeiras medidas revolucionárias sem as quais o movimento entraria

em refluxo e convocar-se-ão o povo, os trabalhadores, os camponeses, os estudantes, intelectuais, profissionais, empregados, militares e empresários progressistas, a todo o povo enfim, a organizar-se e engrossar as fileiras da revolução, golpeando fundamente as forças antipopulares.

É DE IMPORTÂNCIA INIMAGINÁVEL A MAIOR CLAREZA DE PROPÓSITOS PARA O POVO, A INFORMAÇÃO COMPLETA DO QUE OCORRE NO PAÍS, A FIM DE QUE ELE SINTA QUE SE TRATA DE UMA REVOLUÇÃO EFETIVA E NÃO DE UMA QUARTELADA. SÓ OS GOLPES ESCONDEM SEUS OBJETIVOS. AS FORÇAS POPULARES SÓ AUMENTARÃO EM PROPORÇÕES TAIS DE MODO A PERMITIR [sic!] QUALQUER RETROCESSO DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO SE AO POVO FOR DADO SENTIR QUE CHEGOU A SUA HORA HISTÓRICA E QUE É IMPRESCINDÍVEL A SUA PARTICIPAÇÃO. NÃO HÁ PARTICIPAÇÃO SEM CONVENCIMENTO.

É CLARO QUE DEVERÁ HAVER UM CONTROLE DESSAS INFORMAÇÕES POR PARTE DO SETOR POLÍTICO DO COMANDO REVOLUCIONÁRIO, A FIM DE EVITAR O SECTARISMO E O AVENTUREIRISMO QUE PODERÃO RESTRINGIR, EM VEZ DE AMPLIAR, O CAMPO DE APOIO À REVOLUÇÃO ENTRE AS MASSAS, PRINCIPALMENTE ENTRE A PEQUENA BURGUESIA.

5º - Tirado o controle das forças com que contava para dar o golpe à reação e iniciado o processo de participação popular, com o aprofundamento do golpe e sua transformação em insurreição armada, logo se seguirá o tipo de organização e comando revolucionário (político, militar e administrativo) previstos mais ou menos nos planos prévios, corrigidos pela realidade objetiva ou mesmo aquele que esta vier a impor e indicar.

O APROFUNDAMENTO DO GOLPE. MEDIDAS CONCRETAS DE TOMADA DO PODER ARMADO, COM A IMEDIATA ABOLIÇÃO DA HIERARQUIA MILITAR E A INSTALAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS, AS MILÍCIAS POPULARES, O GOVERNO PROVISÓRIO REVOLUCIONÁRIO, etc.



LEVAR SEMPRE EM CONTA O

TEMPO: 1<sup>as</sup> HORAS, 1<sup>os</sup> DIAS, 1<sup>as</sup>

SEMANAS!

Dados brutos - problemas:

- ações militares em alguns centros urbanos importantes do país, do ponto de vista militar, político e econômico;
- o comando revolucionário: militar propriamente dito, político, logo após, administrativo etc.
- os objetivos imediatos das ações militares nas primeiras horas, coordenadas nos principais centros: as pontes e vias de acesso às cidades, os quartéis e arsenais, militares e policiais; o aparelho policial, os edifícios de administração pública; os locais de reunião e organização dos golpistas e dos futuros ou já atuantes contra-revolucionários; os aeroportos, estações rodoviárias e ferroviárias; as centrais elétricas; as embaixadas (proteção), os grandes parques industriais; as grandes empresas comerciais; os centros de serviços públicos e de administração local; os sistemas de comunicação: telégrafos, correios, centrais telefônicas, sistema de micro-ondas, de ondas curtas, rádio-amadores, telex, comunicações militares, rádios e estações de televisão etc.
- o governo provisório [*sic*] revolucionário após a primeira e rápida fase contra-golpista;
- o ideário revolucionário — a justiça revolucionária — o programa mínimo e o programa máximo
- a política de ampliar a base política e militar da revolução.
- ORGANIZAR UM PLANO ESQUEMÁTICO DA ATUAÇÃO MILITAR NAS PRIMEIRAS HORAS, CARACTERIZADA PELA RAPIDEZ, PELA AUDÁCIA E PELA DETERMINAÇÃO, ALÉM DA SEGURANÇA E DA EXECUÇÃO PRECISA, EM TODOS OS PORMENORES.
- planejar as ações hora a hora, minuto a minuto, dia a dia, e fiscalizar a execução e corrigir os planos de acordo com as circunstâncias.

1. AS AÇÕES MILITARES FULMINANTES DE CONTRAGOLPE, NAS PRIMEIRAS HORAS E NOS PRINCIPAIS CENTROS. Composição do comando militar.

2. O COMANDO POLÍTICO: composição; análise das forças sociais; das primeiras

medidas administrativas e econômicas revolucionárias; as palavras de ordem de mobilização popular, não sectárias mas revolucionárias.

3. A mobilização popular — a greve geral, os movimentos de massas.

4. Armar os destacamentos do proletariado e do povo. Sua formação e organização. Sua direção. Treinamento de emergência. Disciplina, hierarquia, comando, estado-maior etc.

5. O PLANEJAMENTO INSURRECIONAL. Sua importância. Flexibilidade etc.

6. A LIDERANÇA REVOLUCIONÁRIA POPULAR. Organização. Entrosamento das lideranças autênticas do povo.

7. A importância da análise do conteúdo de classe das forças sociais em ação; o conteúdo econômico real da luta em cada momento dado.

8. A COORDENAÇÃO DAS FORÇAS POPULARES: o setor militar, o setor político, o administrativo, o organizativo (recrutamento e seleção rápida dos destacamentos armados do povo — a política p/c os soldados e a tropa em geral — os quadros para os diversos níveis de direção administrativa, organizativa e militar).

9. A COORDENAÇÃO: entre os militares; entre os operários; entre os pequeno-burgueses e setores progressistas da população; entre os camponeses; de todos com o Comando revolucionário; cada setor com os outros e com cada um dos outros. Dirigentes, planos, execução, fiscalização.

10. As assessorias revolucionárias intelectuais, administrativas, econômicas, políticas etc.

11. A utilização do aparelho policial — neutralização — luta — [(rasurado)]

12. A justiça revolucionária de emergência — os crimes comuns e os crimes políticos, contra-revolucionários e nas fileiras da revolução.

13. O “staff” de legislação civil de emergência, de direção administrativa propriamente dita (econômico-financeira, social etc.): organização política de massas —

14. Tratamento, julgamento e destino dos prisioneiros — o critério de periculosidade para prisão, vigilância e segregação de contra-revolucionários ativos ou em potência.

15. O programa mínimo acessível às massas e acorde com os seus mais pre[mentes] interesses —

16. A propaganda do caráter justiceiro da revolução - Tranqüilização dos proprietários sobre indenizações certas de qualquer bem confiscado.

17. Os órgãos locais do governo provisório.

18. A [BASE] POLÍTICA DA REVOLUÇÃO — ampla e restrita; de massas e de vanguarda — num primeiro e num segundo momento — o cuidado e objetividade das proclamações e comunicados, com os objetivos e intenções do governo revolucionário provisório — as determinações gerais e específicas sobre o comportamento exigido e solicitado dos diversos setores da sociedade — a clara fixação das punições.

19. OS SINDICATOS OPERÁRIOS — a mobilização dos destacamentos de vanguarda

20. A organização operária provisória — revolucionária, nos 1ºs momentos

21. A organização camponesa provisória [*sic*] — revolucionária nos 1ºs momentos

22. O organismo da aliança operário-camponesa em bases provisórias.

23. IMPORTÂNCIA PRINCIPALMENTE NAS PRIMEIRAS HORAS E NOS PRIMEIROS DIAS DA COMUNICAÇÃO COM O POVO E DO CONTROLE ABSOLUTO SOBRE O SISTEMA DE COMUNICAÇÕES: a) uma só rádio, a mais potente, no ar, com boletins revolucionários constantes, músicas marciais, proclamações, chamamentos etc. — organização revolucionária dos radialistas — entrosamento.

b) um só jornal, o de melhores condições de oficina, material, circulação, redação etc — se necessário, mais de um; organiz. revolucionária dos radialistas — entrosamento c/ comando.

As outras rádios e os outros jornais bem protegidos.

c) uma só estação de televisão, outras fechadas e protegidas, todas as demais estações de rádio e televisão impossibilitadas tecnicamente de funcionar para comunicação pirata da contra-revolução ou do golpismo — retirada de cristais ou peças fundamentais, sem danos;

Manutenção do povo rigorosamente informado da marcha da revolução — mobilizar e esclarecer as massas — boletins especiais para o estrangeiro em várias línguas — tranquilizar a população, principalmente os empresários da cidade e dos campos, os proprietários de terras, indústrias e comércios — explicar o programa mínimo da revolução. NÃO SERÃO TOLERADAS LEVIANDADES SECTÁRIAS E INJUSTIÇAS EVITÁVEIS — As comunicações com o estrangeiro — Decretação imediata da volta ao Estado dos canais de rádio e televisão — garantir indenização justa e em futuro próximo — nacionalização imediata dos jornais, que passarão à propriedade futura das organizações de massa e provisoriamente ficarão administrados pelos comandos locais revolucionários e p/

governos locais provisórios — também com indenizações devidas pagas futuramente — só os que ousarem levantar o braço contra a revolução popular ou conspirarem comprovadamente, ou sabotarem a vida econômica e social do país terão os seus bens confiscados, não receberão nada e ainda sofrerão a punição que a lei revolucionária de emergência estatuir —

A REVOLUÇÃO SERÁ IMPLACÁVEL COM OS SEUS INIMIGOS E AO MESMO TEMPO JUSTICEIRA — OS QUE SE MANTIVEREM NEUTROS OU COLABORAREM COM ELA SERÃO DEVIDAMENTE RECOMPENSADOS E SE SEUS BENS FOREM OBJETO DE NACIONALIZAÇÃO RECEBERÃO REPARAÇÕES JUSTAS EM POUCO TEMPO:

O problema das agências de notícias — rede telefônica, correios e telégrafos, comunicações militares, sistema de telex, rádio-amador (muito importante — obter dados ondas curtas etc.

24. ANUNCIAR A ADOÇÃO DE AMPLA LIBERDADE DE IMPRENSA PARA O POVO — CONVOCAR OS JORNALISTAS NÃO CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS A ORGANIZAR E DIRIGIR A IMPRENSA LIBERTADA DO POVO EM ARMAS.

25. O IMPORTANTÍSSIMO PROBLEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA — DO POVO EM GERAL E DO COMANDO E ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS — NOS GRANDES CENTROS: 1<sup>as</sup> horas e 1<sup>os</sup> dias — comércio e indústrias fechados — funcionamento dos serviços especiais públicos, em caso de controle fácil da situação militar por parte do Comando revolucionário — sob controle, poderão abrir casas de comestíveis, farmácias, restaurantes — A conveniência ou não do toque de recolher e da fiscalização de veículos em vários pontos da cidade — obrigatória no acesso e na saída dos grandes centros, para obstar os passos dos contra-revolucionários; conveniência [*sic*] proibição de circular para carros particulares e a outros veículos sem permissão organismos [*sic*] revolucionários nas primeiras horas ou nos 1<sup>os</sup> dias, de acordo com o evoluir da situação — IMEDIATO CONTROLE DAS CASAS DE ARMAS E MUNIÇÕES, DOS PRODUTOS QUÍMICOS — REQUISIÇÃO DOS ESTOQUES, PARA PAGAMENTO FUTURO — TAMBÉM E ESPECIALMENTE DO COMÉRCIO DE DINAMITE E TODOS OS

EXPLOSIVOS — ISTO É IMPORTANTÍSSIMO! — CONTROLE MILITAR DOS ARSENAIS E DEPÓSITOS MILITARES E POLICIAIS —

Decretação de severíssimas punições para os transgressores das ordens de emergência, do estado de sítio revolucionário partidas do governo provisório ou dos organismos revolucionários quanto ao toque de recolher, aos saques, aos crimes etc.etc. [sic]

26. A IMEDIATA CRIAÇÃO DAS MILÍCIAS POPULARES COM FUNÇÃO DE POLÍCIA ATIVA E PREVENTIVA — IMPORTANTÍSSIMO! — Sem a fiscalização, pelo povo armado com funções policiais, será mais fácil o trabalho da contra-revolução!

27. O problema policial — proteção às embaixadas e aos bens estrangeiros; aeroportos (fechar e controlar) — os principais pontos do litoral de importância estratégica, possibilidade de embarques e desembarques de contra-revolucionários — as saídas terrestres etc.

28. As relações internacionais de emergência — comunicados e proclamações, os enviados especiais aos organismos internacionais etc. — o staff de relações internacionais revolucionárias

29. IMPORTANTÍSSIMO! O PROBLEMA DO ABASTECIMENTO DOS GRANDES CENTROS —

a) os gêneros de 1ª necessidade (feijão, arroz, batata, [massas?], farinha, trigo, milho, leite, carne, açúcar, sal, produtos hortigranjeiros)

b) luz, força e gás

c) A QUESTÃO DOS COMBUSTÍVEIS líquidos, sólidos e lubrificantes

d) O controle do abastecimento e o racionamento rigoroso:

— controle dos estoques, levantamento, confisco, expropriações etc., de acordo com a resistência dos proprietários — requisição do necessário às forças armadas revolucionárias e às populações, para pagamento posterior — punição implacável dos sonegadores e do câmbio negro

30. O SERÍSSIMO [sic] PROBLEMA DOS TRANSPORTES DE GÊNEROS E PRODUTOS ESSENCIAIS.

31. A questão da política para com as instituições econômico-financeiras: a importância das primeiras horas e dos primeiros dias.

a) bancos e casas bancárias, de câmbio etc. fechados e [protegidos]; requisição do numerário necessário ao governo provisório.

b) idem repartições federais.

DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES, DECRETAR A IMEDIATA NACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS E CASAS BANCÁRIAS. FECHAMENTO DOS BANCOS ESTRANGEIROS — ABSOLUTO CONTROLE DO SISTEMA BANCÁRIO — LEGISLAÇÃO FINANCEIRA DE EMERGÊNCIA — BANCO DO BRASIL, CHAVE DO NOVO SISTEMA, ENTREGUE LOGO A UMA JUNTA DE ADMINISTRAÇÃO REVOLUCIONÁRIA PROVISÓRIA —

ESTE SERÁ O GOLPE MAIS SÉRIO E IMEDIATO NA REAÇÃO. O GOLPE QUE ELA MAIS SENTIRÁ. É PRECISO COMPREENDER BEM A SUA IMPORTÂNCIA E A SUA RELATIVA FACILIDADE. SEM O CONTROLE SOBRE O DINHEIRO DO POVO E O SEU PRÓPRIO, FICANDO NA DEPENDÊNCIA DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO, NAS MÃOS DO POVO, ESTARÃO EXTREMAMENTE DIFICULTADOS OS CAMINHOS DA CONTRA-REVOLUÇÃO ARMADA. ESTE É O PASSO DECISIVO, NO CAMPO ECONÓMICO-FINANCEIRO, PARA O APROFUNDAMENTO DO GOLPE E SUA TRANSFORMAÇÃO EM REVOLUÇÃO POPULAR!

Adoção imediata de uma política de ampla propaganda sobre a importância da medida: não se trata de roubar o dinheiro do povo, nem dos proprietários, apenas de passar a sua administração para um órgão do próprio povo, em que participarão também os proprietários, desde que não se aliem à contra-revolução. Será a grande chave para [o progresso (?)], porque o dinheiro será empregado em benefício de todo o povo —

Estabelecer imediatamente uma política de retiradas [... (ilegível)], com critérios justos, para impedir as corridas.

Confiar no efeito da propaganda bem feita para que o povo compreenda e aplauda o alcance da medida em seu benefício.

Organizar revolucionariamente os bancários, a partir dos seus sindicatos, para a execução da medida e seu aprofundamento.

TAMBÉM NACIONALIZAR IMEDIATAMENTE AS COMPANHIAS DE SEGUROS.

32. CONTROLE DA PRODUÇÃO POR COMITÊS OPERÁRIOS DE FÁBRICAS E CAMPONESES.
33. MONOPÓLIO IMEDIATO DO COMÉRCIO EXTERIOR, COM INTERVENÇÃO NAS FIRMAS ESTRANGEIRAS.
34. CONTROLE ABSOLUTO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE GÊNEROS DE 1ª NECESSIDADE
35. O problema dos serviços públicos essenciais — controle, nacionalização etc.
36. O GOVERNO PROVISÓRIO REVOLUCIONÁRIO NACIONAL.
37. OS GOVERNOS PROVISÓRIOS ESTADUAIS REVOLUCIONÁRIOS.
30. A CENTRAL DE COMUNICAÇÕES ENTRE AS REGIÕES SUBLEVADAS
39. A UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES POLICIAL E MILITAR, dentro das cidades insurretas e entre elas
40. O GRAVE PROBLEMA DOS TRANSPORTES (passageiros e cargas, tropas) URBANOS E INTERURBANOS
41. O PROBLEMA DO COMÉRCIO EM GERAL. O grande, o pequeno e o médio — política clara e eficiente de emergência.
42. UTILIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE MASSA. Condições etc.
43. RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, DIREÇÃO DOS QUADROS PEQUENO-BURGUESES radicais, progressistas, neutros, antigolpistas etc. POLÍTICA AMPLA.
44. O PROBLEMA MÉDICO-HOSPITALAR E DE SOCORRO URGENTE nos momentos de luta e no processo revolucionário.
45. POLÍTICA PARA COM AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS DE INTERESSE POPULAR E DA REAÇÃO. A POLÍTICA PARA COM OS PARTIDOS POLÍTICOS. IMEDIATA DISSOLUÇÃO.
46. A POLÍTICA PARA O CAMPO. IMPORTANTÍSSIMO. A mobilização das vanguardas camponesas, armá-las e organizá-las para participar dos destacamentos populares. As milícias camponesas: suas tarefas e importante contribuição para impedir o surgimento e levantamento contra-revolucionário a partir do campo.
- A adequada política de luta e colaboração com os proprietários: os grandes, os médios, os pequenos; os neutros e os contra- revolucionários.

## OS AVISOS E PROCLAMAÇÕES AOS PROPRIETÁRIOS RURAIS:

1. não abandonem suas terras — os que abandonarem suas terras serão confiscados.

2. não parem nem sabotem a produção — as punições serão severas.

3. não molestem os camponeses e não adiram nem apoiem a contra-revolução: a justiça revolucionária será implacável.

4. o abandono, a sabotagem, a contra-revolução por parte dos proprietários significarão penas severíssimas em julgamento sumário pelos tribunais revolucionários e a perda de qualquer direito de indenização.

5. serão confiscadas totalmente as terras e os bens dos que abandonarem terras, sabotarem a produção, perseguirem camponeses e ajudarem de qualquer modo a contra-revolução.

6. aguardem com tranquilidade a política agrária do [governo] revolucionário — ela será justa, protegerá os direitos à indenização quando houver desapropriações, beneficiará a todos os que viverem no campo — reservará posição digna para os proprietários latifundiários que colaborarem com a revolução, compreendendo que não adianta enfrentá-la e que será muito pior ajudar ou passar para a contra-revolução.

7. aos médios e pequenos proprietários se alertará que a revolução só benefícios lhes trará, e não se dirige contra suas propriedades;

8. aos assalariados agrícolas e camponeses sem terras se chamará à organização revolucionária, ao armamento e a não cometerem injustiças — dever [sic] ao organizar-se para, entrosados com os governos revolucionários dos operários e dos revolucionários das cidades realizarem a reforma agrária popular e melhorarem as suas condições de vida —

Muita atenção na propaganda para não afastar do lado revolucionário os parceiros, meeiros, colonos e assalariados agrícolas; imediata decretação de legislação protetora para eles, principalmente para os posseiros — a estes imediatamente se garantirá a propriedade da posse que trabalha [sic] —

Muito cuidado para não jogar na contra-revolução os camponeses médios e pequenos proprietários.

Implacabilidade absoluta e justiça sumária para com os criminosos a serviço do



latifúndio e dos inescrupulosos exploradores dos camponeses.

47. A POLÍTICA PARA O COMÉRCIO — as grandes empresas, as médias, as pequenas, [... (ilegível)]

48. A política para com a INDÚSTRIA. MUITO IMPORTANTE O [... (ilegível)]

49. A política para com as empresas [... (ilegível)]

50. A política para com as empresas [... (ilegível)]

51. AS PROCLAMAÇÕES AOS COMBATENTES E ÀS TROPAS DO POVO — [A ENERGIA] REVOLUCIONÁRIA E A VIOLÊNCIA NECESSÁRIA — [... (ilegível)] E JUSTIÇA — HEROÍSMO E [... (ilegível)] — [CONCENTRAR OS MELHORES] QUADROS DE AGITAÇÃO E PROPAGANDA [... (ilegível)] DE MASSAS NO TRABALHO DE [EXPLICAR] AO POVO A REVOLUÇÃO E AMPLIAR AS MOVIMENTAÇÕES DE MASSAS [EM(?)] RESPALDO DESTA.

52. A LUTA EM DEFESA DA REVOLUÇÃO — O COMITÊ DE DEFESA DA REVOLUÇÃO [NACIONAL] —

CONDIÇÃO DA VITÓRIA: apoio e participação das massas!

53. A política para com as religiões — a Igreja católica — [... (ilegível)] religiosas, não sectarizar, não [(ilegível)] — [aprofundar] a [divisão do clero], mostrar os fundamentos [humanistas das revoluções (?)] — GARANTIA DE [NENHUMA(?)] PERSEGUIÇÃO RELIGIOSA, SEM SE TOLERAR ENCOBRIR COM A RELIGIÃO A CONTRA-REVOLUÇÃO.

## SEGUNDA PARTE

[... (ilegível)]

[(10 questões): (ilegível)]

SE AS RESPOSTAS A ESTAS 10 QUESTÕES FOREM FAVORÁVEIS À [...(ilegível)] PARA VENCER E SERÁ UM [CRIME (?)] CONTRA O POVO

BRASILEIRO [... (ilegível)] [LIDERANÇAS (?)] REVOLUCIONÁRIAS AUTÊNTICAS  
NÃO SE [... (ilegível)] A ELA COM ENTUSIASMO, AUDÁCIA, TÉCNICA,  
HEROÍSMO E DECISÃO!

Estaremos então numa outra etapa, muito mais complexa e difícil, da revolução

-----

É preciso que as [lideranças populares] [nas (?)] [forças armadas tenham(?)] muita consciência da importância do primeiro momento, no qual elas terão o papel decisivo. Um fracasso nessa etapa é o fracasso total e não aproveitará o povo brasileiro a oportunidade rara que se apresentou para a sua libertação. Ela deverá ser planejada e conduzida com o máximo de decisão e audácia, o mínimo de vacilações e titubeios, de forma a possibilitar a passagem para a segunda [sic] com o campo livre às forças populares, que, afinal, irão decidir a luta.

Devemos levar em conta que, embora seja um fator [... (ilegível)], a falta de organização revolucionária [... (ilegível)] não [... (ilegível)] a eclosão do movimento revolucionário, [... (ilegível)] emergência e ações decisivas de aprofundamento do golpe [consigam (?) lançar (?)] os operários e seus aliados mais decididos [na] luta: precisamos confiar na capacidade de criação revolucionária [... (ilegível)] já [... (ilegível)] [embrião] do futuro governo popular. No processo, [no caminho], poderão surgir formas de organização [que (?) parecerão (?) milhares (?)] para aqueles que não compreendem serem mil vezes [ampliados (?)], em momentos revolucionários, [{a liberdade} (?) ou {os limites} (?)] do possível.

A vanguarda revolucionária, contudo, quer na primeira quer na segunda etapa, não só deverá possuir uma coesão a toda prova, como procurará prever em suas linhas gerais o possível desenvolvimento do processo, a fim de traçar planos e dirigir a ação revolucionária das massas com [toda (?)] energia e o máximo de eficiência.

Sem uma direção consciente, não adiantará nada o espírito combativo e criador das massas. Sem confiar neste, de nada valerão planos, direção consciente e tudo o mais.

Há que conseguir [*sic*] uma perfeita adequação, nos momentos decisivos que podem estar próximos, desses dois fatores.

-----

Passada com êxito a primeira etapa; atingida a segunda e surgindo, como se prevê, a estuante organização e participação popular, [a] formação de um Governo Popular Revolucionário Provisório possibilitará a passagem para a fase de aprofundamento da revolução com as condições indispensáveis para serem enfrentados os grandes problemas militares, políticos, administrativos e sociais que já estarão explodindo: só a união das forças populares e o comando destas revolucionariamente poderão fazer frente à contra-revolução que imediatamente se instalará no país, com toda a certeza com o apoio, pelo menos indireto (sem tropas), nos primeiros momentos, do imperialismo norte-americano.

Com o poder e a força em suas mãos, unido e organizado mesmo sem a perfeição máxima possível, o povo brasileiro terá condições de fazer avançar a revolução, derrotando seus inimigos internos e externos.

Se for ousada a invasão estrangeira, terá início a guerra de libertação nacional, da qual surgirá um novo Brasil, independente, puro como o heroísmo dos seus filhos tombados na luta, e maduro para as grandes transformações econômico-sociais que possibilitarão uma vida feliz ao seu povo.

Conforme as circunstâncias, é possível que nasça também, com a vitória do povo brasileiro sobre os invasores, (que é certa, absolutamente certa, não importa em quanto tempo) um mundo novo.

Nossos mártires e heróis se transformarão talvez nos mártires e heróis de uma América finalmente libertada.”

## ANEXO II.

Os ‘COMUNICADOS’ dos revoltosos de Brasília (12-09-1963).

**II.1.** No BNM 692, vol. 6, constam cópias de dois COMUNICADOS assinados pelo "COMANDO MILITAR REVOLUCIONÁRIO DE BRASÍLIA", com observação manuscrita (possivelmente do Encarregado do IPM, CMG Mauro Balloussier) de que ambos não chegaram a ser transmitidos. Apenas o segundo comunicado está legível, e somente em parte. As observações sobre a transcrição feitas no ANEXO I valem também aqui.

*“ATENÇÃO, ATENÇÃO, ATENÇÃO,*

*Sargentos, cabos e soldados das Forças Armadas e Auxiliares do Brasil,*

*Os sargentos, cabos e soldados de Brasília levantaram-se em armas, hoje, dia 12 de setembro, em [... (ilegível)] ameaçada por uma decisão do Supremo Tribunal [...(ilegível)] ontem, cassando os mandatos dos sargentos eleitos [... (ilegível)]*

*Não admitimos o esbulho do voto popular!*

*Não nos conformamos com uma democracia [... (ilegível)] não podem participar os soldados, cabos e sargentos [... (ilegível)] do regime democrático e [das instituições (?)].*

*Conclamamos os companheiros das [Forças Armadas e Auxiliares] de todo o Brasil [a se comunicarem conosco (?)] [... (ilegível)], tomando os quartéis e organizando comandos [... (ilegível)] dirigindo-se ao povo brasileiro, que compreenderá a [justeza(?)/grandeza(?) da] causa que defendemos!*

*Atenção! Denunciamos a todo o país [... (ilegível)] [cassação] de mandatos o primeiro passo no sentido de [... (ilegível)] liberdades públicas.*

*Não vamos pactuar com os gorilas!*

*Unamo-nos, companheiros, por um [Brasil(?) grandioso(?)] [livre(?)] da*

*espoliação e verdadeiramente democrático!*

## *O COMANDO MILITAR REVOLUCIONÁRIO DE BRASÍLIA*

*Em armas pela democracia [... (ilegível)]”*

**II.2.** No BNM 140, vol. 6, consta um “Auto de Apresentação e Apreensão”, onde é feita a apresentação ao Encarregado do IPM, tenente-coronel aviador Múcio Scorzelli, de dois impressos (“COMUNICADO nº 2 e COMUNICADO nº 4”). Ambos teriam sido encontrados, segundo o documento citado, em “um dos bolsos de um terno, no armário do indiciado 1S Q EA Jerônimo (*sic*) de Campos Leme”, quando da vistoria procedida pelos oficiais 1º tenente intendente de Aeronáutica Marcus Vinícius Valle Dias e 1º tenente aviador Carlos Vasques Pato, da Guarnição de Aeronáutica de Brasília. Tal documento é datado de Brasília, 30-10-63, e assinado pelo Escrivão do IPM, capitão aviador Luzio Pinheiro de Miranda, bem como pelo próprio Encarregado e pelos dois oficiais da vistoria.

Conforme depoimento do indiciado Sargento Jerônimo de Campos Leme (14-10-63; BNM 140, vol. 5), estes dois comunicados (nº 2 e 4) foram transmitidos pela Estação Rádio do Serviço de Rotas de Brasília, sendo lidos pelo Sargento Daílton de Moraes. O Sargento Lucas, ainda segundo aquele depoimento, mandou que neles constassem os dizeres ‘NOTA SOB COAÇÃO’.

### **II.2.a)**

“COMUNICADO NR 2

[... (ilegível)] COMPANHEIROS ATENÇÃO BRASIL

[SARGENTOS] VG CABOS E SOLDADOS DAS GUARNIÇÕES DE  
BRASÍLIA VG UNIDOS [... (ilegível)] DEMOCRACIA GOLPEADA VG

CONCLAMAM OS MILITARES DE TODO [O PAÍS A SE] DECLARAREM TAMBÉM EM REBELDIA CONTRA A CASSAÇÃO DE MANDATOS [... (ilegível)] DO POVO VG ELEITOS EPLO [*sic*] POVO E IMPEDIDOS DE EXERCER [... (ilegível)] POR IMPOSIÇÃO DOS INIMIGOS DO POVO PT

[OS] MILITARES PATRIOTAS VG OS TRABALHADORES VG OS CAMPONESES VG OS INTELLECTUAIS VG OS ESTUDANTES VG TODO O POVO BRASILEIRO NÃO ADMI[... (ilegível)] NA DEMOCRACIA PT

[EM] ARMAS POR UMA DEMOCRACIA AUTÊNTICA VG SEM DISCRIMINAÇÃO E PRIVILÉGIOS PT [ATENÇÃO (?)] SOLDADOS DO BRASIL

[... (ilegível)] ANTE O GOLPE

[... (ilegível)] A DITADURA QUE SE DESENHA NO HORIZONTE E COMEÇOU COM A [CASSAÇÃO (?) DOS (?)] MANDATOS PT

[COMANDO] MILITAR REVOLUCIONÁRIO DE BRASÍLIA”

## **II.2.b)**

“[COMUNICADO] NR 4

[SARGENTOS] VG CABOS E SOLDADOS DE BRASÍLIA ESTÃO EM ARMAS PELA DEMOCRACIA [... (ilegível)]

[... (ilegível)] [NÃO PERMITIREMOS (?)] O GOLPE QUE TEVE INÍCIO COM A CASSAÇÃO DOS MANDATOS [... (ilegível)] [QUE O POVO (?)] CONFERIU AOS SARGENTOS NO ÚLTIMO PLEITO

[... (ilegível)]

[COMANDO MILITAR] REVOLUCIONÁRIO DE BRASÍLIA”

### ANEXO III.

#### Quadro dos postos e graduações das Forças Armadas do Brasil

	MARINHA	EXÉRCITO	AERONÁUTICA
Oficiais Gerais	Almirante	Marechal	Marechal-do-Ar
	Almirante-de-Esquadra	General-de-Exército	Tenente-Brigadeiro
	Vice-Almirante	General-de-Divisão	Major-Brigadeiro
	Contra-Almirante	General-de-Brigada	Brigadeiro
Oficiais Superiores	Capitão-de-Mar-e-Guerra	Coronel	Coronel
	Capitão-de-Fragata	Tenente-Coronel	Tenente-Coronel
	Capitão-de-Corveta	Major	Major
Oficiais Intermediários	Capitão-Tenente	Capitão	Capitão
Oficiais Subalternos	Primeiro-Tenente	Primeiro-Tenente	Primeiro-Tenente
	Segundo-Tenente	Segundo-Tenente	Segundo-Tenente
	Guarda-Marinha	Aspirante	Aspirante
Praças (Graduados)	Suboficial	Subtenente	Suboficial
	Primeiro-Sargento	Primeiro-Sargento	Primeiro-Sargento
	Segundo-Sargento	Segundo-Sargento	Segundo-Sargento
	Terceiro-Sargento	Terceiro-Sargento	Terceiro-Sargento
	Cabo	Cabo (e Taifeiro-Mor)	Cabo (e Taifeiro-Mor)
	Marinheiro 1ª Classe (e Soldado FN 1ªCl)	Taifeiro-1ª Classe	Soldado 1ª Classe (e Taifeiro-1ª Classe)
	Marinheiro 2ª Classe (e Soldado FN 2ªCl)	Soldado (e Taifeiro-2ª Classe)	Soldado 2ª Classe (e Taifeiro-2ª Classe)

(Fonte: 'Agenda do Centro de Comunicação Social do Exército', e HOLANDA FERREIRA, 1986: 895)

\* \* \*

## **BIBLIOGRAFIA**



**ARQUIVO GARCIA FILHO.** Documentos recolhidos por Antônio Garcia Filho: fotos, cartazes e outros documentos da campanha eleitoral de 1962, textos, 'memorial', recortes de jornais etc.. [Atualmente, material em posse do Autor.]

**Depoimentos orais** concedidos para a Pesquisa: [Atualmente, material em posse do Autor.]

- Antônio Garcia Filho (Rio de Janeiro, 1991)
- Antônio Prestes de Paula (Salvador, 1992)
- Deodato Pinto R. Rivera (Brasília, 1992)
- [Ex-sargento do Exército] (Rio de Janeiro, 1991) (sob condição de anonimato)
- José Duarte dos Santos (Goiânia, 1991).

**Processos da Justiça Militar:** (obs: BNM = Projeto "Brasil: Nunca Mais"; ver discussão sobre fontes na Introdução, *supra*)

- Processo nº 27/63, 1ª Auditoria da Aeronáutica/RJ (**BNM 140**)
- Processo nº 211/63, 2ª Auditoria da 2ª Região Militar/SP (**BNM 19**)
- Processo nº 178/64-C, 2ª Auditoria da Marinha/RJ (**BNM 692**).
- Processo nº 8172/64, 1ª Auditoria da Marinha/RJ (**BNM 508**)

**Jornais:**

- Bancário, órgão informativo do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro. 1961-1964.
- Correio Braziliense, Brasília. 1963.
- Jornal do Brasil, RJ. 1963-1964.
- Novos Rumos, RJ. 1959-1964.
- O Semanário, RJ. 1961-1964.
- (Outros, esparsos), 1961-1964.

**Livros, revistas etc.:**

ABRAHAMSSON, Bengt.

1972 Military professionalization and political power. Beverly Hills/London, Sage Pub., 184p.

ABRANCHES, Sérgio Henrique.

1985 "Nem cidadãos, nem seres livres: o dilema político do indivíduo na ordem liberal-democrática". *Dados/Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 28. n.º1, pp. 5-25.

- AFFONSO, Almino.  
1988 Raízes do Golpe. Da crise da legalidade ao parlamentarismo - 1961/1963. São Paulo, Marco Zero, 147 p.
- ALMINO, João.  
1980 Os democratas autoritários. Liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946. São Paulo, Brasiliense, 371 p.
- ALVES, Maria Helena Moreira.  
1985 Estado e Oposição no Brasil (1964-1980). (Trad.: Clóvis Marques). Petrópolis, Vozes (5ª ed., 1989), 362 p.
- ARAÚJO NETTO.  
1964 “A Paisagem”, in Alberto DINES *et al.*, Os idos de março e a queda em abril. Rio de Janeiro, José Álvaro, pp. 13-63.
- ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.  
1963 (25 jan. / 27 dez.) Diário Oficial do Estado de São Paulo. Ano LXXIII, n.º 174 (14-9-63): 70-73; n.º 176 (18-9-63): 55-56; n.º 179 (21-9-63):74.
- B. Miguel (pseud.)  
1972-3 “A Associação dos Marinheiros”. *Debate*, Paris, 9: 11-19, abr. 1972; 10: 5-11, ago. 1972; 11: 28-33, jan. 1973; 12: 44-51, abr. 1973; 13: 34-41, ago. 1973.
- BAFFA, Ayrton.  
1989 Nos porões do SNI. O retrato do monstro de cabeça oca. Rio de Janeiro, Objetiva, 171 p.
- BALANDIER, Georges.  
1982 O Poder em Cena. (Trad.: Luis Tupy Caldas de Moura). Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 78 p. (Col. 'Pensamento Político', 46).
- BANDEIRA, Moniz.  
1977 O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil: 1961-1964. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 187 p.
- BAÑON, Rafael & OLMEDA, José Antonio (comps.)  
1985 La institución militar en el Estado contemporaneo. Madrid, Alianza, 360p.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO.  
1963 “Nos domínios da disciplina militar”, O Semanário, n.º 334, 23 a 29-5-63, p.3.
- BETENCOURT, Luis Alberto (ed.).  
1986 ‘Relatório Reservado’ Especial: “As Forças Armadas e o processo político

brasileiro” (“Os militares e a política”). Rio de Janeiro. Margem, Dez. 1986, 40 p.

BIDEGAIN de URÁN, Ana Maria.

1987 Nacionalismo, Militarismo e Dominação na América Latina. (Trad.: Jaime A. Clasen). Petrópolis, Vozes, 291 p.

BILAC PINTO.

1964 Guerra Revolucionária. Rio de Janeiro, Forense, 228 p.

Brasil. Constituição.

1986 Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações. [Índice (por) Ana Valderez Alencar e Leyla Rangel]. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2 v.

Brasil. Estado-Maior do Exército.

1972 História do Exército Brasileiro. Perfil militar de um povo. vol. 3. Brasília, EME, pp. 982-985.

Brasil. Exército. Quarto Exército, 6ª Região Militar.

1971 Cartilha para o Soldado. (28º Batalhão de Caçadores / Sergipe). Aracaju, Livraria Regina. 57 p.

Brasil. Leis, decretos etc.

1969 Regulamentos militares: Estatuto dos Militares (E-1); Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (R-1); Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar (R-2); e Regulamento Disciplinar do Exército (R-4). Rio de Janeiro, Edição [atualizada até dez.1969] do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias - Realengo.

1976 Legislação Penal Militar: Código Penal Militar, Código de Processo Penal Militar, Organização judiciária militar, Segurança Nacional, legislação complementar. (RDE/1942, RDM/1955, RDAer/1975] (Org. e Notas: Nilson Vital Naves). 2ª ed. Rio de Janeiro. Forense, 962 p.

CALLADO, Antônio.

1964 "Jango, ou O Suicídio Sem Sangue", in Alberto DINES *et.al.*, Os idos de março e a queda em abril. Rio de Janeiro, José Álvaro, pp. 247-276.

CANETTI, Elias.

1983 Massa e Poder. (Trad.: Rodolfo Krestan.) São Paulo: Melhoramentos, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983. 331 p. (Publ. original 1960, Masse und Macht. Verlag GmbH, Dusseldorf).

CARDOSO, Ciro Flamarion S.

1981 Uma Introdução à História. São Paulo, Brasiliense, 125 p. (Col. ‘Primeiros Vãos’, 2).

- 1981a Introducción al trabajo de la investigación histórica. Conocimiento, método y historia. Barcelona, Crítica-Grijalbo, 218 p.
- CARDOSO, Ciro F.S. & PÉREZ BRIGNOLI, Héctor.
- 1977 El concepto de clases sociales. Bases para una discusión. Madrid, Editorial AYUSO. 137 p.
- 1979 Os métodos da História. Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. (Trad.: João Maia) (4ª ed.: s/d) Rio de Janeiro, Graal, 529 p.
- s/d El poder. (datil.) s.n.t., 47 p.
- CARONE, Edgard.
- 1982 O P.C.B. Vol. II: 1943-1964. São Paulo, DIFEL, 325p. (Col. Corpo e Alma do Brasil, 61).
- 1985 A República Liberal. Vol. II: Evolução Política (1945-1964). São Paulo, DIFEL, 257 p.
- CARNEIRO, Glauco.
- 1965 História das Revoluções Brasileiras. 2º vol., 'Da Revolução Liberal à Revolução de 31 de Março (1930/1964)'. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, pp. 533-652.
- CARVALHO, José Murilo de.
- 1968 "On the Belief System of the Brazilian Military". MS, March 1968. No Arquivo da International Data Library and Reference Service, Survey Research Center, University of California at Berkeley. (Paper # 29/68)
- 1977 "Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador" in Bóris FAUSTO (dir.), História Geral da Civilização Brasileira. (2ª ed.: 1978. São Paulo, DIFEL. Tomo III: O Brasil Republicano; Vol. 2: Sociedade e Instituições, 1889-1930. pp. 181-234.)
- 1983 "Forças Armadas e Política, 1930-1945", in A Revolução de 30: Seminário Internacional - CPDOC/FGV (Rio de Janeiro, Setembro de 1980). Brasília, Ed. Universidade de Brasília, pp.109-187. (Col. 'Temas Brasileiros', 54).
- CARVALHO, Nanci Valadares de. (org.)
- 1988 Trilogia do Terror. A implantação: 1964. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 213 p.
- CASTELO BRANCO, Carlos.
- 1964 "Da Conspiração à Revolução", in Alberto DINES *et.al.*, Os idos de março e a queda em abril. Rio de Janeiro, José Álvaro, pp. 277-306.
- CASTRO, Celso.
- 1990 O Espírito Militar. Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 176 p.

- CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat.  
1989 “Forças Armadas: tutela militar e subordinação estratégica”, *Teoria & Política*, nº 11 (maio/1989). São Paulo, Brasil Debates, pp. 39-69.
- CAVALCANTI PROENÇA, M. (dir.)  
1966 “Questionário proposto pela RCB a personalidades da vida nacional”, *Revista Civilização Brasileira* (RCB), Ano I, nº 7, maio/1966, pp. 15-73.
- CERTEAU, Michel de.  
1979 “A operação histórica”, in Jacques LeGOFF (comp.), História: Novos Problemas. (Trad.: Theo Santiago). 2ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, pp. 17-48.
- CERVO, Amado Luiz & BERVIAN, Pedro Alcino.  
1983 Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. 3ª ed. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 249 p.
- CHACON, Vamireh.  
1977 Estado e Povo no Brasil. As experiências do Estado Novo e da democracia populista: 1937/1984. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Câmara dos Deputados, 259 p.  
1981 História dos partidos políticos brasileiros: discurso e praxis dos seus programas. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 570 p. (Col. Temas Brasileiros, 5).
- CHALHOUB, Sidney.  
1986 Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da ‘belle époque’. São Paulo, Brasiliense, 249 p.
- COELHO, Edmundo Campos.  
1976 Em busca de identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Forense-Universitária. 207p.  
1983 “Forças Armadas: Autonomia e Hegemonia”, in A Revolução de 30: Seminário Internacional - CPDOC/FGV (Rio de Janeiro, Setembro de 1980). Brasília, Ed. Universidade de Brasília, pp. 247-254. (Col. ‘Temas Brasileiros’, 54).  
1985 “A Constituinte e o papel das Forças Armadas”. *Política & Estratégia* (SP), vol. III, nº 3 (jul./set. 1985), pp. 367-378.  
1987 “A Ordem das Prioridades: Função das Forças Armadas ou Política Estratégica?”. *Política & Estratégia* (SP), vol. V, nº 2 (abr./jun. 1987), pp. 224-234.
- COHN, Gabriel.  
1965 “Perspectivas da esquerda”, in Otávio IANNI *et al.*, Política e Revolução Social no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 127-157.

- COSTA, Sérgio Amad.  
1981 O C.G.T. e as lutas sindicais brasileiras (1960-1964). São Paulo, Grêmio Politécnico, 153 p.
- COSTA, Vanda Maria Ribeiro.  
1984 Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de trinta. (Trabalho apresentado à Oitava Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais - ANPOCS, Águas de São Pedro, 1984). 48p.
- COUTINHO, Afrânio. (dir.)  
1966 Os militares. *Cadernos Brasileiros*, ano VIII, nº 38, nov./dez. 1966. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 135 p.
- COUTINHO, Carlos Nelson.  
1981 Gramsci. Porto Alegre, L&PM, 232 p. (Col. Fontes do Pensamento Político, v. 2).
- DELGADO, Lucília A. Neves.  
1986 O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964). (2ª ed.) Petrópolis, Vozes, 223 p. (1ª ed.; s/l, Vega, 1981).
- DENYS, Odylio.  
1980 Ciclo revolucionário brasileiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 191 p.
- DIAS, Maurício.  
1984 “Revolução de 1964”, in Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983* (Equipe do CPDOC coord. por Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu). (Vol. 4) Rio de Janeiro, Forense-Universitária: FGV/CPDOC: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, pp. 2955-2965.
- DINES, Alberto.  
1964 “Debaixo dos Deuses”, in DINES *et.al.*, Os idos de março e a queda em abril. Rio de Janeiro, José Álvaro, pp. 307-358.
- DINES, Alberto ‘et.al.’  
1964 Os idos de março e a queda em abril. Rio de Janeiro, José Álvaro, 403 p.
- DREIFUSS, René Armand.  
1981 1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. (Trad.: Else Ribeiro Pires Vieira, superv.) 2ª ed. revista. Petrópolis, Vozes, 814p.
- 1987 “Sociedade Política Armada ou Força Armada Societária?”, in Eliézer Rizzo OLIVEIRA *et.al.*, As Forças Armadas no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço & Tempo, pp. 101-144.

- DREIFUSS, René A. & DULCI, Otávio S.
- 1981 A instituição militar como ator político: notas para discussão. (Trabalho apresentado à Quinta Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais - ANPOCS, Friburgo - RJ, 1981). 10 p.
- 1984 “As Forças Armadas e a política”, in Bernardo SORJ e Maria Hermínia TAVARES (orgs.). Sociedade e política no Brasil pós-64. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, pp. 87-117.
- DUARTE, José.
- 1947 A Constituição Brasileira de 1946. Exegese dos textos à luz dos trabalhos da Assembléia Constituinte. Vol. 3. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, pp. 293-325.
- DUARTE, Eurilo.
- 1964 “32 mais 32, igual a 64”, in Alberto DINES *et.al.*, Os idos de março e a queda em abril. Rio de Janeiro, José Álvaro, pp. 125-159.
- ECO, Umberto.
- 1985 Como se faz uma tese. (Trad.: Gilson César Cardoso de Souza.) 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 184 p.
- ERICKSON, Kenneth Paul.
- 1979 Sindicalismo no processo político no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 240 p.
- FAORO, Raymundo.
- 1988 “Um Estado autenticamente militar desde 1930” (Entrevista a Lourenço Dantas Mota). *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil.* São Paulo, Brasiliense, n.º 43/48, inverno de 1988, pp. 7-14.
- FAUSTO, Bóris (dir.).
- 1983 História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, ‘O Brasil Republicano’, Vol. 3, ‘Sociedade e Política (1930-1964)’. 2ª ed. São Paulo, DIFEL, 604 p.
- FERNANDES, Florestan.
- 1989 A Constituição Inacabada. (Vias históricas e significado político). São Paulo, Estação Liberdade, 351p.
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues.
- 1973 Política e Segurança. (Pref.: Florestan Fernandes). São Paulo, Alfa-Omega, Ed. Sociologia e Política, 259 p. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais, Série Primeira Sociologia, v. 3)
- 1979 Os Militares como Categoria Social. São Paulo, Global, 267 p. (Col. Global Universitária, nº 6. Série História e Ciências Sociais)

- FERREIRA FILHO, Manuel Gonçalves.  
 1977 “Direitos políticos (Direito Constitucional)”, in LIMONGI FRANÇA (coord.), *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo, Saraiva. Vol. 28, pp. 239-269.
- FGV. CPDOC.  
 1984 *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. (Equipe do CPDOC coord. por Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu). Rio de Janeiro, Forense-Universitária: FGV/CPDOC: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina.  
 1989 Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 240 p.
- FOUCAULT, Michel.  
 1979 Microfísica do Poder. (Org. e Trad. Roberto Machado). Rio de Janeiro, Graal, 295 p. (3ª ed., 1982)
- FRANCIS, Paulo.  
 1966 “Tempos de Goulart”. *Revista Civilização Brasileira*, ano I, n.º 7, maio de 1966, pp. 75-91.
- FÜCHTNER, Hans.  
 1980 Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política. (Trad. Jehovanira C. Souza) Rio de Janeiro, Graal, 259 p.
- GABEIRA, Fernando.  
 1984 “Cabo Anselmo não me engana”, in GABEIRA, Diário da Crise. Rio de Janeiro, Rocco, pp. 35-41.
- GARCIA, Marco Aurélio (org.)  
 1986 As esquerdas e a democracia. Rio de Janeiro, Paz & Terra/CEDEC, 101 p.
- GARCIA FILHO, Antônio.  
 1963 “Advertência aos golpistas”, O Semanário (GB), 20 a 26-6-1963, nº 338, p.5.  
 1963a *Discurso*, 23 de setembro de 1963. Anais da Câmara dos Deputados (1963), pp. 806-834.
- GOFFMAN, Erving.  
 1974 Manicômios, prisões, conventos. São Paulo, Perspectiva.
- GOMES, Ângela Maria de Castro.  
 1992 “A mítica dos bons tempos”, Jornal do Brasil (RJ), 8 de março de 92, ‘Idéias/Ensaio’, pp. 6-8.



- GORENDER, Jacob.  
1987 Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3ª ed. São Paulo, Ática, 288 p.
- GRAMSCI, Antonio.  
1982 Os intelectuais e a organização da cultura. (Trad. Carlos Nelson Coutinho). 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 244 p. (Col. Perspectivas do Homem, v. 48; Série Filosofia)
- 1984 Concepção dialética da História. (Trad.: Carlos Nelson Coutinho). 5ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 341 p. (Col. Perspectivas do Homem, v. 12).
- 1988 Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. (Trad.: Luiz Mário Gazzaneo) 6ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 444 p. (Col. Perspectivas do Homem. v. 35; Série Política).
- GURGEL, Cláudio.  
1989 Estrelas e borboletas. PT: origens e questões de um partido a caminho do poder. Rio de Janeiro, Papagaio, pp. 131-139.
- HOBBSBAUWM, Eric J.  
1987 "O operariado e os Direitos Humanos", in HOBBSBAUWM, Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária. (Trad.: Waldea Barcelos e Sandra Bedran) . Rio de Janeiro, Paz & Terra, pp. 409-431.
- 1990 "A Outra História - Algumas reflexões", in Frederick KRANTZ (org.), A Outra História. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. (Trad.: Ruy Jungmann). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, pp. 18-33.
- HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de.  
1986 Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2ª ed., revista e aumentada (11ª impressão). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1838 p.
- IANNI, Otávio.  
1968 O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 236p.
- Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica - INCAER.  
1991 História geral da aeronáutica brasileira. Rio de Janeiro: INCAER; Belo Horizonte: Villa Rica, 620 p.
- IPM nº 709. (Chefiado pelo Coronel Ferdinando de Carvalho)  
1966 O Comunismo no Brasil. 2º Vol.: As Atividades Comunistas no Brasil; Cap. II: A Infiltração; nº 7: A Ação Comunista no Meio Militar. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, pp. 287-300.

- JACCOUD, D'Alembert.  
1963 "Caso dos sargentos: solução política", Folha de São Paulo, 10-9-63, *apud* GARCIA FILHO, Discurso (23-9-63), Anais da Câmara dos Deputados 1963, pp. 809-810.
- JULLIARD, Jacques.  
1976 "A política", in Jacques LeGOFF (comp.), História: Novas Abordagens. (Trad.: Henrique Mesquita) Rio de Janeiro, Francisco Alves, pp. 180-196.
- LAGÔA, Ana.  
1983 SNI. Como nasceu. Como funciona. São Paulo, Brasiliense, 133 p.
- MARX/ENGELS/LENIN,  
1981 Escritos Militares. (Trad. e seleção: I. Bueno). São Paulo, Global, 240p. (Col. Bases, 37).
- MELLO, Nelson de.  
1983 Nelson de Mello (depoimento, 1978-9). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC - História Oral. 384 p. (datil.)
- Mitra Arquidiocesana de São Paulo.  
1985 "Brasil: Nunca Mais". Um relato para a História. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 312 p. (Pref.: D. Paulo Evaristo Arns).  
1988 Projeto "Brasil: Nunca Mais". (Tomo III) Perfil dos Atingidos. Petrópolis, Vozes, 311 p. (Pref.: D. Paulo Evaristo Arns).
- MOISÉS. José Álvaro.  
1986 "Sociedade civil, cultura política e democracia: descaminhos da transição política", in Maria de Lourdes COVRE (org.) A Cidadania que não temos. São Paulo, Brasiliense, pp. 119-155.
- MOORE Jr., Barrington.  
1983 Injustiça. As bases sociais da obediência e da revolta. (Trad.: João Roberto Martins Filho). São Paulo, Brasiliense, 714 p.
- MORAES, Dênis de.  
1989 A esquerda e o golpe de 64. Rio de Janeiro, Espaço & Tempo, 379 p.
- MORAES, João Quartim de.  
1987 "O argumento da força", in Eliézer Rizzo de OLIVEIRA *et.al*, As Forças Armadas no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço & Tempo, pp. 11-56.  
1988 "As forças armadas e a defesa nacional", in 'Revista Novos Rumos', Rio de Janeiro: Instituto Astrojildo Pereira; São Paulo: Novos Rumos, Ano 3, nº 8/9, p. 137-147.

- MORAES, João Quartim de, *et.al*  
 1987 A tutela militar. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 104 p.
- MOREL, Edmar.  
 1986 A Revolta da Chibata. (Subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910). 4ª ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro, Graal, 315 p.
- NEIVA MOREIRA, João Guimarães.  
 1989 O pilão da madrugada. (Um depoimento a José Louzeiro). Rio de Janeiro, Terceiro Mundo, 424 p.
- NEVES, Margarida de Souza.  
 1985 “Com a História na mão: repensando a cidadania na sociedade brasileira”, in *‘Revista de Educação AEC’*. Brasília, ano 14, nº 56 (abr./jun.1985), pp.7-19.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de.  
 1976 As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis, Vozes, 136 p. (Col. Sociologia Brasileira, 6).
- OLIVEIRA, Eliézer R. *et.al*.  
 1987 As Forças Armadas no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço & Tempo, 187 p.
- PEDREIRA, Fernando.  
 1964 Março 31. Civis e militares no processo da crise brasileira. Rio de Janeiro, José Álvaro Editor.
- PENA BRANCA (pseud. de Octávio RIBEIRO)  
 1984 Por que eu traí. Confissões de Cabo Anselmo. São Paulo, Global, 117 p. (Col. Que País é Este?)
- PEREIRA, Raimundo Rodrigues (ed.)  
 1985 “O brado da caserna”, in R. PEREIRA, Retrato do Brasil, vol. 1. São Paulo, Política, pp. 223-224.
- POULANTZAS, Nicos.  
 1979 Fascismo e Ditadura. (Trad. João Quintela e M. Granado). São Paulo, Martins Fontes, 385 p. [Publ. original 1970, "*Fascisme et Dictature (...)*", Paris, Maspero.]
- 1984 Poulantzas: sociologia. Org. [da coletânea] Paulo Silveira. (Trad.: Heloísa R. Fernandes). São Paulo, Ática, 176 p. (Col. Grandes Cientistas Sociais, v.47).
- REIS FILHO, Daniel Aarão.  
 1990 A Revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 201 p. (Co-edição MCT/CNPq).

1991 “O Maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros”, in Daniel A. REIS F<sup>o</sup> *et.al.*, História do Marxismo no Brasil. Vol. 1: O impacto das revoluções. Rio de Janeiro, Paz & Terra, pp. 105-132.

RIDENTI, Marcelo Siqueira.

1989 ‘O fantasma da Revolução Brasileira: raízes sociais das esquerdas armadas, 1964-1974’. São Paulo. (Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH, da Universidade de São Paulo - USP. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Heloísa R. Fernandes.) 2 vols.

RODRIGUES, José Honório.

1982 “Eleitores e elegíveis: evolução dos direitos políticos no Brasil”, in J.H. RODRIGUES, Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-cultural. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 173-187.

RODRIGUES, Leôncio Martins.

1981 “O PCB: os dirigentes e a organização”, in Bóris FAUSTO (dir.), História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, ‘O Brasil Republicano’; vol. 3, ‘Sociedade e Política (1930-1964)’. São Paulo, DIFEL, pp. 361-443.

1981a “Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)”, in Bóris FAUSTO (dir.), História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, ‘O Brasil Republicano’, Vol. 3, ‘Sociedade e Política (1930-1964)’. São Paulo, DIFEL, pp. 507-555.

1986 “A Cidadania do Trabalhador Urbano” (co-participação em seminário), in João Gabriel L. TEIXEIRA (ed.), A Construção da Cidadania. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, pp. 9-50.

SOUZA, J. P. Galvão de.

1965 “Legalidade e Legitimidade”, in J. P. G. SOUZA, Raízes históricas da crise política brasileira. Petrópolis, Vozes, pp. 105-128.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos.

1979 Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. 2<sup>a</sup> ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro, Campus, 89 p.

1986 “Rotatividade e instabilidade das elites durante o governo Goulart: a dinâmica em direção à ausência de governo”, in W. G. SANTOS, Sessenta e Quatro: anatomia da crise. São Paulo, Vértice, pp. 110-131.

SCHILLING, Paulo.

1981 Como se coloca a direita no poder. (Trad.: Cláudia Schilling). Vol. I, ‘Os protagonistas’; Vol. II, ‘Os acontecimentos’. São Paulo, Global. (Col. Passado & Presente, 12).

- SCHNEIDER, Ronald M.  
 1971 "Essay on Sources", in R. SCHNEIDER, The political system of Brazil. Emergency of a "modernizing" authoritarian regime, 1964-1970. New York and London, Columbia University Press, pp. 377-401.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.)  
 1983 Estado Novo, um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema). Cap.5: As Forças Armadas. Brasília, FGV/CPDOC - Ed. Universidade de Brasília, pp. 193-284.
- SEVERINO, Antônio Joaquim.  
 1986 Metodologia do trabalho científico. 14ª ed., revista e ampliada. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 236 p. (Col. Educação Contemporânea, Série Metodologia e Prática de Ensino).
- SILVA, Antônio Ozai da.  
 s/d História das tendências no Brasil. (Origens, cisões e propostas). 2ª ed., revista e ampliada. São Paulo, s/e. 239 p.
- SILVA, Hélio.  
 1975 1964: Golpe ou Contragolpe? Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 476 p.
- 1988 A vez e a voz dos vencidos. Petrópolis, Vozes, 367 p. (Col. Memória dos Vencidos, 1).
- SILVA, José Wilson da.  
 1987 O Tenente Vermelho. (c/ colab. de Alfredo Paiva). 3ª ed. Porto Alegre, Tchê!, 272 p.
- SILVA, Orlando Carlos da.  
 1945 Motim e revolta (...) Curso de emergência para a formação da reserva da justiça militar. Rio de Janeiro, Ministério da Guerra, 15 p.
- SILVA, Otacílio da.  
 1978 "A luta dos marinheiros", 'Debate', Paris, 30: 19-23, ago. 1978; 31: 21-24, nov. 1978.
- SKIDMORE, Thomas E.  
 1975 Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). (Trad.: Ismênia Tunes Dantas, coord.) 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz & Terra, 512 p. (1ª ed. em inglês, 1967).
- SODRÉ, Nelson Werneck.  
 1979 A História Militar do Brasil. 3ª ed. (1ª ed., 1965). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 439 p. (Col. Retratos do Brasil, 40).

- 1967 Memórias de um soldado. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 655 p. (Col. Retratos do Brasil, 60).
- STARLING, Heloísa Maria Murgel.  
1986 Os Senhores das Gerais. Os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 377 p.
- STEPAN, Alfred.  
1975 Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira. (Trad.: Ítalo Tronca). Rio de Janeiro, Artenova, 222 p. (1ª ed., 1971, The Rand Corporation).
- TAVARES, Aurélio de Lyra.  
1968 Efetivos do Exército (Exposição do Ministro do Exército ao Senado Federal). Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 115 p.
- TAVARES, J. Edvaldo (org.)  
1956 Legislação Penal Remissiva. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 498 p.
- TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz (ed.)  
1986 A Construção da Cidadania. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 286 p.
- TEMER, Milton.  
1991 “As Forças Armadas e os democratas”, Jornal do Brasil, 30-6-91, 'Idéias/Ensaio', pp. 6-7.
- TENDLER, Sílvio & DIAS, Maurício.  
1984 Caliban apresenta “Jango”. Como, quando e porque se depõe um presidente. (Filme de S. Tandler, Texto de M. Dias). Porto Alegre, L&PM, 118p.
- TOLEDO, Caio Navarro de.  
1988 O governo Goulart e o golpe de 64. 9ª ed. São Paulo, Brasiliense. (Col. Tudo é História, 48).
- TRINDADE, Hégio.  
1983 “Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30”, in Bóris FAUSTO (dir.), História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, ‘O Brasil Republicano’, Vol. 3, ‘Sociedade e Política (1930-1964)’. São Paulo, DIFEL, pp. 297-335.
- TRONCA, Ítalo.  
1983 “O Exército e a Industrialização: Entre as Armas e Volta Redonda (1930-1942)”, in Bóris FAUSTO (dir.), História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, ‘O Brasil Republicano’, Vol. 3, ‘Sociedade e Política (1930-1964)’. São Paulo, DIFEL, pp.337-360.
- VARAS, Augusto (coord.)  
1988 La Autonomia Militar en América Latina. Caracas, Nueva Sociedad, 390 p.

- VIANNA, Luís Werneck.  
1988 "Questão nacional e democracia: o Ocidente incompleto do PCB", in 'Revista Novos Rumos', Rio de Janeiro: Instituto Astrojildo Pereira; São Paulo: Novos Rumos, Ano 3, n.º 8/9, pp. 149-194.
- VICTOR, Mário.  
1965 Cinco anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 631 p.
- VIEIRA, Margarida Luiza de M.  
1990 "Socialismo, democracia e cidadania no Brasil: a experiência do PSB (1945-1948) (1961-1964)". Niterói, 70 p. (+ bibliogr.). (Projeto de Pesquisa apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - ICHF da Universidade Federal Fluminense - UFF. Orientador: Prof. Dr. Daniel A. Reis Filho).
- WEFFORT, Francisco.  
1980 O Populismo na Política Brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 181p. (Col. Estudos Brasileiros, v. 25).
- WESCHLER, Lawrence.  
1990 Um milagre, um universo. O acerto de contas com os torturadores. (Trad.: Tomás Rosa Bueno). São Paulo, Companhia das Letras, pp. 13-86.
- YOUNG, Jordan M.  
1974 Brasil 1954/1964 - fim de um ciclo civil. (Trad.: Milton Persson). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 227p.

\* \* \*